

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**NEOLIBERALISMO E DISCURSOS ANTIGÊNERO NO YOUTUBE:  
UMA CIBERCARTOGRAFIA**

**BRENO BUXTON DOS REIS VIEIRA**

**VILA VELHA**  
**MARÇO / 2023**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**NEOLIBERALISMO E DISCURSOS ANTIGÊNERO NO YOUTUBE:  
UMA CIBERCARTOGRAFIA**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

**BRENO BUXTON DOS REIS VIEIRA**

**VILA VELHA**  
**MARÇO / 2023**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

V657n Vieira, Breno Buxton dos Reis.  
Neoliberalismo e discursos antigênero no youtube : uma  
cibercartografia / Breno Buxton dos Reis Vieira– 2023.  
206f. : il.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa.  
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -  
Universidade Vila Velha, 2023.  
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Neoliberalismo. 3. Conservadorismo.  
I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

**BRENO BUXTON DOS REIS VIEIRA**

**NEOLIBERALISMO E DISCURSOS ANTIGÊNERO NO YOUTUBE:  
UMA CIBERCARTOGRAFIA**

Dissertação apresentada à  
Universidade Vila Velha, como pré-  
requisito do Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política, para  
a obtenção do título de Mestre em  
Sociologia Política.

Aprovada em 29 de março de 2023.

Banca Examinadora:



---

**Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa - (UVV)**

**Orientador**

**Assinado eletronicamente**

---

**Prof. Dr. Cesar Pinheiro Teixeira -(UVV)**



---

**Prof. Dr. Jesio Zamboni - (UFES)**

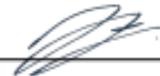
Página de assinaturas



**Pablo Rosa**  
026.527.899-61  
Signatário

Assinado eletronicamente

**Cesar Teixeira**  
103.529.037-59  
Signatário



**Jésio Zamboni**  
111.520.117-40  
Signatário

HISTÓRICO

- 24 ago 2023 18:27:50  Edson Rodrigues Pereira Filho criou este documento. (E-mail: edson.pereira@uvv.br)
- 25 ago 2023 11:15:50  Pablo Omelas Rosa (E-mail: pablo.rosa@uvv.br, CPF: 026.527.899-61) visualizou este documento por meio do IP 189.115.192.139 localizado em Vila Velha - Espírito Santo - Brazil
- 25 ago 2023 11:16:41  Pablo Omelas Rosa (E-mail: pablo.rosa@uvv.br, CPF: 026.527.899-61) assinou este documento por meio do IP 189.115.192.139 localizado em Vila Velha - Espírito Santo - Brazil
- 25 ago 2023 11:29:52  Cesar Pinheiro Teixeira (E-mail: cesarpinheiroteixeira@gmail.com, CPF: 103.529.037-59) visualizou este documento por meio do IP 138.186.40.142 localizado em Mage - Rio de Janeiro - Brazil
- 25 ago 2023 17:32:39  Cesar Pinheiro Teixeira (E-mail: cesarpinheiroteixeira@gmail.com, CPF: 103.529.037-59) assinou este documento por meio do IP 138.186.40.142 localizado em Mage - Rio de Janeiro - Brazil
- 25 ago 2023 18:01:15  Jésio Zamboni (E-mail: zambonijesio@gmail.com, CPF: 111.520.117-40) visualizou este documento por meio do IP 168.196.36.201 localizado em Vila Velha - Espírito Santo - Brazil
- 25 ago 2023 18:01:26  Jésio Zamboni (E-mail: zambonijesio@gmail.com, CPF: 111.520.117-40) assinou este documento por meio do IP 168.196.36.201 localizado em Vila Velha - Espírito Santo - Brazil



## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), pela concessão de bolsa para a realização da presente pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa, pela generosidade ao longo deste processo.

Aos avaliadores da banca, pelas observações, sugestões e críticas.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>VIGILÂNCIA, DISCRIMINAÇÃO E MODULAÇÕES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....</b>	<b>38</b>
2.1	SOCIEDADE INFORMACIONAL, DADOS, PLATAFORMAS E VIGILÂNCIA.....	39
2.2	DADOS, DATIFICAÇÃO E DATAÍSMO.....	44
2.3	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E CAPITALISMO DE DADOS.....	46
2.4	CAPITALISMO DE PLATAFORMA, PLATAFORMIZAÇÃO E O TRABALHO PRECÁRIO NAS REDES.....	49
2.5	COLONIALISMO DE DADOS, RACISMO ALGORÍTMICO E SEXISMO NAS PLATAFORMAS.....	57
2.6	MODULAÇÃO COMPORTAMENTAL ALGORÍTMICA E SUJEIÇÃO NEOLIBERAL DIGITAL.....	64
2.7	AS DIREITAS NAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS, O YOUTUBE E SEUS USOS POLÍTICOS.....	68
2.8	YOUTUBE, COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDO E A NOVA DIREITA BRASILEIRA.....	71
<b>3</b>	<b>UMA GENEALOGIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO.....</b>	<b>78</b>
3.1	O NASCIMENTO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E SUA POPULARIZAÇÃO NO BRASIL.....	80
3.2	IDEOLOGIA DE GÊNERO A PARTIR DA PERSPECTIVA CONSERVADORA CRISTÃ.....	86
3.3	GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESFERA NEOLIBERAL-CONSERVADORA DO YOUTUBE.....	95
3.4	AGONÍSTICA ENTRE O CONSERVADORISMO CRISTÃO E OS ESTUDOS DE GÊNERO.....	111
<b>4</b>	<b>DISCURSOS ANTIGÊNERO, SEXUALIDADE E HISTÓRIA.....</b>	<b>127</b>
4.1	SEXUALIDADE, HISTÓRIA E ARQUEOGENEALOGIA.....	128
4.2	SUJEITOS, CIÊNCIA E SEXUALIDADE NA MODERNIDADE.....	131
4.3	PRAZERES SEXUAIS, MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA NO MUNDO GREGO CLÁSSICO.....	143

4.4	PRÁTICAS DO CUIDADO DE SI NOS PENSAMENTOS HELENÍSTICO E ROMANO.....	150
4.5	A CARNE NOS PRIMEIROS SÉCULOS CRISTÃOS.....	158
4.6	DOIS MODELOS DO SEXO E A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES.....	173
4.7	O PROCESSO CIVILIZADOR, A CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA NUCLEAR.....	177
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>190</b>

## RESUMO

VIEIRA, Breno Buxton dos Reis, M.Sc., Universidade Vilha Velha - ES, março de 2023.

**Neoliberalismo e discursos antigênero no YouTube: Uma Cibercartografia.**

Orientador: Pablo Ornelas Rosa.

As tecnologias de informação e comunicação vêm produzindo diversas alterações em nossas vidas e no funcionamento da sociedade, impactando processos políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Partindo dessa constatação aliada ao fato de que as redes sociais têm sido usadas pela direita para difusão de seus ideários, esta pesquisa tem como objetivo abordar os enunciados conservadores acerca dos estudos sobre gênero e sexualidade. Mais especificamente, a difusão de discursos por meio de veiculação de vídeos no YouTube vem alcançando audiências em quantidades expressivas e, assim, contribuindo para a amplificação das discussões antigênero. Entre os espaços de difusão da agenda antigênero no YouTube, a Brasil Paralelo, o Burke Instituto Conservador e o Instituto Borborema vêm se destacando como centros de formação e comunicação relevantes para a direita brasileira. O objetivo geral da pesquisa é verificar em que medida suas produções audiovisuais em torno da ideologia de gênero refletem uma racionalidade neoliberal em sua faceta conservadora. Outro aspecto referente ao nosso objetivo geral diz respeito a discussão sociológica, historiográfica e filosófica em busca de uma genealogia dos discursos sobre sexualidade e gênero. De fundamental importância será a obra foucaultiana para este trabalho de historicizar as práticas sexuais e desfazer as naturezas e essências defendidas pelo campo direitista. O conteúdo audiovisual que compõe o material a ser analisado será abordado pelo método cibercartográfico. A partir da análise do conteúdo audiovisual, consideraremos as transformações nas relações entre sujeito e sexualidade a partir da obra de Michel Foucault, buscando oferecer uma compreensão mais nuançada do ponto de vista social e histórico sobre temas caros aos discursos da direita política como família, infância, religião e sexualidade.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero; neoliberalismo, conservadorismo; plataformas digitais

## **ABSTRACT**

VIEIRA, Breno Buxton dos Reis, M.Sc., Universidade Vilha Velha - ES, March, 2023.

**Neoliberalism and anti-gender discourses on YouTube: A Cibercartography.**

**Advisor:** Pablo Ornelas Rosa.

Information and communication technologies have been producing several changes in our lives and in the functioning of society, impacting political, economic, cultural processes, among others. Based on this finding, combined with the fact that social networks have been used by the right to disseminate their ideas, this research aims to address conservative statements about studies on gender and sexuality. More specifically, the dissemination of discourses through the transmission of videos on YouTube has been reaching audiences in significant numbers and, thus, contributing to the amplification of anti-gender discussions. Among the spaces for disseminating the anti-gender agenda on YouTube, Brasil Paralelo, the Burke Instituto Conservador and the Instituto Borborema have been standing out as relevant training and communication centers for the Brazilian right. The general objective of the research is to verify to what extent their audiovisual productions around gender ideology reflect a neoliberal rationality in its conservative facet. Another aspect related to our general objective concerns the sociological, historiographical and philosophical discussion in search of a genealogy of discourses on sexuality and gender. Of fundamental importance will be Foucault's work for this work of historicizing sexual practices and undoing the natures and essences defended by the rightist field. The audiovisual content that composes the material to be analyzed will be approached by the cibercartographic method. From the analysis of the audiovisual content, we will consider the transformations in the relations between subject and sexuality from the work of Michel Foucault, seeking to offer a more nuanced understanding from the social and historical point of view on themes dear to the discourses of the political right, such as family, childhood, religion and sexuality.

**Keywords:** gender ideology; neoliberalism; conservatism; digital platforms

# 1 INTRODUÇÃO

A emergência de novos atores políticos que fazem da internet um canal privilegiado para difundir suas propostas de governo levou a acontecimentos que abalaram a anterior confiança na democracia liberal e nas “regras do jogo” político. As eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016, que levaram à vitória de Donald Trump, como também as eleições presidenciais brasileiras de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, são exemplos notórios da força que a internet – e sobretudo as mídias sociais – adquiriu nas disputas político-partidárias nos últimos anos.

De acordo com Empoli (2019), o próprio funcionamento básico das mídias sociais, com sua busca por aumento crescente do engajamento dos usuários, faz com que os conteúdos reais que circulam nessas plataformas não despertem grande preocupação por parte de seus proprietários e desenvolvedores, o que leva ao cenário de radicalização política nas postagens, interações e atuações estabelecidas a partir do uso delas. Destarte, afirma o autor que “a indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais atenção e engajamento que os debates enfadonhos da velha política” (p. 60).

Além disso, a engenharia fina das mensagens feitas sob medida para cidadãos específicos a partir do potencial gigantesco de extração e mineração dos dados dos usuários por meio das tecnologias de Big Data permite essa lapidação constante dos conteúdos endereçados aos cidadãos-eleitores em situações de decisão democrática para que suas escolhas sejam favoráveis aos projetos dos candidatos aos cargos políticos – vide o caso Trump e sua relação com o Facebook e a agência Cambridge Analytica (p. 96-102). A mobilização de afetos como o medo e o ódio, as necessidades de cada vez maior engajamento e as disputas eleitorais nesse universo digital produzem uma modificação que tende a reduzir o caráter centrípeto das campanhas – quando “quem quisesse criar um consenso majoritário – e não só de nicho – tinha que se dirigir ao eleitor médio com mensagens moderadas, em torno das quais poderia convergir o maior número possível de pessoas” (p. 61) – em proveito de uma lógica centrífuga, ou seja, extremada e sob medida para canalizar os afetos e as expectativas de cada um. Mais um aspecto importante na relação entre líderes políticos e mídias digitais se refere aos grupos com adesão mais estreita e radical em relação aos discursos das novas lideranças:

Nesse quadro, a importância da minoria intolerante é capital. Para que uma dúvida possa se desenvolver no coração da maioria flexível, é necessário que o argumento radical obtenha uma massa crítica que o sustente. Por isso, Trump e os outros populistas não podem se permitir renunciar aos seus apoios mais extremos. São esses que constituem a pedra fundamental da mobilização em seu favor (Empoli, 2019, p. 107).

A derrota de Trump em 2020 certamente representou um golpe considerável nas pretensões das direitas ao redor do mundo, mas o movimento e a mentalidade criada permanecem mobilizando parcelas consideráveis da população estadunidense, pois os conteúdos preconceituosos e “politicamente incorretos” que Trump veiculava permanecem inseridos nos comportamentos e nas mentalidades de muitos eleitores.<sup>1</sup>

No cenário brasileiro, a ascensão das direitas se tornou fato consumado quando Jair Bolsonaro vence as eleições de 2018. Porém, o clima para o surgimento e consolidação dessa conjuntura é mais complexo. Os escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato e sua ampla veiculação pelas mídias corporativas, fragilizou o governo de Dilma Rousseff e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) já no contexto das eleições de 2014. A vitória apertada no segundo turno levou a reações políticas, como o questionamento do resultado pelo candidato derrotado Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que constituiu um episódio no processo de ruptura em relação ao jogo eleitoral desde a redemocratização.

Tão ou mais importante do que o questionamento eleitoral foi o processo de ampliação das manifestações das direitas nas ruas. Grupos liberais, conservadores e até mesmo integralistas foram ocupando espaços urbanos em prol de seus diferentes pensamentos, mas todos fazendo oposição ao governo do PT, o que fomentou o antipetismo como vetor aglutinador das diversas frentes direitistas. O antipetismo foi, por sua vez, bastante reforçado pelo discurso do “combate à corrupção” protagonizado pela Lava Jato e divulgado com grande ênfase pela mídia corporativa. Como afirma Casara:

Atualmente, esse processo de utilização política do significante “corrupção”, sempre atribuída ao outro, torna-se ainda mais fácil. Isso se dá através da transformação do “combate à corrupção” em mercadoria, um “bem” que não apresenta contornos rígidos, é maleável e seletiva, mas que acaba vendida como de interesse de todos e utilizável contra todos os indesejáveis. A mercadoria “combate à corrupção” tem consumidores cativos, um público formatado para aplaudir qualquer ato que se afirma “contra a corrupção”, mesmo que ineficaz ou draconiano. O “combate à corrupção” vendido à população, sempre ao gosto dos

---

<sup>1</sup> Cf. Estadão Conteúdo, 2021, EUA: trumpismo resiste, encorajado por teorias da conspiração. [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/28/interna\\_internacional,1281139/eua-trumpismo-resiste-encorajado-por-teorias-da-conspiracao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/28/interna_internacional,1281139/eua-trumpismo-resiste-encorajado-por-teorias-da-conspiracao.shtml).

proprietários dos meios de comunicação de massa, não atinge as elites econômicas e nem seus privilégios, mas permite ações, nem sempre legítimas, contra os indesejáveis, inclusive os adversários políticos dos detentores do poder econômico e das agências do Sistema de Justiça (Casara, 2020, p. 45)

A crise econômica logo acrescentou mais descontentamento em relação àqueles que discordavam havia muito das posições do PT, mas também de cidadãos sem orientação político-partidária definida e que foram atingidas pelas denúncias de corrupção e, mais diretamente, pela crise. Os problemas da violência nas grandes cidades e da falta de segurança também foram capitalizados politicamente pelas direitas por meio da divisão entre “cidadãos de bem” e o “vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro”, reforçando uma estrutura autoritária que finca raízes mais profundas na sociedade brasileira (Teles, 2018, p. 79).

Nesse contexto, indivíduos e grupos adquiriram uma força que se manifestou na vitória de um candidato clara e assumidamente de direita nas disputas presidenciais de 2018. A ascensão da direita não deve, porém, ser reduzida à figura de Bolsonaro e seu grupo de apoiadores mais fiéis. O que ocorreu nos últimos anos foi, na verdade, uma proliferação de vozes e posicionamentos no campo mais à direita, com liberais e conservadores (Rocha, 2021), mas também monarquistas (Quadros, 2017) e mesmo integralistas (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020) nas ruas, redes sociais e disputas simbólicas e políticas<sup>2</sup>.

Novos atores como o Movimento Brasil Livre, Movimento Vem Pra Rua e Revoltados Online surgem nesse contexto de crescimento da direita impulsionada por defesas do livre mercado, beneficiando-se das denúncias de corrupção e do desgaste gerado sobre o PT e as esquerdas. Movimentos que tiveram as redes digitais como incubadoras importantes quanto ao desenvolvimento de canais de comunicação e diálogo entre indivíduos e iniciativas de organização em torno de seus ideários (Rocha, 2021). Contudo, as redes serviram também para o aumento da polarização entre antipetistas e “antiantipetistas”, marcadamente entre indivíduos que utilizam redes como o Facebook como fonte de informação e discussão sobre questões políticas e que se aproximaram de páginas do Facebook contra o PT ou com posições

---

<sup>2</sup> Importa sublinhar que a direita nunca esteve ausente da vida política brasileira após a redemocratização, mas sim que houve um período marcado por uma “direita envergonhada” e, por isso, relutante em assumir suas posições e ideias mais explicitamente (Quadros, 2020), como também já havia movimentos antipetistas nas ruas (como o movimento *Cansei* ainda no período Lula e que não obteve grande repercussão), além das expressivas *Jornadas de Junho* de 2013, mas estas ainda foram marcadas por pautas diversificadas e ainda não cristalizadas em torno do antipetismo como as manifestações seguintes (Rocha, 2021).

mais favoráveis ao partido, mesmo que em muitos casos mantendo uma postura crítica a ele. (Solano; Ortellado; Ribeiro, 2019).

O descrédito dos meios de comunicação nos últimos anos também contribuiu para o uso das mídias digitais não apenas como entretenimento e comunicação entre as pessoas, mas também como fonte de informação sobre acontecimentos e fatos do cotidiano. O uso dessas tecnologias para a articulação de grupos com afinidades políticas é então impulsionado, além de conferir aos líderes políticos uma vantagem relativa à sensação de maior proximidade com os eleitores fornecida por sua presença em plataformas digitais. Porém, esse questionamento dos meios tradicionais pode levar a uma postura anti-intelectual e desafiadora quanto à importância até então atribuída ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento de um conhecimento aprofundado em relação a um determinado campo do saber, o que por sua vez conduz a uma comunicação e interação baseada em fake news, conspirações e ódio ao divergente e ao diferente (Solano, 2020).

Elemento importante nesse contexto de ascensão da direita brasileira diz respeito às iniciativas em torno da geração e difusão de conteúdo audiovisual em plataformas como o YouTube, envolvendo a criação de canais defensores de pautas liberais e conservadoras. Uma das principais iniciativas de veiculação audiovisual pelo campo conservador se deu através da Brasil Paralelo (BP), empresa produtora de vídeos que abordam temas como história, filosofia, política, artes, economia, educação e atualidade por meio de seus documentários, filmes, programas, cursos e séries. Criada em 2016, a Brasil Paralelo se apresenta como “uma empresa de entretenimento e educação” e “orientada pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo.”<sup>3</sup> A produtora possui mais de 2 milhões e 920 mil inscritos em seu canal do YouTube e 1.756 vídeos disponíveis. Seus milionários investimentos em plataformas como o Facebook para fins de propaganda<sup>4</sup> devem ser igualmente destacados nesta apresentação.

A criação de institutos voltados para a formação de um público direitista aparece também como fenômeno importante. Castro Rocha (2021) faz referência a

---

<sup>3</sup> As informações apresentadas neste parágrafo sobre a BP estão disponíveis em: <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>

<sup>4</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/>

um deles: o Instituto Borborema. Fundado em 2015 na cidade de Campina Grande/PB, o Instituto oferece “cursos presenciais, cursos online e aulas de formação básica”, afirmando o seguinte: “Por acreditar que a mudança real só poderá vir do resgate da verdadeira cultura, não militamos politicamente (a política é apenas reflexo da cultura)<sup>5</sup>” O Instituto possui mais de 117 mil inscritos em seu canal do YouTube e 506 vídeos disponibilizados<sup>6</sup>.

O Burke Instituto Conservador é outra iniciativa da direita brasileira com objetivos de formação dos seus apoiadores. Conforme consta em seu site, o Instituto oferece cursos que tocam em áreas como o direito, a filosofia, a pedagogia e a política e se apresenta como um “centro cultural de constituição clássica”. As bases para o conteúdo e os cursos oferecidos pelo Instituto são, segundo eles, a “Filosofia grega, a Moral judaico-cristã e o Direito Romano<sup>7</sup>” Também presente no YouTube, o Burke possui mais de 53 mil inscritos e apresenta 471 vídeos em seu canal<sup>8</sup>.

Embora a criação de instituições de defesa do ideário conservador não seja novidade, como Rocha (2021) mostra nos casos do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF, criado em 1949), da Sociedade Convívio (criada em 1961) e da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP, criada em 1960), o declínio ou encerramento das atividades desses centros gerou certo vácuo nesse campo. Assim, as três iniciativas mencionadas vêm cumprindo a tarefa de reorganizar grupos direitistas a partir das novas possibilidades fornecidas pelas redes.

Como apontado acima, um elemento relevante na ascensão da direita brasileira refere-se ao emprego de táticas e ações voltadas à manutenção do *status quo* social naquilo que concerne aos costumes vistos como tradicionais e basilares para a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Partindo dessa constatação, aliado ao uso das redes sociais pela direita para difusão de seus ideários, propomos a realização de uma pesquisa que tenha como objetivo abordar os enunciados conservadores acerca dos estudos de gênero, assim como das lutas sociais de ativistas das minorias sexuais.

---

<sup>5</sup> As informações apresentadas neste parágrafo sobre o Instituto Borborema estão disponíveis em: <https://institutoborborema.com/sobre/>

<sup>6</sup> [https://www.youtube.com/results?search\\_query=instituto+borborema](https://www.youtube.com/results?search_query=instituto+borborema)

<sup>7</sup> As informações apresentadas neste parágrafo sobre o Burke Instituto Conservador estão disponíveis em: <https://www.burkeinstituto.com/o-instituto/>

<sup>8</sup> [https://www.youtube.com/results?search\\_query=burke+instituto](https://www.youtube.com/results?search_query=burke+instituto)

Mais especificamente, a difusão de discursos por meio de veiculação de vídeos no YouTube vem alcançando audiências em quantidades expressivas e, assim, contribuindo para a amplificação de discussões antigênero. Pelos dados mencionados anteriormente, a Brasil Paralelo, o Burke Instituto Conservador e o Instituto Borborema vêm se destacando como centros de formação e comunicação relevantes para a direita brasileira. Nesse sentido, a pergunta colocada nesta pesquisa é a seguinte: como os enunciados em torno da ideologia de gênero feitas nos vídeos selecionados nos canais de YouTube da Brasil Paralelo, do Burke Instituto Conservador e do Instituto Borborema refletem uma racionalidade neoliberal em sua faceta conservadora?

Para responder a essa questão, um dado deve ser colocado desde já: enquanto estudos (capítulos de livros, artigos, apresentações em eventos, monografias e dissertações) sobre a Brasil Paralelo foram encontrados, não se pode dizer o mesmo a respeito dos dois institutos mencionados. De fato, não foram encontradas pesquisas acadêmicas sobre o Burke Instituto Conservador e o Instituto Borborema.

Conforme os achados resultantes da revisão de literatura, os estudos feitos sobre a Brasil Paralelo vêm focando sobretudo em suas tentativas de revisionismo histórico, com particular atenção ao passado político brasileiro. Além disso, frisamos que não foram encontrados estudos sobre o Burke Instituto Conservador e o Instituto Borborema. Destarte, a proposta desta pesquisa pode ser justificada por ela tratar dos enunciados feitos pela produtora e pelos institutos acerca dos estudos de gênero, dos argumentos que embasam sua rejeição a tais estudos e da alegada ameaça representada pelos estudos de gênero sobre a ordem social e os valores tradicionais brasileiros. Pode ser justificada também de um ponto de vista sociocultural, uma vez que a investigação sobre discursos conservadores sobre sexualidade pode ajudar a desvelar antigas percepções autoritárias e pouco interessadas em reconhecer as diferenças.

O objetivo geral da pesquisa é verificar em que medida os vídeos em torno da ideologia de gênero refletem uma racionalidade neoliberal em sua faceta conservadora. Outro elemento de nosso objetivo geral é o de trazer a discussão sociológica, historiográfica e filosófica para estabelecermos uma agonística com relação aos discursos da direita brasileira sobre sexualidade e gênero. De

fundamental importância será a obra foucaultiana para este trabalho de historicizar as práticas sexuais e desfazer as naturezas e essências defendidas pelo campo direitista.

Nossos objetivos específicos são os seguintes: analisar como se dá a construção discursiva da tradição social e cultural por meio das audiovisualidades platafórmicas; abordar continuidades e descontinuidades entre a racionalidade neoliberal e o conservadorismo antigênero através dos discursos presentes nos vídeos; compreender como ocorreu o nascimento dos estudos de gênero e sua contraposição, tratando-os enquanto “ideologia de gênero”; situar quais são os principais autores e autoras que figuram como protagonistas pela Brasil Paralelo, Burke Instituto Conservador e Instituto Borborema no que se refere aos estudos de gênero e sexualidade; analisar os principais argumentos utilizados para desqualificar os estudos de gênero; contrapor os argumentos apresentados pelas autoras e autores conservadores frente os feminismos pós-estruturalistas, negro e decolonial, assim como os estudos queer; compreender como esses discursos são produzidos nas redes através das plataformas digitais, tendo em vista que elas passaram a dominar pela qual acessamos informações e interagimos no século XXI; apresentar uma discussão historiográfica sobre a história da sexualidade, abordando temas pertinentes através da obra de Michel Foucault, mas também tomando outros autores que apresentaram contribuições importantes para o presente trabalho.

Os procedimentos metodológicos empregados foram: realizar o levantamento bibliográfico sobre pesquisas anteriores que abordaram a Brasil Paralelo, o Burke Instituto Conservador e o Instituto Borborema; acessar os sites da produtora de vídeos e dos dois institutos para obtenção de informações sobre suas respectivas histórias, missões, objetivos etc.; cessar a plataforma Youtube e os canais da Brasil Paralelo, do Burke Instituto e do Instituto Borborema e obter, por meio das palavras-chave “ideologia de gênero”, “feminismo” e “família”, os vídeos resultantes; excluir determinados formatos de vídeo (podcasts e entrevistas), para abarcar apenas aqueles que apresentam conteúdo que expressa as visões da Brasil Paralelo, do Burke Instituto e do Instituto Borborema sobre feminismo, gênero e família sob formato expositivo; excluir vídeos com duração inferior a dez minutos, para que sejam consideradas produções mais discursivamente elaboradas; excluir vídeos postados antes de 2020, para garantir maior atualidade no conteúdo a ser analisado; selecionar três vídeos de cada um dos objetos investigados, a saber, Brasil Paralelo, Burke Instituto Conservador e Instituto Borborema; assistir os vídeos selecionados e textos

disponíveis para caracterização dos sentidos atribuídos à perspectiva antigênero no contexto político e social brasileiro; analisar, desde uma perspectiva arqueogenealógica, os discursos presentes no material selecionado para uma adequada historicização dos temas imbricados no campo da sexualidade (mulheres, crianças, família, corpo etc.).

Foram selecionados, no total, nove vídeos: três vídeos da Brasil Paralelo, três vídeos do Burke Instituto Conservador e três do Instituto Borborema. Foram excluídos resultados de busca no YouTube que apresentaram vídeos postados antes de 2020, para fins de mantermos maior atualidade em relação ao conteúdo a ser analisado. Também foram excluídos vídeos com duração inferior a 10 minutos, para evitarmos a ocorrência de recortes (prática comum na plataforma do YouTube) entre o material selecionado. Foram excluídos vídeos em formatos de podcast e entrevistas, para focarmos em conteúdo mais expositivo e que expressa de forma mais clara as posições sobre gênero, feminismo e família.

Os vídeos selecionados a partir do canal da Brasil Paralelo para análise foram os seguintes: o segundo episódio da série *As grandes minorias*, intitulado *Geração sem gênero*. Lançado como parte da série lançada em 2020, este episódio, com duração de 38 minutos e 45 segundos, conta atualmente com 1.093.115 visualizações.<sup>9</sup> O segundo vídeo da BP é intitulado *Diferença salarial entre homens e mulheres*, foi lançado em 2021 e apresenta duração de 19 minutos e 32 segundos, contando com 101.714 visualizações<sup>10</sup>. O terceiro vídeo da BP é intitulado *Feminismo e marxismo* e faz parte da série *A história do feminismo*, lançada em 2022. O vídeo “Feminismo e marxismo” apresenta duração de 1 hora, 34 minutos e 08 segundos, contando com 405.680 visualizações hoje<sup>11</sup>.

Do Burke Instituto Conservador selecionamos os seguintes vídeos: o primeiro é intitulado *Orgulho gay ou revolução?*, lançado em 2020 com duração de 25 minutos e 54 segundos e contando com 1.160 visualizações<sup>12</sup>. O segundo vídeo se chama *Por que a família está sendo tão atacada?*, foi lançado em 2020 e possui

---

<sup>9</sup><https://www.youtube.com/watch?v=EOdcJ7JuiXk&list=PLzxr4kwP4Q9PGp2p5SqRg3GDcX40ZvOZF>

<sup>10</sup><https://www.youtube.com/watch?v=Lk50wHGzogl&list=PLzxr4kwP4Q9PGp2p5SqRg3GDcX40ZvOZF&index=2>

<sup>11</sup><https://www.youtube.com/watch?v=OLi5SiIKYPo&list=PLzxr4kwP4Q9PGp2p5SqRg3GDcX40ZvOZF&index=3>

<sup>12</sup><https://www.youtube.com/watch?v=ekkOmdQXK8k&list=PLzxr4kwP4Q9PGp2p5SqRg3GDcX40ZvOZF&index=4>

duração de 17 minutos e 43 segundos e foi visualizado 934 vezes<sup>13</sup>. O terceiro vídeo é intitulado *Por que a esquerda defende aborto e promiscuidade?*, foi lançado em 2020 e conta com 10 minutos e 35 segundos de duração e 2.627 visualizações<sup>14</sup>.

Do Instituto Borborema foram selecionados os seguintes vídeos: o primeiro se chama *Destruição da família: uma agenda antiga*, lançado em 2021 e contando com 1 hora, 51 minutos e 12 segundos de duração e 268.501 visualizações<sup>15</sup>. O segundo vídeo é intitulado *A perversão do significado de família*, foi publicado em 2021 e conta com 47 minutos e 42 segundos de duração e possui 10.444 visualizações<sup>16</sup>. O terceiro vídeo se chama *A importância do fortalecimento das comunidades e famílias*, foi publicado em 2020 e possui 1 hora e 32 segundos de duração, apresentando 5.619 visualizações<sup>17</sup>.

O conteúdo audiovisual que compõe o material a ser analisado será complementado por textos disponíveis nos sites das respectivas empresas para fins cibercartográficos que consideram diversas modalidades discursivas para a compreensão de seu objeto. Tanto os aspectos discursivos quanto imagéticos e estéticos serão considerados para a caracterização do objeto proposto. A cartografia se dá não através de um procedimento prescritivo, no qual regras são fixadas de antemão, porque o desafio cartográfico é o de “realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hodós), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (Passos; Barros, 2009, p. 17). Como afirma Rolnik (2011), o cartógrafo político não se dedica ao poder como soberania ou dominação, mas tendo como foco as relações micropolíticas, através do poder visto “em sua dimensão de técnicas de subjetivação – estratégias de produção de subjetividade -, dimensão fundamental da produção e reprodução do regime em em curso” (p. 70) Na adaptação da cartografia ao cenário digital, para Rosa, Souza e Camargo (2019), a cibercartografia se dá

a partir de metodologias influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista apresentado por pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, dentre outros, possibilitando o mapeamento de elementos discursivos independente do formato, método, tecnologias e mecanismos de produção de narrativas. A adoção desse método nos possibilitou ir além do material encontrado em livros e/ou artigos para que pudéssemos identificar também como os discursos

---

<sup>13</sup><https://www.youtube.com/watch?v=Nbqk94UsWEM&list=PLzxr4kwP4Q9PGp2p5SqRg3GDcX40ZvOZF&index=6>

<sup>14</sup><https://www.youtube.com/watch?v=T4Stc7n-kL4&t=33s>

<sup>15</sup>[https://www.youtube.com/watch?v=IPFX5QDL\\_pc&t=1581s](https://www.youtube.com/watch?v=IPFX5QDL_pc&t=1581s)

<sup>16</sup><https://www.youtube.com/watch?v=9MpLmN8ALyA&t=907s>

<sup>17</sup><https://www.youtube.com/watch?v=4OjPgIs0yg8&t=3213s>

e valores compartilhados pelas direitas conservadoras e/ou liberais-conservadoras têm emergido no contexto do ciberespaço e seu impacto sociológico (p. 305).

Feitas as considerações sobre a pergunta da pesquisa, seus objetivos e procedimentos, a contextualização aqui realizada deve tocar em outros pontos importantes para nossos propósitos. Desse modo, e ainda na esfera da comunicação digital, as últimas eleições presidenciais no Brasil foram marcadas pelo uso em escala inédita de redes sociais e aplicativos de mensagens (sobretudo o WhatsApp) que conferiu um caráter de novidade à dinâmica entre candidatos, partidos políticos e eleitores – embora o uso dessas plataformas já tenha se mostrado em disputas anteriores. O que marca as eleições em questão, no entanto, é a amplitude de sua utilização e o impacto que tiveram nos resultados: o famigerado emprego de táticas de difamação dos adversários eleitorais, com o destacado recurso aos conteúdos de mensagens marcadas por distorções, adulterações e mentiras deliberadas, constitui um dos principais fatores que singularizaram as eleições de 2018.<sup>18 19</sup>

Como ressalta Nicolau (2020), a mensuração do impacto real da propagação de fake news sobre o resultado das eleições é difícil de ser obtida, pois, como ele afirma, a mera existência da difusão de fake news não mostra o quanto a opinião pública e o voto foram efetivamente moldados por elas. É razoável afirmar, porém, o papel de relevo dessas notícias deliberadamente manipuladas no saldo final da disputa presidencial, sendo que, como aponta o autor, o uso de notícias falsas foi sobretudo utilizado pelo candidato vencedor:

Em 2018, a maioria das fake news foi difundida pelos apoiadores de Bolsonaro e teve como alvo o candidato do PT. Por exemplo, um levantamento de 123 notícias falsas difundidas ao longo da campanha indica que 104 (85%) beneficiaram Bolsonaro e 19 (15%) favoreceram Haddad (Nicolau, 2020, p. 85)

Além disso, a estratégia bolsonarista de ocupação de espaços no campo digital de informação e comunicação fez com que o então candidato estabelecesse larga vantagem em termos de capilaridade digital nas redes sociais e aplicativos de mensagens, o que, por sua vez, facilitou a propagação de fake news e aumentou seu impacto nas eleições. Nesse âmbito, a investigação jornalística empreendida por

---

<sup>18</sup> Não se trata de afirmar que a difusão de mentiras para o descrédito dos adversários políticos tenha sido desenvolvida apenas recentemente com o concurso das novas tecnologias, mas sim de enfatizar que o alcance dessas distorções dos fatos foi impulsionado e multiplicado pelas potencialidades oferecidas por tais plataformas.

<sup>19</sup> O emprego de notícias falsas (fake news) para fins eleitorais não foi empregada apenas para o benefício do vencedor daquela disputa à presidência, mas foi adotado também por outros candidatos, como a autora relata acerca de uma fake news envolvendo Flávio Bolsonaro e o suposto uso de uma camiseta que expressava discriminação aos nordestinos (Mello, 2020, p. 30)

Mello (2020), a qual levou à evidenciação de um esquema envolvendo empresários apoiadores de Bolsonaro (embora a jornalista deixe claro que não houve elementos suficientes para concluir que o candidato soubesse de fato dessa operação) e a contratação de agências de marketing eleitoral para o disparo em massa de notícias falsas e memes para o descrédito dos adversários.<sup>20</sup>

A matéria revelava que empresas se preparavam para comprar, de agências de marketing digital, pacotes de disparos em massa no WhatsApp de mensagens contra o PT e planejavam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno. Prática ilegal tanto por se tratar de doação de campanha *por empresas* quanto por não ter sido declarada ao TSE, conforme exige a legislação (Mello, 2020, p. 33)

A forte presença do eleitorado evangélico ficou mais clara também nas últimas eleições presidenciais. Embora o crescimento desse segmento religioso na população brasileira seja um fato de conhecimento geral, sua participação e peso no universo político foi sendo aclarado em uma cronologia mais recente. Desse modo, pesquisadores como Lacerda (2018), Almeida (2019), Nicolau (2020), apontam o crescimento da influência evangélica sobre os rumos políticos do país: seu apoio a Bolsonaro em 2018 foi importante para a vitória do então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL)<sup>21</sup>. Embora católico, Bolsonaro conseguiu alinhar sua postura e seu discurso com o segmento evangélico do eleitorado, seja por meio de atos simbólico-rituais como seu batizado no rio Jordão em Israel pelo Pastor Everaldo, seja, conforme argumenta Nicolau (2020), por uma reorientação de suas intervenções como parlamentar que se ampliam para abranger também a defesa de pautas conservadoras de comportamento e moral, indo além da defesa da corporação militar que havia, até então, marcado sua atuação na Câmara dos Deputados – tal aproximação entre o então parlamentar e o campo evangélico teria ocorrido, segundo a hipótese do autor, a partir de 2011.

Ele passa a dar destaque ao que chama de “defesa da família tradicional”, que a seu ver seria ameaçada pelo casamento gay, pelo material escolar do governo do PT “que incentiva as crianças a serem homossexuais” e até pela “lei menino Bernardo” (lei 13 010/2014), que pune castigos físicos e maus-tratos contra as crianças, a qual, para Bolsonaro, tiraria a autonomia dos pais. É como defensor dessa agenda que ele estabelece as primeiras conexões com a bancada religiosa e conservadora da Câmara dos Deputados (Nicolau, 2020, p. 69)

---

<sup>20</sup> O que não exclui o papel desempenhado por outros jornalistas, pesquisadores e agências de checagem no desvelamento do fato em questão, como a própria autora enfatiza. O esforço desses diversos atores contribuiu, posteriormente, para maior rigor na regulamentação pela justiça eleitoral quanto aos problemas evidenciados e ao reconhecimento, por parte do próprio WhatsApp, do uso indevido do aplicativo para os fins já mencionados.

<sup>21</sup> Com cerca de 70% dos votos evangélicos concedidos a Bolsonaro (Nicolau, 2020, p. 65).

Dessa forma, o grande apoio que Bolsonaro recebeu em 2018 estaria relacionado à imagem que ele construiu em torno de si como político comprometido com os valores tradicionais, os quais são, de forma geral, também endossados pelo eleitorado evangélico.<sup>22</sup>

Esse direcionamento também está nos argumentos apresentadas por Almeida (2019), quando ele se refere a uma onda conservadora dotada de quatro linhas de força: “economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante” (p. 185-86). Essas linhas aproximam posicionamentos políticos conservadores aos expressivos segmentos evangélicos, tais como nas ligações entre princípios do neoliberalismo e a teologia da prosperidade, o conservadorismo moral apoiado por muitos evangélicos em contraposição aos avanços de grupos feministas e outros movimentos de minorias no espaço público, a defesa de um direito mais punitivo (conforme votações de deputados dessas denominações religiosas em favor da redução da maioria penal) e a intolerância que se espalha pelo tecido social mais amplo em decorrência de distintas posturas políticas. O antipetismo, o liberalismo econômico, a moral cristã e a vontade de ordem foram os principais elementos identificados por Quadros (2020) para o crescimento da direita atual no Brasil após um período de relativa vergonha (a chamada “direita envergonhada”) gerado pelo fim do regime militar. Algo próximo foi constatado a partir da investigação sobre os discursos entre os formadores de opinião das direitas em sites e páginas de redes sociais, com o antipetismo, o conservadorismo moral e o neoliberalismo como campos semânticos centrais (Messenberg, 2019).

Embora não se refira ao contexto próprio das últimas eleições presidenciais, Lacerda (2018) fornece alguns elementos importantes para a compreensão dos vínculos entre conservadorismo e liberalismo no Brasil atual. A partir da análise da atuação de deputados ligados à bancada evangélica e à Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (55<sup>o</sup> legislatura), ela mostrou a grande proximidade entre esses setores e as práticas efetivadas em votações e discursos que envolviam pautas fundamentais para o que ela denominou articulação neoconservadora em nosso país: “o ativismo pela família patriarcal, pelo punitivismo, pelo neoliberalismo, em combate ao bolivarianismo e em defesa do Estado de Israel”

---

<sup>22</sup> Importa ressaltar o fato de que não existe, dentro do campo evangélico, adesão total a um conservadorismo político ou meramente comportamental e moral, pois é evidente que há – assim como em outras denominações religiosas (católicos, espíritas, umbandistas etc.) – divergência e pluralidade, com a óbvia presença de evangélicos que adotam posicionamentos mais progressistas.

(p. 18). Essa articulação neoconservadora brasileira apresenta, segundo a autora, paralelos – mas também divergências<sup>23</sup> – em relação ao movimento político neoconservador existente nos Estados Unidos, estruturado, a partir da década de 1970, como reação às conquistas de grupos feministas e outras minorias<sup>24</sup>, as quais provocaram a contraofensiva da direita cristã, da direita secular vinculada ao Partido Republicano e dos intelectuais neoconservadores<sup>25</sup>, gerando o movimento propriamente político citado.<sup>26</sup>

No Brasil, Lacerda observa uma dinâmica semelhante, a partir das reações aos programas e iniciativas por parte do Executivo e do Legislativo – sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores – no sentido de promover maior conscientização por parte da população quanto aos direitos das minorias e de consolidar tais demandas (direitos sexuais e reprodutivos). A partir daí, segundo a pesquisadora, crescem as confrontações discursivas e propositivas ao que será chamado “ideologia de gênero”<sup>27</sup>. Essa agenda de costumes e valores morais tradicionais seria a base da articulação neoconservadora no Brasil, a qual também se reflete, assim como ocorreu em seu antecessor do Norte, na defesa de pautas neoliberais, punitivistas, anticomunistas (antibolivarianas, no caso brasileiro) e sionistas. Porém, as disparidades econômicas reduzem o alcance declarado da defesa da agenda neoliberal na Câmara, pois embora muitos parlamentares evangélicos tenham votado em prol de medidas a favor do mercado (aprovação da PEC do teto de gastos e da reforma trabalhista), a adesão explícita e maciça por parte desses deputados evangélicos (ou ligados a este campo religioso) poderia significar a perda de votos, já que parte de sua base de eleitores está em camadas mais pauperizadas da população. Seja como for, os achados proporcionados pela pesquisa

---

<sup>23</sup> Dentre outras, aquela que se efetua em decorrência da disparidade de poderio geopolítico e econômico entre os dois países, pois enquanto nos EUA a atuação e os discursos neoconservadores eram voltados para a obtenção e a manutenção de sua hegemonia, no Brasil esses elementos neoconservadores são empregados para o afastamento do país em relação aos blocos de parcerias sul-sul, pois a retórica neocon tupiniquim frequentemente se refere a alguns países do sul global como ameaças socialistas aos valores da tradição cristã e capitalista – sobretudo países como Cuba e Venezuela (Lacerda, 2018. p. 158-159).

<sup>24</sup> Em oposição também aos movimentos de igualdade racial e organizações de trabalhadores em prol de políticas sociais (saúde, previdência, segurança alimentar) (p. 59).

<sup>25</sup> Com nomes como Leo Strauss, Irving Kristol, Daniel Bell, Nathan Glazer Seymour Martin Lipset etc. (p. 31)

<sup>26</sup> O neoconservadorismo nos EUA conseguiu exercer influência considerável em alguns governos republicanos, principalmente os de Ronald Reagan e de George W. Bush.

<sup>27</sup> Lacerda mostra que aquilo entendido por ideologia de gênero no nosso contexto tem raízes em setores mais conservadores da Igreja Católica e da direita católica estadunidense (p. 85-87).

da autora situam o então deputado federal Jair Bolsonaro como um dos principais expoentes do neoconservadorismo na política brasileira.

Uma caracterização inicial do governo Bolsonaro a respeito de suas diretrizes discursivas deve passar por uma consideração acerca do que se entende por direita e esquerda. Embora estes conceitos devam ser despidos de qualquer pretensão absoluta de enquadrá-los como totalidades monolíticas e historicamente imutáveis, alguns traços podem ser visualizados da seguinte maneira: por direita entende-se um conjunto de ideias, teorias, condutas, visões de mundo e práticas políticas concretas que confere menor valor ao problema da igualdade entre os cidadãos, grupos e camadas socioeconômicas, pois apresenta uma tendência maior a naturalizar as desigualdades, ou a inscrevê-las nas tradições, nos costumes e normas; ao contrário do que entendemos por esquerda, cuja orientação se faz mais em termos de políticas que se apresentam como voltadas para a redução das disparidades socioeconômicas – ainda que essa redução possa ter caráter bastante limitado, conforme o momento histórico, as relações de força entre os governantes e setores como a oposição e a opinião pública, o enquadramento institucional e jurídico de determinado país em determinado contexto, a situação econômica nacional e internacional etc. Sobre essa distinção espinhosa, argumenta Bobbio o seguinte:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (...) A direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado. (Bobbio, 1995, p. 105-106)

O conservadorismo ao qual se fará referência diz respeito ao posicionamento de defesa contínua de valores tradicionais da sociedade brasileira: família constituída por um homem e uma mulher com objetivos de procriação; a rejeição às lutas, aos movimentos e aos direitos obtidos por grupos feministas e outras minorias, os quais são atacados com base na alegada ameaça que representariam para a ordem social tradicional; a manutenção dos papéis a serem efetivados por homens e mulheres com base na distinção biológica entre os sexos; a ênfase sobre a importância de uma religiosidade sobretudo cristã (no sentido mais amplo que abrange tanto católicos quanto protestantes/evangélicos). Trata-se então de um conservadorismo social valorizando as hierarquias tradicionais, sobretudo aquelas de gênero. A designação tem as vantagens de não estabelecer ou reivindicar uma continuidade direta entre a direita brasileira atual e o neoconservadorismo estadunidense, ao mesmo tempo em que é compatível com outras formas de análise

política do bolsonarismo, tais como populismo (Cesarino, 2020; Castro Rocha, 2021) ou fascismo (Rosa, 2019).

As mudanças ocorridas nos últimos anos dentro do campo das direitas são complexas e tornam difícil a separação entre uma direita tradicional moderada e sua contraparte mais radicalizada e extremista. Vale a pena apresentar um pouco desses movimentos confusos dentro das direitas, como questiona Mudde.

Será o Tea Party um movimento da direita radical populista ou um movimento de direita mainstream com grupos e indivíduos da direita radical populista? O Partido Republicano é (ainda) um partido da direita mainstream com um líder de ultradireita, ou conseguiu Trump transformar o partido à sua imagem? Onde acaba o partido conservador britânico e começa o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) ou o partido do Brexit? Continua a existir uma diferença fundamental entre o Fidesz e o Movimento por uma Hungria Melhor (Jobbik), o partido originário da ultradireita na Hungria, que, nos últimos anos, fez campanha numa plataforma mais moderada do que o Fidesz, oficialmente “conservador”? (Mudde, 2020, p. 33)

Certo discurso patriótico<sup>28</sup> também faz parte do repertório do governo federal, apelando para símbolos nacionais e para uma tradição de pertencimento a uma suposta civilização judaico-cristã, contribuindo para o reforço da exclusão – ou pelo menos manutenção de sua invisibilidade – de elementos étnicos e culturais historicamente subalternizados (os universos ameríndio e africano) na trajetória do Brasil desde seu período colonial. Nesse sentido, Hall (2003) fornece algumas pistas acerca das relações contraditórias entre globalização e as identidades – com efeitos complexos nelas provocados –, com o surgimento de localismos que se expressam na forma de nacionalismos, inclusive com a ascensão de expressões fundamentalistas como fenômenos de defesa de uma unidade coletiva diante do processo de mudanças provocadas pela globalização.<sup>29</sup>

Por outro lado, o governo Bolsonaro também se apresenta como dinamizador das relações entre Estado e economia em certos pontos característicos daquilo que será abordado adiante como políticas econômicas neoliberais, seja no

---

<sup>28</sup> Desnecessário dizer que toda essa retórica patriótica – aliada ao apelo conservador e religioso – pode se dever, no fim, apenas ao oportunismo, à hipocrisia ou à mera estratégia de sobrevivência eleitoral e crescimento da adesão popular. Tudo isso, porém, produz efeitos de poder e são precisamente esses efeitos as coordenadas fundamentais de interesse neste texto.

<sup>29</sup> Embora o autor se refira particularmente ao fundamentalismo islâmico, certos fatos ocorridos nos últimos anos em nosso quadro político e social podem apontar uma perigosa direção a um fundamentalismo de face cristã: por exemplo, o *slogan* de Bolsonaro nas eleições de 2018 “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” fere o princípio da laicidade e sinaliza uma exclusão daqueles adeptos de outras crenças religiosas localizados fora do monoteísmo judaico-cristão. Além disso, a aprovação bastante recente no Senado de um jurista “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal constitui outro motivo de preocupação. Cf. FILHO, João; The Intercept Brasil. Diante de um Senado omissivo, André Mendonça negou o inegável. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/04/andre-mendonca-stf-senado-omisso/>.

sentido de uma intensificação na precarização dos direitos consolidados em torno de garantias trabalhistas e previdenciárias (Guerra; Camargos, 2021), seja em relação aos ajustes ditos necessários para uma melhor aproximação com os investidores estrangeiros, através da proposta de independência do Banco Central, e da deterioração do BNDES como instituição de fomento à economia nacional, ou mesmo com a popularização das injunções em torno do empreendedorismo como chave para o crescimento econômico do país, chave esta que produz efeitos em relação à diminuição das proteções fornecidas por políticas sociais – proteções já fragilizadas nos últimos anos em decorrência de reformas realizadas nos anos anteriores ao estabelecimento do governo bolsonarista (Dweck, 2021).

Desta forma, além da própria autodesignação do governo bolsonarista como de “direita”, suas ações ao longo de seu mandato até o presente momento deixam claras suas matrizes direitistas: tanto as expressões discursivas ríspidas e pouco respeitosas<sup>30</sup> em relação aos grupos citados (os diversos setores dos movimentos de minorias sexuais), quanto as políticas econômicas adotadas deixam claras as linhas de um governo com mínima – ou nenhuma – preocupação para com o crescimento das desigualdades dentro de um país com histórico de escravidão, autoritarismo, violência estatal contra as minorias, patriarcado, coronelismo etc. (Schwarcz, 2019) e com a persistência do racismo em suas diferentes formas. O caráter pouco afeito às mudanças sociais no sentido de maior bem-estar geral demonstradas pelo presente mandatário e suas políticas efetuadas ao longo dos últimos anos mostram também que, nesse caso, as manifestações discursivas se coadunam com as práticas concretas.

A justificação para o uso do termo “conservador” para se referir ao governo também já foi mencionada anteriormente: a importância atribuída aos valores religiosos, a relevância conferida à família tradicional, a negação e a oposição feitas aos avanços de grupos e movimentos minoritários - tais como os ataques à união entre pessoas não enquadradas pelos códigos heteronormativos, a rejeição aos direitos reprodutivos das mulheres (a questão do aborto) e a defesa de papéis tradicionais de homens e mulheres – todos esses elementos contribuem para o argumento de que se trata de um governo conservador.

---

<sup>30</sup> Cf. PUTTI, Alexandre; Carta Capital, 2020. Bolsonaro volta a atacar a comunidade LGBT ao comentar sobre educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-atacar-a-comunidade-lgbt-ao-comentar-sobre-educacao/>

Somado ao que foi dito, a retórica tipicamente presente no cenário da Guerra Fria (conceito que se refere ao período da história do século XX no qual, grosso modo, se deu o conflito entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia dos modelos políticos e econômicos do capitalismo e do socialismo, defendidos, respectivamente, pelas potências mencionadas) no chamado “mundo ocidental” - esfera de influência sobretudo estadunidense – enfatizava a ameaça representada pelo comunismo para os valores da civilização cristã, capitalista e livre.

A retórica anticomunista comum naqueles dias se apresenta agora renovada – embora datada e inconsistente, já que o conflito ideológico e político entre as duas grandes potências acabou há trinta anos, como é sabido por qualquer um que passou por aulas de história geral na escola – dentro de um aparato discursivo direitista que apresenta países geopoliticamente pouco expressivos (Cuba e Venezuela, por exemplo) como ameaças significativas à vida social e política do Brasil.

A despeito da importância análises feitas por Almeida (2018), Lacerda (2019) e Quadros (2020) sobre a proximidade entre neoliberalismo e conservadorismo na direita brasileira, defendemos que o neoliberalismo possui, por si só, um caráter conservador, como veremos a seguir quando abordarmos as ligações entre intelectuais e políticas neoliberais com governos autoritários e, mais ainda, com a defesa de tradições sociais hierárquicas em suas elaborações intelectuais. Um segundo fator de esclarecimento sobre o neoliberalismo vem de uma abordagem foucaultiana que não o considera apenas como retirada de direitos sociais, privatizações de empresas estatais e controle sobre os gastos públicos pelo governo, mas sim como uma racionalidade que perpassa as relações sociais a serem modeladas conforme o imperativo da concorrência e pelo modelo da empresa (Foucault, 2008).

O neoliberalismo possui plasticidade suficiente para se adequar tanto aos modelos democráticos liberais (inclusive adotado pelas esquerdas em diversos contextos nacionais) quanto aos exercícios autoritários de regime político. Como demonstram Dardot et al. (2021), a racionalidade neoliberal não pode ser reduzida simplesmente a uma doutrina ou ideologia, mas deve ser vista como dotada de estratégias que podem se expressar em modelos globalizantes, nacionalistas, progressistas, conservadores, democráticos, autoritários ou qualquer outro que permita, de acordo com as circunstâncias, o combate à soberania popular e lutas por

direitos sociais. O neoliberalismo visa construir um arcabouço jurídico que posicione o direito privado (sobretudo os direitos de propriedade) como fundamento intocável pelas reivindicações políticas e sociais por direitos coletivos e maior igualdade de fato.

As definições mais difundidas sobre o neoliberalismo abordam este conceito como uma tentativa de descrever e analisar mudanças nas relações entre Estado, economia e sociedade por meio de práticas políticas historicamente efetuadas, grosso modo, a partir das décadas de 1970 e 1980<sup>31</sup>. Exemplos dessas práticas podem ser situados nas políticas de redução da presença do Estado na regulação econômica, os cortes – ou a redução severa – de gastos sociais, a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, a flexibilização da legislação trabalhista, a expansão dos mercados financeiros em escala global etc. Não obstante tais mudanças tenham efetivamente se dado, no geral, nesses termos, a mera caracterização de políticas neoliberais em torno da redução da presença do Estado nas dimensões econômica e social mostra-se insuficiente, pois muitas vezes essa perspectiva fica reduzida ao panorama da luta de classes e das relações verticais de poder – embora fiquem aqui reconhecidos o valor e a relevância dessa abordagem materialista. O que aqui se pretende, ao contrário, é deslocar um pouco essa visão, tomando como fundamento a genealogia levada a efeito por Foucault e apresentada em seu curso de 1979 no Collège de France, intitulado *Nascimento da Biopolítica*. Antes disso, porém, deve-se dar algumas indicações sobre a dinâmica entre os indivíduos e as relações de poder, a partir do seu escrito intitulado *O sujeito e o poder*.<sup>32</sup>

O uso da obra foucaultiana nesta seção pretende se basear em dois aspectos primordiais: sua concepção de relações de poder e, posteriormente, sua análise da razão governamental liberal e neoliberal. De relevância fundamental para que se compreenda melhor a analítica foucaultiana é deixar patente o conceito de poder para o autor em questão: para ele, o poder não se caracteriza como um objeto que certas pessoas ou classes possuem de maneira exclusiva, tampouco uma ação ou sequência de ações exercidas apenas de maneira vertical pelas instituições estatais ou pelos governantes eleitos em dada sociedade. Também não se refere ao

---

<sup>31</sup> Embora, como veremos, as bases e primeiro experimento no sentido do que hoje chamamos neoliberalismo foram estabelecidas algumas décadas antes.

<sup>32</sup> Mas como Foucault deixa claro logo de início, as ideias presentes no texto citado “não representam nem uma teoria nem uma metodologia” (p. 231), querendo com isso, mostrar que os argumentos e ideias não constituem uma teoria ou um método prontos e acabados.

uso da violência legítima ou ilegítima por parte de autoridades reconhecidas ou da repressão por motivos de manutenção de uma ordem social e política: poder, ou melhor, relações de poder são, na visão foucaultiana, técnicas de condução das condutas dos indivíduos. Essas técnicas compreendem discursos em forma de saberes – científicos ou não – que tomam o “homem” por objeto e daí produzem sujeitos em uma dupla acepção, conforme ele o diz quando se refere ao modo como o saber-poder (verdade-governo) produz identidades que exercem efeitos coercitivos sobre os indivíduos. Assim, ao se referir às lutas contra o poder que produz “sujeitos”, ele afirma:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito à alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (Foucault, 1995, p. 235)

A dinâmica saber-poder “fabrica” sujeitos, o que também produz resultados sobre as relações de exploração econômica (trabalho) e de dominação política (étnica, social e religiosa). A ênfase da reflexão e das pesquisas levadas a cabo por Foucault está não no poder em si mesmo, mas, de fato, sobre os modos como relações de poder exercem efeitos sobre o “homem” e, por consequência, sobre a história e as sociedades.<sup>33</sup> Por outro lado, essas relações de poder - ou de governo - como condução das condutas não excluem a liberdade, pois, pelo contrário, as relações de poder pressupõem a própria liberdade em um jogo agonístico (incitação recíproca e luta), além da importância atribuída por ele aos movimentos de resistência, como expressões dessa liberdade. Diz o autor:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta ou indiretamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes (...) Uma relação de poder se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. (Foucault, 1995, p. 243)

Se Foucault insiste que as relações de poder não podem ser reduzidas ao aparato estatal soberano e ao sistema de produção econômica, isso não implica afirmar que o filósofo francês não deu importância ao poder em sua forma institucionalizada de Estado, uma vez que ele ressalta o fato histórico-social de que

---

<sup>33</sup> Desse modo, Foucault afirma que “não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (p. 232).

tais relações foram se tornando cada vez mais “elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições de Estado” (p. 247).

Para a consideração do liberalismo e de suas formas contemporâneas (com frequência denominadas neoliberalismo), é importante recorrermos aos direcionamentos e ferramentas elaboradas por Foucault, pois suas pesquisas permitem situar o liberalismo não apenas como teoria econômica, ou como filosofia política elaborada por alguns intelectuais, ou mesmo como uma ideologia ocultadora de interesses sobretudo materiais oriundos da classe dominante, mas como razão governamental ou tecnologia de governo.

Neste ponto, torna-se necessário estabelecer um esclarecimento acerca do que o filósofo francês compreendia por governamentalidade: para ele, esses termos não se referem a um conjunto unívoco de instituições, regras e práticas simplesmente derivadas do aparato estatal soberano, mas sim ao complexo diverso e heterogêneo que atravessa o Estado de acordo com relações de poder em dado cenário histórico e social. Foucault entende a governamentalidade sob três formas complementares:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (Foucault, 1998, p. 291-292)

Para que possamos compreender melhor o neoliberalismo presente nas políticas econômicas levadas a efeito nas últimas décadas, faz-se necessário passar brevemente por alguns pontos importantes levantados por Foucault em sua genealogia apresentada no curso *Nascimento da Biopolítica* sobre o surgimento da arte liberal de governo e das modificações pelas quais passou, sobretudo no pós-guerra, a partir de suas expressões alemã (o ordoliberalismo vinculado à Escola de Friburgo, mas não reduzido a esta) e estadunidense (a Escola de Chicago, mas igualmente não unicamente delimitado por ela).

O liberalismo, desse modo, é visto por um prisma que o situa como processo de transformação que se caracteriza por uma limitação a partir dos próprios objetivos do governo e como “meio para atingir esses objetivos” (p. 16); transformação

que se dá partir da formação de uma razão de Estado<sup>34</sup> (século XVI), a qual, nesse período histórico inicial foi marcada pelo mercantilismo no campo econômico, pela estabelecimento de exércitos permanentes e de corpos diplomáticos (balança europeia) e, no plano interno destas, pela formação de um estado de polícia com objetivos de regulação contínua e potencialmente ilimitada sobre os cidadãos e suas vidas.

Se no arranjo de poder da razão de Estado a tendência mencionada de extensão ilimitada de vigilância por parte do estado de política era contrabalançada pelos discursos jurídicos apoiados na existência de direitos naturais e de uma ordem divina, as quais exerceram limitações ao poder de polícia na razão de Estado soberana, a arte liberal de governo (basicamente a partir do século XVIII) agora exerce uma autolimitação da soberania a partir dos discursos da economia política que situam o mercado como lugar de verificação (verdade): ao mesmo tempo modelo a ser seguido nas práticas estatais e o limitador delas.

O parâmetro de utilidade<sup>35</sup> como critério para aferir o sucesso das práticas de governo, aliada ao prestígio do mercado como dotado de racionalidade própria – nas palavras de Foucault: “troca, do lado do mercado – utilidade do lado do poder público” (p. 60) – porque natural e incognoscível por qualquer soberano (daí o caráter propriamente invisível da célebre noção da “mão invisível” formulada por Adam Smith), estabelecem – articuladas pela noção de interesse individual ou social – os contornos fundamentais da arte liberal de governar em sua expressão clássica. A noção foucaultiana sobre o liberalismo e sua relação com as liberdades é esquematizada da seguinte forma:

Se utilizo a palavra “liberal”, é primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a

---

<sup>34</sup> Essa forma de proceder que não toma o Estado como universal ou já estruturado ou finalizado permite a Foucault ressaltar que “O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é uma prática, ou antes, a racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar; A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser.” (p. 6)

<sup>35</sup> “Colocar a um governo, a cada instante, a cada momento da sua ação, a propósito de cada uma das suas instituições, velhas ou recentes, a questão: é útil? É útil para quê? Dentro de que limites é útil? A partir de que se torna útil? A partir de que se torna nocivo?” (p. 55)

nova arte governamental consome liberdade. É obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la (Foucault, 2008, p. 86).

Sendo a liberdade dentro do liberalismo assim formulado por Foucault algo muito mais produzido e fabricado do que simplesmente reconhecido ou respeitado, a segurança como princípio de cálculo se torna fundamental para que os interesses dos indivíduos e dos grupos “livres” não provoquem o comprometimento dos elementos e das práticas dessa nova governamentalidade exercida sobre as populações. Daí o jogo dos perigos e dos riscos individuais e sociais com suas regulações, das disciplinas e da vigilância, além da intervenção para a manutenção dessas liberdades.

Na primeira metade do século XX, porém, o liberalismo clássico se encontrava em posição contestada em várias frentes: as regulações empreendidas pelos Estados-nação (vide o exemplo da Alemanha sob Bismarck de fins do século XIX com sua economia de assistência aplicada por motivos estratégicos no sentido de deter o avanço dos movimentos sindicais e socialistas daquele período); o estabelecimento de governos fascistas com políticas econômicas que aparentemente divergiam dos preceitos liberais do Estado vigia noturno; a ameaça comunista baseada na União Soviética; a crise decorrente de 1929 e as políticas econômicas intervencionistas aplicadas (o New Deal nos Estados Unidos, por exemplo); o crescente prestígio da teoria keynesiana, cujos princípios apontavam para maior participação do Estado na condução dos rumos econômicos, a qual era considerada excessiva e ineficiente pelos liberais mais empedernidos etc. Naquele contexto, tornava-se imperiosa a articulação entre os defensores do mercado para uma contraofensiva. O Colóquio Walter Lippmann (1938) e, posteriormente, a Sociedade Mont-Pèlerin (1947) se tornaram esforços emblemáticos para esse ressurgimento do poderio das ideias que davam primazia ao mercado e à concorrência econômica para a superação do contexto de crise da época.

O ordoliberalismo<sup>36</sup> apresentou em relação ao liberalismo clássico reformulações importantes, dentre as quais podemos citar: uma nova concepção do mercado e da concorrência que deslocava o tradicional argumento de naturalidade do mercado em prol de uma visão mais formalista do mesmo, restando ao Estado não mais o papel de vigia noturno, mas sim de formulador de regras gerais para que o jogo

---

<sup>36</sup> Representado por economistas e intelectuais como Walter Eucken, Franz Böhm, Alfred Müller-Armack, dentre outros ligados à já mencionada Escola de Friburgo; mas também a outras figuras como Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow e Friedrich Hayek (este último protagonista da Escola Austríaca de Economia, vertente mais radical do neoliberalismo).

econômico da concorrência possa se desenvolver de maneira ótima. Em outras palavras, se antes o Estado era visto pelos clássicos como devendo se abster de intervir nas leis naturais do mercado (*laissez-faire*), agora o aparato estatal é encarregado de definir a quadro geral que servirá como fundamento para o jogo da concorrência: uma atribuição jurídico-institucional para a ação estatal com vistas a possibilitar que o mecanismo formal – e não mais natural – do mercado possa operar. Essas teorizações permitem aos ordoliberais situar as políticas econômicas de nazifascistas, comunistas e keynesianos como intimamente relacionadas, pois todas elas, a despeito de suas diferenças aparentes, levariam – e levaram de fato, conforme o pensamento desses autores – ao controle generalizado e destrutivo do totalitarismo.<sup>37</sup>

Quanto ao neoliberalismo estadunidense<sup>38</sup>, o levantamento feito por Foucault estabelece alguns pontos relevantes: por um lado, um novo dimensionamento da teoria econômica, agora não mais restrita ao estudo dos processos de produção, troca e consumo, mas a partir daquele momento devendo se ocupar da racionalidade interna do comportamento humano e da alocação de recursos escassos para fins alternativos; por outro, a nova consideração sobre o trabalho a partir do ponto de vista do próprio trabalhador, o que levou ao estabelecimento da relação entre salário, renda e capital (este último agora entendido como competência e aptidão para desempenhar tarefa que possa gerar rendimento para aquele dotado dessa competência) constitui a teoria do capital humano, a qual desloca o *homo oeconomicus* de sujeito da troca – dentro do liberalismo clássico – para empresário de si mesmo, além de estender o universo potencial de análise econômica para virtualmente qualquer ação orientada para uma finalidade racional – o que inclui contratos de casamento tratados pelos teóricos neoliberais como modo de racionalização dos inevitáveis custos de transação envolvidos no cotidiano conjugal, condutas de procriação e criação dos filhos em termos de investimento em capital humano, uma nova abordagem sobre o fenômeno da criminalidade etc.<sup>39</sup> O ponto

---

<sup>37</sup> Não apenas o ordoliberalismo alemão foi o responsável por essas mudanças no liberalismo do século XX, mas também outros teóricos participantes dos já mencionados Colóquio Walter Lippmann e Sociedade Mont-Pèlerin.

<sup>38</sup> Ligado a economistas como Milton Friedman, Gary Becker, George Stigler, Theodore Schultz etc

<sup>39</sup> Outra formulação significativa do neoliberalismo estadunidense referida por Foucault – e diretamente ligada ao que foi dito acima – versa sobre o que constituiria uma política criminal eficiente, a qual trata o criminoso como alguém dotado de racionalidade e comportamento responsivo aos eventuais ganhos e perdas de sua atividade ilegal e da provável sanção penal, o que tem ligações com certas concepções muito comuns sobre o “caráter” criminoso nos discursos punitivistas recentes. Essas conexões, porém,

mais significativo diz respeito aos efeitos de poder (condução de condutas) por meio dessas reorientações teóricas e seus efeitos micropolíticos, quando se fala cada mais no cotidiano comum acerca de múltiplos investimentos: investir na carreira profissional, investir nos relacionamentos amorosos, investir na educação dos filhos, investir no seu desempenho pessoal em todas as esferas da vida etc.<sup>40</sup>

Pode parecer excessiva toda essa discussão acerca dessa caracterização da pesquisa foucaultiana sobre a governamentalidade neoliberal em uma pesquisa que se propõe a estabelecer uma abordagem acerca das empresas de conteúdo ligadas à direita atual na presidência. Porém, as referências ao ordoliberalismo alemão e, sobretudo, ao neoliberalismo estadunidense permitem realizar certas aproximações com o nosso contexto: em primeiro lugar, com o discurso ordoliberal que conecta, de forma indiscriminada, o intervencionismo econômico com a ineficiência, corrupção e até com regimes totalitários daquele período (mesmo que a intervenção seja feita em democracias estabelecidas) é algo até certo ponto constante também no discurso bolsonarista; em segundo lugar – e o mais importante – é a recorrência, agora de maneira amplificada, da visão do trabalhador como empresário de si mesmo, conforme elaborada na teoria do capital humano, no governo Bolsonaro – o que reforça o argumento da conexão entre o neoliberalismo e o governo em questão.

Além disso, a aproximação entre liberalismo e conservadorismo pode parecer paradoxal, uma vez que faz parte dos discursos liberais se apresentarem como vinculados a um compromisso modernizante, democrático e plural, enquanto o conservadorismo geralmente é associado com a manutenção de formas arcaicas de organização e interação sociais, assim como de privilégios econômicos e políticos.

Na verdade, conforme argumenta Brown (2019), conservadorismo e liberalismo não apenas podem ser aproximados, como o próprio neoliberalismo possui considerável orientação conservadora: ao contrário do que comumente se imagina e se propagandeia, vários expoentes do pensamento liberal – ou neoliberal, para ser mais preciso – apresentaram e defenderam posições pouco democráticas em suas obras e ações: economistas como James M. Buchanan, Milton Friedman e Friedrich

---

serão abordadas em outro capítulo da dissertação que tratará das relações entre o governo Bolsonaro e as políticas de reforço da punição penal.

<sup>40</sup> Não se trata de reputar somente aos teóricos neoliberais o conjunto das mudanças sociais e subjetivas que percebemos, mas situar suas contribuições ao novo estado de coisas.

Hayek (todos eles premiados com o Nobel de Ciências Econômicas) apresentaram sérias restrições ao jogo democrático, seja porque este jogo preconizou (no contexto estadunidense), a partir de certo momento – e a partir de lutas sociais – algum nível de igualdade racial (Buchanan), ou porque a soberania popular foi vista como perigosa para a liberdade de mercado (Hayek), ou ainda porque a dinâmica democrática apresentaria tendências de centralização e coerção (Friedman). Como diz a autora estadunidense:

Enquanto o Estado liberal clássico recorria ao modelo econômico do laissez-faire e ao modelo político do vigia noturno, os neoliberais procuravam construir, consolidar e amarrar um Estado unificado e forte, um Estado no qual a soberania política significa desunir, a democracia, desorientar e dividir, e a burocracia, exaurir (...) Não obstante suas diferenças, os neoliberais convergiram no reconhecimento de que a democracia representativa baseada no sufrágio universal em grandes Estados-nação capitalistas seria inevitavelmente controlada pela classe numericamente maior, tornando a social-democracia, com sua trajetória tendencialmente totalitária, inevitável. (Brown, 2019, p. 77-78).

Em sua genealogia do liberalismo autoritário, Chamayou (2020) traz outros elementos de grande relevância para um entendimento mais claro sobre a compatibilidade entre liberalismo e regimes social e politicamente conservadores. O apoio de figuras fundamentais do neoliberalismo (os já mencionados Friedman e Hayek) ao regime chileno de Pinochet é trazido à luz pelo autor:

Entretanto, isso não impede que as grandes figuras do neoliberalismo ocidental vistam seus trajes de gala e, com conhecimento de causa, viajem ao Chile para homenagear a ditadura. Quando encontra Pinochet em março de 1975, Friedman lhe fala – a história é conhecida – de política econômica e de “terapia de choque”. Chegada a vez de Hayek ser recebido pelo ditador, em novembro de 1977, ele conversa sobre outro assunto, a espinhosa questão da “democracia limitada e do governo representativo”. “O chefe de Estado” – a imprensa chilena registra – “escutou atentamente e lhe pediu que fornecesse os documentos que ele redigira sobre a questão.” De volta à Europa, Hayek lhe envia, por meio de sua secretária, um esboço de seu “modelo de constituição”, um texto que justifica sobretudo o estado de exceção, e escreve ao *The Times* de Londres defendendo o regime contra as calúnias: “Não encontrei ninguém neste Chile tão vilipendiado que não concordasse em afirmar que a liberdade pessoal é muito maior sob Pinochet do que era sob Allende”. Claro: qualquer um que ousasse sustentar publicamente o contrário *desapareceria* na primeira oportunidade. (Chamayou, 2020, p. 222)

Tal apoio poderia, a princípio, ser justificado pelo cenário geopolítico internacional do período da Guerra Fria, quando regimes militares e autoritários foram – e ainda o são – defendidos como o mal menor<sup>41</sup> a ser adotado em certas

---

<sup>41</sup> Conforme Hayek enxergava regimes ditatoriais como aquele existente no Chile de Pinochet, o qual aliava truculência e violência estatais contra o inimigo socialista, embora tenha adotado orientação econômica neoliberal, sendo essa configuração vista pelo economista austríaco como um desejável “período de transição” para uma economia de mercado – supostamente – sem autoritarismo político. Assim, Hayek manifestava sua preferência por um sistema ditatorial, mas economicamente de livre mercado, em detrimento de uma democracia representativa e plural, porém despida dos mecanismos de concorrência de mercado (Chamayou, 2020, pp. 222-23).

circunstâncias, em decorrência de autoproteção de países vistos – naquele período – como pertencentes ao bloco capitalista estadunidense e pela necessidade de conter a ameaça representada pelo socialismo soviético. Contudo, essa possível justificação não se sustenta a partir da própria realidade brasileira atual, quando Paulo Guedes<sup>42</sup>, ministro da Economia do governo Bolsonaro, após ter trabalhado como pesquisador acadêmico no Chile durante o regime Pinochet<sup>43</sup>, se vincula ao então candidato do PSL, apesar de todas as suas declarações de apoio à ditadura civil-militar (1964-1985), os elogios às práticas de tortura nela empregadas<sup>44</sup> <sup>45</sup> e as invectivas contra a democracia representativa (Nobre, 2020).

Em seu breve texto intitulado *Sobre as sociedades de controle*, Deleuze (1994) partiu da proposição de que estamos vivendo um processo de transição – incerto e turbulento, como de praxe ocorre – que poderia nos conduzir a um novo esquema de sociedade, com seus novos aparatos, códigos e instituições que, se por um lado, poderiam reduzir os rigores das dominações presentes na forma social anterior, por outro apresentariam potenciais para dinâmicas de poder mais intrincadas e contínuas do que aquelas até então conhecidas.

O diálogo com a analítica foucaultiana é estabelecido logo de início, quando o autor do texto em questão argumenta em prol de uma transformação – no pós-guerra – sobre aquilo denominado por Foucault de sociedade disciplinar, a qual seria caracterizada pelo surgimento de dois importantes conjuntos de elementos nas relações de poder: em primeiro lugar, uma anátomo-política do corpo humano (disciplinas), orientando-o para a maximização de suas forças, capacidades e energias, assim como ordenando tais corpos no tempo e dispendo-os no espaço (o “espaço-tempo” da fábrica, da escola, da caserna e do hospital como locais de confinamento), em segundo lugar, regulações mais amplas (biopoder) como um esforço no sentido de elaborar e estruturar novos saberes - e poderes, óbvio - que incidem sobre o conjunto da população para quantificar seus deslocamentos, seus fluxos, suas modificações (taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, etc.).

---

<sup>42</sup> PhD em ciências econômicas pela Universidade de Chicago, matriz da escola neoliberal já mencionada.

<sup>43</sup> PAULA, Alexandre de; R7, 2021. ‘Eu não estava nem aí’, diz Guedes sobre ditaduras no Chile e no Brasil. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/eu-nao-estava-nem-ai-diz-guedes-sobre-ditaduras-no-chile-e-no-brasil-19112021>.

<sup>44</sup> Cf. Poder360. Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>.

<sup>45</sup> Cf. Poder360. Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>.

Abordando as diferenças entre sociedade disciplinar e sociedades de controle por meio de suas lógicas de funcionamento<sup>46</sup>, Deleuze afirma:

Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes; supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é *analógica*. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variáveis inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é *numérica* (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (Deleuze, 1994, p. 220-221).

Assim, o conhecido enclave disciplinar da fábrica perde espaço para os arranjos mais flexíveis – mas não menos dominadores – da empresa, estando a última menos orientada para os imperativos econômicos anteriores presentes no modelo fabril (acumulação, produção, propriedade privada) do que para sistemas mais fluidos de dominação: a compra de ações e a venda de serviços, a ênfase no produto em detrimento da mera produção e a modulação dos salários dos próprios funcionários, modulação que se articula com a dinâmica de premiações concedidas aos empregados mais “valerosos”. Ainda nessa trilha, a empresa na sociedade de controle seria dotada de novas máquinas que ilustram bem o caráter de tal formação social: os computadores e demais aparatos eletrônicos, ao contrário das máquinas típicas da sociedade disciplinar (máquinas energéticas). De modo evidente, o uso desse aparato eletrônico não se encontra restringido ao mundo da empresa, mas apresenta o potencial de se espriar para os demais antigos redutos disciplinares (prisão, hospital, escola etc.) em suas novas roupagens de controle – potencial este já, ao menos, parcialmente realizado, sem dúvida.

A configuração de controle tende ainda, na visão de Deleuze, e a partir do enquadramento da empresa, a estender seus tentáculos também para as escolas, através do modelo da formação permanente, o qual serve, por sua vez, como símbolo privilegiado para o caráter de continuidade e permanência dos novos modos de dominação. No paradigma citado, o *marketing* se torna crucial para os negócios, assim como os movimentos financeiros nas bolsas de valores e a perda do lastro das moedas nacionais no ouro tornam-se registros importantes da nova arquitetura mutável do capitalismo.

---

<sup>46</sup> O que não significa a substituição pura e simples de uma configuração disciplinar para a de controle. Na verdade, haveria uma sobreposição entre elas, com a permanência das velhas formas disciplinares, mas sua modificação pelas novas dimensões de controle.

Argumenta Deleuze que, se nas sociedades disciplinares havia uma articulação entre o indivíduo e a massa (por meio da assinatura e do número de matrícula, respectivamente), na sociedade de controle a cifra (a senha, em contraposição às palavras de ordem na configuração disciplinar) adquire relevo como aquilo que marca os novos indivíduos “divisíveis” e as massas “amostráveis”, assim como, por meio das tecnologias eletrônicas recentes, estabelece a possibilidade de rastreamento em tempo real dos deslocamentos e localizações das novas “cifras”.

Para além das transformações econômicas dentro da sociedade de controle, Lazzarato (2006) mostra como a empresa submete a lógica do acontecimento ao seu modelo mercadológico, multiplicando os mundos pelo consumo, informação, trabalho e lazer; porém esses mundos são “lisos, banais, formatados, porque são mundos da maioria, vazios de toda singularidade. Não se trata, de modo algum, dos mundos dos possíveis, do acontecimento” (p. 101). Assim, não são simplesmente as relações de produção que estariam na base dessas mudanças na sociedade de controle, mas a restrição, sob aparente proliferação, dos mundos e do acontecimento como irrupção de novas possibilidades de existência coletiva.

Nessa lógica do controle, o acontecimento fica vinculado ao modelo empresarial, uma vez que “o acontecimento, para a empresa, chama-se publicidade (ou comunicação, ou marketing)” (p. 102). Reduzindo o acontecimento à publicidade, o capitalismo também produz sujeitos em contínua modulação e variação, os quais devem estar sempre atentos em seu trabalho às mudanças e ao imprevisível. O trabalhador dotado dessa capacidade é crescentemente valorizado, quando “a capacidade de se confrontar com aquilo ou com aqueles que chegam ou irão chegar não caracteriza apenas o trabalhador independente, autônomo, mas também o trabalhador subordinado” (p. 112). O quadro mais geral em nossa sociedade de controle é aquele onde não é mais apenas o trabalho em sua forma produtiva que é explorada, mas “a criação e a efetuação de mundos possíveis passa a ser os objetos da apropriação capitalista” (p. 145).

A extração da inteligência é apontada por Passeti (2003) como um dos traços dessa sociedade, incentivar a participação de todos, incitar ao papel ativo na vida privada e pública, pois “vivos, na sociedade de controle, são todos os que participam: produtivos, voluntários, filantropos, formadores de opinião, assujeitados” (p. 257); promover a adaptação necessárias às mudanças contínuas, a comunicação

e os fluxos informacionais são instigados como parte de uma autêntica sociedade democrática.

Sociedade de direitos para todos, na qual “reconhece-se que a era da liberdade e da igualdade foram solidificadas” (p. 252). Nessa sociedade, as minorias sociais também devem ser qualificadas como detentoras de direitos, pois na sociedade de controle democrática, globalizada e informatizada “é preciso integrar tudo o que escapa à democracia representativa, midiática ou às simulações, pois o que foge se encontra na zona de perigo, perigo de guerra, fora do centro” (p. 282).

Os efeitos das técnicas neoliberais de governo transformam o modo como as relações sociais são concebidas, quando os indivíduos e as interações decorrentes são crescentemente marcados pela desconfiança e pela percepção de todas essas relações como respondendo única e exclusivamente aos interesses egoístas de cada um. Nesse plano, Dardot e Laval (2016) mostram como a expansão da governamentalidade neoliberal produz discursos sobre as interações sociais que passam a ser marcadas pelo puro e simples auto interesse como o motor das ações dos indivíduos e dos relacionamentos mais amplos, o que leva, por sua vez, à descaracterização das relações entre a sociedade e os serviços públicos estatais, quando os agentes encarregados desses serviços (saúde, justiça, educação etc) são percebidos não mais como profissionais vinculados a certos códigos de conduta e valores éticos e cívicos, mas como dotados de compromissos autocentrados, cujo centro de gravidade está única e exclusivamente vinculado aos motivos individuais. Assim, afirmam os autores que “a reestruturação neoliberal transforma os cidadãos em consumidores de serviços que nunca têm em vista nada além de sua satisfação egoísta, o que faz que sejam tratados como tais por procedimentos de vigilância, restrição, punição e ‘responsabilização’” (Dardot; Laval, 2016, p. 317).

Nesse sentido, a responsabilização de cada indivíduo por seu próprio sucesso ou fracasso profissional, o *status* que o êxito profissional adquire como núcleo de uma existência bem-sucedida, a necessidade que pressiona cada um a sempre melhorar sua atuação no trabalho – e na sua vida como um todo – ganham relevo, embora tudo isso venha acompanhado de uma representação que coloca o sujeito neoliberal como essencialmente livre e como artesão de seu êxito na sociedade, transformando os próprios sujeitos em empresas (empresas pessoais/empresas de si mesmo). Como dizem os autores franceses:

Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. (...) trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. (...) o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot; Laval, 2016, 331-32).

Esses efeitos neoliberais nas subjetividades e nas interações sociais podem ser percebidos, em um primeiro momento, como bastante deletérios para uma configuração conservadora de sociedade, com papéis bem delimitados e dotados de certa rigidez vistos como necessários para a coesão social. No entanto, voltando ao trabalho de Wendy Brown (2019), uma concepção conservadora já está presente em um notório expoente do neoliberalismo como Friedrich Hayek, cuja defesa do livre mercado repousa sobre uma elaboração influenciada tanto pela matriz conservadora de Burke, quanto pela teoria darwiniana da evolução biológica<sup>47</sup>, agora aplicada ao âmbito social: a tradição, para o economista austríaco, está diretamente ligada à liberdade, em uma relação que opera com a primeira fornecendo certas restrições – em termos de valores organicamente desenvolvidos dentro de uma comunidade – à segunda – além de impor limitações ao poder coercitivo do Estado –, enquanto a liberdade promoveria as inovações no campo de uma ordem social tradicional. Daí a crítica hayekiana aos códigos da esfera política (sobretudo da justiça social), vistos como artificiais, coercitivos e danosos para a dinâmica espontânea da tradição e da liberdade (tomada em sentido marcadamente econômico, sendo o mercado um elemento dessa confluência orgânica entre tradição e liberdade).<sup>48</sup>

A partir do que foi dito, o aparente paradoxo entre liberdade de mercado e continuidade conservadora não parece se sustentar, em face de um conjunto de elaborações teóricas que conferem alto valor à tradição, de práticas de apoio de expoentes do neoliberalismo à regimes autoritários, além da confluência entre

---

<sup>47</sup> Evitando, contudo, derivar para uma argumentação do tipo darwinista social, conforme nota a autora (p. 121).

<sup>48</sup> De acordo com Foucault (2008), já se notava nessa perspectiva certa preocupação de gente como Rüstow (com seu programa teórico da *Vitalpolitik*) e Röpke em adequar a nova ordem de mercado concorrencial com os vínculos sociais mais amplos como forma de evitar os efeitos desagregadores do mercado (pp. 332-33)

discursos que vinculam configurações heteronormativas da família e empreendedorismos como estratégias de ascensão social na sociedade de controle contemporânea.

O conservadorismo, em sua expressão clássica, é frequentemente associado a uma perspectiva política que enfatiza o caráter gradual das mudanças sociais, valorizando os acúmulos positivos da civilização e rejeitando mudanças bruscas na ordem das relações e das instituições aperfeiçoadas ao longo do tempo. Daí a oposição dos conservadores – ao menos em caráter mais geral – aos movimentos e ações revolucionárias, pois o processo de alteração abrupta de uma civilização que foi se formando ao longo de séculos – ou mesmo milênios – quase sempre leva, de acordo com o pensamento conservador, a uma situação pior àquela que foi suplantada pela ruptura revolucionária (Kirk, 2013).

Se parece pouco provável no nosso cenário global a irrupção de mudanças revolucionárias segundo os moldes de grandes movimentos do passado (francês, russo, chinês etc.) por causa da grande expansão do poder letal do Estado, além das tecnologias de monitoramento, vigilância e controle – além, claro, das mudanças nas relações sociais provocadas pela governamentalidade neoliberal acima aludidas, com a crescente desconfiança de uns em relação aos outros e a promoção do interesse egoísta acima de quaisquer considerações – a suspeita conservadora de alterações bruscas na ordem cotidiana das sociedades pode se apresentar, hoje, como exagerada e infundada.

O inimigo, no entanto, está agora usando novos trajes: a corrosão contínua da alta cultura, da linguagem, das relações entre os sexos (com a já mencionada ideologia de gênero), o papel perigoso das escolas e das universidades na doutrinação das mentes, a grande mídia que insufla sorratoriamente o pensamento esquerdista em seu público, tudo isso traz novo sinal de alerta para aqueles que buscam conservar o *status quo* social. Assim, torna-se necessário sair “em defesa da moralidade” e da civilização ocidental, ambas em risco por uma ameaça insidiosa e não mais abrupta – conforme constava no velho credo revolucionário (Carvalho, 2014).

Com isso, as narrativas envolvendo marxismo cultural, globalismo e nova ordem mundial (Costa, 2015), ideologia de gênero, linguagem não-binária,

movimentos sociais, sindicatos, partidos de esquerda, escolas<sup>49</sup> e universidades públicas, mercado financeiro, bilionários estadunidenses e europeus, redes de TV etc. formam um mosaico conspiratório que produz sua própria verdade, seus fatos, suas interpretações dos eventos e suas recorrentes ações e consequências.<sup>50</sup>

Tal quadro parece sugerir um descompasso entre neoliberalismo e conservadorismo, estando este último articulado à defesa dos povos e das tradições locais e em oposição ao neoliberalismo globalizado. Porém, uma olhada mais atenta mostra como o conservadorismo se mostra como mais uma faceta do neoliberalismo, pois como afirmam Dardot et al. (2021):

Essa concepção dos interesses nacionais, que afirma serem também dos trabalhadores, é inseparável dos valores conservadores da família, da tradição e da religião. A denúncia das elites globalizadas é, assim, envolta pela grande narrativa fantasmática da dissolução das identidades culturais. Mas esse “nacionalismo econômico” não visa tanto subtrair-se ao livre comércio quanto a devolver à soberania do Estado-nação todos os instrumentos com o fim de conduzir a guerra econômica internacional da maneira mais favorável a seus interesses. Por trás de sua crítica à mundialização cultural, a direita radical joga plenamente, portanto, o jogo do mercado econômico mundial, e a escalada “nacionalista concorrencial” com a qual ela se compraz não a impede em nada – ao contrário – de se situar no terreno da globalização econômica. Essa nova configuração não pode se reduzir a falsos antagonismos entre “globalistas” e “nacionalistas” ou entre “democracia liberal aberta” e democracia iliberal populista, uma vez que esses dois campos são, na realidade duas versões do neoliberalismo. (Dardot et al. 2021, p. 32)

Deste modo, pensar o neoliberalismo não como uma forma definida e vinculada ao campo democrático e com um ideal de cosmopolitismo globalizante, mas como dotado de múltiplas estratégias que podem estar presentes mesmo em governos e pensamentos políticos aparentemente retrógrados e afirmadores de identidades tradicionais e de hierarquias resistentes a mudanças (como as relações de gênero) mostra-se um caminho relevante para a consideração das dinâmicas neoliberais mesmo onde elas não são vislumbradas com tanta facilidade.

Cooper (2017) mostra como no contexto estadunidense a aproximação entre neoliberais e neoconservadores ocorreu tendo como um dos seus fatores principais a oposição compartilhada contra a ascensão e proliferação das lutas raciais

---

<sup>49</sup> Como argumenta Lacerda (2018), grupos defensores do sistema de ensino denominado *homeschooling* frequentemente partem de invectivas às instituições escolares (atacadas como propagadoras de valores opostos aos existentes na comunidade religiosa dos pais dos alunos) para advogar essa vertente da educação no lar. A abordagem do *homeschooling* é, com frequência, proposta por grupos e famílias conservadoras (p. 52)

<sup>50</sup> Tudo isso pode parecer algo apenas e tão somente esdrúxulo e bizarro, porém seus efeitos são bastante reais e o custo social é altíssimo (vide o crescimento de discursos antivacina e anticência, a postura negacionista do governo federal na pandemia e o número de mortes resultante – ao menos parcialmente – desses fatores).

e sexuais. As políticas de bem-estar ligadas a essas minoras foram fortemente atacadas pelos dois grupos, com alvo centrado na figura racializada e sexualizada da mulher negra e pobre que engravida apenas para receber benefícios sociais. Os “privilégios” do bem-estar para esses setores da população foram denunciados por eles e relacionados aos problemas econômicos (inflação e desemprego) durante a década de 1970, grosso modo. Essa articulação contribuiu para o gradual desmantelamento das políticas sociais nos Estados Unidos já na década de 1990. Mas não apenas o desmantelamento quanto o caráter mais punitivista através do controle e vigilância das beneficiadas pelos direitos sociais foram defendidos sob o argumento de reduzir os “privilégios” apenas para mulheres merecedoras, geralmente brancas.

De acordo com a autora, os futuros neoconservadores, inicialmente proponentes das políticas de bem-estar, passaram a atacá-las após a popularização dos movimentos sociais civis e feministas, associando-os a contracultura presente na época e apontando os riscos oferecidos por todos esses grupos para a ordem social. Para os neoconservadores, inflação, crise nos valores tradicionais e programas de bem-estar estavam diretamente vinculados entre si. A crítica neoconservadora aos neoliberais repousava sobre o aparente amoralismo dos últimos, os quais baseavam seus projetos sobre a sociedade livre em termos de mercados e escolhas individuais. Para os neoconservadores, porém, a ordem de mercado não poderia prescindir de um fundamento moral sólido.

Mas como demonstram textos dos próprios economistas neoliberais, suas ideias sobre uma sociedade de mercado não ignoram os incentivos fornecidos pela instituição familiar para as relações livres no mercado. As perspectivas da paternidade encorajavam os indivíduos ao esforço para a constituição de um legado a ser passado para os filhos estabelecem um conjunto de ações altruístas tão relevante para o mercado quanto o incentivo utilitário do interesse próprio sobre o indivíduo.

Assim, a crítica neoliberal aos programas de bem-estar social também se fundamenta nas distorções sobre os incentivos altruístas familiares causados pelos excessivos gastos feitos pelo Estado. A ordem familiar tradicional apresenta incentivos altruístas de trabalho e acumulação de bens, incentivos superiores ao modelo artificial dos programas estatais. Como afirmam Friedman e Friedman (2015), “acreditamos que um dos maiores custos de nosso atual sistema de bem-estar social é que ele não apenas solapa e destrói a família, mas também contamina as fontes de atividade

beneficente privada”. (p. 190). Em seguida, lamentando os montantes do prejuízo causado pelos casos de fraude e corrupção e pelos desperdícios contidos nas políticas de bem-estar social, eles concluem que, na verdade “seu maior mal é seu efeito no tecido de nossa sociedade. Eles enfraquecem a família; reduzem o incentivo ao trabalho, à poupança e à inovação; reduzem o acúmulo de capital; e cerceiam nossa liberdade. São os critérios fundamentais pelos quais devem ser julgados” (p. 196-197).

À família então é atribuído o encargo pelos cuidados de seus membros, devendo o Estado reduzir ou mesmo cessar seus gastos sociais, uma vez que eles distorcem os incentivos naturais gerados pelos laços altruístas na família. Para o pensamento neoliberal, a despeito das divergências que possam ser encontradas entre seus expoentes, a família funciona em seu modo mais perfeito numa economia de mercado e é perturbada quando o Estado fornece benefícios indevidos; enquanto para os neoconservadores a família deve ser sua base moral e é dever do Estado ajudar a mantê-la. Temos então diferenças aparentemente fortes entre os dois grupos, mas na prática, como afirma Cooper (2017), os neoliberais também são levados a apoiar o poder coercitivo do Estado quando seus ideais quanto aos incentivos para um livre mercado falham.

A virada que aproximou neoliberais e neoconservadores está diretamente ligada ao problema da família e suas relações com o Estado e o mercado. Para os primeiros, os programas de bem-estar distorcem o altruísmo familiar orientado para o trabalho e acumulação de propriedade privada; enquanto para os últimos, a família é ameaçada pelas mudanças culturais e históricas, em particular aquelas causadas pelos movimentos de minorias raciais e sexuais. Ambos, no entanto, situam a família heterossexual como essencial para uma sociedade ordeira e de mercado. Para deixar mais clara a defesa da família tradicional pelo neoliberalismo, temos em Hayek a defesa de que

A indubitável conexão *histórica* entre religião e os valores que formaram e favoreceram nossa civilização, como a família e a propriedade individual, não significa obviamente que existe qualquer conexão *intrínseca* entre religião como tal e os referidos valores. Entre fundadores de religiões, nos últimos dois mil anos, muitos se opuseram à propriedade e à família. *Mas as únicas religiões que sobreviveram são aquelas que apoiaram a propriedade e a família.* Dessa forma, a perspectiva para o comunismo, que é tanto anti-propriedade quanto anti-família (e também anti-religião) não é promissora. Pois ele é, acredito, em si mesmo uma religião que teve seu tempo, e que agora está declinando rapidamente. Em países comunistas e socialistas estamos observando como a seleção natural de crenças religiosas faz desaparecer os inadaptados. (Hayek, 1995, p. 186)

Vemos então a conexão entre religião, família e propriedade numa perspectiva evolucionista, a qual afirma a sobrevivência de crenças religiosas desde a valorização por elas da família e da propriedade. O comunismo, como religião política, estaria fadado ao fracasso, entre outros fatores, por sua negação da propriedade, da família e da religião. As considerações feitas por autores como Hayek e Friedman sobre o papel da família para a sociedade de mercado mostram, para além das discordâncias com autores conservadores sobre a relação entre família, sociedade, mercado e Estado, mostra a relevância dela, e, portanto, das atribuições tradicionais de gênero sobre o pensamento neoliberal.

No Brasil, as políticas conservadoras e antigênero, aliadas ao neoliberalismo, apresentam dinâmica similar ao que foi dito acima, uma vez que, também no nosso contexto recente, “a restrição às garantias (direitos trabalhistas, por exemplo) é associada à responsabilização da família e ao imperativo de que estas sejam funcionais, regulando o comportamento moral das novas gerações e gerando indivíduos produtivos” (Biroli; Quintela, 2021, p. 352). As crianças devem ser protegidas das cartilhas e projetos sobre educação sexual nas escolas, sendo a família o refúgio perfeito para sua proteção, apesar da elevada incidência de violência familiar contra mulheres e crianças no espaço doméstico.

Feita a contextualização, o presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro abordará as plataformas digitais e o uso político-eleitoral que delas vem sendo feito. O segundo capítulo tratará da chamada ideologia de gênero, assim como da produção bibliográfica da direita brasileira sobre sexualidade e gênero. No segundo capítulo apresentaremos e analisaremos também os vídeos selecionados para esta pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo faremos uma exposição da obra foucaultiana voltada ao estudo da sexualidade, perpassando um longo período histórico, desde os gregos até a modernidade. Como dito acima, um dos institutos em questão, o Burke Instituto Conservador, apresenta três fundamentos para a civilização ocidental (filosofia grega, direito romano e moral judaico-cristã). Destarte, um panorama histórico de longuíssima duração pode ser relevante para uma compreensão mais clara sobre as discontinuidades presentes nos mundos grego, romano e cristão quanto às práticas sexuais.

## **2 VIGILÂNCIA, DISCRIMINAÇÃO E MODULAÇÕES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

Vivemos um período de grandes modificações na vida social, com mudanças constantes nas formas como lidamos no nosso cotidiano com questões comunicacionais, educacionais, políticas, financeiras e de saúde e trabalho. Embora o ritmo de alterações no meio social já tenha sido apontado por autores clássicos da sociologia como Simmel (2013), cuja obra enfatiza as dinâmicas da modernidade e da urbanização como vetores das mutações que se espalhavam no início do século passado, a percepção compartilhada por muitos atualmente sinaliza uma alteração em escala e ritmo sem precedentes.

As tecnologias de informação e comunicação vêm sendo consideradas como desempenhando papel relevante nesse fluxo de rápidas mudanças nas diversas esferas de nossa vida social e cultural. Por seu impulso no sentido de dinamização e facilitação de interações e trocas em nosso dia a dia, essas tecnologias foram, e ainda são em muitos casos, concebidas pelas pessoas em diversos latitudes ao redor do globo como positivas em sua mediação nas tarefas, trocas e transações que fazemos.

O caráter crescentemente amplificado do impacto de tais tecnologias produziu esperanças e projetos de expansão da horizontalidade nas relações sociais e políticas, por seu potencial de aproximação de indivíduos e grupos com interesses, pontos de vista e preferências compartilhados. A possibilidade de uma comunicação que pudesse agregar grupos e movimentos em torno de novas formas de interação por meio das tecnologias produziu, até recentemente, vislumbres de uma “sociedade global” conectada e detentora das ferramentas para expandir seus conhecimentos através do imenso e sempre crescente manancial de informações tornadas possíveis pela rede mundial de computadores, por exemplo, e pela velocidade cada vez maior no fluxo de transmissão, processamento e difusão de dados pelas mais recentes tecnologias.

No entanto, notamos nos últimos anos a intensificação na divulgação de fatos que perturbaram as esperanças até então nutridas por muitos. Os trabalhos de pesquisa e investigação de jornalistas, ativistas e acadêmicos mostraram a face mais sombria desse processo de popularização das tecnologias de informação e comunicação: a propagação de desinformação por agências de marketing, militantes politicamente engajados e cidadãos comuns; o crescente emprego de discurso de

ódio contra minorias raciais, étnicas e sexuais; ações de assédio e bullying com graves consequências para a vida privada de muitas pessoas; articulações entre agências de inteligência do Estado e corporações de tecnologia para o monitoramento e extração de informações de milhões de cidadãos; a ascensão de lideranças políticas e de movimentos de direita que promovem a intolerância, a discriminação e a xenofobia; entre outros acontecimentos significativos.

A rede que prometia aproximar e informar a “sociedade global” acabou por desvelar imensos interesses financeiros e políticos em torno de seu funcionamento. A privacidade e a transparência que muitos pensaram asseguradas na nova esfera digital vêm sendo constantemente invadidas, rompidas e transformadas em lucrativos modelos de negócio para corporações com receitas anuais bilionárias e fontes sem precedentes de informação sobre populações para propósitos de vigilância e reforço dos controles sobre a vida de cidadãos em diversos países.

Desse modo, pretendemos abordar aqui algumas dessas facetas até há pouco obscuras e existentes nas tecnologias digitais que ajudam a moldar, de forma cada vez maior, nossas atividades e interações cotidianas. Para tal, dividiremos este capítulo em duas partes: a primeira abordará o surgimento dos sistemas digitais que estão na base dos dispositivos em rede e de suas transformações ocorridas nas últimas décadas, assim como os impactos dessas tecnologias em âmbitos como as expressões de racismo e sexismo, suas consequências para o mundo do trabalho e a produção de dados por sistemas algorítmicos a partir das atividades dos usuários conectados em rede, além da discussão de contribuições oriundas do campo acadêmico para a reflexão crítica sobre o papel e os efeitos das novas tecnologias, passando por novas ferramentas conceituais como capitalismo de plataformas, capitalismo de vigilância, capitalismo de dados, colonialismo de dados, racismo algorítmico, modulação algorítmica etc. (item 1.1 até item 1.6). A segunda parte, mais breve, mostrará alguns impactos das tecnologias digitais na arena política e, por fim, abordará o funcionamento de uma plataforma específica, o YouTube, uma vez que esta é a plataforma alvo da presente pesquisa sobre os discursos da direita brasileira em torno da sexualidade e do gênero (itens 1.7 e 1.8).

## 2.1 SOCIEDADE INFORMACIONAL, DADOS, PLATAFORMAS E VIGILÂNCIA

Em sua extensa análise sobre o desenvolvimento e proliferação das redes nas sociedades dos anos 1990, Castells (2011) mostra como as conquistas científicas e tecnológicas de décadas anteriores pavimentaram o caminho para aquilo que denominou sociedade da informação, caracterizada por meio de seu paradigma e que abrange cinco aspectos: a informação é vista como matéria-prima (tecnologia para agir sobre a informação); os efeitos das novas tecnologias sobre todos os âmbitos de nossa vida (penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias); a rede como configuração morfológica apta a caracterizar a complexidade dos novos arranjos (lógica de redes), como também referenciando as vantagens de se estar nela inserido por meio das conexões que a rede apresenta; a capacidade de reconfiguração, modificação e reversibilidade de suas organizações e instituições (flexibilidade); a tendência de convergência de diferentes setores tecnológicos como a computação, a microeletrônica, a optoeletrônica e as telecomunicações, assim como as parcerias e aproximações entre corporações desses diversos setores (convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado).

Nesse sentido, os cinco aspectos da sociedade da informação (tecnologia para agir sobre a informação, penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, lógica de redes, flexibilidade e convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado) ressaltados pelo sociólogo espanhol e que expressam a amplitude das transformações por ele abordadas na década de 1990 foram constituídos a partir de desenvolvimentos científico-tecnológicos nas áreas da eletrônica e microeletrônica (computador, transistor, circuito eletrônico, microprocessador, entre outros), das telecomunicações (roteadores e comutadores eletrônicos) e da optoeletrônica (fibra ótica e laser). Além desses elementos, houve, é claro, o desenvolvimento crucial do que seria a internet a partir dos programas da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Arpa), vinculada ao Departamento de Defesa dos EUA. A internet, uma vez articulada com as inovações realizadas por corporações, pesquisadores acadêmicos, ativistas e usuários da rede em suas primeiras formas, possibilitaram em conjunto o aumento constante na velocidade e na quantidade de dados produzidos, armazenados e analisados por sistemas computacionais, de informação e de comunicação (Castells, 2011).

Essas mudanças precisam ser, como afirma Castells (2011), situadas historicamente a partir das movimentações econômicas e políticas mais amplas, em especial com relação às mudanças ocorridas no capitalismo nos anos 1980, com a

expansão e integração dos mercados e as desregulações que se deram nesse período. Como ressalta o autor espanhol, os novos aparatos de telecomunicações e do processamento e transmissão de informações foram relevantes para as referidas mudanças econômicas, como também essas mesmas mudanças no capitalismo impulsionaram as tecnologias em questão. Afirma o autor que “o surgimento da sociedade em rede [...] não pode ser entendido sem a interação entre estas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (p. 98). Segundo Loveluck (2018),

Em paralelo com a Arpanet, cuja utilização havia sido bastante restrita, implementaram-se, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, redes *ad hoc* de diferentes naturezas: assim, redes comerciais (e dispendiosas, portanto, limitadas) tais como CompuServe e The Source, foram lançadas desde o final dos anos de 1970, ou seja, antes mesmo do advento da World Wide Web que surgiu apenas em 1990-1991. No entanto, as mais emblemáticas das alternativas à Arpanet foram projetadas e gerenciadas de maneira ainda mais “livre” e descentralizada do que esta, fora do âmbito do governo e sem interesses comerciais, com uma base acadêmica e/ou associativa. Tratava-se, por um lado, da Rede Usenet e, por outro, dos *Bulletin Board Systems* (BBS ou boletins eletrônicos), que constituem os antepassados dos atuais servidores de compartilhamento de arquivos, fóruns de discussão na internet e mídias sociais, tais como Facebook e Twitter (Loveluck, 2018, p. 74-75)

A privatização da internet na década de 1990 e a popularização de mecanismos de busca, de novos softwares e o surgimento da Web 2.0 (uma nova configuração de rede que permitiu maior interação entre usuários e mais ampla capacidade de ação destes em relação às interfaces computacionais) no início dos anos 2000, provocaram a expansão da internet, a criação de comunidades com interesses próximos e em torno de finalidades em comum, assim como o subsequente surgimento e popularização de redes sociais que alcançaram bilhões de usuários em todo o planeta, tornando a vida cotidiana de consideráveis segmentos da população mundial modificada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. De acordo com Loveluck (2018), “a web é, na verdade uma aplicação da internet que complementa aquelas já evocadas – correio eletrônico, Rede Usenet etc – mas cujo destino irá atingir tal amplitude que, na linguagem corrente, a web se tornou quase um sinônimo da internet” (p. 116)

Embora Castells tenha publicado suas análises das novas tecnologias há mais de duas décadas atrás, e muitas das inovações em torno da Web 2.0 ainda não tivessem sequer sido lançadas, sua contribuição permite delinear alguns pontos iniciais: a importância fundamental das novas tecnologias que produzem e transmitem informação, a capacidade de penetração de tais tecnologias em diversos setores e

dimensões da vida diária, social e cultural, assim como a tendência de aproximação entre diferentes setores tecnológicos (computação, microeletrônica, telecomunicações etc.) permitem situar aquilo que ainda se delineava dentro da realidade da qual ele partiu como alguns elementos de um cenário que se modificou bastante, mas ainda assim manteve os traços gerais do paradigma por ele perscrutado.

Essa contextualização possibilita-nos mostrar algumas fissuras geradas e evidenciadas sobretudo nos últimos anos, em especial no que concerne às diferenças atuais entre as promessas de liberdade, espontaneidade e expressividade criativa contidas no início da sociabilidade em rede e o quadro mais recente marcado por imensas corporações de tecnologia dominando amplas fatias do mercado de dados, os problemas em torno de demonstrações discriminatórias e de ódio existentes na rede, o uso comercial e político dos dados produzidos a partir de nossas atividades envolvendo dispositivos eletrônicos conectados e as implicações para as assimetrias crescentes de poder entre esse punhado de corporações geradoras e comercializadoras de nosso dados e amplos segmentos sociais capturados pela lógica da criação de receitas e lucros a partir de nossa vida cotidiana.

Hoje nos deparamos e somos continuamente instigados a utilizar dispositivos tecnológicos e plataformas que operam através de algoritmos. Estes são definidos por Cormen (2014) como “um conjunto de etapas para executar uma tarefa descrita com precisão suficiente para que um computador possa executá-la”. O autor prossegue delineando o que se espera de um algoritmo em torno de duas tarefas básicas: “dada uma entrada para um problema, o algoritmo deve sempre conduzir uma solução correta para o problema e usar recursos computacionais eficientemente ao fazê-lo” (p. 2).

Nesse âmbito de alimentação dos algoritmos a partir de grandes quantidades de dados (big data) para resolução de problemas, a inteligência artificial (IA) vem apresentando avanços consideráveis em campos que envolvem aprendizado de máquina, sendo esta o aprendizado baseado em reconhecimento de padrões “e posterior aplicação do aprendizado no reconhecimento das variáveis em outras unidades ou conjuntos de dados” (Silva, 2022, p. 75) a partir de uma ampla base de

dados e dentro de um paradigma de inteligência artificial estreita<sup>51</sup>, a qual se dá pela resolução de tarefas em “domínios específicos como reconhecimento de padrões em dados ou processamento de linguagem natural” (p. 59-60).

Contudo, as evidências sobre o impacto muitas vezes negativo dos sistemas algorítmicos na educação (por meio de rankings escolares que desconsideram variáveis dificilmente quantificáveis), no sistema penal (escores projetados para indicar a probabilidade de reincidência em atividades criminalizadas e que produzem resultados racialmente carregados), por empresas seguradoras (através de escores que prejudicam os mais pobres), por fornecedores de crédito (compilando dados sobre potenciais clientes e hierarquizando-os de acordo com a localidade onde vivem), no mercado de trabalho (com a automatização nas análises de currículos profissionais), entre outros campos, levou O’Neil (2020) a designá-los de “armas de destruição matemáticas”, caracterizadas pela opacidade, pela escala de incidência e pelos danos provocados nas vidas de muitos.

Como veremos abaixo, grandes plataformas conjuntamente identificadas pela sigla GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft) baseiam seus dispositivos e serviços em sistemas algorítmicos alimentados por imensas quantidades de dados produzidos a partir de atividades, informações e interações de seus usuários para fins de aumento do engajamento nas plataformas, mas também para a formação de perfis com objetivos de predição e mesmo modulação comportamental, como discutiremos ao longo deste trabalho.

Conforme mencionado na introdução do presente texto, diversos esforços científicos vêm sendo empreendidos para fins de compreensão crítica de nosso presente digital, resultando em diversos conceitos: capitalismo de plataformas, capitalismo de vigilância, capitalismo de dados, colonialismo de dados, racismo algorítmico, entre outros. Nesse sentido, dedicaremos algum espaço para o entendimento dos principais aspectos de cada uma dessas conceituações. Antes disso, porém, será importante apontarmos alguns trabalhos em torno da noção de dados e suas configurações atuais: datificação (ou dataficação) e dataísmo.

---

<sup>51</sup> Existe ainda a chamada inteligência artificial geral como projeto de sistemas dotadas de capacidades humanas em nível mais complexo e profundo (consciência e autoconsciência, afeto, autonomia etc). Nesse âmbito mais geral, Sumpter (2019) mostra como ainda há um longo caminho a ser percorrido – se é que algum dia a IA geral poderá ser concretizada.

## 2.2 DADOS, DATIFICAÇÃO E DATAÍSMO

Na sociedade onde os fluxos da vida cotidiana são em ritmo crescente transformados em dados por tecnologias de informação e comunicação, o apelo para a noção de que esses dados são de alguma forma naturais e/ou meros resultados daquilo que postamos, curtimos e compartilhamos nas redes pode levar a uma visão essencialista do que esses dados são. O ponto relevante aqui é deixarmos claro o processo de criação, armazenamento e análise de dados por grandes corporações de tecnologia. Os modos como os dados são produzidos, veiculados, acessados ou não, constituem efeitos de decisões sustentadas por modelos de negócios, legislações regulatórias e eventuais ativismos para aumento da transparência e proteção de nossa privacidade. Como afirmou Véliz (2021), nessa empreitada corporativa com objetivos de abarcar quantidades cada vez maiores de dados sobre nós, a linguagem é um recurso a ser instrumentalizado para conferir uma aparência inofensiva e positiva à invasão da privacidade das pessoas e a diminuição da transparência em nossas relações com as tecnologias atuais:

As redes privadas de publicidade e vigilância são chamadas “comunidades”, os cidadãos são “usuários”, o vício em telas é rotulado como “engajamento”, nossas informações mais sensíveis são consideradas “poeira de dados” ou “migalhas digitais”, o software de espionagem é chamado de “cookies”, os documentos que descrevem nossa falta de privacidade são intitulados “políticas de privacidade”, e o que antes era considerado “grampo” é agora o alicerce da economia da internet (Véliz, 2021, p. 136)

Ainda sobre as questões de privacidade e transparência, Almeida (2019) mostra como o Facebook vai além da mera coleta de rastros deixados por seus usuários, mas também obtêm acesso aos contatos daquele usuário, mesmo que entre eles exista aqueles que simplesmente não são usuários da referida rede social. Como ele ressalta, “a plataforma coleta informações da rede de contatos, através da agenda do telefone celular. Essas informações podem dizer respeito tanto a um usuário quanto a um não usuário” (p. 127).

A retórica afirmadora da naturalidade dos fluxos de dados faz parte de uma dinâmica que se apoia neles como geradores de valor econômico e político, seja com fins lucrativos, seja de monitoramento e reforço de controles sobre a população. De acordo com van Dijck (2017), os metadados, definidos como “relatórios automatizados de quem se comunicou com quem, a partir de qual local e por quanto tempo” (p. 42), passaram de subprodutos a recursos valiosos na nova economia conduzida por plataformas.

Quando os mais diversos aspectos da vida de pessoas comuns se mostram suscetíveis de serem transformados em dados, temos um processo de datificação ou dataficação. A predição comportamental e sua eventual modificação daí decorrente se torna uma realidade econômica e politicamente valiosa, como veremos a seguir. Como ressalta Lemos (2021), é necessária uma distinção entre digitalização e dataficação:

Mesmo que processos de digitalização continuem a acontecer (criar um website, quantificar o número de passos de uma pessoa por dia, transformar um livro impresso em e-book, entre outros), eles estão inseridos em procedimentos algorítmicos mais amplos de tratamento e captação de dados (Big Data, machine learning). A dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios (Lemos, 2021, p. 194)

Destarte, a dataficação vai além da mera tradução de informação desde um meio analógico para outro digital (digitalização), mas implica a criação, o armazenamento e a análise de dados por tecnologias avançadas de algoritmos e inteligência artificial, cujos procedimentos computacionais permitem a construção de modelos de perfis comportamentais, a predição e possível alteração dos comportamentos.

O processo de dataficação da vida torna as relações sociais objetos de modelagem computacional e, em consequência, ocasiona também uma virada epistemológica marcada pela supremacia dos dados como lentes privilegiadas para o conhecimento do mundo pela presumida inteligibilidade e transparência aumentada por eles fornecida (Lemos, 2021). Tudo isso aliado aos supostos atributos de racionalidade, neutralidade e eficiência conferidos aos dados.

Segundo van Dijck (2017), diretamente relacionado ao processo de datificação (ou dataficação) está o dataísmo, não somente como “técnica de conhecimento da ação social”, mas como uma “crença na intenção das companhias de alta tecnologia e nas agências de governo de proteger os dados dos usuários de exploração” (p. 50). Assim, o dataísmo implica tanto uma crença e confiança na objetividade metodológica das tecnologias platafórmicas, quanto a confiança na independência e integridade dos diferentes atores envolvidos na estruturação desses métodos (plataformas, agências governamentais e mesmo pesquisadores ligados ao mundo acadêmico).

Como consequência desse quadro formado por datificação e dataísmo, temos uma nova realidade de datavigilância, cuja operação difere dos modos mais

tradicionais de vigilância por sua amplitude, alcance e frequência, superando a vigilância usual em direção ao monitoramento contínuo de (meta)dados com objetivos não especificados (van Dijck, 2017, p. 52).

Os efeitos desse cenário se estendem também para uma crença nas capacidades de resolução de problemas políticos, econômicos e sociais pelos dados, algoritmos e sistemas de inteligência artificial (IA). O pressuposto comum de que os dados coletados por plataformas, agências vinculadas ao Estado e instituições acadêmicas de pesquisa científica são estritamente objetivos, neutros e mesmo capazes de totalizar o conjunto de todos os fenômenos sociais e físicos alimenta, por sua vez, a crença de que maiores quantidades de dados gerados e analisados por sistemas inteligentes dotados de crescente complexidade e amplitude representam a chave para uma gestão racional da vida e da natureza.

A esperança nos poderes miraculosos da tecnologia pode assumir também, em sua expressão atual, a designação de pensamento computacional (Bridle, 2019). A ênfase na produção de imensas quantidades de dados apresenta como efeito uma maior exigência e confiança na “eficiência” em virtualmente todos os setores da vida, assim como reforça as tendências epistemológicas em torno da previsão e controle dos fenômenos. Contudo, conforme alerta o autor, “o software é incapaz de distinguir entre seu modelo do mundo e a realidade – e, uma vez condicionados, nós também não (p. 55-56). A penetração tecnológica digital em múltiplas esferas do cotidiano acabar por envolver nossos próprios corpos, cada vez mais encarado como manancial de dispositivos de monitoramento, rastreamento e vigilância:

A capacidade de registrar cada aspecto de nosso cotidiano se assenta por fim na própria superfície de nosso corpo, o que nos persuade a sermos otimizados e atualizados como nossos aparelhos. Pulseiras smart e apps de smartphone com contadores de passos integrados e monitores de reação galvânica na pele acompanham não só nossa posição, mas cada respiração e cada batimento cardíaco, até nosso padrão de ondas cerebrais. Incentivam-se os usuários a deixar os telefones celulares ao lado da cama durante a noite, para que possam apurar e registrar os padrões de sono. (Bridle, 2019, p. 167)

## 2.3 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E CAPITALISMO DE DADOS

Segundo Zuboff (2021), o capitalismo de vigilância se estabeleceu como um arranjo inédito dentro do sistema capitalista e foi possibilitado pelo surgimento de um modelo de negócios sustentado por uma lógica que vai além do que até então se sabia acerca do funcionamento básico do capitalismo desde o século XIX: a detenção

dos meios de produção por uma minoria que emprega uma ampla base assalariada e então instrumentalizada, juntamente com o maquinário industrial, para a geração de valor e riqueza por meio da produção racional de mercadorias; sendo que essa geração de valor e riqueza acaba, em grande extensão, nas mãos dos próprios detentores dos meios produtivos.

A autora enfatiza que, enquanto no início das operações da rede de informação e comunicação os dados produzidos pelas empresas de serviços de comércio online, de mecanismos de busca e de conteúdo gerado pelo usuário se baseava no uso destes dados para a melhoria dos sistemas e serviços oferecidos por elas, a partir da chamada “crise das ponto com” logo no início da década de 2000, o ecossistema de *startups* que proliferou com o advento da internet comercial se viu ameaçado por uma crise em torno de sua capacidade de geração de receita para os investidores de alto risco que as financiavam e para o prosseguimento e desenvolvimento das atividades das próprias *startups*. Nesse cenário, um novo modelo de negócios surgiu: a produção, armazenamento e análise de dados não mais para fins limitados à melhoria dos sistemas e serviços oferecidos pelas empresas, mas agora o emprego de dados para fins de predição e modificação de comportamentos dos usuários.

Indo além do que ela chamou de ciclo de reinvestimento do valor comportamental, “no qual todos os dados comportamentais são reinvestidos no aprimoramento do produto ou serviço” (p. 91), o modelo de negócios construído a partir daquela crise se baseia no superávit comportamental: aliando capacidade computacional cada vez maior com a coleta de conteúdos e registros das atividades dos usuários, o modelo se baseia em amostras de informações sobre a vida dos indivíduos para a criação, processamento e tratamento de dados que possam ser leiloados para outras empresas de serviços interessadas em descobrir as preferências, desejos e aspirações de consumo de seus potenciais clientes para o envio de anúncios publicitários sob medida, estabelecendo o que ela denomina mercado de comportamentos futuros (o termo “futuros” aqui dizendo respeito à capacidade algorítmica preditiva de nossos desejos e aspirações).

A empresa que se mostrou pioneira desse novo modelo foi aquela que se tornaria uma das gigantes do capitalismo de vigilância: o Google. Com seu mecanismo de busca para pesquisas online através de palavras-chave, a empresa percebeu as repercussões comerciais para a publicidade de terceiros e para seu próprio

desenvolvimento. A interação entre vigilância contínua e interesses econômicos estão interligados, a partir da descoberta do superávit comportamental pelo Google, e representam a ascensão do capitalismo de vigilância:

A invenção do Google revelava novas capacidades para inferir e deduzir pensamentos, sentimentos, intenções e interesses de pessoas e grupos com uma arquitetura automatizada que opera como um espelho unidirecional independentemente de consciência, conhecimento e consentimento da pessoa, possibilitando, assim, acesso secreto e privilegiado a dados comportamentais (Zuboff, 2021, p. 105-106)

Ao perceber os recursos a sua disposição e as receitas e lucros que poderiam ser obtidos, o Google empregou ferramentas como o AdWords, o AdSense e o DoubleClick (esta última uma empresa de rastreamento de anúncios adquirida pelo Google em 2008) para viabilizar leilões em tempo real para anunciantes interessados em exibir seus produtos, tendo como diferencial a expertise técnica fornecida pela gigante da web (expertise por sua vez engendrada pelo modelo cuja lógica era exatamente aquela do superávit comportamental) para aumento das receitas dos próprios anunciantes. Tal modelo publicitário, porém, foi fundamental para o crescimento econômico e valorização da Google, sendo responsável pelos bilhões de dólares constantes em sua receita a cada ano.<sup>52</sup>

Nesse cenário, a autora afirma que os usuários não podem ser considerados clientes, uma vez que parâmetros comuns na atividade comercial entre diferentes atores, tais como a troca, o preço e o lucro, não se apresentam nessa relação entre corporações e usuários. Estes também não podem ser chamados de funcionários, pois os usuários não recebem salários nem produzem por meio dos meios tradicionais do capitalismo (meios de produção). A classificação dos usuários como “produto” igualmente não se sustenta à luz do fato de que eles na verdade fornecem a matéria-prima a ser transformada em dados rentáveis tanto pelas corporações quanto pelos anunciantes.

Relevante também para sua argumentação em torno do capitalismo de vigilância é aquilo por ela chamado instrumentarismo, como uma espécie de poder que ajuda a modelar as relações humanas em torno dos imperativos de monitoramento e extração de valor a partir das experiências e interações cotidianas. Constituído por dois aspectos fundamentais: primeiro, a instrumentação como “a

---

<sup>52</sup> Sobre o impacto das receitas de publicidade para o Google, Zuboff afirma que, no ano de 2016 “89% das receitas de sua empresa-mãe, a Alphabet, derivavam dos programas de publicidade direcionada do Google” (p. 120)

ubíqua arquitetura material conectada que participa da computação sensível, a qual, por sua vez, compila, interpreta e aciona a experiência humana” (p. 420) e, segundo, a instrumentalização que “denota as relações sociais que orientam os titeriteiros para a experiência humana como capital de vigilância a nos transformar em meios para alcançar os objetivos alheios de mercado” (p. 420).

Uma proposta com similaridades em relação àquela de Zuboff é a denominada por West (2019) de capitalismo de dados. Nas palavras de West, “os modelos de negócios que sustentam a mercantilização de dados introduzem uma lógica que atravessa as dimensões econômicas, sociais e políticas da tecnologia<sup>53</sup>” (p. 21, tradução nossa). A lógica nesse processo é aquela do capitalismo de dados, cuja operação parte dos traços digitais de nossas atividades para a criação de valor econômico, utilizando ainda a retórica da comunidade e do poder do consumidor, mascarando assim o trabalho digital por trás desse processo e sublinhando o conflito entre privacidade e desejos de constituição de comunidades. O cenário do capitalismo de dados leva ainda a uma redistribuição de poder que se mostra assimétrica, pois o poder dinamizado a partir da produção dos dados está do lado daqueles com acesso e capacidade para lidar com eles.

#### 2.4 CAPITALISMO DE PLATAFORMA, PLATAFORMIZAÇÃO E O TRABALHO PRECÁRIO NAS REDES

O entendimento do que vem a ser uma plataforma é relevante para o conseqüente entendimento de como opera a lógica mais ampla do capitalismo atual. Aqui, há definições diferentes para o conceito e, por isto, será mais esquemático abordarmos cada uma das formulações de alguns autores que forneceram perspectivas singulares para a compreensão do mencionado conceito.

Srnicek (2017) afirma que “no nível mais geral, plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos<sup>54</sup>” (p. 31, tradução nossa). O autor prossegue dizendo que as plataformas apresentam quatro características importantes: primeiro, elas atuam como intermediários que aproximam diferentes usuários, tais como fregueses, anunciantes, provedores de serviços,

---

<sup>53</sup> No original: “the business models that support the commodization of data introduce a logic that transverses the economic, political, and social dimensions of technology”

<sup>54</sup> No original: “At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact”

produtores, entre outros. Assim, ele ressalta que as plataformas não são apenas empresas de tecnologia, pois essas infraestruturas podem funcionar em qualquer lugar onde exista conexão digital; segundo, elas tanto produzem quanto se apoiam sobre “efeitos de rede” [network effects], significando que quanto maior o número de usuários da plataforma, maior sua relevância e, por conseguinte, maior o valor dela (o que pode ajudar a explicar as tendências monopolísticas notadas quando se fala das grandes plataformas no cenário de hoje); terceiro, as plataformas empregam diferentes táticas para a atração de maiores quantidades de usuários, sendo uma dessas táticas a do subsídio cruzado [cross-subsidisation], que se refere ao oferecimento de serviços a baixo custo (ou mesmo serviços gratuitos) por um lado, mas a busca por compensação econômica, por outro (através da venda de espaços de publicidade, por exemplo); quarto, o recurso a uma retórica de espaço vazio e aberto para seus usuários, mas que oculta a face política de suas operações (como regras de produtos e serviços definidos pelos proprietários de forma centralizada).

Além dessas características, Srnicek nos oferece uma tipologia das plataformas, porém deixando claro que empresas como a Amazon tem buscado ampliar o alcance de seus negócios, levando-a ao ponto de se expandir para quase todos os tipos platafórmicos mencionados a seguir. Para ele, as plataformas podem ser divididas em cinco tipos: plataformas de publicidade, apresentando como exemplos Google e Facebook, que extraem e analisam dados dos usuários, transformando-os em produtos para anunciantes; plataformas de nuvem (Amazon Web Services, Salesforce) que são proprietárias de hardware e software disponíveis para serem alugados por outras empresas dependentes da tecnologia digital para suas operações; plataformas industriais (General Electric e Siemens), produtoras de hardware e software “necessários para transformar a manufatura tradicional em processos conectados pela internet que reduzem os custos de produção e transformam bens em serviços<sup>55</sup>” (p. 34, tradução nossa); plataformas de produtos (Rolls Royce, Spotify) que “geram receita usando outras plataformas para transformar um bem tradicional em um serviço e coletando taxas de aluguel ou assinaturas sobre eles<sup>56</sup>” (p. 34, tradução nossa); plataformas enxutas [lean platforms] como Uber e

---

<sup>55</sup> No original: “necessary to transform traditional manufacturing into internet-connected processes that lower the costs of production and transform goods into services”.

<sup>56</sup> No original: “generate revenue by using other platforms to transform a traditional good into a service and by collecting rent or subscription fees on them”

Airbnb, cujas operações dependem tanto da redução dos ativos quanto da redução dos custos ao mínimo para a obtenção de lucros (Srnicek, 2017)

Srnicek (2017) ainda oferece um contraponto ao argumento de que todas as nossas interações estão sendo transformadas em dados, ao ressaltar que é necessário fazer uma distinção entre atividades realizadas em plataformas e outras atividades realizadas fora delas, assim como proceder a uma diferenciação entre plataformas orientadas ao lucro e plataformas que não operam nesse padrão. Enfatiza também que “transações econômicas, informações coletadas por sensores na internet das coisas, dados corporativos e governamentais (tais como registros de crédito e registros financeiros) e vigilância pública e privada (tais como os automóveis usados para desenvolver o Google Maps)<sup>57</sup>” (p. 36, tradução nossa) são também fontes importantes de dados para uma corporação como o Google.

Outra definição de plataforma vem de Poell, Nieborg e van Dijck (2020) como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (p. 4). Ponto importante está na visão de plataformas não apenas como “coisas”, mas também como processo, o que nos leva ao conceito de plataformização:

Seguindo pesquisas em estudos de software, na área de negócios e na economia política, compreendemos plataformização como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida. E, a partir dos estudos culturais, concebemos esse processo como a reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020, p. 5)

Tomando como base os estudos oriundos dos quatro campos acadêmicos (estudos de software, negócios, economia política e estudos culturais), os autores mostram como a plataformização ocorre por meio da presença crescente das infraestruturas de plataformas em uma variedade cada vez maior de diferentes dispositivos tecnológicos (smartphones, smartwatches, eletrodomésticos, carros autônomos) o que permite a transformação das mais diversas atividades humanas (afetivas, profissionais, econômicas e de entretenimento) em dados. Uma segunda dimensão da plataformização se refere aos chamados mercados multilaterais: mercados não mais restritos aos tradicionais atores (produtores e consumidores), mas

---

<sup>57</sup> No original: “economic transactions, information collected by sensors in the internet of things, corporate and government data (such as credit records and financial records), and public and private surveillance (such as the cars used to build up Google Maps).

englobando outros interessados tais como anunciantes e intermediários. A terceira característica da plataformização diz respeito ao fenômeno da governança de dados: a ênfase na produção de certos tipos de dados em detrimento de outros, os quais ajudam a formatar a experiência do usuário por meio do direcionamento deste para conteúdos e serviços, mas também através de contratos e políticas da plataforma para usuários e outros participantes (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020).

Nesse sentido, van Dijck (2013) levantou alguns pontos importantes para a compreensão das plataformas. Ao invés de apenas funcionar como facilitadoras da interação na rede, elas devem ser vistas como constitutivas dessas interações. Na noção de cultura da conectividade proposta pela autora temos três elementos por ela destacados. Primeiro, “a sociabilidade não é simplesmente “tornada tecnológica” pela mudança para um espaço online; pelo contrário, estruturas de código estão alterando profundamente a natureza de nossas conexões, criações e interações<sup>58</sup>” (p. 20, tradução nossa). Em segundo lugar, nessa cultura da conectividade os princípios neoliberais são basilares na organização das trocas sociais. Por fim, é necessário situar tal cultura historicamente em termos de alterações nas relações entre o que se compreendia como público, privado e corporativo, uma vez que o setor público vem sendo, já há algum tempo, tomado por interesses corporativos. Por isso, é importante considerarmos pressões platafórmicas na direção de ideais de compartilhamento, transparência, abertura e tráfego online sem atrito [frictionless online traffic] como inseridas em uma lógica neoliberal de avanço sobre a esfera pública.

A intenção das plataformas de se tornarem codificadoras de uma forma de relação na rede e mesmo tornar essa forma de relação como estreitamente vinculada a uma marca platafórmica (como o Twitter se tornando quase sinônimo de microblogging e o Youtube em relação ao compartilhamento de vídeos) também é um ponto a ser considerado para um entendimento mais claro das aspirações platafórmicas (van Dijck 2013). Nesse aspecto, uma das características das plataformas conforme Srnicek as definiu (os efeitos de rede, a quantidade de usuários e a geração de valor daí resultante e sua vinculação à tendência para a concentração do mercado platafórmico em um punhado de gigantes tecnológicos), pode ajudar a compreender a direção monopolística percebida por muitos e que foi resumida por Wu (2012) quando ele afirmou que “ainda resta ver o quanto a internet permanecerá

---

<sup>58</sup> No original: “Sociality is not simply ‘rendered technological’ by moving to an online space; rather, coded structures are profoundly altering the nature of our connections, creations, and interactions”

aberta, mas há poucas dúvidas de que a estrutura industrial monopolista que caracterizou o século XX afinal já fincou o pé na rede” (p. 288).

Van Dijck (2013) também nos oferece uma tipologia de plataformas sob quatro modalidades: os sites de rede social [social-network sites], como Twitter e Facebook; aquelas baseadas em conteúdo gerado pelo usuário [user-generated content], como YouTube e Wikipedia; os sites de comércio e marketing [trading and marketing sites], como Amazon e eBay; e também os sites de jogos [play and game sites], como FarmVille e CityVille. Assim como a tipologia feita por Srnicek (2017) acima referida, van Dijck (2013) não pretendeu estabelecer uma classificação exaustiva, assim como deixa claro que há interpenetrações e expansões platafórmicas em diferentes nichos, como o Facebook que também opera como plataforma baseada em conteúdo produzido por usuários, por meio de fotos e vídeos curtos postados pelos próprios usuários, ou o YouTube como dotado de características de uma rede social, como a criação de comunidades construídas sob preferências compartilhadas entre seus membros.

Mais um argumento importante sobre o tema feito por van Dijck (2013) se refere ao período inicial de plataformas como o YouTube e o Flickr. Segundo a autora, estes espaços foram criados com base em iniciativas baseadas em comunidades voltadas para o compartilhamento de vídeos e fotos, respectivamente. Quando elas foram adquiridas por Google e Yahoo, também respectivamente, esse fundamento comunitário foi instrumentalizado pelos novos proprietários para ocultar os novos propósitos comerciais delas. Ou seja, embora não estivessem mais articuladas em torno do compartilhamento entre comunidades de gostos em comum, o passado fundacional dessas plataformas foi utilizado para tornar mais opacos os novos interesses de cunho comercial.

O modo como opera a moderação de conteúdo (apesar de sua opacidade) é um fator relevante para afastarmos o mito da neutralidade platafórmica convenientemente propagado por seus proprietários e ainda visto por muitos de nós como um fato. Gillespie (2018) mostra como a moderação acabou se tornando uma necessidade em face do imenso fluxo diário de mensagens, fotos, vídeos e de outros formatos de interação e conteúdos postados e compartilhados por seus usuários. Embora a moderação tornada necessária para a operação dessas plataformas seja vista por seus gestores como algo que devesse ter sua efetuação realizada apenas pelos próprios usuários, a moderação também acabou por ser vinculada em políticas

platafórmicas expressas em termos de serviços, diretrizes de comunidade [community guidelines] e outros corpos de regras e procedimentos aplicados.

No entanto, como Gillespie (2018) ressalta, a moderação de conteúdo constitui uma das dimensões mais opacas dentro das operações platafórmicas. Conforme ele argumenta, “como esse trabalho [de moderação] é distribuído entre diferentes forças de trabalho, porque ele está indisponível ao escrutínio público ou regulatório e porque ele é realizado sob condições de elevado estresse, há um amplo espaço para deslizamentos, distorção e falha<sup>59</sup>” (p. 117, tradução nossa). Em outras palavras, a grande parcela de opacidade na moderação empreendida leva a uma falsa percepção de naturalidade para muitos (como se o conteúdo visto por cada um fosse apenas veiculado com total transparência pelas plataformas), e ao ocultamento da seleção operada pela moderação, sobretudo acerca dos valores norteadores dessas escolhas; valores baseados em imperativos de comercialização, mas que também devem levar em conta possíveis danos causados aos usuários e eventuais problemas legais a serem enfrentados pela plataforma.

Além disso, se considerarmos o fato de que as grandes plataformas estão presentes em dezenas e dezenas de países ao redor do mundo, outro elemento que dificulta o trabalho de moderação é a barreira linguística existente, por exemplo, no caso do Facebook, onde a escassez de moderadores familiarizados com línguas e dialetos em países multilíngues, representou impacto negativo sobre conteúdos envolvendo desinformação, violência e conflitos étnicos postados na plataforma<sup>60</sup> (Frenkel; Kang, 2020)

A plataformização de amplos espectros da vida social também vem exercendo efeitos negativos sobre o já combalido mercado de trabalho formal, após décadas de reformas que reduziram a capacidade dos sindicatos de lutar por melhores condições laborais, da incorporação de ditames neoliberais mesmo por partidos políticos usualmente vistos como pertencentes ao campo das esquerdas, da expansão dos mercados financeiros, da privatização de infraestruturas e empresas

---

<sup>59</sup> No original: “Because this work is distributed among different labor forces, because it is unavailable to public or regulatory scrutiny, and because it is performed under high-pressure conditions, there is a great deal of room for slippage, distortion, and failure”.

<sup>60</sup> Frenkel e Kang (2020) apresentam como exemplo o caso de Mianmar, onde o Facebook serviu como veículo para o agravamento de tensões étnicas que levaram ao massacre de milhares de pessoas pertencentes à minoria muçulmana *rohingya*.

antes sob controle estatal, além do reforço das relações assimétricas entre empregadores e empregados.

Quando pensamos em precarização do trabalho mediado por plataformas, o termo “uberização” logo vem à mente, fazendo referência a uma das plataformas enxutas analisadas por Srnicek (2017), o Uber. Como vimos, seu modelo de negócios é baseado na redução severa de ativos e custos para a geração de receitas. Porém, como Slee (2017) demonstra, outras nomenclaturas vêm sendo adotadas para conferir ares mais brandos e até positivos ao processo de precarização platafórmica. Entre as novas camuflagens está a chamada economia de compartilhamento, envolvendo não apenas o Uber, mas outra plataforma já mencionada, o Airbnb.

Segundo Morozov (2018), a publicidade em torno dessas empresas retrata o Uber como “oferecendo serviços de transporte que se contrapõem ao setor existente dos táxis” (p. 19), enquanto o Airbnb é mostrado como inovação que “nos ajuda a encontrar acomodações e evitar o setor hoteleiro” (p. 19). Assim, a precarização da vida e das relações de trabalho assumem uma tonalidade de desafio aos interesses comerciais consolidados. Por trás do discurso, porém, temos um movimento de interesses privados de investidores e gestores dessas e de outras empresas no sentido oposto ao que se poderia esperar de uma economia de “compartilhamento”. Sobre tal panorama, Slee afirma que

Se a Economia do Compartilhamento é um movimento, é um movimento pela desregulação. Grandes instituições financeiras e fundos influentes de capital de risco estão vislumbrando, com ela, uma oportunidade para desafiar as regras formuladas pelos governos municipais democráticos ao redor do mundo – e para remodelar as cidades de acordo com seus interesses. Não se trata de construir uma alternativa à economia de mercado dirigida por corporações. Trata-se de expandir o livre mercado para novas áreas de nossas vidas (Slee, 2017, p. 49-50)

O Uber vem apostando em movimentos contra a regulação em torno das regras consolidadas para o transporte urbano e, ao iniciar suas operações em uma cidade, fornece retornos atrativos para motoristas, até o momento em que os serviços estejam bem estabelecidos naquele lugar, para então começar a tomar partes consideráveis das receitas geradas pelas corridas feitas pelos motoristas. A elevada quantidade de horas necessárias para que um motorista receba o retorno mínimo para compensar os seus gastos, aliada ao fato de que a concorrência da Uber com os serviços tradicionais de taxi vem gerando uma redução na demanda e, em consequência, nas opções de muitos taxistas, produz uma situação na qual muitos deles são empurrados para a plataforma Uber (Slee, 2017)

Considerando como “parceiros” ou empresários auto empregados, e não como empregados os seus motoristas, o Uber também apela para o modelo de micro-empendedorismo (Slee, 2017), comum na racionalidade neoliberal mais ampla e na economia de compartilhamento como uma de suas expressões recentes. Nessa estratégia de precarização, “a ideia de opção é chave, pois se supõe que quem trabalha para a empresa tem opção” (Morozov, 2018, p. 151).

Outro aspecto de relevância para essa discussão é como o Uber vem se utilizando de dados para aumentar suas receitas e conquistar maiores fatias do mercado, conhecendo detalhes sobre as corridas feitas por seus motoristas e o comportamento dos usuários da plataforma. O sistema de reputação, criado a partir de pontuações atribuídas pelos usuários ao serviço feito pelos motoristas constitui um fator de pressão e adequação forçada aos “parceiros” sob a aparência de melhoria da qualidade do serviço (Slee, 2017).

Para além de plataformas como Uber e Airbnb, Grohmann (2020) considera que o impacto platafórmico no sentido de intensificação do trabalho precarizado deve ser encarado não apenas como uberização, mas por vias de uma plataformização do trabalho, uma vez que esta designação vai adiante da caracterização de um processo nas relações de trabalho e que pode dar a entender erroneamente que só se aplica a uma plataforma (Uber). A plataformização do trabalho se refere então a um processo mais amplo de crescente dependência (tanto trabalhadores quanto consumidores) das plataformas digitais. Há, porém, variações geográficas nessa plataformização, pois se no Norte global existe uma percepção sobre a plataformização como associada à gig economy (economia de “bicos”) amplificada pela crise de 2008, em países do Sul (como o Brasil) a precariedade histórica nas relações de trabalho torna o “bico” uma realidade cotidiana e bem conhecida para muitos.

A moderação de conteúdos também representa um flagrante exemplo da precariedade do trabalho envolvido no funcionamento diário de outras plataformas. Gillespie (2018) mostra como a imensa quantidade de dados gerados a partir das atividades e interações dos usuários leva a uma exigência por maior rapidez nas decisões tomadas por equipes moderadoras quanto aos conteúdos potencialmente ofensivos e que ferem as diretrizes das plataformas, sendo o imperativo de celeridade (podendo se dar numa escala de meros segundos para a tomada de decisão) um critério para medir a eficiência dos moderadores.

Acrescente-se a isso o fluxo de conteúdos chocantes e repulsivos envolvendo violência, insultos e manifestações de ódio e discriminação, por um lado, e o fato de que parte importante dessa força de moderação estar situada em países como Índia e Filipinas, onde regulações de trabalho podem ser mínimas (com equipes de moderação contratadas em regime terceirizado) e, conseqüentemente, com abundância de trabalho barato, por outro, para percebermos a precarização também em outras plataformas para além daquelas que adotam modelos enxutos (Gillespie, 2018).

## 2.5 COLONIALISMO DE DADOS, RACISMO ALGORÍTMICO E SEXISMO NAS PLATAFORMAS

A dinâmica política e social dos dados na economia global atual vem chamando a atenção de autores ligados ao pensamento pós-colonial e decolonial quanto as suas similitudes com o chamado colonialismo histórico, tal como se deu nas Américas a partir dos séculos XV e XVI e que se espalhou pelos continentes africano e asiático posteriormente. A caracterização do colonialismo histórico como dotado de uma mecânica de extração e exploração de recursos naturais, territórios e corpos (tanto dos povos nativos quanto de mão-de-obra escravizada oriunda de terras africanas na colonização das Américas), vem sendo aproximada do contexto hodierno para permitir um entendimento que o situa a partir de raízes históricas mais amplas.

As ideias pós-coloniais e decoloniais apontam a profundidade e a amplitude dos fenômenos coloniais não somente para o surgimento e proliferação do capitalismo a ascensão da modernidade, como também para a implementação de classificações sociais discriminatórias e excludentes e que persistem ainda para consideráveis camadas da população mundial. A noção de modernidade é vista como intrinsecamente eurocêntrica e apoiada nas categorizações e hierarquias epistêmicas, raciais, econômicas e subjetivas formuladas a partir do olhar colonizador europeu branco sobre povos nativos e outros povos escravizados no processo de exploração e dominação colonialista.

Segundo Mignolo (2017), a retórica da modernidade desempenhou papel relevante na lógica da colonialidade, uma retórica embasada por imperativos aparentemente positivos como salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia. Essa formulação discursiva foi posteriormente suplementada pelo

estratagema da missão civilizatória europeia quanto aos povos não europeus (p. 8). Sobre a relação entre modernidade e colonialidade, o autor sublinha que “a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (p. 4).

Situando o pensamento pós-colonial como tributário dos teóricos da dependência e também de outros autores como Frantz Fanon, Cassino (2021) se baseia em Ballestrin para mostrar como as relações entre Norte e Sul podem ser pensadas em três direções: a primeira afirma que Norte e Sul são apenas coordenadas geográficas, sem maior problematização política; a segunda apresenta uma visão etapista de desenvolvimento econômico, onde o Norte é visto como o modelo de desenvolvimento a ser almejado pelos países do Sul; enquanto a terceira concepção das relações Norte-Sul aponta para uma ação conjunta de emancipação do Sul em relação ao Norte a partir das lutas históricas de independência dos países do Sul.

Ballestrin (2013) ressalta que a colonialidade do poder aponta como “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (p. 99). Ballestrin prossegue mostrando que a colonialidade se articula em três dimensões: poder, saber e ser. Deste modo, tais relações não são restritas ao poder de exploração do trabalho e da autoridade política, mas sim penetra nas esferas epistemológicas e subjetivas, por meio da desqualificação e das negativas quanto a outras modalidades de saberes, como também incide na constituição de sujeitos a serem hierarquizados a partir de construções de raça e gênero.

A respeito da faceta epistemológica da colonialidade, Connell (2012) parte da realidade da produção acadêmica de conhecimentos a partir de uma perspectiva que deixa clara a relação assimétrica entre Norte-Sul, mostrando como há uma divisão de trabalho intelectual, na qual o Norte é o centro irradiador de metodologias, teorias, conceitos e debates, enquanto o Sul é o lugar de absorção e uso por vezes pouco crítico quanto aos conceitos, teorias e metodologias formuladas no Norte.

Um dos principais autores que abordaram a colonialidade, Quijano (2010) pensa o poder eurocêntrico como “o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito” em função da disputa pelo controle de cinco meios de existência social: 1) o trabalho; 2) os recursos “naturais” para a produção; 3) o sexo e

reprodução da espécie; 4) a subjetividade e o conhecimento; 5) a autoridade e a coerção (p. 71). As classificações sociais em torno de categorias de raça, gênero, força de trabalho e idade foram empregadas a partir de uma distribuição de relações de poder em favor do colonialismo eurocêntrico para a hierarquização de sujeitos e grupos, sobretudo as hierarquias derivadas dos construtos de raça. Nessa trilha, a constatação fundamental para Quijano é que “a corporalidade é o nível decisivo das relações de poder’ (p. 105).

O novo colonialismo de dados se dá, entretanto, ao combinar “práticas extrativistas predatórias do colonialismo histórico com os métodos abstratos de quantificação da computação<sup>61</sup>” (Couldry; Mejias, 2018, p. 2, tradução nossa). No quadro do colonialismo de dados, esta forma recente de extração e produção pode dar origem a um novo estágio capitalista, como o colonialismo histórico forneceu as condições para o advento do capitalismo industrial. Como enfatizam os autores, o projeto do colonialismo de dados visa converter a vida em matéria-prima para a geração de dados. Eles apontam como a retórica em torno da naturalidade dos dados como entidades previamente existentes desempenha uma função na aceitação da apropriação informacional por parte das corporações, como também a ideia de que essas corporações são as únicas capazes de dar sentido ao fluxo de dados e de que tais operações trazem benefícios ao todo social, “assim como a humanidade deveria se beneficiar pelo colonialismo histórico como um projeto civilizatório<sup>62</sup>” (p. 5, tradução nossa)

Couldry e Mejias (2018) apresentam três modos de extração desse colonialismo: as plataformas digitais como forças modeladoras de relações sociais em formatos rastreáveis e quantificáveis pelas tecnologias algorítmicas; a propagação da logística orientada a dados [data-driven logistics] para diversos setores da administração e da produção, orientadas ou não ao lucro; o rastreamento das atividades dos sujeitos por eles mesmos, seja por meios voluntários ou não. Esses modos de extração ajudam a formatar aquilo que eles designam como relações de dados [data relations], significando relações sociais que permitem a geração de dados para fins comerciais.

---

<sup>61</sup> No original: “the predatory extractive practices of historical colonialism with the abstract quantification methods of computing”.

<sup>62</sup> No original: “just as humanity was supposed to benefit from historical colonialism as a ‘civilizational’ project”.

No nosso contexto, as relações históricas assimétricas entre Norte e Sul também levam a uma descontinuidade entre os países na forma da extração de informações: enquanto o Norte concentra as tecnologias de ponta envolvidas na economia atual, recebendo fluxos não apenas de dados, mas também de receitas obtidas pelas inovações, os países do Sul fornecem dados de seus habitantes pelo uso das plataformas (Cassino, 2021), assim como ajudam a sustentar operações como a moderação de conteúdos por meio de mão de obra barata e terceirizada oriunda desses países, como vimos acima.

Alguns fatos que podem reforçar o argumento de uma lógica colonial de dados no nosso cenário são apresentados por autores que vêm pesquisando a dinâmica colonial hoje, como Silveira (2021) registrou acerca do caso envolvendo o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação (MEC), cujos dados foram entregues para o Azure, serviço de nuvem da Microsoft, em 2020. Sob o argumento de redução de custos, dados abrangendo milhões de estudantes foram confiados à corporação platáformica. Nesse sentido, Silveira afirma que “a economia imediata, a entrega de atividade antes executadas pelo Estado a empresas privadas, a crença em contratos e em um padrão moral isento de interesses geoestratégicos e negociais conformam um regime de verdade da gestão pública neoliberal” (p. 41).

Souza (2021) também apresenta indícios de colonialidade científico-tecnológica durante o período pandêmico no Brasil, quando as recomendações de saúde visando a contenção do contágio permitiram a ampliação das consultas médicas remotas (telemedicina) e mediadas por funcionalidades de comunicação audiovisual presentes nas novas tecnologias digitais. A autora mostra que uma das empresas responsáveis pelo fornecimento desses serviços possuía uma parceria com uma grande plataforma (Google), o que indica a probabilidade de que as informações de saúde mediadas por essas tecnologias possam ter sido utilizadas pelo Google para alimentar sua gigantesca base de dados.

As universidades federais brasileiras também vêm sendo aproximadas da lógica das *big techs* por meio de serviços platáformicos educacionais em “webconferências, armazenamento em nuvem, e-mail, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros” (Mian, 2021, p. 142). A gratuidade desses serviços atrai as instituições de ensino superior diante da realidade brasileira de cortes de verbas para o setor, assim como de uma racionalidade neoliberal que aposta em redução de

custos e aumento de eficiência, racionalidade que se espalha por diversos campos da sociedade, incluindo o ensino superior público.

A proliferação de soluções de *big data* e IA em nosso país não se restringe aos serviços e soluções baseados em softwares e algoritmos apenas. Avelino (2021) mostra como a infraestrutura desenvolvida pelas grandes plataformas está presente em nosso território, enfatizando como a expansão das operações de processamento de dados possui, em sua base, uma materialidade bastante concreta. Nas palavras do autor

As principais vias da internet estão interligadas em uma infraestrutura de cabos ópticos transoceânicos que garantem a comunicação entre continentes e países. Esses cabos, por muitos anos, eram praticamente instalados e gerenciados por empresas de telecomunicações. Entretanto, no Brasil, o Google e o Facebook já instalaram cabos ópticos na faixa litorânea dos estados mais estratégicos do país. O Facebook possui infraestrutura de dados no Rio de Janeiro e Praia Grande/SP, enquanto o Google em Fortaleza, Santos e Rio de Janeiro (Avelino, 2021, p. 83)

O ponto importante nesses episódios recentes é que uma lógica de colonialidade pode estar presente hoje em países de passado marcado pela colonização (como o Brasil) através de contratos e parcerias entre instituições e agências de Estado, ou mesmo empresas brasileiras, com plataformas sediadas em países do Norte (sobretudo dos EUA) e que baseiam seus modelos de negócios na produção, armazenamento e análise de dados para fins comerciais e de monitoramento e vigilância. Ao firmarem relações com grandes empresas de tecnologia, esses atores estatais ou privados parecem abrir mão da construção de tecnologias locais e desenvolvimento científico sustentado pelas universidades brasileiras (Silveira, 2021).

Não se trata de uma defesa nacionalista de desenvolvimento, mas sim de apontar como a lógica da colonialidade pode estar ocorrendo em inovações de IA, *big data* e serviços plataformáticos concentrados em países do Norte e fornecidas como facilidades e racionalidades digitais pautadas pela celeridade e pela eficiência aos países do Sul.

Como vimos acima, o pensamento pós-colonial e decolonial denuncia a centralidade das classificações e hierarquizações raciais para o estabelecimento, no passado, da exploração e dominação de territórios e povos em torno do projeto colonial, e no presente, para a manutenção da colonialidade em suas diferentes modalidades (poder, saber, ser). Nesse sentido, cabe questionar se as inovações

algorítmicas centralizadas em grandes plataformas não desempenham papel nessa lógica racista.

De acordo com Silva (2022) a dinâmica algorítmica apresenta impactos sociais ao automatizar regimes de visibilidade e invisibilidade, em particular quanto aos modos de discriminação e exclusão presentes em torno da raça. Assim, os algoritmos contribuem para o reforço de lógicas de violência contra grupos historicamente explorados e dominados a partir de uma visão de mundo centrada em concepções de supremacia branca. Ele aponta como os bancos de dados de imagens para treinamento de sistemas inteligentes de visão computacional<sup>63</sup> possuem um viés discriminatório quanto a pessoas pretas, ao constatar a escassez de imagens nessas bases de dados que possam dar conta da diversidade étnico-racial. Ou seja, os bancos de imagens são alimentados com conteúdo representacional predominantemente branco, o que leva aos erros documentados por jornalistas, pesquisadores e ativistas (como o não reconhecimento dos rostos de pessoas de pele escura, a classificação de pessoas pretas como “gorilas”, os efeitos de mecanismos de edição de *selfies* que embranquecem rostos negros como forma de embelezá-los, entre outros resultados bastante controversos).

Ainda segundo Silva (2022), se a invisibilidade se manifesta em sistemas de visão computacional, a hipervisibilidade de pessoas de cor se dá quando sistemas de reconhecimento facial produzem erros graves na identificação de pessoas supostamente envolvidas com atividades criminalizadas. Em outras palavras, os sistemas algorítmicos hoje existentes em câmeras de segurança, por exemplo, apresentam um viés de identificação de pessoas pretas como prováveis criminosos. Destarte, temos aquilo que Silva designa como racismo algorítmico, sendo este “o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados” (p. 66).

Sobre a presença tendencialmente ubíqua dos sistemas de visão computacional, a complexidade de seu funcionamento e seus impactos sobre identidades, oportunidades e interações na vida social, Beiguelman ressalta que:

---

<sup>63</sup> Silva (2022) afirma que “no caso da visão computacional, trata-se de “treinar” o sistema, alimentando-o com um número relevante de imagens já marcadas para que o software “entenda” novas imagens que ainda não foram vistas” (p. 75)

Toda imagem digital é potencialmente não humana, carregando uma série de camadas e informações que são legíveis apenas por máquinas. E é esse reduto inalcançável aos olhos e à linguagem humana que dá a visão computacional o poder de interferir no cotidiano, determinando o acesso a lugares, por meio do reconhecimento facial ou mapas de calor, na obtenção de um emprego, por meio de leitura da íris, e na prevenção da probabilidade de um delito, através do sensoriamento dos seus movimentos e informações dispersas em incontáveis bancos de dados (Beiguelman, 2021, p. 53)

A constatação direta é de que os sistemas tecnológicos atuais não são apenas facilitadores ou soluções neutras e objetivas de processos voltados às metas de eficiência e velocidade na tomada de decisão, mas sim criações sociais que absorvem as desigualdades e violências do cotidiano e do campo histórico mais amplo. Sendo assim, é importante verificarmos brevemente como as desigualdades são reproduzidas por tais sistemas a respeito de outras minorias, como aquelas sustentadas por construções de gênero e sexualidade.

Também há, segundo D'Ignazio e Klein (2020), uma dinâmica de visibilidade e invisibilidade operada por algoritmos em torno do gênero. Partindo do fato de que as grandes plataformas são administradas e suas inovações projetadas e efetuadas, em grande medida, por um grupo muito específico e restrito de pessoas (homens brancos, heterossexuais e oriundos de universidades de elite), as autoras mostram como aquilo que elas designam como risco de privilégio [privilege hazard] produz uma espécie de cegueira social em relação aos diferentes modos de opressão enfrentados por expressivas camadas minorizadas da população (mulheres, pessoas LGBTQIA+, pauperizadas e de cor). O jogo de visibilidade e invisibilidade se manifesta, por exemplo, quando uma empresa produz dados a partir do histórico de consumo de uma adolescente estadunidense para fins preditivos (ou meramente detecção) a respeito da probabilidade de sua gravidez (mensurada por escores) e, partindo desses resultados, enviar para a mesma jovem cupons de desconto para futuras compras de produtos relacionados à gravidez.<sup>64</sup>

A visibilidade discriminatória de gênero e raça ocorre também em torno de estereótipos de sexualização de mulheres negras, agora reforçados pelas ferramentas de busca (sobretudo o Google) quando, de acordo com Noble (2021), os resultados para pesquisas baseadas em palavras-chave como “black girls” provocava o

---

<sup>64</sup> O fato ocorreu na cidade de Minneapolis, localizada no Estado de Minnesota (EUA) em 2012 e envolveu uma empresa chamada Target que utilizava análise preditiva para seu modelo de negócios apoiado na geração de dados de clientes para fins comerciais.

aparecimento de vários links para sites que veiculam material pornográfico<sup>65</sup>. Contudo, a vinculação de corpos femininos com a pornografia não se resume apenas às mulheres negras, uma vez que a autora também demonstra a sexualização e comercialização de corpos femininos asiáticos, latinos e brancos pelas ferramentas de busca na rede.

A invisibilidade ocorre, por sua vez, quando informações sobre violência fatal de gênero são, ou escassas ou simplesmente inexistentes, mas também quando há lacunas nos registros de mortes de mulheres negras durante a gravidez ou no momento do parto. Um sistema de dados sobre as vítimas em tais casos poderia aproximar redes de apoio a essas minorias, podendo mesmo evitar mortes. Contudo, tal estado de coisas não implica um simples chamado para a criação e o armazenamento de dados sobre as populações minorizadas, pois conforme argumentam D'Ignazio e Klein (2020), em contextos como o policiamento e a vigilância por meio de câmeras de segurança e outros aparatos de monitoramento, melhorias na capacidade de reconhecimento facial podem levar a um reforço da opressão, vigilância e violência.

## 2.6 MODULAÇÃO COMPORTAMENTAL ALGORÍTMICA E SUJEIÇÃO NEOLIBERAL DIGITAL

As formas pelas quais as novas tecnologias algorítmicas operam sobre o comportamento são importantes para verificarmos como elas impactam na sociabilidade e nas formas de sujeição difundidas pelas redes. Para isso, uma brevíssima contextualização sobre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle pode fornecer o fundamento para pensarmos a modulação na atualidade.

A sociedade disciplinar foi desvelada por Foucault (2014) em análises sobre como, a partir de fins do século XVIII, algumas instituições como a prisão, a escola, o hospital e a fábrica passaram a desempenhar papéis na observação, mensuração e direcionamento de corpos inseridos nas novas relações de uma sociedade pautada pelos desenvolvimentos comerciais e políticos em torno da economia industrial nascente. Nesse contexto, a disciplina dos corpos como conjuntos

---

<sup>65</sup> Como Noble (2021) aponta, os resultados vinculados à pornografia vêm sendo alterados para outros resultados menos ofensivos e mais positivos. Essa mudança mostra como as plataformas possuem capacidade de alterar seus mecanismos de acordo com a pressão exercida por pesquisadores, ativistas, jornalistas ou simples usuários.

de procedimentos e estratégias para torná-los politicamente dóceis, mas também ágeis no processo de produção foi complementada pela regulação das populações e da espécie (biopoder) em torno de levantamentos estatísticos e demográficos sobre dinâmicas de nascimento, morte, doenças, epidemias, ajudando a conformar uma sociedade disciplinar (Foucault, 2010; 2021).

Embora esse arranjo nas relações de poder tenha se estendido até o século XX, Deleuze (1994) propôs uma nova designação para as mudanças sociais que estavam ocorrendo desde o pós-guerra. Para ele, uma sociedade de controle estava surgindo, não mais apoiada na disciplina dos corpos nos espaços da fábrica, da escola, do hospital e da prisão, mas sim em um modelo baseado na racionalidade da empresa, dos fluxos financeiros dos mercados, na tecnologia informacional e computacional em ascensão e na modulação de comportamentos por meio de incentivos de desempenho, por um lado, e pelo emprego de códigos e senhas para rastreamento de seres divisíveis e “dividuais” (e não mais indivíduos como na configuração disciplinar) e das massas como amostras e dados, por outro. Não se trata da substituição pura e simples de uma sociedade disciplinar para outra de controle, mas sim de apontar alterações nas relações de poder em sociedades cada vez mais apoiadas em tecnologias que operam por processos computacionais sobre dados.

Feita a contextualização necessária, temos agora uma forma de modulação comportamental mediada por sistemas algorítmicos. Para Cassino (2018) a modulação algorítmica deve ser distinguida da mera manipulação percebida e estudada por teóricos e jornalistas desde o século passado. Enquanto a manipulação ocorre pela divulgação de informações de tal modo que seja congruente com os interesses comerciais dos proprietários dos grandes meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e TV) e sustentada por uma relação assimétrica entre emissores e receptores de conteúdo e notícias, no sentido da edição proposital de eventos e notícias ou na delimitação daquilo que é importante para a discussão pública, tendo em vista os interesses corporativos; a modulação algorítmica funciona proporcionando expectativas de liberdade e de ampla manifestação das preferências e valores pessoais do usuário, quando oferece espaços que alegadamente permitem sua expressão pessoal.

A presença de algoritmos nos produtos, serviços e espaços da rede geram, porém, ferramentas sofisticadas de modulação por meio dos rastros deixados por

usuários ao longo de seu histórico de navegação. Como ressaltado por Silveira (2018), a modulação algorítmica “é um processo de controle da visualização de conteúdos, sejam discursos, imagens ou sons” (p. 37) que opera ao “reduzir o campo de visão dos indivíduos ou segmentos que serão modulados” (p. 38). Em outras palavras, os dados criados a partir do histórico de navegação são continuamente atualizados por sistemas algorítmicos para a produção de modelos de perfis, os quais servem como instrumentos para predição e condução dos comportamentos.

No entanto, conforme alerta Machado (2018), os perfis não devem ser entendidos como pertinentes apenas e tão somente aos usuários particulares das plataformas, mas referem-se às possibilidades de aproximação de diversos usuários com interesses e desejos similares para a posterior oferta de anúncios de caráter político, publicitário etc. Algo similar ao *modus operandi* mencionado foi aquele chamado por Sumpter (2019) de princípio do “também gostaram” para se referir ao modo como plataformas do tipo Amazon estabelecem suas indicações para consumidores articulando o histórico de interesses e compras feitas por eles com os dados sobre compras feitas por outros consumidores e que apresentam um padrão de gostos similar. Sumpter (2019) nos diz que o mecanismo do Google também apresenta semelhanças com o princípio do “também gostaram”, sendo que a popularidade de uma página na web afeta a probabilidade de ela ser visualizada por outrem, assim como o Twitter com o recurso de “caso você tenha perdido” e que funciona promovendo tweets mais curtidos e compartilhados (retweets) para o topo da linha do tempo.

Ainda no âmbito da modulação, Bruno, Bentes e Faltay (2019) afirmam que “as informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens), mas também sua “tonalidade” psíquica e emocional” (p. 5). Tal modulação baseada na cognição e na afetividade implica uma orientação das plataformas em direção a um modelo de captura/engajamento que vai além do que as autoras chamam de modelo de predição, pois ao modelo de captura é menos relevante conhecer gostos, desejos e preferências para fins preditivos do que engajar os usuários por períodos cada vez maiores dentro das plataformas.

Conforme dito, a modulação de comportamento não deve ser vista como imposição de condutas por força da autoridade, mas como modos sutis de condução comportamental. Para a sociedade de controle em sua vertente algorítmica

contemporânea, a oferta de possibilidades de ação e interação para os usuários torna-se mais atrativa, permitindo o desempenho de atividades cotidianas como expressões da liberdade e da personalidade de cada um, enquanto busca ocultar as delimitações, fronteiras, regras e procedimentos mais vantajosos para seus modelos de negócios. Documentos como os termos de serviços e intervenções pouco transparentes como a moderação de conteúdo podem ser mencionados como exemplos da modulação platfôrmica atual.

A modulação comportamental algorítmica não se dá, contudo, de forma autônoma como uma imposição exercida desde níveis superiores do campo sociotécnico, mas utilizando como fonte primordial os dados (incluindo as imagens) que disponibilizamos com ou sem consciência acerca das implicações envolvidas. A respeito desse quadro confuso e até certo ponto irônico, mas por vezes também trágico, Beiguelman diz que

Essa situação nos põe diante do mais desconcertante paradoxo da política das imagens na contemporaneidade: somos vistos (supervisionados) a partir daquilo que vemos (as imagens que produzimos e os lugares em que estamos). Ou seja: os grandes olhos que nos monitoram veem pelos nossos olhos. É isso que diferencia a vigilância atual do sistema panóptico, que foi sua metáfora mais contundente até a explosão da sociedade de controle em que vivemos hoje (Beiguelman, 2021, p. 35)

A questão se torna ainda mais complexa quando percebemos que a lógica da produção e análise de dados a partir de nossas atividades e experiências diárias vai além e começa a construir um mercado em que os próprios usuários vendem suas informações (incluindo até mesmo as informações genéticas) para novos formatos de *startups* que operam como “armários de dados pessoais” [personal data lockers]. Morozov (2018) esclarece que esse processo se dá pelo interesse que empresas de terceiros podem ter na compra de tais dados para a personalização de publicidade direcionada, enfatizando o atual contexto no qual “os sensores e a conectividade onipresente ajudam a criar novos mercados líquidos para essas informações, permitindo que os cidadãos monetizem o automonitoramento” (p. 134).

Essa situação mostra como a modulação comportamental pode gerar uma realidade na qual novas formas de sujeição são produzidas, os quais uma vez associados ao quadro de precarização do trabalho nas plataformas acima discutida, levam sujeitos à participação voluntária e interessada nos novos mercados de dados. Não se trata de um juízo moral, mas sim de um exemplo mais radical dos resultados gerados a partir da articulação entre o neoliberalismo da precarização laboral e a

expansão de uma lógica mantida pela dataficação e plataformização de crescentes extratos de nossas vidas.

## 2.7 AS DIREITAS NAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS, O YOUTUBE E SEUS USOS POLÍTICOS

O impacto causado pelas plataformas de redes sociais sobre o mundo político-eleitoral se tornou foco de controvérsias e debates acalorados nos últimos anos, principalmente após a vitória da campanha em prol da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) em um referendo votado em 2016. No mesmo ano, Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano. Esses eventos foram percebidos como triunfos de uma direita radical associada à discursos e demonstrações anti-imigração, ao conservadorismo social e nacionalista e, em certos casos, até mesmo ao discurso supremacista branco e de ódio racial. Em 2018, Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL) com base em retórica anti-esquerda, na defesa da ditadura militar brasileira (1964-1985) e apelando para setores religiosos com pautas conservadoras em torno da família patriarcal e em oposição aos direitos sexuais e reprodutivos de minorias sexuais.

O que torna esses eventos da ascensão da direita aproximáveis é que, para além das semelhanças em suas pautas políticas, os três acontecimentos foram repercutidos como dependentes, para seus respectivos êxitos, de campanhas eleitorais que se basearam largamente em redes sociais (no caso das vitórias do Brexit e de Trump) e aplicativos de trocas de mensagens, imagens e vídeos, sobretudo o WhatsApp (no caso de Bolsonaro).

O impacto da agência britânica de marketing político Strategic Communications Laboratories (SCL Group) e de sua filial estadunidense Cambridge Analytica nas campanhas do Brexit e de Trump em 2016 foi relatado por Kaiser (2020). Segundo a autora, no caso das eleições presidenciais foi realizado o cruzamento de dados financeiros, de consumo e lazer com outros dados sobre preferências políticas, além daqueles oriundos de rastros de atividades no Facebook (como “curtir”), totalizando uma ampla base informacional que cobria cerca de 240 milhões de pessoas. No caso do Facebook, o acesso aos dados foi facilitado pelo fato de que o engajamento de usuários da plataforma com jogos, aplicativos e testes de personalidade disponíveis permitiram não apenas a extração de informações desses

usuários, mas também o acesso e extração de informações de seus amigos na plataforma, o que possibilitou as imensas quantidades de dados sobre esses milhões de pessoas.

Apresentando os procedimentos empregados pela Cambridge Analytica em torno de dois componentes principais, Kaiser (2020) mostra como a agência procedia para ajudar a garantir a vitória eleitoral para seus clientes políticos<sup>66</sup>. O primeiro elemento, designado de metodologia psicográfica, envolvia a aplicação e coleta dos resultados de testes de personalidade e sua integração com bancos de dados possuídos pela agência para o entendimento de motivações a partir dos traços de personalidade, o que preparava o terreno para o segundo componente de sua estratégia, o microdirecionamento [microtargeting] comportamental, pelo qual a agência podia “focar em indivíduos que compartilhavam traços de personalidade e preocupações comuns, e enviar para eles uma mensagem atrás da outra, ajustando e aprimorando seus conteúdos até que conseguíssemos atingir exatamente os resultados que desejávamos” (p. 86).

Embora seja um claro exagero alegar que agências de marketing eleitoral com recursos de extração de valor político a partir de tecnologias digitais como o SCL Group sejam os responsáveis pelos importantes triunfos da direita no contexto recente, a tendência parece apontar na direção que mostra a disputa partidária como crescentemente vinculada ao campo das infraestruturas plataformáticas e seu funcionamento baseado em engajamento e na relevância dos conteúdos submetida ao crivo da popularidade mensurada em visualizações, compartilhamentos, “likes” e comentários, com o estreitamento do debate e a simplificação de temas complexos, contribuindo para aquilo denominado por Pasquale (2017) de esfera pública automatizada, submetendo o “pluralismo e as funções democráticas do discurso público aos interesses mercadológicos” (p. 17).

Nesse cenário de plataformização da política partidária, estratégias focadas em predição, influência e modificação de comportamentos ganharam a atenção de jornalistas, pesquisadores e ativistas a respeito da profusão de conteúdos

---

<sup>66</sup> É importante ressaltar que o SCL Group esteve envolvido em campanhas eleitorais e em “projetos de defesa, políticos e humanitários em cerca de cinquenta países”, incluindo Letônia, Colômbia, México, Nigéria, Quênia, Trindade e Tobago, Indonésia, entre outros (Kaiser, 2020, p. 17). Após os escândalos e polêmicas, sobretudo em relação ao Brexit e ao triunfo eleitoral de Trump, o SCL Group e a Cambridge Analytica acabaram por encerrar suas atividades em 2018.

de desinformação, notícias falsas (fake news), manifestações de ódio nas redes sociais e as consequências desse quadro para o mundo político. Segundo Kakutani

A possibilidade do anonimato na web incitou uma ausência nociva de responsabilidade e facilitou a atuação de intimidadores e trolls. Empresas gigantes do Vale do Silício coletaram dados de usuários numa escala que rivaliza com a da Agência de Segurança Nacional. E a explosão do uso da internet também amplificou muitas das dinâmicas já em curso na cultura contemporânea: desde o egocentrismo das gerações do “eu” e da “selfies” até o isolamento das pessoas em bolhas ideológicas e a relativização da verdade (Kakutani, 2018, p. 84-85)

As *fake news* propagadas nas grandes plataformas não devem, contudo, ser vistas ingenuamente como acidentes computacionais ou humanos na moderação de informações e notícias presentes no Facebook, Google, YouTube ou Twitter, mas como pontua Morozov (2018), “as notícias falsas, que existem desde que existem notícias, agora circulam mais em meio digital porque se adequam muito bem aos modelos de negócio baseados em cliques que foram aperfeiçoados pelos gigantes extrativistas de dados” (p. 175). Ainda nessa direção, Frenkel e Kang (referindo-se ao Facebook) disseram algo semelhante no sentido de evitarmos uma posição simplista sobre o funcionamento algorítmico das plataformas:

A raiz do problema da desinformação estava está, é claro, na própria tecnologia. O Facebook foi concebido para lançar gasolina na fogueira de qualquer mensagem que desperte uma emoção, mesmo que seja um discurso de ódio – os algoritmos favorecem o sensacionalismo. O fato de um usuário clicar num link por estar curioso, horrorizado ou interessado era irrelevante; o sistema registrava que a postagem estava sendo muito lida e intensificava ainda mais a sua circulação entre os usuários das páginas da plataforma (Frenkel; Kang, 2020, p. 186)

No caso brasileiro, o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp (adquirido pelo Facebook em 2014), foi repercutido como fator importante para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Como mostrou Mello (2019), o disparo de mensagens envolvendo desinformação a favor do então candidato e contrárias ao seu rival, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), contou com o financiamento de empresários apoiadores do político de direita e que contrataram os serviços de empresas de marketing digital para difundir desinformação favorável a Bolsonaro. Embora como afirma Nicolau (2019), mensurar o impacto preciso dessa campanha de desinformação via WhatsApp para a vitória de Bolsonaro seja uma tarefa difícil, o ponto mais importante é que uma nova tecnologia de comunicação por aplicativo representou um papel no desfecho da disputa eleitoral daquele ano, ajudando a configurar um quadro de expansão do populismo em sua nova modalidade digital (Cesarino, 2020).

Conforme demonstra Nemer (2021), ao contrário de outras plataformas, o WhatsApp não opera por meio da gestão algorítmica de conteúdos, mas sim como um aplicativo que funciona por criptografia de ponta-a-ponta, configuração que torna “quase impossível para o WhatsApp identificar campanhas de desinformação como o Facebook havia feito, com base no conteúdo das mensagens” (p. 398). Dentro da classificação exposta por Nemer em torno da existência de três grupos no cenário eleitoral de 2018, temos o “bolso-exército”, composto por ferozes defensores de Bolsonaro, atacando seus adversários e expulsando outros participantes que expressavam contestações, além de tomarem parte na administração desses grupos de WhatsApp; os “influenciadores”, presentes em menor número, porém responsáveis pela criação desses conteúdos; e os “brasileiros médios”, geralmente menos radicalizados (ao menos de início) e que optaram por Bolsonaro como opção contra o PT. A partir daí, Nemer conclui que, nos grupos bolsonaristas, “a Infraestrutura Humana de Fake news assumiu o papel de um algoritmo para produzir, curar e entregar informações equivocadas e conteúdo extremista” (p. 413)

Seja através da mediação algorítmica em torno de conteúdos virais, seja por meio de grupos de pessoas que se articulavam para propagar desinformação com fins de beneficiar seu candidato, o emprego das novas tecnologias de comunicação por apoiadores de lideranças políticas (sobretudo da direita mais radical) tornou-se um fato e um motivo de preocupação dentro do debate público nos últimos anos. No derradeiro segmento deste trabalho, trataremos algumas considerações sobre o surgimento e consolidação de uma plataforma específica, o YouTube, analisando, por fim, seu uso pela atual direita em nosso país.

## 2.8 YOUTUBE, COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDO E A NOVA DIREITA BRASILEIRA

Quando foi lançado no ambiente da Web 2.0 no ano de 2005, o YouTube se caracterizava como um espaço para compartilhamento de vídeos, apoiando-se na criação e manutenção de comunidades em torno de gostos e interesses compartilhados. Logo após seu lançamento, porém, foi adquirido pelo Google em 2006 e passou a assumir um direcionamento voltado a um modelo que buscava transformar o conteúdo fornecido pelos usuários em fontes de receitas, algo já notado por autores que se debruçaram sobre o site ainda em um estágio bem anterior ao

atual, como Burgess e Green (2009), ao registrarem como “alguns dos membros mais ativos da rede social do YouTube expressaram desconforto com a intromissão de personagens corporativos em um espaço que consideram gerido pela comunidade” (p. 22)

Segundo van Dijck (2013), a real novidade trazida pelo YouTube em relação às formas tradicionais de transmissão de conteúdo audiovisual residiu em dois aspectos: primeiro, o fato de que o conteúdo era produzido ou pré-produzido pelos próprios usuários e que potencialmente poderiam ser visualizados por qualquer pessoa dentro do site; segundo, a formação de um espaço de compartilhamento e comunidade que acabou por tomar ares de uma plataforma de rede social, ao ir além do modelo de veiculação e distribuição de conteúdo verticalizado de transmissão (como na TV) para um sistema possuidor de maior horizontalidade nas trocas e interações entre usuários.

Contudo, a integração do Youtube a uma visão comercial com finalidades no sentido de geração de receitas tornou sua interface e sua dinâmica de interação mediada fortemente por algoritmos que filtram conteúdos, selecionando dentre aqueles com maior visibilidade e promovendo uma estrutura para esquemas de publicidade em detrimento de outras produções e aplicações. Desse modo, “embora os usuários sintam que têm controle sobre qual conteúdo assistir, as escolhas deles são pesadamente direcionadas por sistemas de referência, funções de pesquisa e mecanismos de ranking<sup>67</sup>” (van Dijck, 2013, p. 112).

A lógica comercial assumida pelo YouTube e consolidada nos dias atuais produziu efeitos nada desprezíveis na maneira como seus usuários produzem e compartilham os vídeos, uma vez que tais práticas deixaram, para muitos, de ser orientadas pelo mero prazer de criar conteúdo e torná-lo acessível, como nos seus primórdios. O surgimento e a propagação de uma orientação caracterizada por youtubers conhecidos mesmo fora dessa plataforma e, em alguns casos, obtendo vultosos retornos monetários por meio do seu sistema de anúncios publicitários e da mecânica sustentada pela busca de popularidade pelos usuários conduzem a uma realidade onde o amadorismo espontâneo e o caráter comunitário dos tempos iniciais do YouTube foram sendo substituídos (embora não totalmente) por exigências de

---

<sup>67</sup> No original: “Even though users feel they have control over which content to watch, their choices are heavily directed by referral systems, search functions, and ranking mechanisms”.

maior profissionalização sobre os produtores de conteúdo, caso quisessem obter retorno rentável por suas transmissões (Matos, 2020). Como afirma Loiola (2018) “o YouTube exige, em alguma medida, um profissionalismo no que diz respeito ao entendimento sobre o funcionamento de seus sistemas algorítmicos, e sobre os seus públicos, como forma de ajudar a consolidação de um canal como profissional” (p. 60).

Como o modelo platafórmico vem sendo pautado em grande escala pelo desenvolvimento de mecanismos para fazer com que seus públicos permaneçam cada vez mais interagindo e engajados com os conteúdos oferecidos, e aliando isto ao esquema de profissionalização dos youtubers, temos uma situação que reforça a lógica algorítmica para o sucesso tanto do modelo de negócios do YouTube quanto para as aspirações desses produtores profissionalizados de conteúdo:

Ao clicar em um vídeo, um usuário qualquer gera um conjunto de informações: que vídeo foi clicado, em que momento, onde estava. Mas desse simples conjunto é possível obter informações muito importantes: se o vídeo estava na área de vídeos recomendados, isso significa que ele foi o escolhido entre muitos outros para ser assistido. Tal informação revela para o YouTube não apenas a preferência dessa pessoa por um em detrimento de outro, mas também que, em alguma medida, aquele escolhido é mais relevante do que os outros da lista (Loiola, 2018, p. 60)

Como dito acima sobre a formação de perfis, aqui também a questão não se trata tanto de usuários individuais, mas sim de um agregado de preferências demonstradas por cliques e pelo engajamento associado à quantidade de tempo assistindo um vídeo é o motor que alimenta o sistema algorítmico para realizar identificação daqueles que se mostram mais relevantes. Maior tempo passado no YouTube significa maior quantidade de anúncios visualizados pelos usuários, o que se traduz em aumento dos rendimentos, potencialmente tanto para a plataforma quanto para os youtubers (Loiola, 2018).

Porém, as relações entre youtubers e sua plataforma vêm se mostrando conflituosas em decorrência das mudanças impostas pelo Programa de Parcerias do YouTube (PPY, um programa que oferece a possibilidade de exibição de anúncios publicitários para os produtores que satisfazem as regras estabelecidas). Conforme ressalta Matos (2020) “entre os requisitos estão possuir o mínimo de 1000 (mil) inscritos no canal e pelo menos 4 mil horas de tempo de exibição nos últimos 12 meses. Antes desta nova lista o único critério para se inscrever no PPY era ter no mínimo 100 inscritos no canal<sup>68</sup>” (p. 32). Essas mudanças afetam o trabalho dos produtores de conteúdo, pois efetuam afunilamentos que prejudicam canais menores

---

<sup>68</sup> Matos se refere aqui às alterações nas regras no PPY lançadas no ano de 2018 (p. 56)

e que até então recebiam algum retorno nos termos do PPY, além da exigência de mais conteúdo e da diminuição das chances de prosseguir com canais sem descumprir as novas regras e, em consequência, ser punido por alguma violação delas (p. 56)

A quantificação assume o lugar do compartilhamento mais espontâneo de tempos anteriores, mostrando uma vez mais a absorção da plataforma por lógicas orientadas para o modelo de investimentos, interesses e anúncios rentáveis, tornando a noção de sucesso na plataforma diretamente dependente da quantificação mensurada e mediada por esquemas algorítmicos, estando os metrificadores presentes agora em números referentes às visualizações, vídeos postados, opções de “gostei” e “não gostei”, inscritos, horas assistidas pela audiência, comentários, compartilhamentos, visitantes recorrentes, os critérios para definição de sucesso (Matos, 2020).

Pelo que foi exposto acerca de alguns aspectos do funcionamento do YouTube, como aqueles referentes às mudanças em sua visão de negócios e ainda nos impactos causados por regras mais rígidas sobre os requisitos mínimos para um produtor de vídeo conseguir obter o status de “parceiro” da plataforma, fica claro que o YouTube também não opera como mero espaço neutro para o envio e compartilhamento de vídeos, mas sim exercendo uma relação assimétrica sobre seus “parceiros”, ou mesmo sobre usuários comuns por meio de regras, programas e mediações algorítmicas que tornam a plataforma um espaço bem menos aberto do que se poderia pensar:

Ainda que fazendo uso do discurso da neutralidade técnica, o YouTube, por exemplo, tem demonstrado sua interferência cada dia maior no fluxo da informação, seja apagando ou desmonetizando vídeos que podem gerar desconforto aos anunciantes ou mesmo vídeos que responsabilizem o próprio YouTube por alguma circunstância polêmica ou que possa gerar reação negativa na comunidade de participantes (Matos, 2020, p. 100)

Além das conflitualidades presentes no modo de funcionamento do YouTube pautado por seu modelo de negócios centrado em receitas publicitárias e os efeitos dessa ordem sobre os produtores que utilizam a plataforma como fonte de retorno monetário, o YouTube também se tornou reduto de considerável valia para agitadores da direita em nosso país.

Nesse sentido, Castro Rocha (2021) mostra como o principal ideólogo da direita hoje na presidência, Olavo de Carvalho, utilizou a plataforma como meio para propagar suas ideias anti-PT, anticomunistas, em defesa do legado da ditadura militar

brasileira no combate à ameaça representada naquela época pelo bloco socialista e contra aquilo que ele considerava como as mais recentes tentativas insidiosas da esquerda internacional (após o fim do socialismo real) de obter o intento revolucionário através da dissolução da sociedade ocidental cristã, partindo da família tradicional e das relações entre os sexos.

Carvalho construiu, segundo Castro Rocha (2021), um segmento de discursos de direita radical a partir também da formação de uma base de alunos e seguidores, base que soube seguir os seus passos, constituindo “uma legião de youtubers olavistas” que ocupam “um espaço considerável nas redes sociais”. Entre essas redes, temos o YouTube, pois como afirma Rosa (2019), diversos seguidores de Olavo de Carvalho (entre eles Nando Moura, Diego Rox e Bernardo Küster, como também novas lideranças mais diretamente vinculadas ao neoliberalismo, incluindo Kim Kataguiri e Arthur do Val<sup>69</sup>, mas que demonstraram apoio a Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018) foram alçados a um papel destacado no debate das redes por seus canais na plataforma, alcançando públicos consideráveis para suas ideias. Sobre o uso feito por Carvalho do YouTube, Rosa afirma que

É importante destacar que a influência desse autor não se dá necessariamente pela difusão de seus livros, mas principalmente pelos cursos e vídeos que Olavo de Carvalho produz e disponibiliza na internet, principalmente no seu canal do youtube, assim como no de seus alunos, fãs e seguidores, também conhecidos como olavistas ou olavetes, dependendo de quem profere o discurso (Rosa, 2019, p. 97)

O espaço aberto pelo YouTube para os discursos da direita brasileira também se dá em torno de tentativas de criação de uma visão sobre a história do Brasil baseada em interpretações focadas no legado cristão, nas hierarquias tradicionais e no conservadorismo social<sup>70</sup>. Dentre elas, o Brasil Paralelo se destaca por seu alcance e impacto para a atual direita em nosso país. De acordo com Almeida (2022), o Brasil Paralelo contou com a participação em suas produções de figuras de relevo no cenário político, como o então deputado federal Jair Bolsonaro, mas também Eduardo Bolsonaro (atualmente no Partido Liberal - PL), Joice Hasselmann (hoje no PSDB), Luiz Phillippe de Orléans e Bragança (PL), os três últimos hoje deputados federais, além da atual deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL) e o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub. Portanto, o YouTube vem sendo

---

<sup>69</sup> Kim Kataguiri foi eleito deputado federal e Arthur do Val deputado estadual por São Paulo nas eleições de 2018, ambos pelo Democratas (DEM).

<sup>70</sup> É importante mencionar que o Brasil Paralelo não revolve apenas nos temas historiográficos revisionistas, mas também sobre questões atuais, como a alegada ameaça representada pelas esquerdas, pelos movimentos sociais, pelas universidades etc.

empregado pela direita brasileira para fins de difusão discursiva, consolidação de uma base de seguidores e militantes, além de um espaço para comunicação entre lideranças e seus apoiadores.<sup>71</sup>

Vimos como a expansão das tecnologias de informação e comunicação estreitaram distâncias e aproximaram usuários em torno de interesses, ideias e conteúdos compartilhados. No entanto, as preocupações em torno da limitada clareza presente no funcionamento dessas tecnologias foram confirmadas e agravadas a partir de revelações sobre seus impactos na política partidária, na concentração corporativa em torno de alguns gigantes do setor tecnológico, nas invasões de privacidade e na pouca transparência no âmbito das relações que essas corporações estabelecem conosco a partir da criação e comercialização de dados para anunciantes publicitários e agentes políticos.

A formação de perfis de usuários com base em suas ações e interações cotidianas para predição e modulação de comportamentos vem sendo abordada por pesquisadores que acentuam os perigos vinculados à articulação entre interesses platfórmicos em torno da datificação da vida e do mundo e interesses partidários com metas de obtenção de vitórias eleitorais e agências e instituições estatais interessadas nos dados para fins de reforço da vigilância. As desigualdades e assimetrias históricas de poder tornam populações minorizadas (raça, gênero, etnia, religião etc.) alvos preferenciais para a vigilância e a violência agora baseadas em dados amplos e sofisticados.

Tomando a noção de cosmotécnica formulada por Hui (2020) e trazendo novamente à discussão os efeitos do colonialismo sobre a modernidade, podemos pensar como a cosmotécnica algorítmica carrega embutida – como seu fundamento moral e mítico – a racionalidade eurocêntrica presente na classificação e na hierarquização de coisas, pessoas, fenômenos e relações para finalidades totalizantes e universalistas; processos e racionalidades hoje automatizados por sistemas computacionais opacos e centralizados em poucas plataformas gigantescas – o que também nos lembra as grandes Companhias de comércio existentes no períodos colonial histórico. Como ressaltam Couldry e Mejias (2018), no entanto, hoje o colonialismo de dados visa transformar toda a vida em matéria-prima constituinte de estruturas e agregados sem precedentes de dados. Assim, superar essa ameaça

---

<sup>71</sup> Vide as transmissões semanais feitas por Bolsonaro em seu canal do YouTube.

pode passar pela consideração de diferentes cosmotécnicas para a superação do tecnicismo eurocentrado em direção a nova(s) cosmopolítica(s), como afirma Hui (2020).

A racionalidade algorítmica discutida ao longo deste trabalho, caracterizada como preditiva, quantitativa, probabilística, sustentada por métricas e dotada de pretensões totalizantes e, por isso mesmo, impositivas sobre as formas de vida e as possibilidades de mundos, talvez constitua a maior ameaça para uma visão social e cultural que vá além dos imperativos dos mercados e das coerções estatais. Como ressaltado por Albuquerque (2021), “esses automatismos tecnolinguísticos são, na verdade, armadilhas determinísticas através das quais a vasta gama de possibilidades é reduzida ao fluxo estreito de probabilidades” (p. 231). Tais *probabilidades* são, é claro, determinadas em crescente intensidade pelos sistemas algorítmicos das grandes plataformas e assumindo, também de maneira crescente, a força de *necessidades*.

De tudo isso não se deve concluir por uma rejeição pura e simples da tecnologia digital. O que se deve ter em mente é a carga de interesses corporativos e estatais por trás dessas tecnologias aparentemente neutras, objetivas e abertas. Mostrar como a tecnologia faz parte da dinâmica sociocultural mais ampla é assinalar que mudanças em seus usos e finalidades só podem ser obtidas por movimentos coletivos que saibam problematizar os aparatos digitais e algorítmicos a partir do escrutínio acerca das relações de poder subjacentes.

### 3 UMA GENEALOGIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

Nas últimas décadas vimos ascender uma crescente articulação de movimentos defensores dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como dos direitos das minorias LGBTIA+, alcançando certo reconhecimento político e social por meio de conquistas como a união estável entre pessoas de mesmo sexo, a adoção de crianças por este perfil de casais, a possibilidade legalmente codificada de interrupção da gravidez sob certas circunstâncias previstas em lei<sup>72</sup>, dentre outros avanços.

Embora as realidades locais apresentem discrepâncias quanto ao maior ou menor reconhecimento das demandas desses movimentos, não é exagero afirmar que, ao menos desde a popularização dos métodos contraceptivos e a expansão dos movimentos feministas e LGBTIA+, assistimos a uma progressiva melhoria nas condições de cidadania em relação a estes grupos tradicionalmente inferiorizados e marginalizados.

Porém, esse relativo sucesso vem ocasionando reações por parte de setores mais conservadores e reacionários das distintas sociedades em que as vozes dessas minorias se fizeram ouvir na esfera pública. A mescla de dogmas religiosos<sup>73</sup> com afirmações supostamente respaldadas pela pesquisa científica nos campos da medicina, da biologia e da psicologia, dentre outros, vem produzindo conflitos crescentes nas instituições de representação política e no sistema de justiça, assim como na esfera pública de modo geral.

Destaca-se neste embate político mobilizado por parte de grupos e atores participantes destes movimentos que se reconhecem como conservadores que o recurso recorrentemente utilizado para desqualificar estes saberes decorre do uso da expressão “ideologia de gênero”<sup>74</sup>. Essa designação assume caráter quase sempre pejorativo ao desqualificar os estudos feministas, assim como pesquisas que envolvem relações de gênero e sexualidade<sup>75</sup> como construções políticas disfarçadas

---

<sup>72</sup> <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814>

<sup>73</sup> É importante enfatizar que este capítulo apresentado de forma alguma busca criticar quaisquer tipos de religiões, inclusive católicos e protestantes. Contudo, não se furta em constatar o impulso exercido por segmentos mais refratários dessas religiões no combate ao novo inimigo: as teorias feministas e os estudos de gênero. Ainda é importante destacar a existência da pluralidade de perspectivas em qualquer expressão religiosa, o que deixa evidente que não pretendemos afirmar qualquer relação inevitável entre adesão a determinado credo e posições socialmente reacionárias.

<sup>74</sup> A locução em questão também é habitualmente usada com algumas variações, tais como “teoria do gênero”, “teoria do gender”, “ideologia (do) gender”, entre outras (Junqueira, 2018).

<sup>75</sup> Um influente esforço de conceituação do gênero foi dado por Joan Scott (1995) sob a forma de uma dupla proposição: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças

pelo véu da academia, da ciência e dos meios de comunicação corporativos que teriam sido contaminados com a subversão conduzida pelo marxismo cultural tributário do ataque dos teóricos de Frankfurt à família tradicional.

Diante disso, estudos como estes buscariam, dentro da concepção conservadora e religiosa mais radical, a desestabilização das normas sociais vigentes e, sobretudo, a dissolução da família constituída em termos tradicionais (homem-mulher-filhos), com o objetivo ulterior de alcançar uma configuração política revolucionária em termos socialistas.

Os efeitos políticos e sociais desse discurso acerca da chamada “ideologia de gênero” são bastante reais e deletérios, o que justifica um exame sério sobre os seus principais eixos argumentativos, suas articulações com representantes de partidos políticos e (contra)movimentos sociais, sua inserção na vida cotidiana por meio das plataformas digitais, assim como as estratégias que utilizam para difundir os seus conteúdos nas redes sociais, dentre outras importantes questões.

O capítulo aqui apresentado propõe uma análise de inspiração genealógica acerca do nascimento da chamada “ideologia de gênero”, dos argumentos que escritores que se reconhecem como conservadores cristãos utilizam para produzir, difundir e legitimar seus discursos, sua proximidade com setores religiosos mais radicalizados, suas estratégias de desqualificação direcionadas aos adversários políticos, bem como suas consequências em relação os movimentos feministas e LGBTIA+.

Para isso, o capítulo foi dividido em quatro itens: o primeiro terá como foco uma contextualização acerca da emergência desses discursos a partir de setores reacionários da Igreja Católica, assim como sua posterior penetração em algumas denominações evangélicas, considerando notadamente o emprego da chamada “ideologia de gênero” na defesa de pautas contrárias aos direitos sexuais, reprodutivos e de grupos LGBTIA+ por parte de representantes políticos brasileiros; no segundo item alguns livros serão analisados, os quais têm sido mobilizados discursivamente por sujeitos e grupos que se reconhecem como conservadores com o intuito de mapear os argumentos utilizados para legitimar os seus discursos; no terceiro item investigaremos os vídeos selecionados nos canais de YouTube da Brasil

---

percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (p. 86)

Paralelo, do Instituto Borborema e do Burke Instituto Conservador com o objetivo de aprofundar a exposição dos discursos antigênero em modalidades digitais; no quarto item será apresentada uma análise conduzida pela produção acadêmica contemporânea e circunscrita ao campo das ciências sociais, estudos feministas e teoria queer.

### 3.1 O NASCIMENTO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E SUA POPULARIZAÇÃO NO BRASIL

Antes de tratarmos do contexto de sua formação como recurso retórico conservador, é necessário compreender o que se quer dizer quando se profere a expressão “ideologia de gênero”. Em levantamento bibliográfico sobre essa questão, Silva (2018) constatou sua ocorrência em três direções: “ideologia de gênero” como vinculada ao machismo e LGBTIA+fobia, conforme expresso por pesquisadores do campo mais progressista; como agenda com vistas a impor um “apocalipse moral”, de acordo com a perspectiva conservadora; e como falácia que distorce os estudos acadêmicos de gênero com intuítos políticos regressivos.

Consideramos aqui o recurso retórico mobilizado em torno da “ideologia de gênero” como vinculado, em sua expressão inicial, a um processo de reação de instituições religiosas que se viram ameaçadas pela produção acadêmica e, sobretudo, pelos avanços em termos de políticas públicas nas esferas educacional, de saúde e no reconhecimento de pautas progressistas como os direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos de cidadania para minorias, tais como o casamento entre pessoas de mesmo sexo e a possibilidade de adoção de crianças por esses casais.

Um segundo elemento importante em nossa caracterização se refere a uma cosmovisão dogmático-religiosa que considera o binarismo homem-mulher como oriundo de uma ordem natural condizente com o dogma monoteísta da criação divina. O terceiro fator de nossa caracterização diz respeito ao emprego dessa locução como ferramenta principal na difusão de uma mentalidade antigênero, como também a articulação entre tal mentalidade e o discurso mais amplo do anticomunismo, agora em uma roupagem que aponta para a pretensa e insidiosa penetração do marxismo

nas instituições de Estado, nos meios de comunicação e nas relações cotidianas através do chamado marxismo cultural<sup>76</sup>.

Miskolci e Campana (2017) realizaram uma genealogia dessa locução e encontraram suas raízes em textos escritos por autoridades eclesiásticas e por autores leigos – mas com vínculos com a Igreja Católica –, publicações estas difundidas a partir da década de 1990. Dentre eles, destacam-se aqueles de autoria do então cardeal Joseph Ratzinger, nos quais – mesmo que ainda não designada de modo ostensivo como “ideologia de gênero” – aparece seu núcleo argumentativo: as lutas e elaborações teóricas que pretendem rebelar-se contra as formas historicamente assumidas pela configuração de gênero como construção social e cultural de papéis sexuais a partir dos dados biológicos – tais como órgãos genitais e demais elementos da anatomia humana – buscariam, segundo o então cardeal, a dissolução da natureza sexual do ser humano e de sua biologia constitutiva que estabelece padrões diferenciais e essencialmente distintos para os sexos em sua expressão natural homem-mulher.

Nas palavras de uma autoridade religiosa como Ratzinger, essa argumentação em prol de uma natureza e de uma essência sexual assume, é claro, uma fundamentação teológica de uma ordem natural sustentada pelo desígnio divino. Deste modo, a articulação do que hoje chamamos “ideologia de gênero” com a formulação dogmática religiosa está presente já de início – o que não impede o recurso aos achados pretensamente científicos na argumentação daqueles que proferem discursos antigênero, como veremos doravante<sup>77</sup>.

Estudos como estes realizados por Miskolci e Campana (2017), Silva (2018) e Corrêa (2018), estabelecem o início da radicalização da reação conservadora a partir dos anos 1990 como resposta aos avanços obtidos por essas minorias em importantes conferências internacionais como a *IV Conferência Mundial sobre a*

---

<sup>76</sup> As origens do construto conspiratório “marxismo cultural” estão ligadas a um reordenamento da direita estadunidense que situa autores como Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, entre outros, com uma mudança de horizonte político dentro do marxismo: a luta se daria não mais apenas a partir das relações de classe para um fim revolucionário abrupto, mas sim por meio da infiltração nas dimensões cultural, comunicacional e intelectual para a manipulação e conquista de “corações e mentes” dentro de um processo revolucionário insidioso e, por isso mesmo, ainda mais perigoso. Esta narrativa foi exportada e encontra sua mais infeliz demonstração nas manifestações verbais e políticas do governo Bolsonaro. Para análises sobre o tema, ver Miguel (2021) e Castro Rocha (2021).

<sup>77</sup> Entenda-se aqui “antigênero” como termo que se refere aos grupos de oposição ao campo acadêmico dos estudos de gênero e aos avanços nas lutas por direitos sexuais e reprodutivos.

*Mulher* (realizada em 1995 na cidade de Beijing sob a organização da ONU) que marcou os passos primordiais na adesão à perspectiva de gênero e sua incorporação em políticas a serem efetuadas pelos governos ao redor do globo<sup>78</sup>. Nos anos seguintes, a Igreja Católica passou a se opor de forma crescente aos avanços das lutas feministas, destacando-se nessa ofensiva o *Documento de Aparecida*<sup>79</sup> (2007) em que efetivamente aparece a locução “ideologia de gênero”. Ao tratar dos movimentos políticos da Igreja instrumentalizados para desqualificar este tipo de estudo, Miguel (2021, p. 597) afirma que “numa jogada paradoxal, a Igreja reforça sua centralidade política na medida em que busca despolitizar determinadas questões, invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral”.

As recentes atividades antigênero conduzidas pela Igreja Católica são, no entanto, tributárias da elaboração de certa Teologia do Corpo tratada por Karol Wojtyla (João Paulo II), em que apresenta ao longo de audiências gerais e documentos como exortações apostólicas, cartas apostólicas e encíclicas, ocorridas entre 1979 e meados da década de 1990, uma doutrina que reconhece o papel da mulher como complementar ao homem na sociedade, assim como dotada de igual dignidade.

Nesse sentido, posteriormente – e em outros documentos relacionados ao mundo católico em sua ofensiva – um “gênio feminino” foi postulado como sendo possuidor das características essenciais do cuidado, da sensibilidade, da compreensão e do amor em decorrência de sua biologia reprodutiva, notadamente caracterizada pela gravidez e maternidade. Com este movimento doutrinal, portanto, a Igreja buscou oferecer um novo espaço para as mulheres em sua complementaridade em relação aos homens, mas mantendo, é claro, uma visão naturalista e perpetuadora dos papéis femininos em função de sua presumida essência materna (Junqueira, 2018).

A luta contra a “ideologia de gênero” não deve ser percebida como fenômeno presente apenas na realidade brasileira, uma vez que pesquisadores como Paternotte e Kuhar (2018), Ribeiro (2016), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Bernini

---

<sup>78</sup> Embora Corrêa (2018) tenha refinado, a partir de sua experiência no ativismo feminista, essa delimitação cronológica ao situar a importância da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (Eco92) e da Conferência sobre População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD), assim como o recrudescimento da oposição religiosa no final dos anos 1990 e início da década de 2000.

<sup>79</sup> Documento resultante da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.

(2018), Miskolci e Campana (2018), dentre outros, identificaram atividades antigênero em diversas latitudes: seja no cenário europeu em países como Itália, França, Eslovênia e Espanha, seja no contexto latino-americano como nos casos do México, Costa Rica, Chile, Argentina e, óbvio, Brasil<sup>80</sup>. Tais evidências são consideráveis para o quadro panorâmico mais consistente acerca das reações antigênero como fenômeno transnacional envolvendo atores, organizações, produção textual e fluxos comunicacionais em interação e articulação com finalidades semelhantes, quais sejam, dificultar e, em última instância, reverter mesmo os avanços obtidos pelos movimentos feministas e LGBTIA+ (Paternotte e Kuhar, 2018).

Como afirma Mudde (2020), a ultradireita internacional apresenta forte rejeição ao feminismo e a homossexualidade, seja por considerá-los ameaças aos valores tradicionais nas formas da família e da nação, seja pela perspectiva que enxerga ambos como algo estranho à cultura nacional e como arma empregada por agentes externos para a destruição da cultura. Todavia, as lutas sexuais minoritárias podem ser absorvidas seletivamente pela direita, defendendo por exemplo, que as conquistas desses grupos são ameaçadas pela imigração e por culturas estrangeiras trazidas por ela, sobretudo a islâmica, buscando atrair de maneira oportunista as causas minoritárias para suas fileiras pelo reforço dos estereótipos presentes nos discursos de discriminação racial e cultural contra os imigrantes e a acentuando a ameaça que eles colocam à liberdade e igualdade desfrutadas nos países ocidentais.

Um ponto importante para a discussão é a distinção feita entre duas formas de sexismo presentes na ultradireita. O sexismo benevolente apresenta as mulheres pelo estereótipo comum, ou seja, como fisicamente frágeis, moralmente puras e devendo realizar seu destino pela família heterossexual e pela maternidade e aos homens cabe defendê-las. O sexismo hostil, por sua vez, adquiriu relevo com as mídias sociais e outros espaços de interação por vias digitais, particularmente entre comunidades de celibatários involuntários (incels) e entusiastas de jogos eletrônicos. Em sua faceta hostil, o sexismo “coisifica e rebaixa as mulheres, muitas vezes culpadas por pretenderem controlar os homens através da ideologia feminista e da sedução sexual” (p. 157). No sexismo hostil, ao contrário do sexismo benevolente, as

---

<sup>80</sup> Além dos exemplos mencionados, as iniciativas e mobilizações antigênero foram constatadas em vários países latino-americanos; para uma versão condensada de um esforço envolvendo vários pesquisadores e que cobriu o cenário recente em nove países latino-americanos, ver Corrêa (2021).

mulheres são vistas como ameaçadoras do ponto de vista político, mas em alguns casos também fisicamente, por aqueles que se autodesignam “machos beta”.

No contexto brasileiro, o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 trouxeram oportunidades para a mobilização de grupos feministas e LGBTIA+ em busca de reconhecimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo, uma aproximação maior se deu entre as reivindicações desses setores sociais e as políticas públicas e instituições de Estado<sup>81</sup>. Diretrizes como o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) e o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como a realização de eventos como a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (2008), aliados a uma maior abertura governamental quanto à questão do aborto formaram um cenário no qual eclodiu a crescente reação no legislativo, nas instituições religiosas e em setores conservadores da sociedade civil (Machado, 2018). Decisões oriundas do poder judiciário como o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 da união estável entre pessoas de mesmo sexo e a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013 quanto ao registro do casamento civil entre elas certamente intensificaram a cruzada conservadora contra esses grupos (Miskolci, 2017; Junqueira, 2018; Corrêa e Kalil, 2020).

Segundo os dados apresentados por Corrêa e Kalil (2020), o início da propagação digital da “ideologia de gênero” no Brasil se dá a partir de 2007, com o campo católico assumindo a dianteira inicial, para depois os segmentos evangélicos passarem a desempenhar a função de principais divulgadores da narrativa. Apesar de rivalidades entre os dois campos religiosos, as autoras mostram a confluência de interesses entre ambos, no sentido de oposição aos avanços das lutas feministas e LGBTQIA+.

As denúncias apontadas nos últimos anos por grupos conservadores contra iniciativas como o programa Escola sem Homofobia – o qual provocou o surgimento de uma das principais *fake news* do cenário político recente e que beneficiou a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência: o famigerado *kit gay* (Mello, 2020;

---

<sup>81</sup> Machado (2018) sublinha também o fato de que o começo de uma articulação entre movimentos feministas com a esfera estatal se dá a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Nicolau, 2020; Junqueira, 2018; Miguel, 2021; Miskolci, 2016; Castro Rocha, 2021; Rosa, Souza, Camargo, 2019; Corrêa, Kalil, 2020), mas também contra o Programa Nacional de Educação (PNE) por sua hipotética subversão dos papéis tradicionais de homem e mulher nas escolas de todo o país – oposição conservadora que contou com autoridades da Igreja Católica e de denominações evangélicas, conforme registrou Rosado-Nunes (2015) – intensificaram um caldo de cultura refratário aos movimentos sociais em questão.

Nesse contexto, a popularização de iniciativas como o Movimento Escola sem Partido (criado em 2004 pelo procurador Miguel Nagib e inicialmente voltado ao combate à doutrinação marxista nas escolas) foi impulsionada pela difusão da narrativa antigênero com seu código fundamental: a ameaça representada pela “ideologia de gênero”. De acordo com Miguel (2016), o cenário brasileiro atual, marcado pela articulação entre fundamentalismo religioso, ultraliberalismo e anticomunismo fornece uma atmosfera propícia para a proliferação de uma mentalidade que enxerga a família heterossexual como salvaguarda contra a função da escola como espaço para a aprendizagem da convivência, da pluralidade e da aceitação das diferenças – quando tal função passa a ser vista como mecanismo de desagregação e dissolução dos valores tradicionais (anticomunismo em sua roupagem “marxismo cultural”). Nesse sentido, diz o autor:

É aí que o fundamentalismo e o ultraliberalismo se encontram: de diferentes maneiras, ambos veem o Estado como o inimigo a ser combatido [...] O *slogan* da educação “neutra” esconde a compreensão de que a escola precisa ser *neutralizada*, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta (Miguel, 2016, p. 617).

Para que a proeminência da retórica antigênero não seja rebaixada a um patamar secundário, precisamos ressaltar a contribuição dada por ela para a ascensão bolsonarista e sua manutenção no cargo presidencial. Nesse sentido, Castro Rocha (2021) afirma que, nessa ascensão de Jair Bolsonaro, para além de sua reaproximação com setores militares, “o esforço teria sido em vão se o deputado não tivesse abraçado a agenda conservadora, sobretudo evangélica, em relação à difusa área dos costumes. Aqui, a adesão à noção falsa de ideologia de gênero foi um passo decisivo” (p. 330). Em análise mais recente, Miguel (2021) argumenta como a utilização da narrativa antigênero por meio da ferramenta “ideologia de gênero” foi relevante para a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 e como a importância desse artifício mantém-se no quadro atual. Para ele “sem o antifeminismo e a

homofobia agressivos, Bolsonaro perderia seu diferencial e reduziria seu capital político” (p. 09).

O alegado combate à família tradicional e em favor do relativismo e do construtivismo presentes – segundo os setores opostos – nos estudos de gênero obviamente apresentam atrativos não apenas para a hierarquia católica, mas também para outras denominações religiosas como as igrejas pentecostais e neopentecostais, além dos ganhos políticos que pode trazer para lideranças políticas e setores da iniciativa privada em busca de pautas morais que possam camuflar, no debate público, interesses ligados ao mercado<sup>82</sup> (privatizações, desregulamentações e flexibilização do trabalho). Ou seja, a moralização do debate político fornece um aparato útil para que interesses privados possam concretizar suas demandas frente ao poder estatal, além de dificultar a expressão das vozes vindas de grupos em geral rejeitados no debate público (como os grupos LGBTIA+), conforme ressaltou Miskolci (2018).

### 3.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO A PARTIR DA PERSPECTIVA CONSERVADORA CRISTÃ

Esta seção propõe uma análise dos textos escritos por autores e autoras antigênero que são recorrentemente mencionados para conferir certa legitimidade aos discursos proferidos por sujeitos e grupos que se reconhecem como conservadores cristãos. Ao longo deste segmento, mostraremos algumas características identificadas acerca do que chamam de ideologia de gênero – tais como a manipulação da linguagem, a infiltração esquerdista na grande mídia e no sistema de educação, o apoio de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (assim como o financiamento por fundos privados) as tentativas de desarticulação dos laços sociais mais basilares por meio da dissolução da família heteronormativa e, como eixo fundamental para essa discussão, o redirecionamento dos planos da esquerda agora determinada ao ataque nos planos da cultura, da moral e dos comportamentos como chave para sua nova estratégia revolucionária.

---

<sup>82</sup> A condenação da escola pública como locus proeminente da doutrinação esquerdista pela mobilização antigênero parece aproxima-se do lobby privatista que enxerga a educação pública como uma fronteira de negócios com grande potencial lucrativo, o que precisa ser melhor investigado.

Em *O livro negro da nova esquerda*, Laje e Marquez (2018) situam o fim da URSS como ponto de inflexão histórico para uma nova guinada da esquerda, doravante menos atenta em insuflar os ânimos de uma revolução violenta do que em definir novas arenas de batalha para a consecução do objetivo revolucionário, agora não mais por meios agressivos, mas sim pela sorrateira modificação de padrões culturais supostamente enraizados na tradição judaico-cristã através da promoção de novos agentes e movimentos de subversão, tais como direitos humanos, ambientalismo, indigenismo, feminismo e coletivos LGBTIA+. Evidentemente, esses campos já existiam antes do fim da URSS, todavia, a novidade, para eles, é sua instrumentação pelas teorias e práxis operadas no campo cultural como ferramentas a serem utilizadas no caminho para a revolução.

Outra constante na narrativa antigênero é a aproximação pouco cuidadosa entre filósofos, cientistas sociais e ensaístas, dentre outros, para caracterizar o campo da “ideologia de gênero”. Mesmo quando é feita a distinção entre intelectuais advindos de uma outra perspectiva – como o pós-estruturalismo, por exemplo – é comum a posterior aproximação forçada entre as diversas abordagens teóricas presentes no debate acadêmico. Deste modo, autores tão díspares como Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Wilhelm Reich, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Jacques Derrida, Ernesto Laclau, Betty Friedan e Judith Butler são colocados, de forma quase automática, em rótulos como “neomarxismo” ou “pós-marxismo”.

Diante disso, destaca-se que o uso frequente do termo “marxismo” parece servir como uma tática, uma estratégia do campo conservador neoliberal e cristão contemporâneo que visa reativar o medo da ameaça comunista em uma espécie de Guerra Fria nos princípios do século XXI, onde o inimigo é menos um conjunto identificável de países (como no caso da URSS e dos demais representantes do antigo bloco socialista) do que miríades de constelações constituídas por agentes, movimentos, organizações e instituições que escapam aos binarismos da direita socialmente conservadora típica do pós-guerra.

No que concerne ao feminismo, Laje e Marquez (2018) acreditam que, embora em seus primórdios tenha representado um considerável movimento em busca de direitos civis e de propriedade, a influência do marxismo e da mentalidade revolucionária na teoria e nos movimentos feministas provocaram sua radicalização. Inclusive, os autores argumentam que a principal preocupação do movimento feminista na atualidade é subverter as identidades baseadas na pretensa natureza

humana – e conseqüentemente em destruir o legado civilizacional supostamente produzido pelo Ocidente, assim como a propriedade privada e o capitalismo.

Quanto ao movimento LGBTQIA+, o termo “perversão” é frequentemente utilizado pelos autores quando se referem àqueles que se distanciam da heteronormatividade, o que já indica a falta de objetividade e neutralidade pelo emprego de uma palavra típica dos esforços de patologização ainda presentes no campo psi. Como exemplo, insinuam certa manipulação da linguagem feita pelos movimentos LGBTIA+, argumentando que

Com esse entendimento, uma das principais vitórias filológicas alcançadas pela máquina de propaganda de “gênero”, sem dúvida, tem sido impor ao léxico popular a palavra “gay” (palavra anglo-saxã que soa “cool” e vanguardista), o que não significa absolutamente nada em termos sexuais — “alegre” é a tradução de “gay” do inglês para o português — e, assim, uma conotação sorridente e festiva é dada a um *comportamento que está em desacordo com a natureza*. (Laje; Marquez, 2018, p. 180, grifo nosso)

Ou ainda, quando fazem referência às demandas pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo, afirmam que

A condição homossexual de uma pessoa não a torna mais digna ou menos digna do que a de um heterossexual, ela a torna diferente. E pelas próprias características de seu modo sexual de vincular-se, *não é pertinente obter qualquer artifício legal para exercer uma função social que a própria natureza nega*. (Laje; Marquez, 2018, p. 195, grifo nosso)

Seria esse um argumento homofóbico? Aparentemente, sim. Porém, para a retórica antigênero a própria palavra homofobia é encarada como mais um artifício dos “ideólogos de gênero” para sufocar a liberdade de expressão e calar as vozes daqueles que não concordam com a presumida destruição da família e do casamento em sua expressão consagrada – ou seja, heterossexual.

Em um tom mais ameno, Bonnewijn (2015, p. 142) também se refere aos laços entre os estudos de gênero e o marxismo, porém em um registro que enfatiza menos uma suposta continuidade entre o marxismo revolucionário soviético e as novas lutas sociais do que em uma consideração que posiciona esses estudos e movimentos como reflexo de uma era em que as grandes utopias (incluindo o próprio marxismo) foram descartadas e a realidade esmagadora retornou com vigor, na medida em que afirmam “os imperativos do mercado econômico, as leis das pulsões sexuais e as restrições das estruturas de poder”. O autor ainda argumenta, que os estudos de gênero buscam a desconstrução da linguagem, da família e da maternidade para a consecução de seus objetivos.

Outra questão de suma importância para estes autores refere-se à proeminência da Teologia do Corpo supracitada nos discursos antigênero, que também fica bastante evidente no livro intitulado *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*, escrito por Scala (2011). Este texto precursor acerca desta temática certamente é um dos escritos mais citados por tributários deste conservadorismo cristão, conforme podemos encontrar recorrentemente mencionado no livro *Feminismo: perversão e subversão*, escrito por Campagnolo (2019). Contudo, após se referir a certa condição inata atribuída diferentemente à homens e mulheres, caracterizado por uma suposta essência masculina e feminina distintas, o influente autor afirma que

Em poucas palavras: é preciso descobrir que as qualidades de que naturalmente carecemos - como homem ou mulher - não são defeitos ou carências do sexo complementar; mas que, muito ao contrário, são virtudes de outras pessoas, das quais temos muito o que aprender. *E isto é decisivo: não é que minha visão global masculina seja melhor que a visão detalhista feminina*. Nenhuma é melhor que a outra. Ambas são diferentes, mas *o sentido da diferença é complementar- se - em perfeita sinergia* - para concretizar um projeto novo, diferente e superador; que teria sido impossível de ser realizado somente pelas mulheres ou somente pelos homens (Scala, 2011, p. 124, grifo nosso).

Assim, ao empreender uma peculiar e inflamada avaliação histórica e teórica sobre o feminismo a partir da influência de Scala (2011) e Bonnewijn (2015), Campagnolo<sup>83</sup> (2019, p. 316) argumenta que o movimento feminista, desde suas origens amparadas em figuras como Mary Wollstonecraft (1759-1797), já apresentava traços socialmente deletérios que seriam posteriormente reforçados pelas ondas feministas mais recentes.

A autora destaca dois destes aspectos como já presentes nos escritos de Wollstonecraft<sup>84</sup>: o primeiro trata da ênfase no papel da educação para a mudança social, o que significa, na concepção da deputada, uma educação voltada para a doutrinação de crianças e adolescentes, chegando até mesmo a declarar que “cedemos nossos filhos ao sistema soviético de educação para usurpação da família”; e, o segundo, menciona a tentativa de explicação das diferenças entre os sexos por meio das distinções educacionais conferidas a eles pela sociedade da época.

Aqui nós temos mais um eixo importante na elaboração do discurso conservador antigênero atual: a denúncia da escola pública, mas também do campo

---

<sup>83</sup> Eleita deputada estadual em Santa Catarina nas eleições de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), partido pelo qual foi eleito presidente Jair Messias Bolsonaro nas mesmas eleições.

<sup>84</sup> Apesar de reconhecer pontos de proximidade entre o pensamento da autora britânica e o dogma religioso cristão.

universitário e dos meios de comunicação corporativos, como espaço de doutrinação e corrosão contínua do casamento e da família, deterioração esta que serviria como tática revolucionária. Esse elemento importantíssimo na pregação contra a “ideologia de gênero” por parte dos cruzados conservadores foi registrado por Corrêa e Kalil (2020), Miguel (2016), Rosado-Nunes (2015), Mattos (2018), Silva (2018), entre outros, o que demonstra a centralidade das narrativas contra a escola por parte desses setores da direita atual. Particularmente notável é a observação feita por Mattos (2018, p. 578) sobre a contradição presente nessa retórica:

É digno de nota que essa construção discursiva a respeito da ideologia de gênero reúna perspectivas contraditórias: de um lado, critica a suposta defesa de que os indivíduos devem escolher seus gêneros por si sós, conscientemente; de outro, afirma que crianças e jovens são sujeitos doutrinados e treinados por educadores mal-intencionados para desenvolverem gêneros “não naturais” (Mattos, 2018, p. 578).

Caracterizando o feminismo como movimento que pretende demolir os pilares da cultura ocidental (moral judaico-cristã, filosofia grega e direito romano) e defendendo a vocação da mulher como primordialmente vinculada ao lar – o que ilustra de forma clara o que estamos discutindo neste capítulo - a intensidade do antifeminismo demonstrado por Campagnolo (2019, p. 310-311) pode ser verificado no seguinte trecho:

Quando os conservadores dizem que as *mulheres devem cumprir sua função no lar e na sociedade como esposas e mães*, é considerando que essa é sim a *vocação das mulheres* que estão sendo ludibriadas por um discurso de vida fácil, fajuta e promíscua oferecido pelos coletivos feministas. O sucesso das feministas está em dissuadir as mulheres da ideia de se casarem, mas não colocarem nada de valor no lugar. Quantas militantes feministas conhecemos que tenham abandonado suas famílias, maridos e filhos para fazer algo realmente grande em prol da humanidade? E mais: se o cristianismo é assim tão perverso, que outra vida propõem as feministas? Que grande e irresistível modo de vida é esse que supera *dois mil anos de tradição e cultura?* (Campagnolo, 310-11, 2019, grifos nossos).

Diante disso, parece evidente que um dos preceitos governamentalizados pela autora diz respeito à condição essencializada da mulher e do cristianismo amparadas, respectivamente, em certa natureza humana e social inatas. Contudo, outra questão mencionada por Scala (2011), Bonnewijn (2015), Laje e Marquez (2018) e Campagnolo (2019), refere-se à influência que a ideologia de gênero exerceria sobre instituições como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos e que, segundo os autores e autora, pode ser constatada através do financiamento de eventos e de programas de pesquisa em estudos de gênero, além do fomento à modificação das legislações nacionais em reconhecimento das pautas feministas e LGBTIA+.

Esse discurso hodierno que se reconhece como conservadorismo cristão fornece uma peça nada desprezível para que sua narrativa conspiratória possa adquirir uma aparência de concretude factual que decorre justamente da presunção de que as instituições financiadoras e impulsionadoras deste tipo de estudo despontam como pilares do marxismo cultural e, portanto, de seu instrumento mais sorrateiro: a difusão da “ideologia de gênero” utilizada para destruir gradualmente a civilização ocidental.

A aproximação com os achados advindos das ciências biológicas é também um eixo relevante para argumentação do conservadorismo refratário ao reconhecimento das relações de gênero e sexualidade. Segundo Scala (2011, p. 105), “a autoconstrução do próprio *gênero* a margem do sexo biológico jamais foi comprovada de maneira experimental. Se ninguém conseguiu, apesar de muitos o afirmarem insistentemente há quarenta anos, o senso comum indica que estamos diante de outro mito”. Contudo, Laje e Marquez (2018, p. 111), também afirmam algo semelhante, sustentando que “sabe-se que tanto o androgênio quanto o estrogênio, hormônios masculinos e femininos, respectivamente, têm diferentes efeitos no cérebro durante o desenvolvimento fetal”.

Ainda no âmbito do recurso ao mundo científico para conferir tanto uma fachada de objetividade quanto atribuir certa legitimidade aos seus discursos, a defesa de um tratamento voltado para a “reorientação” de homossexuais passou a ganhar certa visibilidade nos últimos anos, sendo também um objeto de preocupação do conservadorismo cristão. Machado (2017) registra o emprego do depoimento destas pessoas “reorientadas” como tática adotada por parlamentares e líderes religiosos na difusão da noção de que a homossexualidade estaria associada à ocorrência de abusos sexuais e outras violências, buscando estabelecer a concepção de que a divergência face à heteronormatividade estaria associada à eventos traumáticos da infância, embora negando que se trate de algum tipo de “cura gay”.

Como já observado, a pecha de “perversão” é frequentemente atribuída por esse pensamento conservador cristão às orientações sexuais e identidades de gênero situadas para além dos padrões heteronormativos<sup>85</sup>. Todavia, é importante reconhecer a utilização de distorções ocorridas a partir de interpretações extraídas de

---

<sup>85</sup> Scala (2011) também faz referências nesse sentido, quando julga a “homossexualidade, o lesbianismo, o travestismo etc.” como anomalias (p. 16-7)

teorias construtivistas empreendidas pelos autores antigênero que visam conduzir as condutas dos sujeitos, posicionando essas orientações e identidades como passíveis de “reorientação”, uma vez que, não possuindo bases hereditárias deterministas (como sustentam as teorias construtivistas), elas poderiam ser modificadas espiritual e/ou clinicamente.

O recurso ao ordenamento jurídico também faz parte do arsenal político-discursivo dos atores e organizações antigênero. No cenário brasileiro recente, por exemplo, são comuns os apelos ao texto constitucional que estabelece a família em sua configuração tradicional (homem-mulher-filhos) como alvo preferencial da proteção do Estado, além de tratados internacionais como a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), que estabelece os direitos dos pais e tutores de reivindicarem uma educação condizente com seus valores morais e religiosos (Silva, 2018; Miguel, 2016; Miskolci, 2018).

Nos textos conservadores por nós consultados para a realização desta pesquisa, o argumento recorrentemente encontrado para tratar desta questão se fundamentava na ideia de que o casamento entre pessoas de mesmo sexo não pode ter o mesmo status do casamento heterossexual, pois este é constituído pelos laços de amor entre dois seres complementares e que buscam a geração de uma prole, sendo, por isso mesmo, necessária a proteção estatal desse arranjo familiar tradicional – o que não deveria ocorrer com o casamento homoafetivo.

Esse artifício caracterizado pela busca de um respaldo jurídico para a cruzada antigênero vem sendo mobilizado por grupos situados no espectro político a direita e é significativo porque reflete uma tendência apontada por Brown (2019) nos Estados Unidos: a manipulação, por organizações e ativistas conservadores, do direito à liberdade religiosa constitucionalmente garantido – tanto lá quanto aqui – para a defesa de manifestações sexistas e homofóbicas levadas a efeito por esses atores. Segundo a autora,

Os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo heteropatriarcal cristão (Brown, 2019, p. 140).

Como já referido, outro componente importante desse pensamento que se reconhece como conservador e cristão quanto aos estudos de gênero e sexualidade é a denúncia da manipulação linguística de palavras e expressões aparentemente

pouco ameaçadoras e dotadas muitas vezes de uma carga positiva – ou apenas neutra – no cotidiano, tais como liberdade, direitos humanos, igualdade e, óbvio, a palavra “gênero”. Para Scala (2011), por exemplo, termos como sexo e gênero foram inicialmente utilizados pelo movimento feminista como sinônimos para que o vocábulo “sexo” fosse depois substituído pelo “gênero”.

Segundo o autor, a inversão em relação ao uso destas palavras não teria ocorrido de forma inocente, uma vez que o termo “gênero” carregaria significados muito diversos daqueles referentes ao “sexo”, ocasionando uma confusão bastante proveitosa para as feministas. Para ele, os argumentos promovidos pelos tributários e tributárias da ideologia de gênero acerca da inexistência de uma natureza sexual inata diferenciada entre homens e mulheres, provocaria, por fim, a desconsideração de preceitos fundamentais das tradições que compuseram as bases do pensamento ocidental hodierno, ameaçando explicações amparadas na biologia sexual em detrimento de ideias supostamente construtivistas que não encontrariam lastro na realidade

Para se obter a igualdade dos sexos, não teria sido suficiente dar direitos políticos e civis as mulheres - primeiro e segundo feminismo -, mas seria necessário algo mais radical: *disputar o poder político em igualdade de condições com os homens, para o qual a mulher deveria ser incorporada ao mundo do trabalho e a vida pública em igualdade absoluta com o homem*. Ora, este objetivo não pode ser conseguido mágica ou instantaneamente. *Implica numa luta contra o homem* e, portanto, é necessário elaborar uma estratégia para ser aplicada adequadamente, um instrumento eficaz de luta. Esse instrumento é a ideologia de *gênero*. (Scala, 2011, p. 62, grifos nossos)

Essa hipótese é reforçada por outro eminente representante do conservadorismo contemporâneo, o psicólogo canadense Jordan Peterson. Após reconhecer que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaços nas universidades, o autor declara que esse fato não somente teria sido prejudicial para os homens, como também seria para as mulheres. Isso ocorre porque, segundo ele, a escolha por uma carreira profissional por parte das mulheres provoca a instabilidade e a fragilidade dos relacionamentos amorosos, do casamento e da família. Além disso, ao apresentar o argumento de que mulheres profissionalmente bem-sucedidas preferem homens com nível educacional e *status* profissional semelhante (ou mesmo superior), Peterson (2018, p. 348-349) afirma que “elas precisam de alguém capaz de sustentar mãe e filho quando necessário. É um ato compensatório perfeitamente racional, embora também possa ter uma base biológica”.

Todavia, é importante mencionar que o conservadorismo antigênero emprega achados descontextualizados oriundos das ciências biológicas – tais como a fisiologia hormonal, sexual e reprodutiva, além da própria genética - para embasar racionalmente sua retórica. Contudo, nem todos apreciam essa teoria sustentada em bases eminentemente biológicas em todo seu espectro, conforme afirma Scala (2011, p. 105) ao se referir à biologia evolutiva como uma “superstição mítica, contestada pelos dados empíricos”.

Outros, porém, apresentam suas formulações amparadas em certa psicologia evolucionista, conforme podemos verificar nos escritos de Peterson (2018). Embora não se refira diretamente ao tema da “ideologia de gênero”, optando por tratar em termos de uma teoria construtivista social, é possível constatar proximidades entre esse autor e os demais já citados que se reconhecem como conservadores cristãos, uma vez que ao se opor às formulações feministas sobre o patriarcado, o autor afirma que

[...] ao longo da história, homens e mulheres lutaram ferozmente para se libertar dos horrores devastadores da privação e da necessidade. As mulheres frequentemente estavam em desvantagem durante essa luta, pois possuíam todas as vulnerabilidades dos homens, mas carregavam o fardo reprodutivo e tinham menos força física. Além da sujeira, miséria, doença, fome, barbárie e ignorância que caracterizavam as vidas de ambos os sexos muito antes do século XX (quando mesmo as pessoas no mundo ocidental normalmente sobreviviam com menos de um dólar em dinheiro de hoje), *as mulheres também tinham que suportar as sérias inconveniências práticas da menstruação, a alta probabilidade de uma gravidez indesejada, a probabilidade de morte ou graves danos durante o parto e o fardo de criar muitos filhos pequenos. Talvez essa seja razão suficiente para a diferença no tratamento legal e prático de homens e mulheres que caracterizou a maioria das sociedades antes das recentes revoluções tecnológicas, incluindo a invenção da pílula anticoncepcional.* Pelo menos esses fatores devem ser levados em conta antes que a presunção de que homens tiranizaram as mulheres possa ser aceita como truísmo (Peterson, 2018, p. 351, grifo nosso).

Essas referências explícitas ao domínio da racionalidade nas escolhas humanas, por um lado, e o esforço em tentar explicar as diferenças políticas entre os gêneros com base em um passado evolutivo caracterizado por distinções anátomo-fisiológicas entre homens e mulheres, por outro, têm sido utilizadas para legitimar discursos pretensamente científicos através de citações recorrentes de autores oriundos de áreas como as ciências biológicas, as disciplinas psi e a economia de livre mercado. Desse modo, a legitimação deste tipo de discurso amparado por estes saberes acadêmicos almeja naturalizar, racionalizar e até mesmo governamentalizar os comportamentos generificados, assim como os símbolos e códigos culturais.

A partir daquilo que apresentamos nesta seção, assim como apoiados nos dados sobre o contexto de formação da “ideologia de gênero” como ferramenta que

aglutina diversos atores, organizações e instituições, cujo núcleo formador parece ter sido proveniente dos setores mais refratários da Igreja Católica, podemos afirmar que os embates antigênero possuem como um de seus vetores mais consistentes a reinserção dos dogmas e da visão de mundo religiosa na esfera pública e, principalmente, nas instituições políticas. Desse modo, a ameaça contra os valores tradicionais percebida por esses autores e autora impulsiona tentativas de ocupação de espaços nas casas legislativas e mesmo no poder judiciário, mas também na grande mídia e nas novas plataformas digitais, buscando engajar os fiéis em torno da defesa dos valores e normas embasados em cosmovisões de fundo teológico.

### 3.3 GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESFERA NEOLIBERAL-CONSERVADORA DO YOUTUBE

Um aparente paradoxo reside no uso amplo e bem-sucedido das mídias digitais e, em particular, das redes sociais para a disseminação das ideias e valores da direita política. A ênfase em tradições e costumes estruturados pelo tempo, as hierarquias e desigualdades encaradas e defendidas como naturais pelas diferentes vertentes do pensamento à direita não parece fornecer um ponto de partida propício ao otimismo tecnológico e ao emprego contínuo e massivo de suas possibilidades de comunicação e articulação coletivas.

Apesar desta contradição presumida, de fato foram os partidários desse conjunto de ideias os grandes beneficiados pela proliferação das mídias digitais. Já vimos a importância que elas tomaram em processos eleitorais em diferentes países, sobretudo nos Estados Unidos e no Brasil. Uma explicação plausível para o estranhamento causado pelo uso das novas mídias digitais por grupos conservadores pode estar na percepção de marginalização das ideias direitistas dentro dos meios usuais de comunicação e informação. Em outras palavras, o uso dos novos recursos está associado ao campo de possibilidades aberto pelas mídias para a proliferação das ideias do campo liberal/conservador, as quais não possuem, para o campo da direita brasileira, grande espaço nas mídias tradicionais.

A utilização das redes sociais e outras ferramentas disponíveis no meio digital foi sendo construída e aplicada em diferentes momentos e com finalidades bem definidas. Na Europa, desde campanhas de arrecadação de fundos para impedir a imigração por via marítima de pessoas oriundas da África e da Ásia com destino ao

continente europeu até a proliferação de grupos de jovens militantes contrários à imigração e ao processo por eles considerado como “islamização da Europa” tiveram nas redes pontos fundamentais de articulação, propaganda e arregimentação de quadros (Mulhall, 2022).

No cenário brasileiro, como demonstrou Rocha (2021), as possibilidades oferecidas pela web e pelas redes sociais então em ascensão foram notadas e aproveitadas pelos adeptos e simpatizantes de ideias e perspectivas à direita do espectro político. Indivíduos e comunidades afinadas ao neoliberalismo, sentindo que suas concepções e posturas quanto às relações entre Estado, mercado e sociedade não gozavam do espaço desejado nos meios tradicionais de comunicação e informação foram perspicazes ao perceber o que as novas tecnologias poderiam oferecer em termos de troca de ideias, formação de comunidades, desenvolvimento de uma identidade compartilhada em torno de seu ideário e espaços de difusão daquilo por eles defendido.

Uma das principais figuras na ascensão da direita brasileira nos últimos anos, o escritor e filósofo autodeclarado Olavo de Carvalho também foi pioneiro na articulação do conservadorismo social e do neoliberalismo tendo como foco privilegiado o uso dessas redes. O grupo de jornalismo independente Mídia Sem Máscara foi criado por ele em 2008 e utilizou os espaços da web como veículo importante para sua popularização (Patschiki, 2012). O Curso Online de Filosofia, criado em 2009, quando Carvalho já residia nos Estados Unidos, foi um passo fundamental para a difusão de suas ideias e para o desenvolvimento de sua influência sobre vários alunos e discípulos (Castro Rocha, 2021)

As considerações feitas acima, amparadas também por aquilo que viemos argumentando ao longo das páginas anteriores, justifica uma análise mais detida sobre os discursos antigênero em uma plataforma de grande alcance e repercussão como o YouTube. As três produtoras de vídeo em questão (Brasil Paralelo, Burke Instituto Conservador e Instituto Borborema) apresentam, como veremos a seguir, vários elementos importantes para a compreensão da perspectiva sobre gênero e sexualidade desde o campo da direita.

Embora os aspectos tratados e argumentos elaborados nos vídeos dessas produtoras possam ser diretamente relacionados ao breve estudo arqueogenealógico feito no segundo capítulo deste trabalho, tendo como material de análise alguns livros

representativos de suas ideias e posturas políticas, a análise mais aprofundada dos discursos veiculados pelos vídeos em questão é relevante para nossos propósitos pelos seguintes motivos. Primeiro, o meio empregado (a plataforma YouTube) possui particularidades que tornam os conteúdos produzidos e divulgados materialidades distintas daquelas de um meio escrito (livros, jornais, revistas etc). Mais exatamente, os recursos de curtir/não curtir, ferramentas de compartilhamento dos vídeos em outras redes sociais, os espaços para comentários feitos pelos usuários da plataforma, são funcionalidades irreduzíveis aos processos de criação, difusão e recepção usuais em mídias já consagradas e tradicionais. Segundo, o próprio formato audiovisual disponibilizado pela plataforma tanto amplifica quanto restringe o conteúdo. Amplifica porque possibilita a proliferação pelo compartilhamento em velocidades muito superiores aos meios tradicionais através de um processo de comunicação digital mais horizontal e aberto entre seus usuários e outros indivíduos com potencial de serem convencidos por aquilo que se compartilha. Mas também restringe porque se torna necessária uma condensação das ideias e argumentos em formato audiovisual. O entendimento do termo *restrição* aqui não se dá em tons negativos (censura, bloqueio, empobrecimento do conteúdo), porém como adaptação daquilo que se quer veicular na plataforma aos parâmetros audiovisuais distintos de uma sequência meramente escrita.

A seguir vamos abordar os vídeos selecionados para análise. O procedimento será feito da seguinte maneira: vamos considerar em bloco os principais pontos de argumentação presentes na explanação feita neles. Assim, consideraremos em conjunto os vídeos, destacando com transcrições diretas alguns trechos mais relevantes para nossos propósitos. Este proceder tem o mérito de encarar as apresentações de ideias e valores contidas nos vídeos como um todo, evitando uma abordagem mais fragmentada que analisa os conteúdos em questão de forma individualizada e oportunizando uma perspectiva de visão mais ampla e de conjunto. Acreditamos então tornar as semelhanças nos discursos mais evidentes. Mas os pontos de divergência também serão notados e considerados em seguida ao nosso procedimento de abordagem em bloco.

O primeiro vídeo, intitulado *Geração sem Gênero* (Brasil Paralelo) inicia com uma mensagem importante antes do conteúdo propriamente dito, na qual é dito que a BP é uma produtora independente e apartidária, não recebendo nenhum financiamento público e afirmando que suas produções são “100% financiadas pelos

nossos membros assinantes”. Esta mensagem inicial apresenta seu objetivo como sendo o de contrapor suas produções àquelas feitas pela grande mídia que “desinformam dezenas de milhões de pessoas por dia através de suas concessões públicas de TV e orçamentos bilionários”, sendo fundamental a adesão de seu público no YouTube através da assinatura paga aos conteúdos exclusivos disponíveis em sua própria plataforma. Essa mensagem também afirma que suas produções de acesso gratuito alcançou uma média diária de 136 mil visualizações em 2020.

O conteúdo do vídeo inicia com algumas imagens mostrando cenas provavelmente oriundas de filmes estadunidenses retratando famílias conjugais e o cotidiano doméstico entre pais e filhos. A seguir, em contraste, são mostradas, em rápida sucessão, imagens e declarações de personalidades do entretenimento, militantes de minorias sexuais e também produtos de consumo de famosas marcas adotando as cores arco-íris associadas a tais minorias. Uma das declarações feitas por militantes chama a atenção, dizendo que “Jesus é travesti”. Uma reportagem televisiva aparece noticiando que “um novo filme da Netflix está causando uma grande controvérsia, mostrando meninas de 11 anos de top e shorts”. Logo em seguida, outra notícia televisiva afirma que “homens biológicos que se identificam como mulheres estão entrando em competições e estão dominando em vários esportes”. Uma terceira notícia mostra imagens de uma “criança de aproximadamente quatro anos” tocando o corpo nu durante uma performance artística. Em seguida, e encerrando a sucessão de imagens e declarações, ouvimos a afirmação de que “às vezes tudo que falta na nossa vida é um pouco de Sex Education”.

Após essas imagens e declarações iniciais, uma voz declara que “em novembro de 2020, a ideologia de gênero entrava na pauta de votação do Supremo Tribunal Federal”, lembrando em seguida que em 2014 a votação dos Planos Nacionais de Educação pelo Congresso gerou uma grande movimentação feita pela sociedade civil contra as políticas de gênero. Com a derrota, parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) levaram a questão até o STF. Os deputados contrários à política de gênero conseguiram a retirada de pauta para a votação da pauta no STF.

O vídeo segue mostrando a ampliação das políticas de gênero no plano internacional, em países como Canadá, Estados Unidos, Inglaterra em torno da linguagem neutra de gênero, com punições legais contra o cometimento de agressão contra minorias sexuais. Mostrando as relações entre o “ativismo judicial e legislativo”

e o conceito de gênero, a importância da filósofa Judith Butler é ressaltada, mostrando imagens de protestos contra sua presença no Brasil em 2017.

A origem da ideologia de gênero é traçada até as pesquisas do sexólogo estadunidense John Money e o caso de redefinição de sexo feito em uma criança após uma cirurgia malsucedida. A criança que teve seu sexo cirurgicamente modificado foi criada como menina. O impacto negativo dessa cirurgia teria devastado a família da criança, com o suicídio posterior, já na idade adulta, daquele que teve o sexo modificado cirurgicamente. Em seguida, é dito que todos aqueles pesquisadores (John Money e Alfred Kinsey) defensores da fluidez de gênero foram desmascarados como fraudes.

Porém, seu fracasso científico não impediu a adoção do gênero pelo movimento feminista. Neste movimento, e particularmente em sua segunda onda, é destacada no vídeo a relevância de duas autoras: Simone de Beauvoir e Betty Friedan; ambas destacando a feminilidade como resultado da imposição masculina. Na terceira onda do feminismo, a ideologia de gênero se torna a principal ideia a ser teorizada e defendida pelas feministas. Assim, a linguagem deve ser transformada para que as identidades possam ser fluidas, conforme defendido pelo feminismo, e a sociedade mais igualitária e justa. Nessa mudança de linguagem, o papel de Monique Wittig é destacado.

Os efeitos nocivos da ideologia de gênero para a saúde mental (cirurgia e terapias hormonais) são destacados através dos dados produzidos pela Associação Americana de Pediatras que 40% dos transgêneros cometem suicídio, com índices de suicídio vinte vezes maior entre aqueles que se submetem a essas práticas cirúrgicas e hormonais. Por fim, o vídeo mostra casos relatados pelo jornalismo no Brasil sobre a aprovação legal de mudança de nome e gênero para crianças e adolescentes, a discussão sobre banheiros trans no STF, manifestações de rua em favor da representatividade das minorias na política institucional brasileira e a efetiva eleição de representantes trans para cargos legislativos municipais.

O segundo vídeo, intitulado *Feminismo e marxismo* (Brasil Paralelo), episódio da série *A face oculta do feminismo*, inicia sua narrativa argumentando que o feminismo possui duas faces: uma face aparente da "igualdade, da não violência, da empatia, do respeito e da sororidade". Mas a face oculta não é mostrada pelas mídias, pelos artistas, pela propaganda. A mensagem inicial afirma que o feminismo

precisa ser conhecido em sua face oculta, através do exame de sua história, seus objetivos, seus métodos.

O vídeo propriamente dito, em formato de aula, faz uma breve recapitulação sobre o profeminismo (Mary Wollstonecraft, William Godwin e o Marquês de Sade) e suas relações com os intentos revolucionários, desde a Revolução Francesa e suas raízes anticlericais, contra o casamento e a monogamia. Essa recapitulação continua com o estabelecimento cronológico da primeira onda propriamente feminista iniciada em 1848, ano da publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels e quando também ocorre a Primeira Conferência (ou Convenção) de Mulheres em Seneca Falls (EUA). A inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política são características dessa primeira onda. Em seguida, é recomendado o livro do escritor israelense Martin van Creveld nomeado *Sexo Privilegiado*. Este livro busca mostrar a condição privilegiada das mulheres na sociedade ocidental, incluindo as relações de trabalho, pois a elas são atribuídos trabalhos mais leves, além da aposentadoria mais cedo do que os homens.

A luta sufragista e a campanha abolicionista são elementos importantes desse período no século XIX. No entanto, a presença das mulheres nos movimentos abolicionistas foi contestada porque essas primeiras feministas utilizavam a campanha contra a escravidão para suas intenções sufragistas. A primeira onda nessa época é retratada como disposta de quantidades muito pequenas de participantes. A relação comumente percebida entre feminismo de primeira onda com o cristianismo é questionada, uma vez que as lideranças feministas da época teriam também se aproveitado das igrejas para seus intentos, sem um verdadeiro compromisso de fé e tecendo críticas à hierarquia eclesiástica e aos fundamentos bíblicos. As relações das feministas do século XIX com a esquerda política é reforçada no vídeo.

A seguir, são apresentadas duas verdades sobre o movimento sufragista. Primeiro, houve um movimento considerável de mulheres contra o sufrágio; esse argumento se estende para afirmar que mesmo hoje as mulheres teriam resistência à participação política. A segunda verdade é que o sufrágio feminino foi “mais do que uma conquista, uma concessão”. A base para esta asserção é a seguinte: historicamente, nem mesmo todos os homens tiveram direito ao voto. Assim, esse direito foi conquistado através de lutas, revoltas e guerras empreendidas pelas parcelas masculinas excluídas.

Além disso, o voto como direito associado ao dever dos homens de servirem no exército e da prerrogativa do Estado de dispor de suas vidas na eventualidade de uma guerra. Então, pelo fato de que as mulheres não possuem o dever de servir no exército e defender sua pátria em um contexto bélico, o sufrágio feminino, como historicamente foi alcançado, é contestado como um privilégio concedido e, portanto, imerecido. A conclusão é de que os movimentos sufragistas não tiveram grande impacto sobre a obtenção do direito delas ao voto. No Brasil, mesmo o direito ao voto dos homens é vinculado ao advento da República; quanto ao voto feminino, é apresentado como uma concessão do governo Vargas.

O vídeo é encerrado com o reforço do argumento de que o feminismo, desde sempre, não pode ser conciliado com a família conjugal, o casamento religioso e os dogmas cristãos mais gerais. A natureza deletéria do feminismo está então presente desde suas formas mais insipientes de alguns séculos atrás, radicada em sua essência.

O terceiro vídeo, chamado *Diferença salarial entre homens e mulheres* (Brasil Paralelo) apresenta, para defender a instância de que não há preconceito de gênero quanto ao trabalho das mulheres, já que os dados sugerem disparidades salariais entre elas e os homens, a posição do economista estadunidense Thomas Sowell. Segundo ele, as mulheres ocupavam maior porcentagem de altos cargos nos Estados Unidos no início do século passado, portanto antes das lutas feministas mais amplas das décadas de 1960 e 1970, do que em meados daquele século. Sowell também alega que os empregos com maior risco tendem a oferecer maiores salários e, como os dados mostram, são esmagadoramente exercidos por homens na realidade estadunidense. As mulheres, em contrapartida, estão mais ligadas aos trabalhos de escritório, mas também aos cargos acadêmicos.

Embora as mulheres alcancem graus de formação superior no ensino com maior frequência do que os homens, o vídeo nos diz que “é natural que as mulheres se afastem do trabalho por causa da gravidez”, precisando de “mais tempo para se recuperar e cuidar da criança”. Os homens estão, por outro lado, mais envolvidos com suas carreiras e entram mais cedo no mercado laboral. Em seguida, é dito que “a gestação é um empecilho biológico às longas jornadas de trabalho” e que as escolhas diferentes feitas por homens e mulheres são determinantes nas diferenças salariais, não a discriminação de gênero. Mas essas escolhas distintas não podem ser

explicadas por questões culturais e que definem os papéis masculino e feminino na sociedade.

O vídeo recorre então ao psicólogo britânico Simon Baron-Cohen para esclarecer o fundo biológico das escolhas profissionais. Ele alega que “nós analisamos bebês com um dia de idade e nós os apresentamos um objeto mecânico e um rosto para olharem, e filmamos quanto tempo eles olham para um destes objetos e descobrimos que meninos olham por mais tempo os objetos mecânicos e meninas olham por mais tempo para o rosto, mesmo no primeiro dia de vida. Então, isso é antes de brinquedos serem introduzidos ou várias influências e preconceitos culturais”. As pesquisas de Baron-Cohen envolvem a coleta da líquido amniótico das gestantes, os níveis de testosterona aos quais os fetos estiveram expostos e acompanharam o desenvolvimento após o parto deles até os oito anos de idade, concluindo que o maior nível de produção de testosterona apresentava correlação com padrões comportamentais e emocionais. Maiores níveis do hormônio levavam a maiores dificuldades no desenvolvimento de empatia e ao reconhecimento de sentimentos e perspectivas de outras pessoas, mas maior interesse em sistemas e em entender o funcionamento das coisas ao redor. A hiperplasia adrenal, uma disfunção caracterizada pela exposição à elevados níveis de testosterona durante o período fetal, leva mulheres com essa condição a um padrão de comportamento masculinizado e à escolha por carreiras ligadas aos homens.

Voltando ao debate salarial, argumenta-se que “mulheres com os mesmos anos de experiência e que trabalharam sem interrupção não ganham menos do que os homens”, mas também que “tempo de serviço reduzido leva a salários menores”. As mulheres podem ficar então em situações profissionais desvantajosas em relação aos homens, pois preferem trabalhos com maior flexibilidade para ter mais tempo para a família e “apresentam probabilidade nove vezes maior de sair do trabalho por razões familiares”.

O quarto vídeo, *Orgulho gay ou revolução?* (Burke Instituto Conservador), em formato de aula, inicia sua exposição traçando as lutas gayzistas desde a década de 1930, diretamente associadas ao comunismo. Trinta anos depois, o movimento já havia obtido maior capilaridade no cenário estadunidense. Faltava um “evento detonador” para a causa, cuja realização ocorreu em 1969 através do evento ocorrido no bar gay Stonewall Inn, localizado na cidade de Nova York. A partir desse acontecimento, nos é dito o seguinte: “o que os revolucionários fizeram foi usar o sexo

anal desmedido, desenfreado, como uma espécie de arma revolucionária sexual contra a estrutura social. Na época da eclosão de Stonewall Inn já havia na cidade um grande número de saunas gays, posteriormente “centros importantes de disseminação do HIV”. As tentativas de fechamento das saunas, quando “as relações homossexuais ainda eram ilegais no estado de Nova York”, resultaram em protestos contra o cerceamento das liberdades civis dos gays.

O funcionamento sem licença para a venda de bebidas, aliado às práticas de prostituição, extorsão e tráfico de drogas tornavam o Stonewall Inn alvo de ações policiais. No dia 27 de junho de 1969, após denúncias sobre atos libidinosos ocorrendo no bar, alguns funcionários e clientes do local foram detidos, causando conflitos que duraram cinco dias. Com isso, “gays e revolucionários de diversos lugares se juntaram aos revoltosos em nome da libertação gay”. Os efeitos do incidente conduziram ao fortalecimento dos movimentos gayzistas, com a “multiplicação das organizações militantes”, “criação de várias publicações voltadas para a militância”, as Paradas do Orgulho Gay a partir de 1970, realizadas “sempre em junho, em homenagem ao evento do Stonewall” e à “violenta pressão sobre entidades médicas”. Entre as organizações militantes mencionadas estão o Gay Liberation Front (GLF), associado no vídeo ao pensamento revolucionário e ao marxismo cultural e a North American Man-Boy Love Association (NAMBLA), descrita como “abertamente pedófila”.

O quinto vídeo, *Por que a esquerda defende aborto e promiscuidade?* (Burke Instituto Conservador) aborda o período pós-revolução na antiga União Soviética. As políticas de “amor livre” e da “nova mulher” implantadas pelos bolcheviques conduziram a uma situação socialmente caótica. Práticas desenfreadas de aborto, abandono de mulheres por seus maridos e bebês “largados nas ruas para morrer”; aqueles que sobreviveram “se tornavam indigentes, delinquentes, ladrões e agressores sexuais”.

O cenário de desordem generalizada foi remediado pelo novo líder, Stalin, por meio de uma “política moralizadora dos costumes que tentará apagar da história o rastro de imoralidade sexual implementada pelos bolcheviques”. Para conter os efeitos sociais produzidos pela desordem sexual, Stalin “introduz o Artigo 12 do Código Penal, que permitia ao Estado sentenciar crianças criminosas (bezprizornye) a partir de 12 anos à internação nos abomináveis gulags”. O aborto é banido em 1936 e o divórcio legal é dificultado. Posteriormente, as mulheres com “cinco ou mais filhos”

passam a ser premiadas pelo Estado. Mas em 1955, Khrushchev “restabelece a legalização do aborto e suas taxas continuarão a subir”.

O sexto vídeo, intitulado *Por que a família está sendo tão atacada?* (Burke Instituto Conservador), alega a deriva da ideia de desconstrução desde o campo da linguística e da análise literária até a revolução cultural, por sua ligação com o pensamento de Gramsci e Trotsky, por eles interpretada como destruição social pela destruição da família e criação de novas estruturas.

Porém, a data marcando o início da destruição da família está situada na década de 1960, sobretudo pelos movimentos de 1968 na França, sob influência de Marcuse. O pensamento deste filósofo marca a substituição das velhas classes propostas pelo marxismo ortodoxo (proletariado, burguesia) por novas categorias (raça, mulher, estudante) no processo de desconstrução da família. No atual contexto revolucionário cultural, os debates em torno da legitimidade da pedofilia vêm se tornando normalizados. As relativizações destrutivas da família não gozam, contudo, de legitimidade social, uma vez que a população brasileira se apresenta como majoritariamente conservadora.

O fim principal e imediato do matrimônio repousa sobre a ordem natural, não sendo “apanágio do cristianismo”, mas já presente nas tradições romana e judaica, é definido como a criação e educação da prole; enquanto o fim secundário é considerado como “ajuda mútua e recíproca entre os cônjuges e remédio para a concupiscência”. A equiparação entre fim primário e secundário já produziu uma “mitigação da ideia de família”; ocorreu depois uma inversão dos fins, com a família passando a ser encarada como ajuda mútua e remédio para a concupiscência (fim secundário) e a procriação e educação (fim principal) perdendo sua primazia. À família é recusada sua essência como comunidade, tornando-se apenas um meio para a satisfação individual.

O sétimo vídeo, intitulado *Destruição da família: uma agenda antiga* (Instituto Borborema), inicia a exposição ressaltando a importância de “resgatar a nossa humanidade” para perceber o que está acontecendo. Não se trata da necessidade de atenção contra a destruição da família como conceito abstrato, mas da família real de cada um. A destruição da família é empreendida a partir de “diferentes linhas de causalidade” que às vezes se aproximam, se afastam, mas obedecem a uma lógica comum a elas. Uma das linhas diz respeito às grandes

fundações e a segunda ao marxismo, com a origem temporal de ambas no século XIX.

As fundações de bilionários estadunidenses, inicialmente vinculadas à filantropia, foram gradualmente direcionando sua forma de atuação para a mudança social. O início desse processo se dá em 1884, com a publicação da obra *Da origem da família, da propriedade privada e do Estado* por Friedrich Engels. Mas sua vinculação com o pensamento de Karl Marx nas teses apresentadas na obra é ressaltada pela exposição do vídeo. A concepção da família apresentada no livro de Engels a considera como instituição opressora e que está na raiz da exploração social mais ampla. Portanto, a família deve ser abolida. A influência desse pensamento a respeito da família permanece como base para as políticas implementadas na União Soviética, nas teorias da Escola de Frankfurt e no movimento feminista.

Logo depois, em 1889 o magnata da indústria Andrew Carnegie publica o livro *The Gospel of Wealth*. A filantropia proposta por Carnegie é contraposta no vídeo ao conceito de caridade cristã, marcando a primeira como interessada e preocupada com parâmetros de eficiência, diferente em essência da verdadeira caridade. A Fundação Rockefeller já no início do século XX já atuava nos campos da saúde e educação. Mas a finalidade dessa educação é combater o analfabetismo para fornecer mão de obra ao mercado de trabalho.

Na linha marxista, logo após a Revolução Russa é modificado o direito da família, com a facilitação do divórcio, instituição da igualdade entre homens e mulheres e legalização do aborto. Como resultado, o abandono das famílias por seus maridos e proliferação de crianças em situação de rua. Com isso, é defendido na exposição do vídeo que a “família é um princípio de ordenação da sociedade”.

O controle de natalidade e da população é associado à Fundação Rockefeller e ao aborto, à eugenia e à contracepção. Com a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial, propostas para a paz mundial passam também pelo projeto para implementação de um governo mundial, exercendo influência sobre a Fundação Rockefeller. Os projetos de controle populacional também passam pelo feminismo e a instigação às mulheres para o abandono do lar e em favor do trabalho feminino. As mudanças de comportamento e valores são baseadas em pesquisas científicas. Após a Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) é vinculada no vídeo aos planos para a avanço na formação de um governo mundial.

Paralelamente as grandes fundações (incluindo a Fundação Ford) fornecem financiamento para os estudos acadêmicos sobre mulheres, gênero e sexualidade.

Voltando à linha marxista, Max Horkheimer e colaboradores ligados à Escola de Frankfurt, desenvolvem suas teses sobre a autoridade social, com ênfase na autoridade familiar. A legitimação do incesto é abordada nessas teses. A exposição do vídeo abre um parêntese para associar Fernando Haddad (PT) à Escola de Frankfurt e suas produções intelectuais. Nesse campo feminista marxista são destacadas as publicações de Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Shulamith Firestone e Kate Millett. A destruição da família é diretamente associada ao projeto intelectual contido nas obras dessas autoras, incluindo a defesa da pedofilia e do incesto, sobretudo no pensamento de Firestone. Na obra do psicanalista Wilhelm Reich também é dito existir a defesa aberta da pedofilia. Reich e Alfred Kinsey, este último financiado pela Fundação Rockefeller, são considerados fundamentais para os programas de educação sexual presentes nas escolas e universidades.

As mudanças terminológicas feitas por motivações políticas desde a noção de “controle de natalidade” para “planejamento familiar” até os atuais “direitos reprodutivos” são apresentados como estratégia de mudança social por meio da promoção da contracepção e do aborto. Em 1973, em decorrência do caso Roe vs. Wade, o aborto é legalizado até a décima segunda semana de gravidez nos Estados Unidos. As medidas contraceptivas são consideradas insuficientes para os projetos de transformação social, sendo necessários métodos para mudança comportamental. Todas essas medidas são consideradas parte dos planos para um governo mundial.

Novas fundações, a Open Society e a Bill and Melinda Gates Foundation também oferecem recursos para o controle populacional. Outro parêntese é aberto para fazer uma ligação entre uma suposta declaração de Bill Gates sobre a necessidade de reduzir em dois bilhões de pessoas a população mundial e o envolvimento de Gates com a produção de vacina para o Covid-19. Na década de 1990, as Conferências da ONU, principalmente aquela realizada no Cairo em 1995, o gênero começa a ser difundido como parte dos projetos de governo mundial e destruição da família. O vídeo termina enfatizando valores católicos inegociáveis, tendo como base a teologia moral católica e o direito natural, quais sejam “a vida, a família e a liberdade” e argumentando que estamos vivendo uma guerra contra a família e a natureza humana.

O penúltimo vídeo, *A perversão do significado da família* (Instituto Borborema), inicia sua exposição abordando a distinção entre estruturas primárias e secundárias. Estas categorias foram utilizadas por sociólogos no início do século passado, sobretudo por Kingsley Davis em seu livro *A sociedade humana*. Neste livro, Davis faz uma distinção entre dois grupos, nomeadamente as estruturas primárias e secundárias. Nas estruturas primárias os indivíduos são valorizados por aquilo que eles são, tendo como instância mais importante a família. Nessas estruturas os indivíduos participantes são insubstituíveis. Nas estruturas secundárias, os indivíduos são valorizados em função daquilo que são capazes de realizar, tendo como exemplo a empresa. Nelas, as relações entre as pessoas são estabelecidas e mantidas por meio do contrato.

Com o surgimento do mundo financeiro, a base da sociedade deixa de ser a família e se torna a economia e “se a família supostamente afrontar a economia, então é a família que deve pagar”. As grandes fundações (Rockefeller, Ford, Gates, Carnegie) também contribuem para a subordinação da família à economia por meio dos financiamentos para estudos e pesquisas promovendo a contracepção e o aborto, convencendo as pessoas a não terem filhos pelas alegadas ameaças representadas pelo crescimento da população mundial à economia. É sustendo no vídeo a ideia de que a base da sociedade está não na economia, mas sim nas estruturas primárias, em particular na família. Para a dissolução da família, ao conceito de gênero é atribuído grande poder deletério.

Recorrendo ao pensamento de Aristóteles, nos é dito que na idade de 36 anos, já devendo ser maduro em sabedoria, virtude e patrimônio, para o homem este deveria ser o momento ideal para o seu casamento com uma jovem, cabendo-lhe então o papel pedagógico quanto à sua jovem esposa. Hoje, as idades são invertidas, quando a mulher prioriza a carreira e, assim, acaba contraindo matrimônio numa idade imprópria para sua natureza feminina. Aristóteles prioriza também a complementariedade entre os papéis masculino e feminino no matrimônio e na administração do lar.

Para situar a decadência de nossos tempos, são feitas referências a Santo Agostinho e sua percepção de que o contexto no qual vivia estava ameaçado pelas invasões bárbaras, enquanto a Igreja contava com a crescente conversão das pessoas. Hoje, ao contrário, mesmo com todos os nossos confortos e praticidades, não desenvolvemos a mesma elevação moral e espiritual. No mundo moderno, as

estruturas primárias são destruídas pelas ideologias (aborto, eutanásia, gênero), “porque se você destrói as estruturas primárias, você não tem mais nada”.

O último vídeo, *A importância do fortalecimento das comunidades e famílias* (Instituto Borborema), afirma que a família não deve ser mantida apenas pelo respeito à tradição e aos costumes. Utilizando a antropologia aristotélica, o homem como ser vivo, movente, sensível, racional e capaz da virtude, é também um ser político. A cidade, como comunidade política, tem como fim imediato a sobrevivência dos homens; mas como ser racional e virtuoso, o homem estabelece ainda um fim último para a vida comunitária política: “uma vida plena em direção ao bem”.

Contudo, antes mesmo das comunidades, temos a família definida como a união entre um homem e uma mulher para a criação dos filhos. O caráter fundamental dela demonstra o fato de que em havendo uma crise na família, haverá também uma crise social. Homens e mulheres possuem diferenças naturais e, portanto, papéis naturais de acordo com essas diferenças. Aquilo que é próprio do homem deve ser preservado, o mesmo valendo para a mulher.

O Estado moderno não pode existir sem a constituição prévia da família e da comunidade. Assim, tanto o individualismo e o coletivismo são problemáticos, uma vez que o primeiro desconsidera a necessária formação de todo indivíduo pela família e pela comunidade, enquanto o coletivismo impõe a força do Estado sobre as realidades fundamentais, a família e a comunidade. A situação atual da dissolução sistemática da família pelo divórcio é diretamente vinculada ao pensamento das esquerdas e do marxismo com o ataque à família encarado como um meio para também atacar a propriedade privada. É dito também haver uma perda da noção de comunidade política em nosso contexto social atual.

O matrimônio está essencialmente vinculado à geração de uma nova vida, excluindo então formas de casamento entre pessoas de mesmo sexo, por natureza impedidas de reprodução biológica. Por isso mesmo, o conceito de família também não pode ser aplicado ao mero convívio entre elas. Mesmo que práticas entre animais possam sugerir a naturalidade das relações homossexuais, o conceito de natureza para o homem não pode ser reduzido ao natural animal.

Terminada essa apresentação dos principais elementos contidos nos vídeos selecionados para esta pesquisa, e apesar do emaranhado de temas, ideias, valores e disputas políticas existentes, como deixamos claro, alguns aspectos se

destacam e servem como linhas de força para o discurso da direita brasileira atual. Entre eles, a recorrência atribuída a uma relação entre pensamento e prática revolucionária (as esquerdas e particularmente o marxismo) com os movimentos sociais e políticos das minorias sexuais é uma constante importante.

Não pretendemos fazer aqui uma análise em termos de mera expressão ideológica exercida por parte desses grupos conservadores e que escondem interesses econômicos subjacentes e estruturais. Em outras palavras, tomamos os discursos da direita como práticas inseridas em relações de poder. Tal postura implica igualmente evitar reduzir suas práticas discursivas ao filão das teorias conspiratórias. Sem negar os achados interessantes que podem ser gerados a partir desse ângulo de análise, tentamos manter este trabalho para além da dicotomia entre verdadeiro/falso, real/irreal, racional/irracional e tratando as aparentes absurdidades desses discursos como recursos utilizáveis dentro de um campo de batalhas políticas.

Mobilizando, para seus objetivos, procedimentos comuns e tradicionais, tais como a identificação de todo o campo progressista ao projeto revolucionário, ignorando as gradações, diferenças, debates e divergências entre os grupos existentes nesse campo mais à esquerda, trunfos políticos são conquistados e corações e mentes atraídos para suas fileiras. O emprego dessa estratégia, apesar de banal, é propulsionada pelas novas tecnologias de comunicação, entre elas as redes sociais, adquirindo então possibilidades de difusão pelo compartilhamento com velocidades e numa escala dificilmente exequíveis em períodos anteriores. As esquerdas vistas como bloco monolítico e universalmente revolucionário constitui a primeira recorrência identificada.

Uma segunda constante que podemos destacar nos vídeos, estando diretamente associada à anterior, é a visão de decadência das relações tradicionais e das instituições que moldam e são moldadas por elas (família, comunidade, hierarquia social). A perspectiva de decadência e desordem na vida cotidiana não é, contudo, encarada como tendência normal e previsível no nosso contexto histórico. As desordens são percebidas como um resultado das ações de grupos, instituições, organizações e ideias infiltradas na sociedade, pervertendo seus valores antepassados, provocando quebras nos códigos morais e perturbando as hierarquias pelas quais a vida social foi exercida ao longo dos tempos. As ações inimigas podem ser levadas a cabo tanto por grupos locais quanto podem envolver a ingerência de organizações supranacionais (ONU), em conluio com fundações aparentemente

filantrópicas (Rockefeller, Ford, Open Society) e campos de pesquisa em grandes universidades (estudos de gênero e sexualidade); todos eles com vinculações entre si e com um objetivo mais amplo e ameaçador: a desintegração revolucionária da sociedade como nós a conhecemos através da destruição familiar.

A terceira recorrência é o apelo à ordem natural como fundamento para as relações, sobretudo aquelas entre homens e mulheres. Instituições como o casamento e a família, baseados numa estrutura prescritiva natural e constatável não apenas racionalmente, mas confirmada pela biologia e medicina contemporâneas. Para além das disciplinas biológicas, a sustentação de seus discursos a partir das ciências econômicas de viés neoliberal foi também atestada quanto à justificação da disparidade salarial entre os gêneros. Se questões como a gravidez e o cuidado com os filhos geram menor compromisso de muitas mulheres para com a aplicação contínua e de longo prazo nas exigências profissionais valorizadas pelo mercado, então as leis promulgadas pelas lideranças políticas seriam então artificiais e provocadoras de distorções quanto ao funcionamento imparcial do mercado.

Nesses discursos, as referências a alguns dos “pais fundadores” do pensamento ocidental (Aristóteles, Santo Agostinho) pode ser articulado com a ciência moderna. Já vimos anteriormente o uso feito pela estratégia conservadora de apropriação da pesquisa científica para seus fins, mesmo que tal uso se dê a partir de uma seletividade quanto aquilo que pode ser apropriado (basta lembrarmos as críticas feitas à teoria evolutiva darwiniana). Para esses agentes, a boa ciência parece então estar circunscrita pela exigência de corresponder a uma verdade natural, eterna e universal.

Apesar do repúdio generalizado aos modelos econômicos planejados do antigo socialismo real e a defesa da economia de mercado por parte desses grupos, uma variação no tema pode ser verificada nos dois últimos vídeos apresentados, onde há certa crítica aos impactos da influência exercida pelo pensamento econômico e suas instituições sobre a família conjugal e as relações sociais usuais. O individualismo, as liberdades exercidas nas interações cotidianas e seus efeitos deletérios, como a legalização do divórcio, a proliferação dos relacionamentos amorosos efêmeros e o achincalhamento da família em sua única forma aceitável, o modelo conjugal, produzem posicionamentos críticos a essa liberalização dos costumes.

Em síntese, as três principais recorrências constatadas nesses discursos são: as esquerdas como bloco revolucionário em todas as suas facetas; a família e a comunidade tendo um imenso conjunto de agentes, instituições e organizações como inimigos existenciais; a assunção de uma ordem natural nas relações entre os sexos desvelada pelos gregos e pelas grandes autoridades intelectuais da história da Igreja e confirmada pela pesquisa científica contemporânea.

Considerando as três constantes, mas indo além delas, e como resultado das exposições feitas acima, podemos tentar entender como funciona, em linhas gerais, a reação conservadora no Brasil em nossa conjuntura atual. Sem pretender esboçar um modelo explicativo sobre a dinâmica em questão, podemos propor seis traços existentes nessa reação: idealização do passado; decadência moral e cultural; complô ameaçador; catástrofe iminente; desumanização do outro; guerra civilizacional. Mais uma vez, não se trata de um modelo explicativo, mas de apresentar alguns traços recorrentes. Os vídeos analisados e o conjunto da pesquisa relatada neste trabalho fornecem indícios que sustentam a proposição dos traços sugeridos como plausíveis.

### 3.4 AGONÍSTICA ENTRE O CONSERVADORISMO CRISTÃO E OS ESTUDOS DE GÊNERO

Toda essa recorrente turbulência moral em torno da sexualidade certamente está relacionada ao argumento apresentado por Michel Foucault (2021) a partir do entendimento de que o “sexo” aparece precisamente no ponto de encontro entre as disciplinas (anátomo-política do corpo) e o biopoder (regulamentação da população e da espécie). Deste modo, na abordagem genealógica, o sexo, longe de ser encarado como um dado estritamente natural ao qual se deve opor barreiras e interditos, é percebido como produto de relações de poder que se apoiam na formulação de saberes para melhor interrogar – e criar – aquilo que deve ser regulado. Ou seja, muito além da simples repressão imposta sobre o desejo, as injunções antigênero podem ser uma forma atualizada de interrogação do sexo; um saber-poder com aparência decrépita, mas que permanece inserida nas novas tecnologias digitais. Daí a forte presença dessa cruzada em pleno século XXI conduzida pelas plataformas digitais, alegando o combate ao movimento “subversivo” originário dos estudos de gênero e contra suas aplicações políticas em termos de lutas por direitos.

Somado a isso, é valioso recordarmos o argumento foucaultiano que se estende para além da sexualidade moderna, tocando naquilo que o autor considerou como a grande novidade produzida pelo cristianismo. Essa inovação constatada em suas análises teria gerado uma maior desvalorização do sexo em relação ao período greco-romano precedente, embora tivesse elaborado uma nova forma de relação do sujeito consigo mesmo. Assim, diante da relação de autoexame contínuo pela qual todos deveriam passar inevitavelmente por meio do escrutínio de seu próprio desejo sexual ao longo de sua vida; o sujeito deveria ir em busca de sua relação com a *verdade* através da experiência da carne no cristianismo (Foucault, 2016).

Essas formulações são relevantes para nossa discussão porque a perspectiva desenvolvida por Foucault (e levada adiante por outros autores, como veremos a seguir) aponta algo central: a noção de identidade sexual fixa e permanente como eixo proeminente do “ser humano” está vinculada à própria concepção de *verdade* no cristianismo, o que pode ajudar a esclarecer o porquê de toda essa recorrente preocupação com o sexo e, em nosso contexto atual, com a alegada ameaça de desintegração de tais identidades fixas – para além da perceptível jogada política anteriormente referida.

Importante destacar que a cosmovisão cristã supõe a existência de identidades sexuais permanentes que devem estar em busca do autoexame subjetivo – a *verdade de si mesmo* - para que a ascese cristã desses sujeitos possa ser exercida - a *verdade espiritual*. Como mencionado, a sexualidade moderna parte da interrogação constante do sexo (sua análise, mensuração, classificação e prevenção<sup>86</sup>), mas isso não impede que a continuidade do dogma da identidade tenha atravessado o dispositivo da sexualidade e esteja presente também nas teologias contemporâneas (como na Teologia do Corpo). Mais do que isso, a identidade sexual como pressuposto obrigatório para a busca da *verdade* (em sua dupla acepção) pode ser o próprio fundamento dessas teologias reativas ao avanço das lutas feministas e LGBTIA+.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, pretendemos analisar nesta última seção algumas evidências que mostram como que a concepção essencialista e universalista apresentada por estes autores e autora que se reconhecem como

---

<sup>86</sup> Nessas tarefas desempenhando papel nada desprezível as ciências humanas, a biologia e a medicina (a psiquiatria, em particular).

conservadores cristãos não se sustenta, na medida em que servem como base discursiva para a defesa de uma natureza sexual humana com diferenças bem definidas a partir de elementos biológicos.

Verificamos anteriormente que as críticas conservadoras aos estudos de gênero recorrem frequentemente a um fundamento biológico que embasaria as diferenças comportamentais entre os sexos. Para estes autores, a peculiaridade reprodutiva das mulheres (menstruação, gravidez, parto, maternidade etc.), sua presumida fraqueza física (em comparação com os homens) e as diferenças nos papéis culturais que elas desempenham estão baseados em sua biologia diversa daquela do homem. Todavia, essas formulações não são, porém, facilmente confirmadas por achados oriundos das ciências sociais que estabelecem a diversidade cultural que não pode ser reduzida a um essencialismo de fundo teológico.

A referência amparada em Peterson (2018) que foi apresentada no segundo item deste capítulo estabelece uma ponte entre o essencialismo dos grupos antigênero e a produção científica atual. A menção a uma racionalidade na escolha de um parceiro que possa sustentar os filhos, mas também às diferenças percebidas entre homens e mulheres como alicerçadas por um fundamento evolutivo e, claro, a postulação de um substrato biológico como chave para seus comportamentos (como a menção feita pelo autor canadense às preferências das “garotas” em tratar com pessoas e dos “garotos” em lidar com coisas) mostram como que a retórica conservadora fundamentada na essência dos sexos vem se aproximando de algumas disciplinas científicas como estratégia de legitimação para seus discursos.

O saber científico recente que tem servido para legitimar este tipo de discurso é a psicologia evolucionista<sup>87</sup>, desenvolvida por meio de um estreitamento de relações entre a pesquisa comportamental e subjetiva e a biologia evolutiva. Segundo McKinnon (2021) a produção acadêmica nesta área aposta na explicação do comportamento humano em termos de estratégias de maximização do sucesso genético de um indivíduo por meio da proliferação de seus genes em sua prole.

A partir desta perspectiva, o sucesso reprodutivo, relacionado à seleção sexual, seria o modo por meio do qual a evolução humana operaria. Daí surgem várias

---

<sup>87</sup> Além da já mencionada proximidade entre a psicologia evolutiva e os posicionamentos de Peterson (2018) sobre gênero, Laje e Marquez (2018, p. 131) recorrem aos argumentos apresentados por Steven Pinker, principal expoente da psicologia evolucionista, para embasar sua defesa quanto ao caráter biológico das diferenças comportamentais entre os sexos.

questões problemáticas para esse novo campo do conhecimento, tais como o determinismo biológico oriundo de uma concepção que considera a imensa gama dos nossos comportamentos em termos de uma finalidade soberana; a proliferação da carga genética individual; as dificuldades dessa disciplina em explicar interações altruístas e que escapam à lógica individualista da transmissão da carga genética; a postulação de um presumido ambiente ancestral (notadamente a partir do período Pleistoceno) nos quais foram forjados os comportamentos da espécie humana até os dias de hoje; e, o mais importante para esta discussão, a definição das preferências sexuais hodiernas em termos dessa lógica genética.

Os psicólogos evolucionistas partem de duas suposições inter-relacionadas sobre a assimetria de gênero nos investimentos reprodutivos. De um lado, como o investimento reprodutivo masculino pode se concretizar em um tempo relativamente curto, presume-se que o sucesso reprodutivo dos homens seja limitado pela capacidade de acesso ao maior número possível de fêmeas férteis e de garantia da paternidade das crianças nas quais efetivamente invistam no longo prazo. De outro, como os investimentos reprodutivos femininos se concretizam em um tempo relativamente longo, o sucesso reprodutivo das mulheres é limitado pela capacidade de acesso a homens que disponham de recursos suficientes para sustentar uma prole pequena (McKinnon, 2021, p. 64)

Diante dessa afirmação é possível compreender como que a caracterização de comportamentos sexuais histórica, geográfica e culturalmente bastante restritos assume, na elaboração da psicologia evolucionista, um *status* de universalidade. Além disso, outros argumentos também se fazem presentes nessas teorias, tais como a universalidade do controle dos recursos exercido pelos homens, da dupla moral sexual (de um lado, os homens propensos tanto à promiscuidade para a proliferação máxima de seus genes quanto à exigência da fidelidade de suas parceiras para o controle de sua paternidade sobre a prole<sup>88</sup> e, de outro, as mulheres inclinadas à monogamia em função de sua anatomia e fisiologia reprodutivas) e do exercício de propriedade exercida pelos homens sobre as mulheres com vistas ao “monitoramento” de sua paternidade.

Essas alegações oriundas da psicologia evolucionista são contestadas por McKinnon (2021) por meio de críticas antropológicas que questionam os seus pressupostos pretensamente universais como reflexos de uma mentalidade ocidental e moderna sobre o restante dos povos e culturas. Assim, diversas descrições de

---

<sup>88</sup> McKinnon se refere ao curioso “interruptor santa-prostituta” no âmbito da dupla moral sexual postulada pelos psicólogos evolucionistas: esse interruptor explicaria a preferência dos homens por mulheres castas (“santa”) para a reprodução e disseminação de sua herança genética, mas, por outro lado, optariam por mulheres promíscuas (“prostituta”) para a satisfação de seus naturais impulsos de conquista e predação sexual.

costumes sexuais culturalmente específicos são apresentadas pela antropóloga, demonstrando como que a “incidência da promiscuidade em homens e em mulheres varia transculturalmente” (McKinnon, 2021, p. 74) e, principalmente, como que “as variedades de sexualidade masculina e feminina são organizadas por ideias e valores particulares sobre corpos, fluidos corporais e gênero. E, além disso, são constituídas por entendimentos culturais sobre o lugar da sexualidade nas ideias sobre vida e morte e sobre seu valor em comparação com outros objetivos da vida humana” (McKinnon, 2021, p. 79).

A pesquisa acadêmica contemporânea sobre gênero e sexualidade não apenas coloca em xeque a universalidade de fundo monoteísta típica do pensamento ocidental, como também questiona alguns pressupostos da própria teoria feminista oriunda dos continentes europeu e americano, sobretudo, estadunidense. Tais evidências sociológicas e antropológicas não respaldam nem mesmo na universalidade das relações de gênero, muitas vezes pressupostas por teóricas feministas.

O pensamento colonialista não foi encerrado com as independências nacionais. As dicotomias, divisões e hierarquizações de gênero, raça e etnia, permanecem organizando as relações sociais através daquilo que Lugones (2019) chamou de colonialidade dos gêneros. Negando a possibilidade existência de outros mundos, a colonialidade vinculada à modernidade eurocêntrica, a autora ressalta que “ver a colonialidade é conseguir perceber a poderosa redução de seres humanos a animais, a seres inferiores por natureza, num entendimento esquizoide da realidade que cria as dicotomias humano/natureza, humano/não-humano, e, assim, impõe uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, desautoriza toda a humanidade, toda possibilidade de entendimento e de comunicação humana, para desumanizar os seres” (p. 382).

Nesse sentido, as categorias coloniais e modernas eurocêntricas também produzem uma invisibilidade das mulheres negras, uma vez que categoria “homem” remete, nesse pensamento colonialista, ao homem branco; enquanto a categoria “mulher”, indica mulher branca. Os aportes fornecidos pelas pesquisas em interseccionalidade são referidos por Lugones (2020) como fundamentais para percebermos esse vazio produzido pelo pensamento dicotômico. Para além do esquema da colonialidade do poder desenvolvido por Quijano, a autora mostra as duas faces do sistema de gênero a partir do colonialismo até dias atuais.

O lado visível é aquele no qual foi constituído as relações e hierarquias de gênero entre os europeus brancos, definindo o padrão hegemônico para as categorias “homem” e “mulher”. Às mulheres brancas são atribuídas funções reprodutivas, uma natureza passiva e uma exigência de conduta marcada pela pureza. O lado oculto é aquele aplicado violentamente sobre os povos colonizados, sobretudo as “mulheres”. No lado obscuro do sistema de gênero colonial, “de sua participação ubíqua em rituais, processos de tomada de decisão e na economia pré-colonial, foram reduzidos à animalidade, ao sexo forçados com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que, no mínimo, os levou a trabalhar até a morte” (Lugones, 2020, p. 87)

Ainda dentro do pensamento feminista decolonial, Kilomba (2019) apresenta três modalidades de racismo que não são realidades separadas, mas partes de um bloco de preconceito e discriminação: o racismo estrutural, por meio de estruturas de privilégio criadas pelos brancos em detrimento de outros grupos; racismo institucional, com as desigualdades de tratamento criadas no âmbito da “educação, mercado de trabalho, justiça criminal, etc.” e racismo cotidiano quando “a pessoa *negra* é usada como tela para projeções do que a sociedade *branca* tomou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias *brancas* do domínio da agressão ou da sexualidade”. (p. 75-80).

Segundo Oyewumi (2021) essa concepção ocidental de gênero é útil para essas sociedades, mas não pode ser generalizado para outras demais culturas, a exemplo da sociedade oyó-iorubá nigeriana por ela estudada, que é caracterizada pelo reconhecimento da senioridade, ou seja, marcada pelas diferenças cotidianas no convívio social a partir de distinções etárias. Daí a ênfase da autora em marcar “homens” e “mulheres” em seu estudo da comunidade em questão como machos anatômicos (anamachos) e fêmeas anatômicas (anafêmeas) para que os pressupostos de gênero sejam afastados na análise de um contexto no qual eles não possuem a relevância presumida por um pesquisador ocidental. Um aspecto ainda mais notável deve ser destacado, tendo em vista que a própria língua iorubá não apresenta marcações de gênero como aquelas existentes no Ocidente. Não obstante, a socióloga ainda esclarece que, do ponto de vista histórico, o processo de

colonização britânica foi o grande responsável pela introdução da categoria gênero nesta língua.<sup>89</sup>

Igualmente considerável para essa discussão é a complexidade das relações de parentesco presentes na Velha-Oyó (referindo-se ao período anterior ao processo de colonização), que não se reduziam aos laços monogâmicos e patrilineares típicos do mundo ocidental, a exemplo das anafêmeas nas comunidades oyó-iorubá que desempenhavam papéis sociais que não se reduziam à maternidade e ao trabalho doméstico.

Embora uma anafênea fosse uma *aya* (residente por casamento) e, geralmente, também uma *iyá* (mãe) em sua linhagem conjugal, ela era, antes de tudo, uma *omọ* (prole/membro da linhagem) e uma *ọkọ* (proprietária/membra) em sua casa natal, o que lhe deu acesso aos seus meios de produção. *Não olhar para os diferentes papéis e posição de anafêmeas dentro das relações produz um quadro impreciso* (Oyewumi, 2021, p. 94, grifo nosso).

Pesquisas como as de Oyewumi (2021) ajudam a demonstrar a complexidade das diversas culturas e povos ao redor do planeta, o que compromete o quadro de uma universalidade postulada pelos autores conservadores contemporâneos. Por outro lado, também enriquece a pesquisa em torno do gênero ao mostrar que a aceitação quase que automática de sua onipresença sociocultural e histórica – e do patriarcado daí derivado – não pode se dar sem passar por um exame mais atento sobre a diversidade cultural.

Confrontado pelas evidências advindas de trabalhos acadêmicos recentes, o ativista antigênero possui três opções: a primeira seria afirmar a superioridade civilizacional do Ocidente, o que implicaria em uma abordagem etnocêntrica e até mesmo racista, na medida em que ignoraria as contribuições culturais de matriz ameríndia e africana; a segunda opção seria negar qualquer solidez intelectual aos achados das ciências sociais e se aferrar aos campos das ciências naturais – mormente a biologia, ainda que de forma seletiva, conforme a postura anti-evolucionista adotada Scala (2011); a terceira, por fim, seria aquela mais coerente com os dados, pois presume o abandono do ativismo antigênero em prol de uma perspectiva inclusiva e pluralista – o que não geraria conflitos com suas crenças

---

<sup>89</sup> Dois exemplos curiosos evidenciados por Oyewumi dizem respeito às pressuposições ocidentais (mesmo entre pesquisadores contemporâneos) de que figuras dotadas de grande autoridade política na antiga sociedade oyó-iorubá eram “reis”, marcando assim a generificação política tipicamente ocidental (a concentração da autoridade política quase sempre em mãos masculinas) em um povo cuja organização social não era assentada em termos de gênero. Algo semelhante ocorre nas interpretações de que as divindades dessas comunidades são também marcadas pelo gênero, o que também não se sustenta, de acordo com Oyewumi.

religiosas, uma vez que tais conflitos surgem de uma aderência fundamentalista à dogmas relativos ao matrimônio e a família.

Feitas as considerações a partir do trabalho destas duas autoras, resta ainda fornecer alguns aportes oriundos da teoria feminista e dos estudos de gênero que possam ajudar a dirimir os equívocos e as distorções presentes no discurso deste pretenso conservadorismo cristão hodierno. De acordo com Rago (1998), a expansão dos estudos feministas e de gênero<sup>90</sup> – sobretudo em suas feições pós-estruturalistas – trouxe consigo um expressivo fluxo teórico no sentido de questionar as categorias usuais de razão, sujeito e identidade, que representam importantes coordenadas para a cosmovisão conservadora cristã.

Butler (2018) argumentou que a categoria “mulher” apresenta impasses, pois seu enquadramento exclui aquilo que não consta em sua definição prévia, uma vez que o uso dessa noção com pretensões universais conduz a uma série de impasses em virtude de sua própria ambição generalizante. Desse modo, é importante mencionar que se os estudos feministas se desenvolveram historicamente no Ocidente tomando a categoria “mulher” como algo universal, isso ocorreu porque houve certa absorção de vieses ocidentais, provocando o estranhamento em relação a outras culturas quando, na verdade, deveria gerar aproximações<sup>91</sup>. Os enunciados performativos ajudam a produzir o gênero, o que não implica uma identidade substancial por trás dos enunciados, porque “essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (p. 44). Deve-se, de acordo com Butler, atentar para a construção linguística, baseada em instituições e relações de poder, do gênero. Em outras palavras,

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua identidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a integridade do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (Butler, 2018, p. 182)

---

<sup>91</sup> Ponto semelhante àquele trazido por Oyewumi (2021) quando ela critica a aplicação dos pressupostos de gênero aos povos e culturas que organizam suas vidas com base em outros vetores.

Não é apenas o gênero construído social e politicamente, mas também essa base aparentemente material, esse fundamento concreto, palpável, mensurável e distinguível, o corpo, também é produto das construções de sexo e gênero, uma vez que “não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero” (p. 24). Não há nenhum corpo essencial a ser resgatado fora das regras e normas impostas a ele, o que se pode efetivar é demonstrar sua fabricação e multiplicar seus significados dentro de uma política desorganizadora das prescrições historicamente constituídas do sexo/gênero.

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será algo totalmente material desde que a materialidade seja repensada aqui como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não há forma alguma de entender o “gênero” como uma forma cultural imposta sobre a superfície da matéria, seja ela entendida como o corpo ou como seu suposto sexo. Ao contrário, uma vez que o “sexo” em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialização dessa norma regulatória. Portanto, o “sexo” é não apenas o que se tem ou uma descrição do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica o corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural. (Butler, 2019, p. 21)

Dito de outra maneira, não há corpo anterior ou fora dos significados atribuídos a ele, pois “a prática pela qual ocorre a generificação, a corporificação de normas, é uma prática obrigatória, uma produção forçada, mas não por isso totalmente determinante” (p. 378). Não é determinante de forma total porque “as pessoas as quais essas atribuições se dirigem nunca habitam completamente o ideal a que são obrigados a se assemelhar” (p. 378). Como o gênero é um processo reiterado de fixação de corpos e sexos, a própria reiteração pode ser usada por em causa o pressuposto de um sujeito substancial dado de antemão.

A recusa à identidade fixa de um sujeito que possa ser categorizado como “mulher” também está presente em Lauretis (1994), cuja formulação sobre o problema se fez a partir da noção de tecnologia de gênero, pois segundo a autora, a representação e auto-representação, seriam produtos de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos amparados em epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas localizadas na vida cotidiana.

A teoria queer, na qual Butler desempenha um papel primordial, apresenta como um de seus alvos principais a contestação da heteronormatividade e suas exigências de normalidade em torno do padrão heterossexual, mesmo para aqueles cuja sexualidade escapa a este padrão. De fato, como afirma Miskolci (2012) muitos

sujeitos pertencentes às minorias sexuais são objeto de violências por não se adequarem aos marcos comportamentais prescritos pela heteronormatividade, não apenas pelas majorias, mas também por setores minoritários normalizados. Contra os enquadramentos exigidos mesmo para as minorias, “a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção. Esse termo, abjeção, se refere ao espaço a que coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política”. (p. 24). Enquanto os movimentos gay e lésbico possuíam o objetivo de reivindicar a respeitabilidade social através da adequação de suas vidas aos padrões mínimos da ordem heteronormativa, o queer denuncia tais práticas de aceitação e normalização e dá ênfase ao caráter de abjeção imposto sobre aqueles vivendo para além dessas normas comportamentais e sociais, sendo o queer “a recusa aos valores morais violentos que instituem e fazer valer a linha de abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (p. 25).

Os primeiros estudos queer ajudaram a contestar os pressupostos que sustentavam a afirmação sobre heterossexualidade majoritária, pois “se a homossexualidade é uma construção social, a heterossexualidade também é” (p. 30). Outro argumento importante trazido por esses estudos é relacionar o gênero às normas e convenções, as quais apresentam mudanças e variações ao longo do tempo e das sociedades. O termo queer, foi cunhado por Lauretis em 1991, “como um rótulo que buscava encontrar o que há em comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas” (p. 31).

A partir dos desdobramentos dos estudos queer, destaca-se que a noção de tecnologia de gênero apresentada por Lauretis (1994) e utilizada para explicar o cenário contemporâneo, acaba nos aproximando dos argumentos apresentados por Preciado (2018), que reconhece o ingresso das populações do século XXI a partir do que chamou de era farmacopornográfica (nas palavras do autor “um regime pós-industrial, global e midiático”), marcada pela confluência entre tecnologias avançadas na manipulação de moléculas naturais e/ou sintéticas (por exemplo, hormônios como a progesterona e o estrogênio, mas também a invenção da pílula anticoncepcional) e a disseminação de aparatos semiótico-técnicos da sujeição sexual, com a pornografia como produto-chave da nova cibereconomia e com a difusão das representações de gênero por meio do próprio cinema, o qual vem desempenhando – já há algum tempo

– uma função nada desprezível na construção de “masculinidades” e “feminilidades”. As cirurgias cosméticas e sexuais também fazem parte desse complexo farmacopornográfico identificado por Preciado<sup>92</sup>.

As matérias-primas do processo produtivo atual são a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer e o sentimento de autossatisfação, controle onipotente e total destruição. O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, o tecnossangue e os hemoderivados, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, o tecnoesperma, os antibióticos, o estradiol, o tecnoleite, o álcool e o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína, os óvulos vivos, o citrato de sildenafil (Viagra) e todo complexo material e virtual que participa da indução de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga, e também no controle total e onipotente. Nessas condições, o dinheiro se torna uma substância psicotrópica significativa e abstrata. O sexo é o corolário do capitalismo e da guerra, o espelho da produção. O corpo sexual e viciado e o sexo e todas as suas derivações semiótico-técnicas são, daqui em diante, o principal recurso do capitalismo pós-fordista. (Preciado, 2018, p. 42)

As contribuições de Preciado (2018) para a discussão sobre as perspectivas apresentadas pelo conservadorismo cristão antigênero são importantes porque permitem com que sigamos os passos de sua análise do cenário contemporâneo, reconhecendo que a “ideologia de gênero” deixaria de ser uma estratégia de corrosão contínua da família, do casamento e da coesão social para se tornar um gigantesco e mutante aparato jurídico, econômico, sociocultural e estético que abarca a ciência, as artes, a tecnologia, os negócios e a própria construção das subjetividades contemporâneas.

Segundo o autor, esta era farmacopornográfica tem sido marcada também por um modelo neoliberal de programação de gênero que estabelece a sequência “um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma propriedade privada” (Preciado, 2018, p. 127). Assim,

as indústrias farmacêuticas e biotécnicas e as novas técnicas de reprodução assistida — também se elas continuam a funcionar dentro de uma estrutura legal heteronormativa — redesenham incessantemente as fronteiras entre os gêneros e, como um todo, transformando o sistema econômico, heterossexual e político em um meio obsoleto de gestão da subjetividade (Preciado, 2018, 134)

Se este for o caso, os conservadores também são partícipes, queiram ou não, do único gênero existente em nossa era farmacopornográfica: o tecnogênero, conforme destacou o autor.

---

<sup>92</sup> Neste sentido, a introdução no debate do termo “gênero” pelo médico estadunidense John Money, marca, para Preciado, um ponto de inflexão que demonstra o construtivismo do próprio discurso médico. A partir daí, o corpo passa a ser reconhecido como um “sistema tecnovivo segmentado e territorializado por diferentes tecnologias políticas (textuais, informáticas, bioquímicas)” (p. 124).

A “mulher” produzida pelo neoliberalismo é aquela que faz de suas conquistas e interesses pessoais a medida de sua liberdade e autonomia frente à sociedade. Os cuidados estéticos e corporais, geralmente associados à feminilidade, os quais no passado eram tomados em função de se atrair o olhar masculino, agora são vistos pelas próprias mulheres como sinais de sucesso ou aposto profissionais. Mesmo com as denúncias sobre uma suposta fragilização da família, isso não significa que as mulheres tenham obtido maior liberdade em suas vidas, porque o neoliberalismo instaura diferentes estratégias para a sujeição de gênero através da crescente influência da racionalidade econômica sobre os comportamentos femininos.

Os produtos e serviços a serem consumidos por uma mulher bem-sucedida, longe das antigas imagens de subserviência doméstica, o que não quer dizer que a sociedade liberal atual libertou as mulheres da obediência tradicional, mas sim que o ideal de feminilidade também é construído a partir de um enquadramento corporativo que incitam as mulheres à liberdade e sucesso material. Assim, a nova forma de submissão aparece com o colorido do êxito profissional e pessoal, quando em nossa atualidade “o poder é cada vez mais compreendido como simplesmente outra coisa que as mulheres podem escolher. Dentro desse quadro, o fato de que muitas mulheres escolham ser donas de casa ou dispensem oportunidades de trabalho mais exigentes e bem remuneradas é entendido claramente como sua própria escolha. Os impedimentos ao sucesso político ou social são pessoais ou psicológicos, e não políticos”. (Oksala, 2019, p. 134)

Não apenas o neoliberalismo produz sujeições vinculadas a uma racionalidade econômica sobre os papéis da mulher bem-sucedida, como o próprio feminismo é também afetado por sua racionalidade. O feminismo liberal e civilizatório é criticado por Vergès (2020) desde uma perspectiva decolonial marcando a existência do feminismo liberal ainda no período colonial histórico, quando feministas europeias definiram sua missão como, entre outros objetivos, lutar contra o “obscurantismo” e o atraso das mulheres nos territórios dominados pelas metrópoles. Embora muitas delas movidas por boa vontade, acabavam replicando os modelos e representações disseminados sobre outros povos.

As lutas feministas passam a ser referidas, nesse pensamento civilizatório, à condição da “mulher” como uma realidade universal, negando o legado brutal da colonização e as particularidades locais, com todos os complexos fatores sendo negligenciados em nome da luta da mulher. As diferenças culturais são representadas

nesse feminismo civilizatório como marcas da falta de progresso, igualdade e liberdade das mulheres não-brancas. Conforme a autora,

Percebendo-se como vítimas (e, de fato, elas permaneceram menores perante a lei por séculos), elas não enxergam que seu desejo de igualdade em relação a esses homens repousa na exclusão de mulheres e homens racializados/as e que a concepção europeia do mundo, da modernidade na qual se inscrevem, colocam mulheres e homens que não pertencem nem à sua classe nem à sua raça em uma situação de desigualdade de fato e de direito. Fazendo de suas experiências, que costumam ser experiências de mulheres da classe burguesa, um universal, contribuem para a divisão do mundo em dois: civilizados/bárbaros, mulheres/homens, brancos/negros, e assim a concepção binária do gênero se torna universal (Vergès, 2020, p. 45-46)

Críticas como as de Vergès mostram os debates e divergências entre os feminismos, ajudando a mostrar as complexidades das questões envolvidas e que não podem ser reduzidas ao estereótipo conservador que coloca os movimentos e teorias feministas como um bloco monolítico cuja função é destruir os valores ocidentais e a família.

Como último ponto necessário para esta discussão, as divergências entre pesquisadores e militantes dos movimentos de minorias sexuais não podem ser reduzidas ao esboço caricatural feito pela direita conservadora pois, como argumenta Miskolci (2021), a utilização de estratégias identitárias vem produzindo um conjunto de ações, como o escracho e o cancelamento, por esses grupos baseados na afirmação da identidade de gênero que replicam muitas vezes as características individualistas do neoliberalismo. O escracho, “baseado no julgamento e na condenação públicos de pessoas com o intuito de desqualificar seu discurso e sua perspectiva política” (p. 69), buscando com isso o posicionamento no papel da vítima e, portanto, “moralmente superiores no campo da luta pela justiça social” (p. 69). Atitudes como o escracho e o cancelamento vêm acopladas com as mídias sociais, tendo seus efeitos repercutidos e ampliados por elas, numa lógica muitas vezes semelhante ao ativismo direitista nessas redes.

Reduzindo as desigualdades a uma simples dicotomia algoz-vítima, esses militantes vêm utilizando suas identidades como plataforma política, desempenhando o papel da vítima e atacando aqueles que criticam suas estratégias, não apenas quanto ao campo das direitas, como também do lado progressista. Conforme pontua Miskolci (2021), o ativismo sexual baseado em identidades semeou o que podemos denominar de empreendedorismo de si, a capitalização de uma identidade-condição de vítima cristalizada no tempo e no espaço. Historicamente, a política identitária se assentou na afirmação essencializada de si mesma” (p. 70).

É importante ressaltar que os estudos de gênero e sexualidade, e particularmente os estudos queer, não visam o estudo de sujeitos particulares dotados de identidades submetidas ao domínio de uma sociedade afirmada no padrão heterossexual, mas sim buscam problematizar as relações sociais e institucionais que dão forma às violências e discriminações, e o “papel social de instituições e organizações coletivas na reprodução ou transformação dessas relações” (p. 74). Em outras palavras, os estudos acadêmicos não visam pesquisar identidades sexuais naturais e dadas, como setores identitários parecem defender, mas sim as relações sociais e políticas que estabelecem desigualdades e violências sobre os desviantes.

Trata-se menos então de uma afirmação orgulhosa de uma natureza sexual pessoal e que dá substância a um “eu” do que a problematização das identidades e papéis vistos como normais. Embora as direitas visem esses movimentos identitários em seus discursos sobre o perigo representado por eles contra a ordem social, as críticas feitas por autores como Miskolci atestam as divergências e debates existentes entre pesquisadores e militantes, em uma sociedade de mercado neoliberal e “consolidada na celebração do indivíduo compreendido a partir da sua identidade, em lógicas de reconhecimento substitutivas à plena cidadania e no incentivo de um empreendedorismo de si em todas as esferas” (p. 78). Por fim, vale ressaltar que

A vigilância comportamental e ideológica que conservadores chamam de “politicamente correto” é uma tática que aposta em transformações individuais, como se mudanças no vocabulário e nas atitudes tivessem poder de mudança social, incentivando vigilância comportamental generalizada e, conseqüentemente, gerando conflitos e polarizações [...] Nossa sociedade historicamente punitivista incorporou as reivindicações de reconhecimento em violentas disputas morais que terminaram por favorecer seus opositores e adversários. (Miskolci, 2021, p. 76)

Neste capítulo averiguamos como que essa cruzada antigênero passou a se fazer presente em vários países, tornando-se um fenômeno transnacional que utiliza *slogans*, argumentos, agentes e organizações que se encontram em constante diálogo. No caso brasileiro, a onda conservadora vem se aproximando de representantes legislativos e configurando frentes de batalhas discursivas em torno de coalisões estabelecidas entre leigos e organizações beligerantes ligadas as instituições religiosas, judiciais, culturais e educacionais, que passaram a ser veiculadas através de meios de comunicação corporativos associados à esse espectro político, assim como por meio de plataformas digitais, etc.

Portanto, esta investigação tratou de analisar as mobilizações antigênero em torno da locução “ideologia de gênero” que vem obtendo sucesso em aglutinar os diversos setores políticos, religiosos e sociais mencionados. A locução foi aqui

abordada como uma ferramenta importantíssima para a disseminação, por diferentes camadas da população, de um medo em torno da dissolução iminente do matrimônio e da família em sua configuração heterossexual – esta vista como célula primordial da sociedade. O apelo à “ideologia de gênero” por parte desses setores conservadores também permite o resgate de um velho aliado retórico: o anticomunismo, que passou a ser utilizado como tática para a fabricação de uma coesão direitista contrária aos avanços das lutas de minorias étnicas, raciais e sexuais.

Desde suas raízes presentes nas formulações dogmáticas católicas, algumas características notáveis dessa nova articulação conservadora foram ressaltadas ao longo do texto: o uso de uma linguagem jurídica e mesmo científica na defesa de preconceitos baseados em visões de cunho religioso; a argumentação jurídica e científica empregada como meio para ocultar a imposição de dogmas confessionais sob o manto de legitimidade conferido pela lei e pela ciência; o ataque ao ensino público como palco privilegiado para a difusão da presumida “ideologia de gênero” através de uma suposta doutrinação praticada pelo corpo docente; a concepção essencialista do ser humano como pano de fundo para a defesa da perpetuação de hierarquias, desigualdades e violências delas decorrentes; o desenvolvimento de uma narrativa conspiratória em torno do anticomunismo (agora com o figurino do “marxismo cultural”), na qual a mentalidade antigênero vem desempenhando papel bastante considerável; a denúncia em torno do envolvimento de instituições e organizações como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos encaradas como agentes financiadores da “ideologia de gênero”.

Por fim, a partir desta pesquisa foi possível compreender que a base desse discurso antigênero, o essencialismo e o universalismo de fundo teológico, não se sustenta quando confrontada com o conhecimento produzido pelas ciências humanas e sociais contemporâneas que tem apontado inevitavelmente para a diversidade cultural e social como marca indelével de seus objetos de estudo e pesquisa.

Além disso, o pós-estruturalismo, sobretudo em sua vertente foucaultiana, bem como através de seus desdobramentos decorrentes dos estudos feministas e queer, também apresenta argumentos consistentes quanto à indispensabilidade de uma problematização em torno das categorias “homem” e “ser humano”, uma vez que ele traz ao debate a importância das relações de poder-saber (governo-verdade) para o entendimento mais profundo sobre o que se compreende por tais categorias,

interrogando seus pressupostos amparados em generalizações e essencialismos orientados por uma visão etnocêntrica.

#### **4 DISCURSOS ANTIGÊNERO, SEXUALIDADE E HISTÓRIA**

O presente capítulo será dividido em duas partes. A primeira parte abordará rapidamente alguns pontos existentes nas relações entre Foucault e a historiografia acadêmica (item 3.1). A segunda parte será dedicada à pesquisa foucaultiana das relações entre sexualidade, verdade, governo e sujeito, abarcando um longo período desde a Antiguidade greco-romana até a modernidade. Essa parte buscará traçar um pano de fundo histórico a partir de pesquisas historiográficas que se dedicaram aos temas da privacidade, das famílias, das crianças, das mulheres e de suas construções discursivas ao longo deste vasto período, incluindo as contribuições trazidas por Laqueur (2001) sobre os dois modelos do sexo, o processo civilizador (Elias, 2011), a valorização da infância e da família conjugal (Ariès, 2014), e também alguns elementos acerca do contexto histórico brasileiro (item 3.2 até item 3.7).

Antes de seguirmos adiante neste capítulo, dois apontamentos são pertinentes aqui. O primeiro diz respeito caráter mais historiográfico deste capítulo. Evidentemente não propomos um estudo exaustivo de todas as mudanças e transformações, assim como dos deslocamentos, continuidades sutis e rupturas profundas ocorridas ao longo de mais de dois milênios dentro das poucas páginas deste capítulo. Aquilo que intentamos fazer é apontar algumas linhas de visibilidade, de enunciação e de força, mas também de subjetivação, como afirmou Deleuze (1999) em sua interpretação do dispositivo foucaultiano, tendo como foco a sexualidade produzida na modernidade. A sexualidade moderna não deve, contudo, ser compreendida apenas em seus próprios termos, abrindo então a possibilidade de ser entendida desde o mundo greco-romano antigo, quando a noção mesma de sexualidade como nós a entendemos era estranha aos povos daquele mundo.

Em segundo lugar, propomos o argumento de que historicizar a sexualidade e suas produções mutáveis ao longo do tempo pode contribuir para reduzir o apelo ainda forte e comum de que as relações entre homem e mulher, masculino e feminino são apenas resultados indelévels de uma conformação estrutural biológica dada de uma vez por todas, quer esta conformação seja encarada como determinação puramente natural, quer seja defendida como natural e/ou como expressão ou reflexo de uma ordem eterna de qualidade transcendente. Devemos lembrar a ênfase dada pelo Instituto Burke sobre os fundamentos do mundo ocidental, bases estas constituídos sobre três elementos (filosofia grega, moral judaico-cristã e direito romano). Assim, a obra foucaultiana sobre a história da

sexualidade abordando os mundos grego, romano e cristão pode contribuir para a problematização dos discursos da direita brasileira sobre os pilares do Ocidente e a sexualidade.

A leitura deleuzeana do dispositivo ajuda a compreender como certas coisas e indivíduos podem ser, a partir de um contexto histórico e social específico e dentro de uma dinâmica singular de relações de poder, enunciadas e tornadas visíveis (linha de visibilidade e linha de enunciação), engendrando assim objetivações e subjetivações que tornam fenômenos e indivíduos problematizáveis em um dado contexto (loucura, desvio, crime, sexo, etc). Embora esses processos ocorram por meio de relações de força (linha de força), eles não excluem resistências e contracondutas possíveis de serem criadas, modificadas pelos agentes (linha de subjetivação).

Tudo isso para dizer que as pesquisas foucaultianas não visam apenas mostrar a implicação de todos nós nas relações de poder e dos fatos de dominação aos quais essas relações podem conduzir quando cristalizadas em determinado sentido. O esforço filosófico e historiográfico do pensador francês deve ser avaliado como uma tentativa de colocar o sujeito em sua concretude social e histórica, contribuindo para o questionamento de pressupostos comuns na modernidade tais como o sujeito universal, o progresso da verdade a partir do pensamento racional e científico, o poder visto como fenômeno político irradiado a partir do Estado, das instituições e autoridades oficiais e da elite econômica apenas.

#### 4.1 SEXUALIDADE, HISTÓRIA E ARQUEOGENEALOGIA

Nossa exposição dos discursos conservadores sobre gênero e sexualidade deve ser ampliada para abarcar o cenário histórico mais amplo, e isso por duas razões. Primeiro, historicizar pode contribuir para desnaturalizar os campos da vida tidos como dotados de essência eterna e universal. Embora nossa ênfase esteja localizada na direita brasileira e seus valores e ideias, os modelos de pensamento e ação essencialistas não estão restritos ao campo político em questão, mas podem ser verificados mesmo entre aqueles do lado mais à esquerda no espectro. Assim, considerar as mudanças históricas nas relações entre os sujeitos em setores como a família, o casamento, os sexos e suas interações complexas com o entorno social e

cultural em diferentes lugares e contextos temporais, amplia nossa perspectiva e problematiza certezas e verdades aparentemente inquestionáveis.

A segunda razão diz respeito a um esforço de compreensão sociológica acerca do fenômeno que mais nos interessa aqui: a ascensão da direita brasileira em sua estreita relação com os discursos antigênero. O sucesso político-eleitoral desse campo passa também por sua defesa de uma ordem sexual tradicional. Obviamente não afirmamos como único fator causal para sua ascensão e seu sucesso as práticas discursivas antigênero. Mas parece razoável posicionar, e estamos sustentando o argumento ao longo deste trabalho, as lutas antigênero como aspecto não desprezível nessa realidade política recente. Então, apresentar um quadro histórico mais amplo possibilita considerar as mudanças e transformações pelas quais passaram as relações sociais em torno das práticas sexuais e seus moldes institucionais. Mais ainda, a importância crescente que foi sendo conferida ao modelo familiar conjugal nos últimos séculos permite compreender, ainda que parcialmente, o apelo que os discursos antigênero possuem para muitos de nós.

A base para a exposição historiográfica a ser feita abaixo está nas obras de Michel Foucault. Os quatro volumes de sua História da Sexualidade, intitulados A Vontade de Saber (Volume I), O Uso dos Prazeres (Volume II), O Cuidado de Si (Volume III), As Confissões da Carne (Volume IV), constituem as referências mais relevantes. Além deles, contudo, alguns de seus cursos proferidos no Collège de France, como Os Anormais (1974-1975), Segurança, Território, População (1977-1978) e Do Governo dos Vivos (1979-1980) são também referências importantes, o que não exclui a utilização de outras obras do autor ao longo das próximas páginas.

O amplo panorama histórico fornecido pelas análises foucaultianas sobre a sexualidade pode ser articulado, em nossa visão, por uma bibliografia complementar. Esta será fornecida por pesquisas acadêmicas levadas a efeito, em sua maioria, por historiadores. O uso dessas obras merece, porém, algumas palavras. Deixando mais claro, as relações entre Foucault com a história como disciplina acadêmica são marcadas por tensões e críticas feitas por ambos os lados.

O método, o aparato conceitual e os longos períodos temporais abarcados nas pesquisas foucaultianas foram alvos de críticas feitas pelos historiadores, gerando debates esclarecedores sobre suas concepções de análise histórica<sup>93</sup>. Houve,

---

<sup>93</sup> Para esses debates, cf. Foucault, 2006a e Foucault 2006b.

contudo, aproximações entre as duas partes e algumas influências cruzadas. Como afirma Ramos (2013), nos anos 1960, ocorreu um movimento de aproximação por parte do filósofo em relação ao grupo dos Annales.

Le Goff (2003) apresenta alguns pontos em comum, assim como influências da escola dos Annales sobre Foucault, mas também o sentido inverso. A importância das discontinuidades na pesquisa historiográfica é um traço metodológico compartilhado. Outra noção compartilhada é a rejeição da busca por “origens” e a proposição de uma história genealógica partindo do presente. Os novos objetos históricos pesquisados pelo grupo dos Annales também foram elementos de interesse para Foucault, tais como “o corpo, o sexo, a morte, o medo” (p. 204). Uma terceira ponte entre eles refere-se à noção metodológica que considera o documento como monumento. Le Goff faz o elogio e afirma que Foucault “soube encontrar os autores, as ideias e os movimentos que mudaram completamente nosso conhecimento e nossa perspectiva do pensamento da idade clássica” (p. 202).

A influência foucaultiana sobre a escola dos Annales foi ressaltada por Burke (1991), particularmente quanto ao foco dado ao corpo em suas relações com o poder. O segundo ponto de influência diz respeito às pesquisas micropolíticas, com “a luta no interior da família, da escola, das fábricas, etc.” (p. 103). Ele também ressalta que Foucault “caminhou em linhas paralelas às da terceira geração dos Annales” (p. 117). Mas, ao contrário do que afirmou Le Goff, Burke argumenta que a insistência nas continuidades no campo da história intelectual pelos autores da escola não era aceita por Foucault.

Sobre as contribuições metodológicas feitas por Foucault para a história, Veyne (1998) destaca seu questionamento a respeito da naturalidade e universalidade dos objetos estudados pelos historiadores (o Estado, os governantes, os governados etc), mostrando que eles são constituídos pelas práticas. Ou seja, “desde que historicizamos nosso falso objeto natural, ele, agora, só é objeto para uma prática que o objetiva” (p. 255-256). As práticas não são, por sua vez, algo metafísico e condicionante, mas aquilo que é feito dentro de um dado contexto histórico. As práticas são produtos das mudanças históricas e modificam a história.

Ainda dentro da discussão sobre as possibilidades abertas pelas pesquisas foucaultianas para a história, Rago (1993) traz a ideia de problematização como a consideração “das formas pelas quais determinados temas foram problematizados em

diferentes épocas”; destacando também três contribuições do filósofo francês para a historiografia brasileira: a demonstração do caráter positivo do poder; o questionamento da noção de sujeito como agente das mudanças históricas, pressuposição posta em dúvida por seus trabalhos sobre as relações entre sujeito e poder; a importância dada aos diferentes modos de subjetivação, mormente em seus últimos estudos dedicados ao mundo antigo.

Em publicação mais recente, Rago (2020) ressalta a publicação de cursos e outras produções de Foucault nas últimas décadas, o que permite estabelecer um quadro mais amplo sobre seu pensamento e deixando mais clara seu compromisso com a interrogação do nosso presente, porque “ao trazer uma história da diferença, apontando para as descontinuidades e rupturas que permitem deslegitimar o presente, ou libertá-lo, mostrando que aquilo que é não resulta de uma ordem natural do mundo” (p. 325), sugere outras possibilidades de vida para além de nosso contexto atual.

Concluindo esse brevíssimo exame sobre as relações entre Foucault e a história como disciplina acadêmica, podemos perceber que, se por um lado sua obra foi alvo de críticas pelos historiadores da academia, por outro houve intercâmbios importantes e mutuamente benéficos. Um relacionamento conflituoso em muitos aspectos, mas que não deixa de ser frutífero. Como afirma Ramos,

Em síntese, enquanto Foucault aplica um método arque-genealógico, discute problemas por meio de uma pesquisa histórica, descreve séries e suas relações, recusa a relação exclusiva entre o real e a sociedade, enfim, não privilegia uma racionalidade; uma parte considerável dos historiadores de “ofício” tende a aplicar um método “hermenêutico”, reconstituir o passado descrever a rede de causalidade ou o sentido profundo que permeia as séries, associar o real à sociedade, enfim, privilegiar uma forma de racionalidade; ou seja, exatamente o oposto de Foucault. Estas diferenças fazem muitos historiadores repudiarem Foucault, outros considerarem-no como contribuinte esporádico e alguns poucos aderirem ao seu empreendimento (Ramos, 2013, p. 153)

#### 4.2 SUJEITOS, CIÊNCIA E SEXUALIDADE NA MODERNIDADE

Aparentemente o sexo veio sendo cercado por todos os lados ao longo dos últimos séculos. Suas manifestações reprimidas no espaço público, suas ocorrências no espaço privado rigidamente codificadas dentro de estritos limites morais, seus excessos condenados por todos e seus efeitos danosos para a vida individual, familiar e social mais ampla, devidamente policiados e relegados a um silêncio rígido e

constante. Apenas nas últimas décadas do século XX, conseguimos alguma margem de manobra para falar abertamente sobre as relações sexuais, adquirindo então um caráter político de liberação das pessoas após um longo período repressivo. O sexo passa então a ser encarado como ponto fundamental para as lutas em busca de uma sociedade mais aberta, democrática e menos opressora. Mais ainda, o sexo foi e ainda é visto por muitos como a chave privilegiada para a compreensão de nós mesmos; nossa natureza, nossas aspirações mais profundas e aquilo que podemos nos tornar estão vinculados à verdade de nosso sexo.

Este quadro é comumente visto e defendido como aquele que fornece a realidade histórica sobre o sexo nas sociedades ocidentais. Desafiando, porém, essas explicações e seus pressupostos assumidos em geral como incontestáveis, Foucault (2021a) apresenta um panorama diferente sobre nossa relação com ele. Muito mais do que reprimido e policiado de forma contínua, o sexo foi objeto de uma contínua incitação a dizer sua verdade, primeiro através da pastoral católica que, utilizando o dispositivo da confissão, construiu toda uma codificação dos atos sexuais, das faltas pecaminosas mais ou menos graves a eles associadas, das penitências para a purgação do sujeito e, mais importante, viu no sexo e na concupiscência inerente ao sexo, a marca da natureza humana após a Queda de Adão e Eva no paraíso.

Produto de uma longa elaboração envolvendo os maiores intelectos da Igreja ao longo de sua história, as relações entre o desejo sexual, o pecado original, a natureza do homem e a salvação de sua alma foram objeto de intermináveis discussões, teorizações e divergências dentro do mundo cristão. Porém, nem sempre foi assim no assim chamado “Ocidente”. O mundo antigo, sobretudo entre os povos gregos e romanos desenvolveram concepções e modelos distintos da futura moral sexual difundida e reforçada pela Igreja. Mas seria também equivocado pressupor que o cristianismo primitivo inventou toda uma nova forma de pensamento sobre o sexo, completamente distinta daquela observada entre os antigos, uma vez que podemos notar a existência de influências exercidas pelo pensamento helenístico e romano sobre as primeiras elaborações cristãs. Por sua vez, isto não quer dizer que o cristianismo apenas adotou passiva e diretamente as concepções desenvolvidas pelos estoicos, epicuristas e outras correntes filosóficas da época. O processo é muito mais nuançado e é sobre isso que nos debruçaremos nas próximas páginas.

Seguiremos a ordem dos quatro volumes da História da Sexualidade e começaremos com as mudanças da modernidade<sup>94</sup>.

A penitência nos primeiros tempos da Igreja não implicava uma revelação dos pecados, nem de maneira pública nem privada. Ela era algo que demandava do bispo e que era geralmente concedida apenas uma vez na vida. Se fosse aceita, a demanda da penitência produzia algumas práticas de mortificação e restrição, como “o uso do cilício, de hábitos especiais, a interdição dos cuidados de limpeza, a exclusão solene da Igreja, a não participação nos sacramentos, em todo caso na comunhão, a imposição de jejuns rigorosos, a interrupção de toda relação sexual e obrigação de sepultar os mortos” (Foucault, 2001, p. 216). A penitência poderia se estender para o resto da vida, mas mais frequentemente a saída do penitente de sua provação era marcada por um rito solene. Nesse quadro, a remissão dos pecados se dava em função do penitente suportar o fardo severo das penas aplicadas, o que ainda não conferia ao sistema penitencial sua vinculação posterior com a centralidade da revelação.

Com o novo sistema da penitência tarifada a partir do século VI, oriundo dos mosteiros irlandeses e que se difundiu posteriormente, houve uma alteração na relação entre revelação e penitência. O modelo tarifado associava a cada pecado um conjunto de satisfações impostas para sua remissão e perdão. Com esse sistema, a necessidade de saber a falta cometida adquire já alguma importância, porque a um pecado corresponde um conjunto específico de penas sobre o penitente, pois “para que o padre possa aplicar a penitência adequada, a satisfação adequada, para que possa igualmente distinguir as faltas graves das que não o são, não apenas é preciso dizer a falta, é preciso enunciar a falta, mas também contá-la, relatar as circunstâncias, explicar como foi feita” (p. 220).

Quando a revelação se torna ponto não desprezível no processo penitencial, a Igreja estabelece o objetivo de abarca-la e controlá-la dentro de um quadro mais formal e institucionalizado. Com o IV Concílio de Latrão, no século XIII, a penitência é elevada ao estatuto de sacramento e os fiéis passam a ser obrigados à confissão anual. A partir dessa nova realidade, para além da regularidade (confissão anual), outras duas exigências são feitas. Uma delas é a de regularidade, por meio da

---

<sup>94</sup> Seguiremos utilizando o primeiro volume, *A vontade de saber*, nas páginas seguintes, exceto quando inserirmos obras de outros autores relevantes para a discussão. O mesmo percurso será feito com os outros volumes da obra foucaultiana referida.

revelação de todos os pecados cometidos desde o último ato de confissão. A outra exigência diz respeito à distinção a ser feita pelo confessor entre pecado mortal e venial; para o objetivo de distinção, torna-se necessária a confissão de todas as faltas, não apenas das mais graves, mas até mesmo das mais ínfimas. A confissão de todos os pecados, mesmo os aparentemente mais simples, se faz necessária também porque, dependendo das intenções, das circunstâncias, das pessoas e dos lugares, pode haver uma mudança de uma falta venial para mortal e vice-versa.

A partir desse período as penitências, antes tarifadas já de maneira prévia, passam a ser atribuições dos confessores. Com a Reforma protestante e a resposta católica através da Contrarreforma, na qual teve papel fundamental o Concílio de Trento (1545-1563), a extensão da confissão e a sofisticação de seus mecanismos orientados para a extração da verdade dos pecados, atinge novo patamar. Como afirma Foucault,

Tudo ou quase tudo da vida, da ação, dos pensamentos de um indivíduo deve passar pelo filtro da revelação, se não, é claro, a título de pecado, em todo caso a título de um elemento pertinente para um exame, para uma análise, que a confissão doravante requer. Correlativamente a essa formidável extensão do domínio da confissão sacramental e da revelação das faltas, temos a acentuação ainda mais acentuada do poder do confessor; ou antes, seu poder como senhor da absolvição, esse poder que ele adquiriu a partir do momento em que a penitência se tornou um sacramento vai se ver flanqueado de todo um conjunto de poderes adjacentes, que ao mesmo tempo o apoiam e o dão sustentação (Foucault, 2001, p. 224)

Nesse processo, a confissão adquire centralidade. A respeito das faltas relativas à luxúria, o contexto escolástico do Concílio de Latrão deu ênfase a um modelo mais jurídico dos pecados sexuais (cometimento ou não de fornicação, adultério, rapto, estupro, sodomia, bestialidade etc.), porque o que se questionava eram as relações sexuais proscritas. A chamada reforma gregoriana no século XII já prepara de certa forma o terreno quanto ao aumento do rigor contra o pecado a ser desenvolvido nos séculos posteriores. A reforma buscava combater práticas como a simonia, forma de tráfico eclesiástico, e o nicolaísmo, termo que descreve os vícios dos padres concubinários.

Em manuais de penitência, as práticas sexuais contra a natureza, a fé ou o casamento, tais como a felação, a sodomia, a masturbação, a fornicação, o adultério, mas também as posições proibidas no ato sexual são condenadas, com diferentes graus de rigor. As datas e períodos proibidos para o intercurso (Natal, Quaresma, Páscoa, Pentecostes) são igualmente reforçados. Segundo Flandrin (1987), infrações são cometidas também quando não se respeita as impurezas da mulher (regras e

após o parto) e, a partir dos séculos XII e XIII, a continência sexual também é prescrita a partir das preocupações existentes quanto aos “riscos que uma cópula representava para a esposa (após o parto) ou para seu filho (período das regras e da gravidez). Todas essas complexas exigências quanto aos atos, datas e posições permitidos e proibidos não afetavam a todas as camadas sociais, pois “do lado dos ricos, a poligamia é praticada e, na verdade, admitida. Do lado dos pobres, a monogamia instituída pela Igreja é mais respeitada” (Le Goff; Truong, 2006, p. 45).

Os expedientes contraceptivos e abortivos aos quais as mulheres poderiam recorrer são condenados com veemência e os casos de adultério quando cometidos por homens eram mais bem recebidos e mesmo relevados do que quando cometidos pelas mulheres. No pensamento eclesiástico e leigo no medievo, eram comuns associações entre faltas sexuais, minorias raciais e religiosas, doenças contagiosas e a ameaça demoníaca em seus efeitos combinados e múltiplos contra a sociedade e a fé. Alguns exemplos:

Os termos sinagoga e sabá eram aplicados aos encontros de bruxos. Bruxos e hereges eram sistematicamente acusados de organizar orgias homossexuais. As leis inglesas do século XIII amalgamavam judeus, sodomitas, feiticeiros e hereges como merecedores da morte. Leprosos, muçulmanos e judeus foram acusados em 1321 de tentar envenenar os mananciais da França. Os bruxos na Hungria eram sentenciados, em sua primeira infração, a portar um chapéu judeu em público. As prostitutas de uma cidade na França meridional foram confinadas no abrigo para leprosos local durante a semana da Páscoa [...] Em Tortosa, em 1346, judeus, sarracenos e prostitutas eram proibidos de usar os banhos públicos, exceto em dias especificados da semana. (Richards, 1993, p. 32-33)

A visão da Idade Média como um período de trevas intelectuais e racionais ou como extremamente severa quanto aos comportamentos e interações deve ser, contudo, nuançada. Se a Igreja busca estreitar seu domínio sobre as almas e corpos dos fiéis e manter algum padrão exemplar dentro de suas próprias fileiras eclesiásticas, suas tentativas esbarravam em eventos e festas populares quando as restrições eram ao menos diminuídas. Como afirmam Le Goff e Truong (2006), “banquetes em oposição ao corpo flagelado, desregramento contra ascese, as festas do Carnaval burlesco, com essas danças, as caroles, consideradas obscenas pelo clero, opõem-se à Quaresma dos jejuns” (p. 60).

O amor, como o representamos hoje, também não era o elemento fundamental para as relações conjugais; pois o amor, conforme compreendido nos tempos medievais e no início da era moderna, era associado ao excesso de ardor quanto ao cônjuge, sendo então reprovado pelas autoridades eclesiásticas. Para além dos perigos dos prazeres sexuais ardorosos, o amor pelo outro também ameaçava o

amor por Deus como objetivo da vida cristã, inclusive dentro do casamento cristão. Como afirmam Le Goff e Truong (2006),

A Idade Média sem dúvida ignorou aquilo que chamamos amor. A palavra chega a ser pejorativa. Amor significa a paixão devoradora e selvagem. O termo *caritas* terá preferência, porque supõe uma devoção que implica formas de sensibilidade em relação ao próximo (com frequência, pobre ou doente), mas livre de toda conotação sexual. Claro que os trovadores cantam o fin'amors, esse amor refinado chamado cortês porque nasceu nas cortes feudais da Provença. Mas a depreciação do amor em relação ao *caritas* não se modificará. O que não quer dizer que os homens e as mulheres da Idade Média não conheçam os arroubos do coração e as folias do corpo, que ignorem o prazer carnal e a afeição pelo ser amado, mas o amor, sentimento moderno, não era um fundamento da sociedade medieval (p. 97)

Ao marido cabe cumprir seu débito para com as necessidades sexuais da esposa e vice-versa. A noção de débito conjugal possui uma longa história e remonta aos primórdios do cristianismo (Flandrin, 1987). O modelo jurídico prevalece sobre as particularidades afetivas, mesmo com a imposição pela Igreja do consentimento mútuo como condição para o casamento. Entre os séculos XI e XII, ele começa a ser deslocado de sua forma anterior privada, como um negócio entre famílias envolvendo interesses, alianças, patrimônio e herança, e vai gradualmente adquirindo uma feição pública. Nessa alteração, o papel da Igreja não foi desprezível, por ela ter de início buscado reduzir as práticas endogâmicas e demais eventos comuns como o repúdio à esposa e o segundo casamento, frequentes nos casamentos da nobreza, e formulando regulações quanto às uniões conjugais para combater a endogamia e o incesto nas camadas aristocráticas. A influência eclesiástica sobre o casamento foi no sentido de sacralizá-lo e transferir seus ritos então doméstico para os espaços sagrados (Duby, 2011).

Apesar dessas mudanças, as mulheres continuaram sendo reduzidas ao papel de esposa e mãe, suas aparições fora do espaço doméstico vistas com desconfiança e seu trabalho reduzido à costura e fiação pelos educadores da época, com objetivo de ocupar seu tempo. Casando-se com homens em geral bem mais velhos, morrendo com frequência durante o parto, dando à luz vários filhos que também não possuíam grandes expectativas de sobrevivência devido às elevadas taxas de mortalidade infantil no medievo, “as sociedades de finais da Idade Média dificilmente conceberam a condição feminina fora do enquadramento matrimonial” (Klapisch-Zuber, 1989, p. 208). Esse quadro, contudo, não esgota a vida delas no período em questão, uma vez que, levadas pela necessidade, tiveram de desafiar as imposições e desempenhar tarefas para além do modelo da boa esposa, mostrando

que apesar da subordinação constatável, tal subordinação não se deu de forma pacífica.

Impactando as vidas de mulheres e homens, a regulação da prática confessional pelo Concílio de Latrão no século XIII e sobretudo a partir dos debates em torno do estatuto e das práticas da confissão durante o contexto do Concílio de Trento no século XVI, formaram progressivamente correntes opostas quanto ao sacramento da penitência e ao fato de que a confissão foi sendo posicionada como elemento cada vez mais central. Uma corrente mais rigorista denunciava a negligência dos confessores quanto aos processos de confissão, penitência e perdão. Reivindicavam severidade na administração do sacramento, reforçando as penas, defendendo a existência da contrição (arrepentimento por autêntico amor a Deus) no penitente, adiando sua absolvição. Outra corrente mais laxista, por sua vez, encarava os desafios da confissão anual e buscavam maneiras de evitar a desobediência ao sacramento por meio de procedimentos mais compreensivos, reforçando as relações paternais e benevolentes a serem reforçadas entre os confessores e os fiéis (Delumeau, 1991).

Procedimentos que poderiam ser feitos de diferentes maneiras, seja partindo das faltas leves até às mais graves ou no sentido inverso. Estes e outros modos de estabelecer a boa relação com o penitente apresentam como objetivo o difícil trabalho de extrair a verdade do sujeito sobre as faltas cometidas, entre elas as sexuais. Conforme Delumeau (1991), “começar por perguntas anódinas, ou ao menos proceder por interrogações sabiamente graduadas; ajudar, sustentar, encorajar o pecador ao longo do difícil parto da confissão; e, mesmo sendo preciso adiar a absolvição, despedi-lo sempre com doçura” (p. 33). A problemática da confissão deveria considerar e abarcar as sutilezas da ocasião, das circunstâncias e das reincidências na falta para uma apreciação e decisão quanto aos casos, levando em conta a profundidade e complexidade presentes neles.

Desde o século XVI, pelas decisões tomadas e doutrinas formuladas durante o Concílio de Trento, ocorre um deslocamento no sentido de uma interiorização e corporificação das interrogações feitas pelo confessor; são os pensamentos, sentimentos, desejos, sensações e movimentos corporais os problemas mais urgentes. Segundo Foucault, o que ocorre então é “um aprisionamento da carne no corpo. A carne, o pecado da carne, era antes de mais nada a infração à regra da união. Agora o pecado da carne mora no interior do próprio

corpo” (p. 253). Não deve ser depreendido disso que não havia questionamentos sobre a interioridade no período escolástico, mas sim um aprofundamento da atenção eclesial sobre o interior e sua complexificação após os eventos tridentinos. Veremos a seguir as raízes dessa problemática da carne no contexto dos pais da Igreja.

Não se deve encarar todas essas prescrições como efetivamente aplicadas de maneira precisa e perfeita nos séculos XVI e XVII, mas sim que elas foram fundamentais para a formação teológico-moral dos confessores. Os lugares onde se dava em geral essa formação, os seminários, foram matrizes para a constituição das modernas instituições de ensino criadas pelas ordens religiosas, pois “os grandes colégios de jesuítas e oratorianos eram, seja o prolongamento, seja a imitação desses seminários. De sorte que a tecnologia sutil da confissão não foi, é claro, uma prática de massa, mas tampouco foi um puro devaneio, uma pura utopia. Ela formou efetivamente elites” (p. 242).

A partir do Concílio de Trento (século XVI), Foucault (2021a) nota as formas que cercaram os crescentes cuidados recomendados quanto à economia das palavras a serem empregadas pelos confessores durante seu exercício de extração das faltas sexuais cometidas pelos fiéis. Contra o uso anterior (até o século XVII, grosso modo) de vocábulos muito explícitos, precauções são sugeridas e adotadas. Deve-se evitar o uso imoderado de perguntas e palavras que possam comprometer o processo de confissão. O pudor deve ser cultivado inclusive no proceder do confessor. Mas isso não significa o recuo das práticas de confissão; ao contrário, após o Concílio a Igreja se esforça para fazer com que as exigências em torno da confissão anual sejam observadas. Assim “o sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até as mais finas ramificações” (p. 22).

Remontando ao histórico das instituições monásticas e ascéticas desde o cristianismo primitivo, a confissão das faltas da carne, colocando o sexo em discurso, adquire no século XVII o estatuto de exigência inexorável. Mais do que uma censura sobre o sexo, temos aí “uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo” (p. 25). Os efeitos massivos de poder e saber sobre desejo e as faltas sexuais não teriam, contudo, sido tão relevantes para os modernos se não fosse a extensão da confissão religiosa para os campos econômico, político e técnico. Justamente quando a confissão em sua forma sagrada parecia perder sua força, junto com a própria Igreja

que a exigia, o dispositivo confessional encontrou, sob formas modificadas e novas, pontos de aplicação em outras instâncias da vida social. Aqui vale uma observação: as relações de poder nos domínios econômico, político, científico, pedagógico não tomaram pura e simplesmente os procedimentos, regras e estilos da confissão cristã. Em outras palavras, não ocorreu uma transferência direta de um âmbito para os outros. Os processos históricos envolvidos foram mais intrincados e lentos.

O espraiamento do sexo e de sua colocação em discurso por instâncias seculares de poder e saber representou um deslocamento nas modalidades de sua extração, deixando de envolver apenas as dicotomias pecado/virtude, bem/mal, espírito divino/corpo corrompido, salvação/condenação, para ser visto como algo a ser administrado: “cumpre falar do sexo, como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (p. 26). Se o sexo estava sob a ingerência da teologia moral e deveria ser produzido na relação entre o sujeito e seu confessor ou diretor espiritual, envolvendo então um autoexame contínuo que pudesse explorar em profundidade seus recônditos mais íntimos em busca de sua verdade por sua condição marcada pela concupiscência da carne, agora os discursos do sexo se manifesta em múltiplos locais, cada um deles com suas lógicas, procedimentos e objetivos específicos, porém com a perspectiva comum de extrair do sexo a verdade sobre o sujeito e sobre a população.

A articulação entre sexo, confissão e saber científico não poderia ter ocorrido sem alguns deslocamentos significativos. A codificação clínica do fazer falar, como procedimento que combina as técnicas de confissão para um quadro que relaciona as técnicas ao exame e o discurso do sujeito aos sinais e sintomas de sua condição. O postulado de uma causalidade geral e difusa, posicionando o sexo como chave causal para múltiplas formas patológicas. O princípio de uma latência intrínseca à sexualidade, considerando o funcionamento obscuro das tramas sexuais, ocultas até mesmo para o sujeito que fala de si. O método de interpretação, necessário para desvelar aquilo que se esconde por trás do discurso do sujeito; interpretação a ser feita pelo especialista detentor dos meios para iluminar a escuridão do sexo e seus efeitos. Medicalização dos efeitos da confissão, como necessária intervenção terapêutica a partir do quadro fornecido pelo sujeito e interpretado e clarificado pelo especialista, no jogo entre o normal e o patológico no qual se insere o objeto da interrogação sobre o sexo.

Neste momento, vale lembrar a articulação entre o sexo, o poder disciplinar e o biopoder. No ponto de articulação entre os dois poderes é onde o sexo está localizado. Sua relação com os corpos e sua administração e vigilância, na fábrica, no hospital, na escola, no quartel, na prisão e outros espaços onde incide o poder disciplinar, por um lado; sua centralidade para os grandes movimentos do corpo-população e do corpo-espécie (taxas de natalidade, mortalidade, doenças, epidemias, migrações etc), alvos do biopoder, por outro lado; torna o sexo uma realidade fundamental para as relações de poder e saber. Outra observação é agora pertinente: o sexo não deve ser entendido como apenas um fenômeno esquadrihado em sua realidade, natureza ou essência, mas sobretudo produzido através das múltiplas análises ao qual é submetido, sendo “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”. (p. 35)

Não se trata de negar a existência da repressão sexual, mas sim de enfatizar seu limitado potencial explicativo quando problematizamos as interseções entre sexo, sujeitos e poder na modernidade. O caráter positivo do poder não pode assimilar uma explicação situada apenas no plano da repressão e da censura. A positividade do poder, nesta discussão, pode ser melhor compreendida como produtora do sexo e dos sujeitos a partir dele. Em outras palavras, parece razoável afirmar que as relações de poder reprimem aquilo que por elas é produzido.

Deste modo, a repressão não é descartada como por sua inexistência histórica ou como explanação incorreta, mas deve ser sublinhada sua ineficácia no plano explicativo, porque ela apresenta como pressuposto a existência de um sexo já dado, sobre o qual regras, normas e leis coercitivas viriam exercer suas funções de controle e repressão. Dito de outra maneira, a hipótese repressiva é insuficiente pelo estatuto jurídico atribuído ao poder (limitação, repressão, censura, controle, interdição). Como argumenta Foucault, o poder dificilmente seria suportável se fosse exercido apenas na direção da ameaça da estrita obediência.

Foucault (2021a) faz uma distinção entre duas formas de produção da verdade sobre o sexo. Uma delas, chamada *ars erotica*, presente em culturas asiáticas, e a outra, uma *scientia sexualis* ocidental. Na primeira, “a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência”, não estando, portanto, diretamente vinculada ao permitido e ao proibido, tampouco às considerações utilitárias, pois “este saber deve recair, proporcionalmente, na própria

prática sexual, para trabalha-la como se fora de dentro e ampliar seus efeitos” (p. 57). Na ars erotica, os saberes gerados em torno das práticas devem então permanecer ocultos, não por receio de sua punição, mas pela crença de que, ao serem divulgados, poderiam perder sua eficácia e sua virtude, implicando ritos de iniciação e a necessidade de discrição.

Contudo, a ars erotica não deve ser encarada como monopólio asiático, mas sua presença no Ocidente, ou pelos alguns traços dela, pode ser vislumbrada nas relações entre o mestre espiritual e os seus discípulos, mas também nos fenômenos de êxtase e possessão. O filósofo francês interroga até mesmo se a scientia sexualis moderna não poderia conter uma dimensão de ars erotica, através de um novo prazer, “o prazer da verdade do prazer, prazer de sabê-la, ouvi-la, descobri-la, de fascinar-se ao vê-la, dizê-la, cativar e capturar os outros através dela, de confiá-la secretamente, desalojá-la por meio da astúcia; prazer específico do discurso verdadeiro sobre o sexo” (p. 68).

A scientia sexualis, propriamente ocidental e moderna, herdeira e desenvolvedora dos procedimentos da confissão, foi essencial na constituição de uma sexualidade, melhor dizendo, do dispositivo de sexualidade. Caracterizado por Foucault como um dispositivo elaborado pela incitação contínua ao dizer a verdade do sexo, a sexualidade pode ser melhor compreendida como “um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população” (p. 97). O dispositivo de sexualidade opera por quatro conjuntos estratégicos: histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; psiquiatrização do prazer perverso.

Essa produção, essa multiplicação de saberes e verdades sobre o sexo possui na medicina e na psiquiatria matrizes relevantes. A histerização se dá pela construção de representações sobre o corpo feminino como sexualmente saturado, portanto patológico e conduzido ao saber médico, e vinculado ao corpo social pelas prescrições quanto ao seu papel reprodutivo (sociedade, família, crianças). A pedagogização ocorre pela ideia de que as crianças em geral se dedicam a alguma atividade sexual secreta, e pelos perigos físicos e morais contidos nessas atividades, sua sexualidade deve ser objeto de regulação e fiscalização. A socialização foi construída por um viés econômico a respeito das taxas de fecundidade dos casais e

dos esforços para administrá-la através de mecanismos fiscais ou “sociais”, mas também socialização política, por meio da responsabilização dos casais pela situação e destino da população e médica, “pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie” (p. 98). Por fim, a psiquiatrização efetivada pelo isolamento do instinto sexual como instinto biológico e psíquico e por sua vinculação às finalidades naturais esperadas (procriação), tornando patológicas outras formas de atividade sexual exercidas para além de seus propósitos prescritos pela natureza.

Em aparente contraposição ao dispositivo de sexualidade, temos o dispositivo da aliança; este, vinculado aos costumes, normas e leis do matrimônio, à família conjugal, aos sistemas de parentesco, ao patrimônio familiar e aos procedimentos de herança. Enquanto a aliança tem como objetivo principal a manutenção da ordem social e suas hierarquias, a sexualidade “tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (p. 100). No entanto, o dispositivo de sexualidade foi constituído a partir da aliança e vem se apoiando nela; ambos devendo seu desenvolvimento às práticas de confissão, inicialmente religiosas e depois proliferadas para outros domínios. Sua relação histórica pode ser entendida pela afirmação de que “a célula familiar, assim como foi valorizada no século XVIII, permitiu que, em suas duas dimensões principais – o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos – se devolvessem os principais elementos do dispositivo de sexualidade” (p. 101). Os vínculos entre família conjugal, a aliança e a sexualidade permitem compreender as relações entre os dois dispositivos, para além de sua aparente oposição, realçando também suas operações conjuntas:

O que se passou desde o século XVII pode ser definido do seguinte modo: o dispositivo de sexualidade, que se desenvolve primeiro nas margens das instituições familiares (na direção espiritual, na pedagogia), vai se recentrar pouco a pouco na família: o que ele podia comportar de estranho, de irredutível, de perigoso, talvez, para o dispositivo de aliança – a consciência desse perigo se manifesta nas críticas tão frequentemente dirigidas contra a indiscrição dos setores espirituais, em todo o debate, um pouco tardio, sobre a educação pública ou privada, institucional ou familiar das crianças – é tomado em consideração pela família – uma família reorganizada, com laços mais estreitos, intensificada com relação às antigas funções que exercia no dispositivo de aliança. Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as relações de aliança (Foucault, 2021a, p. 103)

Longe de ser a base material e plenamente constituída para que o dispositivo de sexualidade pudesse produzir seus efeitos, longe de ser uma

concretude biológica inescapável sobre a qual a sexualidade, difundida discursiva e politicamente por suas diferentes matrizes de saberes (médica, pedagógica, psiquiátrica, biológica, jurídica), viria a propagar suas injunções artificiais, o sexo é, de fato, o produto de toda essa elaboração. Ele passa a ser representando como realidade dotada de leis e funções específicas. Sua normalidade é prescrita e suas anomalias são codificadas e esmiuçadas. A teoria do sexo, construída dentro e pelo dispositivo de sexualidade cumpriu algumas funções importantes:

Primeiro, a noção de "sexo" permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal. Além disso, apresentando-se unitariamente como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pôde marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução; desse modo aquele saber, sem nada receber realmente dessas últimas — salvo algumas analogias incertas e uns poucos conceitos transplantados — ganhou, por privilégio de vizinhança, uma garantia de quase cientificidade; mas através dessa mesma vizinhança, certos conteúdos da biologia e da fisiologia puderam servir de princípio de normalidade à sexualidade humana. Enfim, a noção de sexo garantiu uma reversão essencial; permitiu inverter a representação das relações entre o poder e a sexualidade, fazendo-a aparecer não na sua relação essencial e positiva com o poder, porém como ancorada em uma instância específica e irreduzível que o poder tenta da melhor maneira sujeitar; assim, a ideia "do sexo" permite esquivar o que constitui o "poder" do poder; permite pensá-lo apenas como lei e interdição [...] Poder-se-ia acrescentar que "o sexo" exerce uma outra função ainda, que atravessa e sustém as primeiras. Papel, desta vez, mais prático do que teórico. É pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é, ao mesmo tempo, o elemento oculto e o princípio produtor de sentido), à totalidade de seu corpo (pois ele é uma parte real e ameaçada deste corpo do qual constitui simbolicamente o todo), à sua identidade (já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história). (Foucault, 2021a, 143-144)

#### 4.3 PRAZERES SEXUAIS, MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA NO MUNDO GREGO CLÁSSICO

Como afirmamos anteriormente, nem sempre as atividades sexuais foram consideradas determinantes para o conhecimento da essência do sujeito. Mesmo no chamado "Ocidente", os liames entre indivíduos e práticas sexuais foram percebidos de maneiras distintas daquelas práticas existentes hoje, as quais podem parecer a nós tão familiares e mesmo universais. Foucault mostra, através da análise de obras filosóficas e médicas oriundas do século IV a.C., como os prazeres sexuais foram considerados pelos gregos antigos. Trata-se de uma bibliografia composta por obras consistindo em regras, opiniões e conselhos e que foram destinadas a um público interessado em fazer da própria existência um modelo ético e estético.

A pergunta fundamental para essa pesquisa foucaultiana sobre o mundo grego consiste em saber por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados tornam-se objeto de uma preocupação moral. Essa problematização moral da conduta sexual esteve, no período e no lugar em questão, associada às artes da existência. Foucault (2021b) designa estas artes como “práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo” (p. 10). Artes que foram modificadas com o advento do cristianismo e o desenvolvimento de uma pastoral ligada à Igreja. Não se deve entender com isso a existência de um abismo intransponível entre as artes da Antiguidade greco-romana e o cristianismo; influências “pagãs” podem ser verificadas em textos dos primeiros filósofos e escritores cristãos (o exemplo de Clemente de Alexandria e sua proximidade com alguns aspectos do pensamento não-cristão da época, como veremos adiante).

Com essa problematização moral do comportamento sexual, alguns esclarecimentos são feitos pelo filósofo francês. A “moral” não deve ser entendida apenas como um código prescritivo estabelecendo dicotomias entre proibido/permitido, bom/mau, certo/errado, mas também as respostas variáveis dos indivíduos ao código, em termos de maior ou menor adequação e cumprimento das prescrições. Para além disso, a maior ou menor adequação do comportamento do sujeito envolve também a dimensão do “conduzir-se”, ou seja, a constituição de si mesmo como “sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código” (p. 22)

Esse desnível entre o código prescritivo e as respostas do sujeito, associadas aos modos de subjetivação, leva ao argumento de que em diferentes morais pesos distintos são atribuídos a cada uma dessas duas dimensões. Algumas morais dão maior ênfase ao componente do código com uma subjetivação sendo efetuada “de uma forma quase jurídica”, enquanto outras morais dão aos modos de subjetivação um caráter menos jurídico e mais próximo das práticas de si. Nestas parecem residir as problematizações e os exercícios sugeridos pela moral antiga, o que não implica a inexistência de considerações jurídicas nessa moral.

A interrogação moral em torno dos prazeres sexuais (aphrodisia) pode então ser caracterizada como mais próxima das práticas de si, da askesis, do que à

estrita obediência e cumprimento do código moral. Foucault (2021b) define os aphrodisia como “atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer” (p. 33). Para o pensamento grego, importa menos a forma como as atividades sexuais são exercidas que sua dinâmica envolvendo o ato, o prazer e o desejo, formando um “conjunto cujos elementos, é verdade, podem ser distinguidos mas que são fortemente associados uns aos outros” (p. 35).

Também importa menos o objeto dos prazeres que a intensidade da prática, a escolha entre moderação ou incontinência. Para a consideração moral dos aphrodisia, importa estabelecer a distinção valorativa entre a atividade e a passividade nos prazeres. O componente ativo nessa dinâmica é o homem livre, adulto, cidadão, enquanto o componente passivo não se restringe à esposa ou às mulheres em geral, abarcando também, dentro da referida categoria, os escravos e os rapazes livres. A grande questão moral nessas relações está nas duas dicotomias citadas (atividade/passividade e moderação/incontinência), a imoralidade residindo para o homem livre em sua passividade e/ou incontinência.

Os gregos encaravam a prática sexual como algo natural do qual a humanidade depende para sua perpetuação, não sendo, por isso, considerada essencialmente má. Para eles, a vivacidade dos prazeres sexuais é aquilo que pode conduzir ao desregramento e à satisfação excessiva dos apetites, o que torna necessária a problematização desses prazeres visando levar a uma conduta moderada. Não apenas os aphrodisia podem gerar uma conduta incontinente, mas também os alimentos e bebidas, produzindo formas de problematização moral semelhantes para os diferentes prazeres.

Buscando assim evitar as desordens do excesso e da passividade, o uso dos prazeres (*chresis*) passa por algumas estratégias fundamentais. A estratégia da necessidade “permite conjurar a intemperança que é, em suma, uma conduta que não tem sua referência na necessidade” (p. 45). Não se trata de moderar os prazeres sexuais por sua natureza maligna, pois como vimos acima, os gregos associavam tais prazeres ao campo natural e à reprodução da espécie. A segunda estratégia diz respeito ao momento oportuno (*kairos*) para a realização do ato. Diferentes escalas temporais são abordadas nessa ética sexual grega (tempo da vida, o momento do dia, a relação entre o momento oportuno e outras atividades). A terceira estratégia diz respeito ao status. Sobre ele, “um princípio geralmente admitido é o de quanto mais se for visado, mais se tiver ou quiser ter autoridade sobre os outros, mais se buscar

fazer de sua vida uma obra resplandecente, cuja reputação se estenderá longe e por muito tempo, mais será preciso se impor, por escolha e vontade, princípios rigorosos de conduta sexual” (p. 48-49).

A naturalidade e o estatuto desejável dos *aphrodisia* podem, como vimos, levar ao excesso que comprometem o domínio do indivíduo sobre si mesmo. Uma atitude agonística caracteriza então esse ideal do domínio de si (*enkrateia*), como um combate contra os desregramentos e para evitar a desonra de se ver como escravo dos próprios apetites. Aquilo almejado nessa agonística exercitada para a obtenção de *enkrateia* não é a negação dos prazeres e a aniquilação do desejo pelo cessar dos atos, mas sim um domínio sobre si que não leve ao estado de vencido ou escravizado pelos *aphrodisia*.

A *enkrateia* exige não apenas uma agonística, mas, relacionados a esta última, os exercícios, não apenas físicos, mas também mnemônicos, sensoriais e intelectuais, são fundamentais e terão ainda longa carreira abrangendo práticas de meditação, provas de pensamento, exame de consciência, controle das representações, mas sob formas e com objetivos diversos, até as relações existentes na direção das almas. Esses exercícios não são, contudo, prescritos em detalhes nos escritos dessa época. Entre as razões levantadas por Foucault para essa lacuna, significativa é aquela que se refere ao tema da proximidade entre domínio de si e domínio dos outros, uma vez que

O domínio de si e o domínio dos outros são considerados como tendo a mesma forma: já que se deve governar a si mesmo como se governa a própria casa e da maneira como se desempenha o próprio papel na cidade, segue-se que a formação das virtudes pessoais e particularmente da *enkrateia* não será diferente, por natureza, da formação que permite sobressair-se sobre os outros cidadãos e dirigi-los. A mesma aprendizagem deve tornar capaz de virtude e de poder. Assegurar a direção de si mesmo, exercer a gestão da própria casa, participar do governo da cidade são três práticas do mesmo tipo. (Foucault, 2021b, p. 61)

A união, ou pelo menos a grande proximidade, entre *askesis* (conjunto de exercícios) e as virtudes, tanto pessoais quanto cívicas e políticas será aos poucos rompida, quando a *askesis* se tornar um campo distinto das preocupações quanto ao governo dos outros na cidade e também um afastamento entre ela e a formação das virtudes. Na época clássica, entretanto, a teleologia da problematização moral da conduta sexual tem a virtude da *sophrosune* (temperança) como ideal a ser alcançado e essa temperança é caracterizada como liberdade. Mas liberdade como domínio de si articulado ao domínio dos outros, porque “em sua forma plena e positiva, ela é poder que se exerce sobre si, no poder que se exerce sobre os outros” (p. 65).

A temperança alcançada pelo uso correto e moderado dos *aphrodisia* possui um caráter “viril”, o que significa neste contexto que o homem deve exercer seu domínio sobre si da mesma maneira que dele se espera o domínio sobre os outros no lar (esposa, filhos, escravos) e na vida política, pois é “sendo homem em relação a si que se poderá encontrar e dominar a atividade de homem que se exerce face aos outros na prática sexual” (p. 68). Mas as mulheres não estão excluídas de antemão das artes da existência; entretanto, se a virtude da *sophrosune* pode ser obtida por elas, é em função de uma virilidade também possível para as mulheres. Se a temperança é fundamentalmente viril, a intemperança é associada à passividade e à feminidade.

Destarte, as práticas sexuais entre um homem adulto e livre com os rapazes não são condenadas por si mesmas, o que se acusa é passividade nas relações, pela semelhança percebida entre passividade e feminidade. Como afirma Foucault, “o que constitui, para os gregos, a negatividade ética por excelência, não é, evidentemente, amar os dois sexos; também não o é preferir seu próprio sexo ao outro; é ser passivo em relação aos prazeres” (p. 70). Ou seja, o deixar-se arrastar pelo impacto dos *aphrodisia* e dos prazeres a eles vinculados é que se torna matéria para a crítica quanto ao comportamento ético sexual.

A relação com o verdadeiro faz parte de todo esse trabalho ético em direção ao domínio de si e à temperança. O homem que domina a si mesmo possui ou deve possuir uma relação com sua alma. Tal relação não está vinculada ao desejo e sua decifração como chave para a verdade do sujeito, mas como condição de possibilidade para a instauração de uma estética da existência. Esta deve ser compreendida como uma estilização no uso dos prazeres resultado das práticas de si, quando “pelo *logos*, pela razão e pela relação com o verdadeiro que a governa, uma tal vida inscreve-se na manutenção ou reprodução de uma ordem ontológica; e, por outro lado, recebe o brilho de uma beleza manifesta aos olhos daqueles que podem contemplá-la ou guardá-la na memória” (p. 73)

Na dietética dos prazeres (relação com o próprio corpo), os gregos deram importância a algumas características dos atos sexuais e suas implicações para o corpo e a saúde, entre eles a violência própria do ato, comparado pela medicina grega à epilepsia, devido aos abalos provocados sobre o corpo e os sentidos. Outra marca do ato sexual, o dispêndio da substância que dá origem a outro ser, cuja perda, porém, representa motivo de consideração filosófica e médica quanto às consequências para

o indivíduo. A terceira característica diz respeito à procriação e perpetuação do homem, colocando o ato sexual em sua ligação com a eternidade da espécie.

Quanto à economia (relação com a esposa e administração do lar e do patrimônio familiar), enquanto o homem não é limitado, em sua vida sexual, pelo matrimônio, as mulheres o são. Em outras palavras, do homem se esperava o respeito ao status de sua esposa, sem por isso ver restringidas suas possibilidades sexuais ao matrimônio, respeitando outras mulheres casadas pelo status delas como objeto do poder de pais ou maridos; da esposa o esperado era a criação dos filhos e a ajuda na administração da casa e do patrimônio. Nesse sentido, o adultério “só é constituído como infração no caso em que uma mulher casada tem relação com um homem que não é seu esposo; é o status matrimonial da mulher, jamais o do homem, que permite definir uma relação como adultério” (p. 116). Ao homem cabe também, pelas diferenças etárias comuns nos arranjos matrimoniais, o papel de pedagogo quanto à sua esposa. Tudo isso não exclui a presença de afeto entre eles, mas a autoridade masculina é bem marcada nesse contexto.

Embora social e juridicamente, as relações entre cônjuges no mundo grego antigo não comportassem grandes complexidades, isto não quer dizer que as relações não houvessem sido alvo de formulações morais sobre a austeridade marital. Nessas formulações, o marido deve restringir sua vida sexual fora do matrimônio como um sinal do domínio de si alcançado. O que não significa a defesa de uma igualdade entre eles, pois o homem só deve limitar suas práticas sexuais extraconjugais pela relação refletida consigo mesmo e como um signo quanto ao domínio de si. Os papéis complementares entre marido e esposa são encarados como resultado do fato de que

Os deuses dotaram cada sexo de qualidades particulares. Traços físicos: para os homens que ao ar livre devem “laborar, semear, plantar e levar o gado a pastar”, atribuíram o dom de suportar o frio, o calor, as caminhadas; as mulheres, que trabalham abrigadas, têm o corpo menos resistente. Traços de caráter também: as mulheres possuem um medo natural, mas que tem seus efeitos positivos; ele as leva a se preocuparem com as provisões, a temerem sua perda, a recearem os gastos; o homem, em troca, é bravo, pois no exterior ele deve se defender contra tudo que possa ou que poderia lhe causar dano (Foucault, 2021b, p. 126)

Quanto à erótica (relações com os rapazes), como já foi dito acima, não havia a condenação moral das atividades de um homem livre com jovens do mesmo sexo. O ponto da crítica era sobre aqueles que se dedicavam a tais prazeres de forma passiva e incontinente e “o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são belos, qualquer que seja o seu sexo” (p. 148). O que

constitui matéria de elaboração das condutas quanto aos prazeres foi a relação entre o erasta (homem adulto e livre) e o erômeno (o rapaz) pelo problema colocado pela distinção de status em jogo nessa relação.

O erasta deve cortejar o erômeno por meio de presentes e serviços, mas também deve moderar seus ardores quanto ao objeto de afeição; enquanto o erômeno deve evitar ceder aos apelos e presentes do erasta. Foucault enfatiza que essas regras de corte sobre os comportamentos mostram como as relações com os rapazes eram alvo de preocupações quanto às suas formas e limites desejados. Este ponto é importante para evitarmos a popular concepção do “sexo livre” para os gregos antigos, sobretudo entre pessoas de mesmo sexo.

As relações eróticas nesse período também possuem alguns outros limitantes, objeto de formulações éticas. Entre eles, a questão da idade do rapaz e a fugacidade de uma relação na qual este último deve ser preparado para a vida cívica e política como homem ativo e viril. Ainda jovem, seu corpo e sua beleza não eram associados à feminidade, mas sim ao ideal viril do corpo e do comportamento.

O problema do rapaz como objeto constitui grande fonte de atenção na problematização ética, pois devendo ser treinado para ocupar um lugar na vida política da cidade quando se tornar adulto, sua posição de objeto durante a juventude cria tensões nessa relação. Daí as regras e conselhos criticando a entrega fácil do rapaz àquele que o corteja. Assim, a difícil situação do rapaz estabelece critérios para seu convencimento e aceitação das propostas do erasta. O erômeno deve ceder em função do status e da honra daquele que o corteja, mas também pelos benefícios pessoais e políticos mais elevados que o erasta pode fornecer (conhecimentos, apoios sociais, amizades).

Em síntese, os gregos antigos não enxergavam os prazeres sexuais de forma negativa, mas como algo natural. Por suas características, os prazeres deveriam, contudo, sofrer uma estilização através da moderação, evitando os perigos e riscos da incontinência e da passividade como signos da submissão a eles. O elemento do código moral era secundário em relação aos modos de subjetivação em torno das práticas de si, tendo como objetivo a correlação entre domínio de si e dos outros e a temperança como virtude. A dietética fornecia considerações quanto ao melhor uso dos aphrodisia tendo em vista sua naturalidade, porém sem deixar de associar os prazeres com a violência dos atos, com o dispêndio de uma substância

preciosa para a saúde do homem e a junção entre ato sexual e perpetuação da espécie.

As relações com as mulheres dentro do matrimônio e do lar não limitavam necessariamente as atividades sexuais do homem livre, mas a austeridade conjugal do homem foi associada pelos preceitos éticos emitidos no período como valor dentro dos objetivos de domínio de si e da virtude. As relações com os rapazes não possuíam o estigma da imoralidade e da infração espiritual, mas eram vistos através dos polos atividade/passividade e moderação/incontinência. O que não significa a total liberdade nessas atividades e comportamentos, pois tiveram também formas e regras a serem seguidas tanto em relação ao erasta quanto ao erômeno.

#### 4.4 PRÁTICAS DO CUIDADO DE SI NOS PENSAMENTOS HELENÍSTICO E ROMANO

Nos dois primeiros séculos de nossa era, assistimos a alguns deslocamentos em relação aos grandes temas da época clássica grega. Nota-se uma acentuação nas práticas envolvidas com o cuidado de si. Os atos e prazeres sexuais são vistos com maior desconfiança e as relações com a esposa adquirem um tom mais explícito de respeito e afeto dentro do matrimônio. As relações com os rapazes, embora tenham continuado sendo objeto da atenção ética, perdem relevo face ao relacionamento conjugal. Contudo, isso não implica o predomínio de uma moral erigida sobre um código restrito e austero, mas “uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos”. (Foucault, 2021c, p. 41)

A correlação entre domínio de si e domínio dos outros é deslocada, ao menos parcialmente, por um cuidado mais estreito consigo mesmo. Nesse período, filosofias helenísticas como o estoicismo e o epicurismo, entre outras, ganham adesão de setores mais altos na hierarquia social romana. O prestígio dessa filosofia não se reduzia, porém, a esses setores, pois um de seus principais representantes foi o escravo liberto Epicteto, um dos nomes fundamentais do estoicismo romano.

Não se deve ver nesse contexto e nessas filosofias um simples refúgio com relação às mudanças sociais e políticas ocorridas nos primeiros séculos de nossa era. Entre essas mudanças, o declínio do modelo da cidade-estado e de sua aristocracia e surgimento de grandes impérios, sobretudo o Romano. As filosofias em questão conferiam grande importância aos temas públicos e políticos, mas o que se altera é a

ênfase dada nas relações de si, sem negligência quanto aos deveres públicos, mas como uma relação dotada de um valor fundamental em si mesma. Em outras palavras, não se trata de uma novidade absoluta no pensamento e nas práticas antigas, mas de um aumento na valorização quanto ao cuidado de si e de um aprofundamento a respeito das técnicas de si. Como afirma Foucault, a cultura de si pode ser compreendida

Pelo fato de que a arte da existência – a *techne tou biou* sob as suas diferentes formas – nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual “é preciso ter relações consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática. Mas é necessário precisar; a ideia segunda a qual deve-se aplicar-se a si próprio, ocupar-se consigo mesmo (*heautou epimeleisthai*) é, de fato, um tema bem antigo na cultura grega. Ele apareceu bem cedo como um imperativo amplamente difundido. (Foucault, 2021c, p. 43-44)

O cuidado de si é associado ao caráter racional do homem e à centralidade da razão para o uso correto das outras faculdades humanas. A cultura de si nesse período não se restringia ao filósofo ou àqueles que pretendiam sê-lo, mas alcançava pessoas interessadas em praticar os princípios, preceitos e técnicas em suas vidas cotidianas. Algumas das técnicas recomendadas eram o exame noturno ou diurno, pretendendo o primeiro fazer um balanço não das faltas espirituais cometidas em detrimento da salvação e estabelecer a culpabilidade do sujeito quanto a elas, mas sim dos erros e acertos quanto aos princípios que se quer aplicar durante toda a vida. O exame diurno pretende, por sua vez, fixar as atividades a serem desempenhadas ao longo do dia e estabelecer o melhor modo de realiza-las tendo em vista as regras e técnicas aprendidas. Mas não apenas o exame diário, pois todo um conjunto de técnicas são exercitadas, envolvendo o corpo, a saúde, a memória, a atenção, os sentidos etc.

Não se deve, contudo, depreender dessas atividades um cuidado de si apenas preocupado com o desenvolvimento ético do indivíduo e pouco atento ao mundo ao seu redor. Pelo contrário, trata-se, nessas técnicas, princípios e preceitos, de práticas sociais. O cuidado de si não era desvinculado das interações com professores, consultores privados e mestres e outros discípulos, alunos ou aprendizes. Contudo, não apenas por uma relação mais formalizada entre mestres e alunos, o aprendizado e desenvolvimento nas práticas no cuidado de si também poderia ocorrer por laços mais íntimos, como amizade e parentesco.

As relações entre medicina e filosofia em torno dos prazeres sexuais já presentes durante a idade grega clássica, são estreitadas durante o período imperial.

Suas regras e preceitos sugeridos dizem respeito tanto ao corpo quanto à alma, pois pode haver a transmissão dos males da alma para o corpo, assim como na direção contrária. Os corpos sobre os quais são formuladas considerações médicas e filosóficas não são mais aqueles do vigor físico como durante a época clássica, mas corpos percebidos em sua fragilidade e que ameaçam “a alma menos por suas exigências demasiado vigorosas do que por suas próprias fraquezas” (p. 55)

Nessa fragilidade do corpo, as ameaças representadas pelos males e doenças tornam necessárias as regras e os preceitos para um cuidado de si que possa atenuar os perigos possíveis sobre o corpo. Com isso, exercícios de provação constituem medidas de independência e grau de alcance da virtude; enquanto o exame de consciência abrange as práticas de exame diurno e noturno. Outro componente dessas técnicas, o trabalho de pensamento visa oferecer ao seu praticante o controle sobre as representações, discriminando entre aquelas representações que se referem a questões e coisas que dependem e aquelas que não dependem de nossos esforços, buscando eliminar as últimas e manter as primeiras.

Foucault mostra que o objetivo dessas práticas é a conversão a si. Por isso, não se deve entender a preocupação única e exclusiva consigo mesmo, “mas, nas atividades que é preciso ter, convém manter em mente que o fim principal a ser proposto para si próprio deve ser buscado no próprio sujeito, na relação de si para consigo” (p. 62). A conversão é o resultado de uma trajetória na qual se busca a independência e a ausência de sujeição quanto às vicissitudes da vida humana. O domínio de si ainda está presente, porém menos em sua anterior forma agonística que no objetivo do pertencimento a si, porque “se converter a si é afastar-se das preocupações com o exterior, dos cuidados com a ambição, do temor diante do futuro, pode-se então, voltar-se para o próprio passado, compilá-lo, passá-lo em revista e estabelecer uma relação que nada perturbará” (p. 62). O pertencer a si está então acompanhado pelo ideal do gozo de si a ser alcançado pelas técnicas recomendadas na reflexão filosófica e médica.

O casamento romano entre seus cidadãos tinha por função principal a geração de prole legítima, conferindo o estatuto de cidadania aos filhos, envolvendo também considerações de patrimônio e herança. O que cabia à mulher era ajudar na administração do lar e na criação dos filhos e não havia muito espaço para as mulheres quanto à escolha matrimonial, devendo a família estabelecer as negociações em torno do casamento. Conforme Beard (2017), as garotas casavam-

se aos catorze ou quinze anos, enquanto os homens entre os vinte e trinta, “e algumas noivas jovens viam-se casadas com um homem ainda mais velho em sua segunda ou terceira união. Quaisquer que fossem as liberdades relativas das mulheres romanas, sua subordinação certamente baseava-se nessa disparidade entre um macho adulto e o que chamaríamos hoje uma noiva criança”. (p. 474).

Mas algumas reformas imperiais conferiram certo estatuto às mulheres, como aquela ocorrida em 18 a.C., quando pelas nova leis “ficou estabelecido que as romanas casadas ou não, que passassem por três gestações “para as libertas ou livres itálicas, quatro, e para as provinciais, cinco), tendo os filhos sobrevivido ou não, estariam isentas dos controles dos agnados sobre elas” (Feitosa; Rago, 2008, p. 114). Cumpridas essas condições, as mulheres poderiam escapar do controle paterno e administrar os próprios bens, exceto o dote, sob administração do esposo enquanto existisse o laço matrimonial.

No contexto da cultura de si na época imperial, o casamento passa por modificações em suas formas e regras. Anteriormente, nos mundos helenístico e romano, um rito privado envolvendo os interesses de aliança, patrimônio e herança familiares e realizados sem necessidade de intervenção pelos poderes públicos, o casamento passa gradualmente a uma forma institucional menos submetida às famílias e mais próxima do espaço público. Com isso, o casamento deixa de ser uma realidade mais restrita aos setores mais abastados e parece ter sido difundido em outras camadas para além da aristocracia.

No cenário em questão, os laços entre os cônjuges passam por um estreitamento e o casamento é investido de um caráter mais afetivo e íntimo, apesar do gradativo processo de torná-lo um rito também público. Como afirma também Grimal (2005), as teorias estoicas do casamento assemelhavam-se aos preceitos romanos mais antigos sobre as relações entre ele e as paixões, porque “agora como antes, deparamos com a mesma desconfiança em relação à paixão e às forças cegas do instinto, com o mesmo ideal de castidade para os dois cônjuges. Mas os filósofos acrescentam uma nova exigência: é necessário que também o marido respeite a sua mulher e lhe seja fiel” (p. 234). Pela sobriedade de ambos no casamento, ele poderá constituir uma “amizade” que lhe confere valor e o coloca acima das preocupações vulgares.

Para a reflexão moral, os cuidados com o corpo continuam sendo objeto de elaborações quanto aos melhores usos visando o cuidado de si. As idades, o momento ideal, os temperamentos individuais são alguns dos temas para elaborações. Os temas permanecem, porém, muito semelhantes àqueles do período clássico. O problema do ato sexual, com seus elementos de desejo e prazer, continua associado ao contexto natural e à necessidade de perpetuação da espécie. A proximidade entre o ato sexual e a epilepsia permanece. A perda do sêmen, preciosa substância para a saúde também é domínio de interrogações, assim como a violência do ato. Mas a singularidade da reflexão filosófica e médica sobre os prazeres reside agora na maior ênfase quanto ao potencial perturbador dos afrodisíacos sobre o corpo e a alma, sendo mais diretamente explicitados os perigos e riscos para ambos. A violência do ato é associada a condições patológicas como a satíriase para os homens, mas também as mulheres, e a histeria como patologia feminina característica da violência dos prazeres. O dispêndio ilimitado da substância tem como efeito patológico a gonorreia (em latim, *seminis effusio*).

As perturbações geradas pelo desequilíbrio no exercício e na frequência dos atos não se resumem, contudo, ao quadro apresentado acima, uma vez que os afrodisíacos “têm, em troca, uma influência considerável e muito extensa sobre todo o organismo. A lista dos males, das indisposições e doenças que podem ser engendradas pelos prazeres sexuais quando se comete um desvio, seja a respeito do momento, seja em relação à medida, é praticamente ilimitada”. (p. 103). Embora possam ter efeitos terapêuticos e curativos, os afrodisíacos apresentam considerável risco para a saúde, fazendo-se necessária uma perspectiva refletida sobre seu regramento e moderação do seu uso. Mais ainda, à abstinência sexual é atribuída efeitos positivos, restritos aos homens porém, pois à mulher é prescrita sua função reprodutiva natural e socialmente necessária.

Não se deve ver na maior aproximação entre ato sexual e condições patológicas, em primeiro lugar, e na valoração positiva da abstinência masculina, em segundo lugar, uma condenação aos prazeres pura e simplesmente. O arsenal patológico oriundo dos excessos e do desregramento deve ser contextualizado a partir das concepções sobre a fragilidade e a debilidade do corpo e da saúde presentes no pensamento da época. Quanto ao valor positivo reputado ao comportamento abstinente, trata-se não de uma obrigação prescrita por um código, mas como um recurso possível em direção aos objetivos do cuidado de si. Apesar destas

observações, não se pode deixar de notar uma inflexão quanto ao período clássico, porque se “os perigos da prática sexual eram percebidos outrora do lado da violência involuntária e do dispêndio inconsiderado; agora, eles são descritos antes de mais nada como o efeito de uma fragilidade geral do corpo humano e do seu funcionamento”. (p. 108)

O tema já mencionado sobre os exercícios para o cuidado de si dizem respeito às relações entre alma e corpo. À alma cabe a definição dos regimes para o corpo, levando em conta a natureza e especificidade dele, mas só poderá defini-lo se houver realizado todo um trabalho quanto às representações, os erros e desejos instigadores dos desvios quanto ao caminho do cuidado de si. Discriminação das imagens, mas também elisão, o que não significa eliminação, dos prazeres, permitindo-se os aphrodisia em função da necessidade natural do corpo, sem aferrar-se aos prazeres que acompanham o ato.

Uma precaução importante a ser feita se refere ao erro de se considerar as regras e preceitos quanto aos prazeres sexuais como superiores em importância a todos os outros domínios das técnicas (alimentos, bebidas). Os aphrodisia não possuíam o estatuto de centralidade a ser conferido à carne pela pastoral cristã. Conforme argumenta o filósofo francês,

Será preciso toda uma evolução, que no monaquismo cristão vai ser sensível, para que o cuidado do sexo comece a equilibrar o da alimentação; mas as abstinências alimentares e os jejuns permanecerão por muito tempo fundamentais. E será um momento importante para história da ética nas sociedades europeias o dia em que a inquietação com o sexo e com o seu regime prevalecer de modo significativo sobre o rigor das prescrições alimentares. Em todo caso, na época romana, o regime dos prazeres sexuais se avizinha, num espaço relativamente limitado, com o grande regime alimentar, assim como, aliás, esses próprios prazeres estavam associados, no pensamento moral e nos ritos sociais, com a volúpia de beber e de comer (Foucault, 2021c, p. 124)

A relação com a esposa apresenta, como aludimos acima, maior estreitamento afetivo e uma atitude de compartilhamento mais perceptível. Tema já presente no período clássico, o casamento como “a arte de constituir a dois uma nova unidade” (p. 140) é reforçado e adquire maior proeminência no mundo imperial romano. A possibilidade de harmonização entre uma vida refletida voltada ao cuidado de si e o casamento ganha impulso nessas reflexões; ele não apenas é admitido como valorizado para a vida dedicada ao cuidado. Nessa arte da existência sob a forma da cultura de si, o casamento deve ser estilizado de acordo com os preceitos da arte.

A estilização está imbricada na defesa da exclusividade matrimonial sobre a atividade sexual. Embora não deva ser vista como elemento de um código impositivo

e nem sequer como regra habitual dentro da cultura de si, o monopólio conjugal sobre o ato sexual figura como uma provável inflexão quanto ao pensamento grego anterior. Um princípio de simetria entre os cônjuges está mais saliente, com uma crítica mais tenaz ao prazer sexual pelo marido fora de seu matrimônio. Sem implicar uma diminuição da autoridade masculina, o monopólio intraconjugal é uma manifestação da mesma autoridade, pois se o homem voltado ao cuidado de si pratica atos proscritos à sua esposa, ele decai abaixo dela no domínio ético.

Os prazeres no casamento passam a ser dotados de uma qualidade erótica (Eros), antes mais comum nas representações e reflexões sobre as relações com os rapazes; sem exclusão dos aphrodisia, porém com indicações sobre a cautela quanto aos arroubos demasiado apaixonados pela esposa, uma vez que não se deve amá-la como se ama uma outra mulher qualquer. Tais restrições de caráter voluntário endereçadas aos homens debruçados sobre o cuidado de si têm também a ver com as duas finalidades do casamento: a procriação e a organização de vida comum e partilhada. Nesse pensamento, a austeridade masculina deve ser exercida como respeito à dignidade da esposa e como atitude facilitadora quanto ao ideal de proximidade afetiva entre ambos.

A erotização do casamento pode ter contribuído, assim como as limitações sugeridas às possibilidades de gozo sexual fora do matrimônio e a diminuição da importância da *philia*, para a escassez da reflexão ética sobre as relações com os rapazes. Embora as práticas tenham prosseguido no mundo romano, a problematização parece ter sido rareada, pois “o que parece ter mudado não é o gosto pelos rapazes, nem o julgamento de valor que se faz sobre aqueles que têm essa inclinação, mas o modo pelo qual se interroga sobre ele” (p. 162). O Eros presente nas relações com os rapazes foi estendido para as relações matrimoniais e a amizade (*philia*) entre erasta e erômeno também foi objeto de uma operação semelhante.

Se as relações pederásticas e conjugais podem ambas comportar Eros, Afrodite (aphrodisia) e *philia*, as primeiras não podem possuir um elemento fundamental: a *charis* (consentimento ou aquiescência); pois o erômeno, se violentado, vai nutrir ódio pelo erasta, mas se ceder aos avanços do último, será alvo de desprezo por ter se comportado de forma passiva. Portanto, a relação com a mulher, e sobretudo com a esposa, é a única capaz de comportar essa *charis* como elemento que torna a relação conjugal a mais perfeita. A função da aquiescência é a de “integrar a relação sexual, com seus dois polos de atividade e de passividade

definidos pela natureza, nas relações recíprocas de benevolência e inscrever o prazer físico na amizade”. (p. 177)

Se a problematização sobre as relações com os rapazes teve sua importância diminuída para esses autores, as práticas, como dissemos acima, permaneceram e não tinham os acentos negativos e antinaturais a eles atribuídos posteriormente. Como argumenta Veyne (1987) “nessa sociedade, onde os censores mais severos viam na sodomia somente um gesto libertino, não se ocultava a homofilia ativa e os que eram propensos aos rapazes eram tão numerosos quanto os apreciadores de mulheres, o que diz muito sobre a natureza pouco... natural da sexualidade humana” (p. 41). Para os cidadãos romanos, os jovens escravos adquirem um papel mais destacado nessas relações, ao contrário dos gregos que valorizavam sobretudo os efebos livres. Entretanto, a desonra continua sendo lançada sobre a passividade do cidadão romano livre, semelhante então ao modelo grego. Mas isso não é tudo, pois entre as relações possíveis, há aquelas imorais e infames, quando “passava-se então da condenação moral a uma rejeição que qualificaríamos de racista. Isso era o que ocorria com passividade entre os homens livres, com as complacências infames para as mulheres, a cunilíngua, e, finalmente com a homofilia feminina, sobretudo contra a amante ativa: uma mulher que se toma por um homem é um mundo às avessas” (p. 47)

Vimos que a problematização moral dessa época helenística e romana nos dois primeiros séculos de nossa era pode ser caracterizada como dotada de uma desconfiança maior em relação aos prazeres e práticas sexuais. Embora vários temas sejam oriundos do período grego clássico e mantenham semelhanças e continuidades para com ele, uma consciência mais aguda quanto ao estatuto de fragilidade corporal dos homens pode ser distinguida ao modelo grego de valorização da virilidade e do corpo atlético e robusto. Não se deve daí depreender que os romanos não valorizassem o cultivo da beleza e da força dos corpos, mas que a marca da fragilidade foi aplicada como constitutiva e inerente ao homem. A desconfiança quanto aos impactos dos aphrodisia sobre a saúde aumenta, enquanto o amor conjugal é ressaltado e valorizado com maior intensidade e a reflexão sobre a relação com os rapazes declina em importância, embora as práticas tenham sido mantidas.

Longe de ver nisso uma prefiguração ou antecipação da moral cristã, deve-se ao contrário trazer à luz as influências das filosofias helenísticas e romanas “pagãs” sobre o que chamamos hoje cristianismo primitivo. Entretanto, se uma figura como

Clemente de Alexandria recebeu os influxos teóricos morais vinculados a essas escolas filosóficas, enxergar nas relações morais existentes nas primeiras comunidades cristãs, e sobretudo no pensamento dos autores cristãos mais destacados nesses tempos longínquos, mera imitação das ideias e temas presentes nas escolas filosóficas, constitui igualmente um equívoco.

#### 4.5 A CARNE NOS PRIMEIROS SÉCULOS CRISTÃOS

A formação da concepção cristã sobre as relações entre sujeito, ato sexual e verdade não se processou sem vários deslocamentos em temas importantes, alguns deles já presentes na ética helenística e romana anterior. Uma figura exemplar nessa discussão, Clemente de Alexandria buscou, no século II de nossa era, também sob influência da ética pagã, combater os grupos que pregavam a desqualificação da matéria, ou que visavam proibir o casamento entre os fiéis. Clemente de Alexandria procedeu de modo a evitar tanto a condenação do casamento quanto fazê-lo regra absoluta, pois enfatizou o brilho de uma vida sem atividades sexuais.

Conforme Foucault (2021d), sob a influência dos médicos e filósofos, ele estabeleceu uma noção do Logos como realidade presente tanto na ordem natural, na razão humana e na palavra divina. A partir dessa noção do Logos, Clemente de Alexandria estabelece algumas prescrições para as relações conjugais, tais como evitar tratar a mulher como amante, não desperdiçar a semente, manter a sobriedade. Sem estabelecer alguma novidade quanto a esses temas, temos em Clemente de Alexandria possivelmente “a primeira vez que se encontra desenvolvido todo um regime de atos sexuais que não se estabelece como tal em função da sabedoria e da saúde individual, mas, sobretudo, do ponto de vista das regras intrínsecas ao casamento” (p. 23). Podemos então ter aí o início de uma prática longeva de exame das relações sexuais dentro do casamento.

As atitudes racionais em confluência com o Logos divino levam o autor ao estabelecimento de algumas outras prescrições; a restrição das relações sexuais apenas dentro do matrimônio; abstinência durante as regras da mulher; abstinência também durante a gravidez. Para o homem, convém também atentar-se para os males e perigos oriundos do estrito ato conjugal e moderado. Temas já presentes em elaborações não-cristãs anteriores, mas agora fundamentados na noção de pecado que não escapa ao olhar de Deus, mas também o pecado cometido abala nossa

relação com o fragmento do Logos divino presente em cada um de nós através do afastamento dessa luz espiritual causado pelo ato impuro. Nesse sentido, “a temperança não é desprendimento quanto ao corpo, mas movimento do Logos incorruptível no próprio corpo” (p. 41) Sobre a importância da obra de Clemente de Alexandria em relação ao pensamento cristão inicial sobre os atos sexuais num contexto ainda marcado pelas influências estoicas, Foucault argumenta que

Por um lado, ele reuniu em um único conjunto prescritivo uma ética do casamento e uma economia detalhada das relações sexuais, definiu um regime sexual do próprio casamento – ao passo que os moralistas “pagãos”, mesmo quando não aceitavam as relações sexuais senão no casamento e para fins de procriação, analisavam separadamente a economia dos prazeres necessária ao sábio e às regras de prudência e de conveniência próprias às relações matrimoniais. E, por outro lado, ele deu uma significação religiosa a este conjunto de prescrições, repensando-o de uma maneira global em sua concepção do Logos (Foucault, 2021d, p. 45)

Embora ainda distante das formulações feitas pelos autores cristãos posteriores, não é em termos de menor rigor moral que sua obra deve ser avaliada, uma vez que não ocorreram grandes mutações entre o proibido e o permitido entre os séculos II e V. Mas a introdução de novos domínios de consideração e análise, como a virgindade, a abstinência sexual total e a noção de concupiscência, entre outros temas, marcam as transformações que permitem argumentar que “não foi tanto o código que foi reforçado, nem as relações sexuais mais estritamente reprimidas; o que pouco a pouco se forma é um outro tipo de experiência” (p. 46). Para essas mudanças, todo um complexo conjunto de fatores desempenhou um papel, mas dois deles se destacam: a disciplina penitencial e a ascese monástica, entre meados do século II e fins do século III, respectivamente.

A penitência e a vida monástica ajudam a iniciar o espaço de um novo modo de experiência e conhecimento de si que vincula o conhecimento de si, a purificação de si, o trabalho sobre si e uma relação entre anulação do mal e a manifestação da verdade. Daí a experiência cristã da carne que começa a ser desenvolvida tendo como elementos proeminentes a penitência e a ascese monástica.

A relação do batismo com a verdade apresenta quatro aspectos. A purificação das manchas geradas na vida anterior a ele; a marca de Cristo como pertencimento à sua comunidade; o novo nascimento como morte para a vida passada não-cristã; a iluminação, como a luz divina sobre o sujeito. Para a realização do batismo, deve-se estabelecer um aprendizado da doutrina, e ser submetido a um conjunto de prescrições e obrigações rituais. Dentro desses procedimentos, aparece

também a metanoia como penitência. Esta não deve ser compreendida apenas como mortificação e disciplina, mas sim como manifestação do sujeito, sendo que “desde suas formas pré-batismais, a penitência aparece como esta forma de exercício de si sobre si que deve ser coextensiva à vida inteira do cristão” (p. 58). A preparação para o batismo implica igualmente o entendimento de que não é por um simples rito que o perdão e a conversão serão dados, mas pela bondade e liberdade de Deus para perdoar.

O interrogatório, através de perguntas e respostas sobre a identidade e estatuto daquele que será batizado, as práticas de exorcismo, e a confissão constituem elementos que ajudam a estabelecer o batismo como evento no qual a verdade do sujeito deve ser obtida. A confissão, contudo, ainda não ocorre da maneira sistemática que será séculos mais tarde instituída; nesse contexto das primeiras comunidades cristãs, ela se dá então como “testemunho de si mesmo sobre si mesmo, atestação da passagem, mais do que da reminiscência, pela memória e o relato, de todas as faltas efetivamente cometidas” (p. 64).

Com as faltas cometidas por aquele já batizado, o problema da penitência ganha um sentido diferente. Se o batismo como purificação, atribuição da marca de Cristo, novo nascimento e iluminação não pode ser repetido a partir do cometimento de novos pecados, a penitência associada ao rito batismal poderá sê-lo. Essa nova penitência é menos um exercício a ser realizado do que estatuto adquirido, pois penitência após o batismo e em decorrência da mancha causada pelas faltas deve ser solicitada junto ao corpo eclesial. Se a demanda for aceita, o processo penitencial poderá levar meses, anos ou mesmo durar o resto da vida. Ele possui como elementos tanto as práticas de ascese e de obras quanto o respeito por interdições e exclusão parcial das cerimônias.

Nesse contexto penitencial após o batismo dois termos, *confessio* e *exomologese*, foram utilizados nos primeiros séculos. Embora os significados sejam matéria para divergência, uma vez que os termos podem ser entendidos como o ato da confissão ou como o conjunto da penitência, esse processo apresenta algumas etapas. Primeiro, a demanda da penitência, em casos específicos feita por meio da exposição detalhada dos motivos que levaram a tal demanda, mas em geral a exposição das faltas não era feita de forma exaustiva. *Confessio* ou *exomologese* não apenas como o conjunto final dos atos para a reconciliação, mas como o conjunto mais geral da penitência, pois “a penitência, [...] deve constituir uma espécie de

manifestação, de confissão renovada, atestando que cometemos um pecado, que nos reconhecemos pecadores e que nos arrependemos” (p. 83).

Podemos então dizer que os procedimentos de verdade, na penitência eclesiástica dos primeiros séculos, se agrupam em torno de dois polos: um é o da formulação verbal e privada – tem o papel de definir a falta com os caracteres que permitem apreciá-la e definir como seu perdão pode ser concedido; o outro é o da expressão global e pública, com o papel de manifestar, na dramaticidade mais intensa possível, ao mesmo tempo o ser pecador do penitente e o movimento que o liberta de sua falta. Certamente, trata-se aí de dois polos entre os quais se dividem as diferentes maneiras de manifestar, na penitência, a verdade do pecador e de seu pecado. Não são duas instituições independentes, nem duas práticas absolutamente estranhas uma à outra; elas se avizinham, interferem umas nas outras, e às vezes se misturam: havia muitas macerações secretas e exomologeses praticadas privadamente; temos também o testemunho de enunciações públicas e verbais das faltas cometidas por tal ou tal membro da comunidade. No entanto, permanece a possibilidade de reconhecer a implementação de [dois] tipos de práticas, duas maneiras de fazer aparecer a verdade: dizer a verdade da falta e manifestar o ser verdadeiro do pecador (Foucault, 2021d, p. 87)

Uma explicação para essa exigência de demonstração pública do seu estatuto penitente pode estar relacionada ao fato de que o cristianismo, constituído gradualmente como Igreja hierarquizada e com forte presença comunitária, não poderia aceitar a ocorrência de uma infração sem regular as formas de expiação dos pecados por aqueles que demandaram a penitência.

Outro elemento fundamental para as relações entre verdade e sujeito no cristianismo diz respeito à direção espiritual e às práticas do exame de si. Existente em tradições não-cristãs anteriores, sua estruturação em formas cristãs ocorreu inicialmente por meio da ascese monástica. Nesta, a direção assume importância fundamental, possuindo alguns caracteres destacados; entre eles, a direção como adestramento à obediência com objetivo de formar o hábito da renúncia às próprias vontades através da aceitação da vontade alheia. Para esse objetivo, o exame de si e a confissão a outrem são essenciais.

Diferentemente das práticas da direção e do exame em filosofias e técnicas anteriores, pautadas por uma relação com um mestre para fins específicos, como combater o luto ou a tristeza, ou objetivos mais amplos como a tranquilidade da alma ou o domínio de si, a relação de direção no cristianismo vai ser revestida por uma necessidade de submissão contínua e permanente ao diretor, assim como a obediência a ser estabelecida na relação de direção não deve ter outro motivo que não a própria obediência. Trata-se de uma eliminação da própria vontade para atingir um estado em que “o asceta só pode querer o que Deus quer” (p. 110)

Na vida monástica, deve-se evitar dois caminhos perigosos; o relaxamento em relação às práticas e tarefas exigidas nessa vida, mas igualmente o excessivo esforço nos exercícios ascéticos. Na verdade, o caminho mais perigoso é o do excesso (jejuns, orações etc.) pois ele pode conduzir a uma atitude orgulhosa e de autoconfiança por parte daquele que se dedica com demasiado ardor às práticas de ascese. O contexto da época tem influência para essas advertências, pois a formação da instituição monástica foi, em parte, uma reação contra práticas excessivas dos anacoretas que escapavam ao controle eclesiástico. A *discretio* (o caminho correto entre os dois extremos prejudiciais mencionados) não poderia ser atingida, porém, apenas pelo esforço pessoal do monge, mas sim pela direção espiritual, o exame de si e a confissão contínua ao diretor. Mas como fundamento para se atingir a via da *discretio*, a graça divina é fundamental, pois o combate com o Inimigo não pode ser conduzido sem a misericórdia de Deus.

Atingir o ideal da contemplação divina passa por um exame de si que torna os pensamentos objeto a ser continuamente verificado, explorado e discriminado. As origens, circunstâncias, motivos e possível influência maléfica do Inimigo devem ser buscadas e continuamente exploradas pelo monge no caminho da *discretio*. Menos interessado, contudo, em separar as opiniões verdadeiras das falsas do que procurar “a origem da ideia, sua marca, o que poderia alterar-lhe o valor” (p. 119). Todo esse exame contínuo e permanente dos próprios pensamentos não pode então ser empreendido como um exercício meramente individual, mas exige a confissão exaustiva ao diretor, pois este último é aquele que pode auxiliar o monge no sentido da discriminação dos pensamentos contra as armadilhas do mal.

Não apenas o diretor fornece ajuda inestimável nesse processo, mas também a própria verbalização dos pensamentos contribui para afastar as influências inimigas. Trazer à luz o que estava nos recônditos do monge pode impedir as artes sutis do Inimigo de exercerem efeitos quanto ao reto caminho da vida contemplativa. Verbalizar também contribui para vencer a vergonha, pois “se nos é difícil confessar um pensamento, se este se recusa a ser dito, se procura manter-se secreto, trata-se do signo de que é mau” (p. 121). Seguir a *discretio* com a ajuda divina, mas também através das práticas essenciais do exame de si e da confissão (*exagoreusis*) na direção espiritual. Confissão na vida monástica em um sentido específico, como “um trabalho para revelar não só ao outro como a si mesmo o que se passa nos mistérios do coração e em suas sombras indistintas” (p. 124).

A virgindade adquire relevo nas discussões deste período; distinta, porém, das práticas anteriores da abstinência recomendada. Tratava-se menos de uma abstinência sugerida para obtenção dos objetivos do cuidado de si que uma valorização da castidade total como caminho privilegiado para a salvação. Ponto igualmente importante, a virgindade deve ser mantida por meio de todo um conjunto de prescrições concernentes à relação consigo mesmo, envolvendo nessa relação o pensamento, a alma e o corpo. Em um autor como Tertuliano, a virgindade ainda não está tão vinculada ao componente espiritual quanto à observância de uma moral rigorosa, mas em autores posteriores ela adquire cada vez mais um estatuto espiritual diferenciado.

No século IV, Foucault nota uma modificação no tema da virgindade e na relação desta com as práticas exercidas na relação consigo. De fato, nesse século ela é aproximada com o “desenvolvimento da ascese, organização do monaquismo, implementação de técnicas para o governo de si mesmo e dos outros, organização de um regime complexo da verdade das almas” (p. 148). O tema da virgindade é associado neste contexto a uma discussão previamente existente na filosofia pagã: os inconvenientes do casamento. Dentro do pensamento cristão da época, no entanto, a virgindade, ainda que aproximada do tema antigo da vida tranquila como a ideal a ser alcançado, não pode ser alcançada sem o devido combate espiritual com as forças inimigas.

Alguns caracteres da reflexão cristã sobre ela devem ser destacados: a virgindade como escolha livre, uma vez que sua distinção e valor espirituais só podem ser estabelecidos a partir de uma liberdade na escolha; pois se, ao contrário, fosse obrigatória, perderia seu elevado valor. Outro aspecto, sua relação com o tempo e espaço paradisíacos e com a salvação futura; no primeiro pois a virgindade é associada com a pureza existente antes da Queda, mesmo que a diferenciação sexual do primeiro casal seja geralmente aceita no Paraíso pelos exegetas cristãos. A virgindade é associada com o paraíso por vir, não apenas em sentido metafórico, mas como uma realidade presente nesta vida.

Virgindade também associada ao tempo do mundo, pois a queda provocou duas consequências principais: a reprodução sexual e a morte. Quando do período dos profetas, a virgindade não era tão valorizada pois era necessário povoar a terra e nessa época a lei da morte estava presente, com a proximidade dos homens ao pecado original e a dificuldades em manter a pureza pela revolta da carne, mais forte

naqueles tempos. Com a vinda de Cristo, porém, a via para a pureza virginal foi possibilitada. Além disso, a perspectiva quanto à iminência da volta de Cristo torna a virgindade um ideal valorizado, pois com a proximidade do fim dos tempos, os assuntos mundanos como o casamento devem perder relevância e a ascensão espiritual através da pureza adquire centralidade.

Contribuiu para a valorização da virgindade a noção que coloca a virgem como noiva de Cristo, possuída por um desejo e pelo amor do espírito, o que a torna preenchida pela presença Dele em seu ser. Com o tema da virgindade no século IV, opera-se um deslocamento quanto à sua defesa, deixando de ser prescrita como abstenção total para ser valorizada como signo da elevação espiritual e da união com Cristo em vida. Assim, “o lugar central do sexo na subjetividade ocidental marca-se já nitidamente na formação desta mística da virgindade” (p. 169)

Com o desenvolvimento da vida monástica e sua separação da vida leiga, alguns conjuntos de preceitos e práticas constituíram uma nova tecnologia de si. Com essas tecnologias, abriu-se um novo domínio, o do pensamento. O exame contínuo do próprio pensamento não faz sem “um processo de conhecimento que faz da obrigação de procurar e de dizer a verdade de si mesmo uma condição indispensável e permanente da ética” (p. 205)

No século IV a reflexão cristã sobre o casamento é desenvolvida, com as relações entre os esposos como objeto. Para esse fenômeno, a influência das técnicas monásticas pode ter desempenhado um papel. Sobre o contexto político da época e as relações entre os rigores da vida monástica e a vida mundana, na qual o casamento deveria ser um elemento proeminente, Foucault afirma o seguinte:

Ora, este fenômeno não pode ser separado das novas relações que, na mesma época, se estabelecem entre o cristianismo e o Império. Dois processos então se cruzam. Instituição a princípio reconhecida, depois oficial, a Igreja cristã ocupa cada vez mais facilmente e visivelmente funções de organização, de gestão, de controle e de regulamentação da sociedade. E a burocracia imperial, por sua parte, procura fazer crescer, cada vez mais, para além das estruturas tradicionais, sua ascendência sobre os indivíduos. No ponto de cruzamento desses dois processos, vemos produzir-se este efeito paradoxal: práticas e valores que se tinham desenvolvido ou intensificado em modos de vida em ruptura explícita com o mundo e a sociedade civil põem-se a funcionar, não sem atenuação e modificação, em formas institucionais sustentadas ou apoiadas pela organização do Estado e de estruturas políticas gerais (Foucault, 2021d, p. 209)

Embora não tenha havido uma ruptura completa com certas regras para o matrimônio existentes na filosofia pagã, elas foram modificadas e inseridas em um contexto de ascetismo atenuado para a vida conjugal. Um autor como João

Crisóstomo é um representante dessa reflexão sobre o casamento cristão no período em questão. Crisóstomo é um dos autores a fazerem uma aproximação entre casamento e virgindade, posicionando o primeiro não como um mal menor quando confrontado com o ideal da virgindade, mas conferindo a ele um valor positivo, uma vez que “a virgindade restitui o estado paradisíaco realizando sobre a terra uma vida angelical; o laço matrimonial faz menos, sem dúvida, mas lembra a unidade de substância da Criação” (p. 216).

Alguns princípios podem ser destacados nessa reflexão sobre o casamento e as relações entre os cônjuges, tais como o princípio da desigualdade natural, o princípio da complementaridade, princípio do dever de ensino ligado ao respeito do pudor, princípio da permanência do laço e da reciprocidade das obrigações, princípio de um laço afetivo. Embora esses princípios estejam próximos das regras e sugestões da filosofia pagã e de autores cristãos como Clemente de Alexandria, eles são integrados a uma concepção moral e teológica cristã (Criação, Redenção, salvação, pecado etc.)

Crisóstomo, contudo, não estabelece junção direta, como autores cristãos anteriores e posteriores, entre casamento e procriação. O casamento é, mais do que a forma consagrada permitindo a procriação legítima, um meio para controlar a concupiscência, assim como a virgindade, aproximando assim o casamento das prescrições do ascetismo. O casamento deve funcionar de maneira tal que a concupiscência de cada um seja controlada dentro de um regime ascético moderado. As práticas de abstinência sexual podem ser efetuadas, desde que acordadas mutuamente, o que provoca a crítica da decisão unilateral de praticar a abstinência, tendo em vista a regulação da concupiscência. Enquanto as hierarquias e diferenças entre o marido e mulher são bem marcadas nessa reflexão, uma igualdade jurídica é estabelecida entre eles no que concerne ao primado do controle da concupiscência. Além da igualdade jurídica, uma relação de propriedade sobre o corpo do outro no casamento, propriedade no sentido do uso desse corpo para aplacar o próprio desejo.

As noções de igualdade jurídica e de propriedade sobre o corpo estão baseadas na ideia de que “o corpo, após a queda, é o lugar dos excessos da concupiscência; e porque, uma vez que alguém se casa para colocar um limite a esses excessos, demanda-se ao outro assegurar essa limitação” (p. 232). Mais ainda, quando não se cumpre seus deveres quanto ao desejo do outro, a salvação dele pode estar ameaçada. Daí a noção do débito conjugal para com a concupiscência e que

deve ser pago para evitar as ameaças em torno de um desejo não satisfeito (dentro das formas estritamente naturais do ato sexual, é claro) e seus possíveis efeitos sobre a salvação do cônjuge. A noção do débito conjugal, presente em Crisóstomo, mas não apenas em sua obra, terá ainda um longo futuro no edifício jurídico construído a partir da Idade Média, para regular as relações matrimoniais. No entanto, deve-se fazer uma ressalva sobre a influência da ascese monástica sobre os temas mundanos, como o casamento, pois,

A simetria entre a arte da vida monástica e a arte da existência matrimonial não deve ser superestimada. Bem entendido, as diferenças são inumeráveis. E no que tange ao tema preciso da concupiscência, é preciso também constatar que a ascese monástica dará lugar a práticas de vigilância constante de si, de deciframento dos próprios segredos, de pesquisa indefinida nas profundezas do coração, de elucidação daquilo que pode ser ilusão, erro e engano com relação a si mesmo; ao passo que os preceitos da vida matrimonial tomarão muito mais a forma de uma jurisdição do que de uma veridicção, e o tema da dívida dará lugar a um trabalho incessante de codificação e a uma longa reflexão de jurisprudência (Foucault, 2021d, p. 235)

Em Agostinho, as relações entre casamento e virgindade são tornadas mais complexas, uma vez que, se o primeiro não deve ser proibido e a segunda não deve ser imposta, ambos fazem parte de um feixe maior de relações dentro da Igreja e que torna o conjunto mais perfeito do que as partes individuais. Assim, embora a virgindade continue sendo considerada um ideal superior ao casamento, Agostinho dá ênfase ao casamento. Mais importante, ele constrói, através da noção do sujeito de desejo, um sistema que abarca virgindade e casamento e permite explicar ambos a partir da experiência paradisíaca anterior à Queda e da concupiscência decorrente dela.

Um problema debatido entre os exegetas diz respeito aos impasses a respeito da diferenciação sexual antes da Queda, à injunção divina sobre o “crescei e multiplicai-vos”, e à natureza da ajuda da mulher ao homem no paraíso. A interpretação agostiniana do relato do Gênesis sobre as relações entre Adão e Eva é fundamental para sua teoria da concupiscência. Ao contrário de outros exegetas, Agostinho não nega a possibilidade de relações sexuais no paraíso antes da Queda. Enquanto esses autores anteriores admitiam a possibilidade de uma reprodução humana espiritual e a diferença sexual entre Adão e Eva como um elemento que marca a eventualidade da Queda efetuada posteriormente e que não teve uso físico na vida edênica, dando menor relevo ao problema da ajuda da mulher, Agostinho segue outro caminho.

Para outros autores, a ato sexual é um dos efeitos da desobediência do primeiro casal à vontade divina, assim como a morte. Para o bispo de Hipona, contudo ato sexual físico poderia ter existido se não tivesse ocorrido o evento da Queda. O ato sexual teria como objetivo a constituição da *societas* humana como “uma multiplicidade de indivíduos ligados entre si por uma identidade de natureza e um parentesco de origem” (p. 254). Assim a multiplicação não se deve aos efeitos da morte sobre a humanidade após a Queda, mas sim para a formação de uma sociedade humana. Assim, sua explicação sobre o papel da ajuda da mulher é feita através dessa *societas* planejada. Nesse argumento agostiniano, “relação sexual e geração não pertencem mais, de maneira unívoca e necessária, à economia da queda. Já têm lugar, com o casal dos dois primeiros humanos desejados por Deus, na ordem de uma criação ainda não alterada pela queda” (p. 255)

Nesse sentido, tanto como casamento quanto a virgindade e a abstinência ascética contribuem para a salvação futura. O casamento é dotado de valor pois os cônjuges se submetem “à lei do casamento único que figura simbolicamente a unidade vindoura da sociedade celeste” (p. 259). A concepção agostiniana do casamento possui alguns elementos dados a partir da noção de *societas*. O laço jurídico estabelece o casamento como fundamento da sociedade, independente da procriação, embora esta seja essencial para a humanidade em seu destino. O laço jurídico matrimonial é considerado a partir das instituições e suas leis, mas também por meio dos princípios justos oriundos das leis religiosas e pelas ligações das almas e dos corpos. Daí o elemento da *fides*, irreduzível ao direito e comportando elementos positivos como os apegos, os compromissos, o respeito mútuo. A *fides*, contudo, não é própria ao matrimônio cristão; mas um outro elemento o é: o sacramento. Este não deve ser entendido como o sacramento institucional que só será oficializado tempos depois. O sacramento aqui é uma espécie de marca divina dada ao casamento e que não pode ser removida por vontade humana.

Para Agostinho, assim como para outros antes dele, o ato sexual no matrimônio deve ter como finalidade a procriação. Contudo, mesmo aí dois conjuntos de faltas podem ser cometidos, os excessos para além da procriação e os usos contra natureza, os quais empregam outras partes do corpo da mulher que não são destinados ao ato sexual correto e natural. As faltas contra a natureza são consideradas pelo bispo como bem mais graves. O tema referente ao uso do corpo

alheio dentro do casamento para regular a própria concupiscência continua presente, mas com algumas distinções. Sobre isso Foucault nota que

Parece possível compreender que a relação conjugal, se for realizada, de uma parte e de outra, por causa da concupiscência de cada um dos dois, sai das regras estritas do casamento e, conseqüentemente, pode se tornar uma coisa grave. Entretanto, pode permanecer nos limites da indulgência do venial sob uma condição: que nos atenhamos àquilo que é honesto (isto é, aos gestos delimitados pela vontade de procriação, embora esta vontade não esteja presente) ou, de uma maneira geral, àquilo que é “do casamento”: isto é, o nascimento possível de uma progenitura e o cumprimento do dever (Foucault, 2021d, p. 269-270)

A teoria da concupiscência agostiniana e a economia do desejo por ele estabelecida devem ir além da mera condenação ao excesso dos atos para marcar o mal presente no desejo como decorrência da Queda produzida pela desobediência humana no paraíso edênico. Como visto acima, as atividades sexuais físicas não são excluídas, ao menos potencialmente, das relações entre o casal primordial. Entretanto, as relações físicas não poderiam ser da mesma forma como as conhecemos em nossa condição atual; delas estão excluídas a presença da libido ou concupiscência. Nessas relações sexuais edênicas, todos os movimentos correspondem à razão e às intenções do sujeito, não havendo os abalos e os impactos causados pela atividade sexual por nós conhecida.

Essa relação controlada e ausente de abalos violentos sobre o corpo e os afetos foi rompida pelo ato de desobediência do primeiro casal quanto à ordem instituída no paraíso por Deus. Com isso, “o castigo-consequência da falta não inscreve entre a alma e o corpo, entre a matéria e o espírito, mas no próprio sujeito doravante em revolta contra si (corpo e alma incluídos) [...] uma cisão marca sua própria vontade que se divide, se volta contra si, e escapa àquilo que ela mesma pode querer” (p. 280).

A interpretação feita por Agostinho pretende que logo após o cometimento do pecado original, Adão e Eva viram seus corpos nus e sentiram não apenas vergonha e humilhação, mas também o movimento involuntário do desejo que produziu efeitos corporais. Daí a necessidade de cobrir os corpos, coisa que não havia antes do pecado. Sua visão masculina e fálica da libido leva o bispo a conjecturar que o movimento de cobrir o corpo também pela mulher se deve ao efeito dele sobre a libido masculina. A concupiscência é então o movimento involuntário que permanece como castigo e marca da desobediência humana. Todos os descendentes do casal primordial carregam essa marca concupiscente, a qual é apagada pelo batismo, mas

sem produzir o desaparecimento da concupiscência, pois ela se tornou constitutiva da vontade humana após o pecado original.

Com essa interpretação surge o problema da responsabilização do sujeito por seu desejo e seus atos, pensamentos e prazeres. Se ele é levado por uma vontade que remonta ao casal original, sua culpabilidade parece difícil de sustentar. Em Agostinho, contudo, a concupiscência não é algo exterior à vontade do sujeito, sendo, ao contrário, marca da própria vontade humana. A concupiscência não aparece como causa, mas como efeito do pecado original. Ela é atualizada, contudo, em cada novo ser humano, pois sua concepção não poderia ter acontecido sem o ato sexual concupiscente. O batismo desfaz a concupiscência como pecado em ato, mas ela permanece como aquilo que induz o sujeito ao cometimento do pecado. A concupiscência permanece como sinal da fraqueza e da enfermidade do homem, também apresentando como característica inelutável sua força sobre os movimentos involuntários da alma e do corpo.

A teoria agostiniana permite aplicar sobre o casamento uma judicialização das relações matrimoniais pela presença da vontade concupiscente produto do pecado original. Para tal, as noções de *usus* (uso) e de *consensus* (consentimento) desempenham papel essencial. Nesse sentido, o que caracteriza o consentimento não é a aceitação de um objeto externo à vontade, nem um ato real ou aceitação do desejo no pensamento, mas “um ato da vontade sobre ela mesma – e mais sobre sua forma do que sobre seu objeto. Quando o sujeito consente, não abre as portas para o objeto desejado, ele se constitui e se confirma a si próprio como sujeito desejante; desde então, os movimentos de sua concupiscência lhe são imputáveis” (p. 298). Resta então o problema de demonstrar como o casamento pode ser algo positivo enquanto a concupiscência como marca involuntária da vontade humana está nele presente, mesmo em princípio quanto aos atos sexuais voltados para a procriação. Segundo Foucault, o que permite a Agostinho ultrapassar o problema e sustentar o valor positivo do casamento se faz pelo emprego das noções de uso e uma distinção entre duas formas de consenso. Deste modo,

Ora, a noção de *usus* permite precisamente conservar estas duas teses, mas na condição de operar duas dissociações: na relação conjugal, entre o movimento da *libido* e o ato da vontade; e neste ato de vontade, entre o consentimento que se poderia dizer “objetivo” a este próprio movimento (e que não se pode recusar, porque ele é inseparável da relação sexual) e o consentimento ou o não consentimento subjetivo a esta concupiscência como forma de vontade: com efeito, nesta relação sexual, pode-se querer satisfazer a concupiscência, isto é, querer esta forma decaída de querer, ou querer engendrar filhos, evitar que seu cônjuge caia na fornicção. Na relação

conjugal, se o desenvolvimento do ato sexual não é modificável em sua estrutura de concupiscência, o consentimento, por sua vez, é modificável; ele permanece livre. O *usus* é, pois, uma certa modalidade do jogo entre consentimento e não consentimento. Ele pode fixar fins tais que o sujeito não quererá a si próprio como sujeito concupiscente no momento em que comete um ato cujas condições de realização implicam a concupiscência (Foucault, 2021d, p. 299-300)

A distinção entre consentimento objetivo e subjetivo e a noção de uso aponta para uma teorização do sujeito como ser ao mesmo de desejo e de direito, pois a concupiscência está presente na própria natureza humana após o pecado original, enquanto o consentimento no espaço matrimonial torna-se fundamental para saber se houve ou não um uso não concupiscente da concupiscência, uso não concupiscente quando se tem como objetivo a procriação e a regulação do desejo do cônjuge, para evitar seu pecado e auxiliar em sua salvação. Tudo isso abre possibilidades para codificações mais detalhadas sobre o ato sexual no matrimônio, o que será feito sob impulso mais sistemático a partir do século XIII. Permitiu, porém, a caracterização tanto da virgindade quanto do casamento como combates contra a natureza concupiscente do homem.

A teorização de Agostinho em torno das relações entre Adão e Eva não pode ser subestimada em relação aos exegetas anteriores e contemporâneos. Como sublinha Brown (1990) para autores como Gregório de Nissa, Ambrósio ou Jerônimo, “o casamento, a relação sexual e o paraíso eram tão incompatíveis [...] quanto o casamento e a morte” (p. 328). De fato, o bispo de Hipona empreendeu o mais longo exame sobre o sexo e suas vicissitudes dentro do quadro histórico da Igreja primitiva. Um dos resultados desse longo exame agostiniano foi o de ter situado “a sexualidade irremovivelmente no centro do ser humano” (p. 347). Mas também não pode ser subestimada em relação aos efeitos de longuíssimo alcance sobre as representações ocidentais vinculando sujeito, desejo e verdade. Segundo Brown, “ele criou um humanismo obscuro, que ligou o passado pré-cristão ao presente cristão numa desconfiança comum do prazer sexual. Foi uma herança opressiva a legar às eras posteriores” (p. 350).

Vimos que, embora, certos temas (casamento, moderação nos prazeres sexuais, relações com esposa, cuidados com o corpo etc.) tenham provocado a reflexão e problematização moral tanto para os “pagãos” quanto para os cristãos, e em que pesem também as influências da filosofia pagã sobre o pensamento cristão nos primeiros séculos de nossa era, a grande diferença a ser feita remete à relação do sujeito consigo mesmo e com a verdade e os prazeres sexuais. Enquanto os

gregos da era clássica buscavam o domínio de si diretamente associado ao domínio dos outros na esfera política, colocando a ênfase na busca pela moderação e condenando a passividade que não poderia ser assumida por um cidadão livre e participante nas decisões políticas; e enquanto os autores helenísticos e romanos aprofundaram o cuidado de si com múltiplas técnicas, mas também sublinharam a fragilidade constitutiva do corpo, a desconfiança em relação aos prazeres excessivos e sua proximidade com a doença e a morte, além da busca por um estado de independência face aqueles eventos da vida que estão além de nossas forças e valorizando por fim o vínculo matrimonial baseado no afeto mútuo e no respeito entre os cônjuges; a reflexão cristã, mesmo influenciada pelos filósofos e médicos “pagãos”, colocou temas antigos numa problemática envolvendo as relações do sujeito consigo mesmo e com sua verdade, relações sujeito-verdade nas quais a direção espiritual assume caráter fundamental e para além dos objetivos mais imediatos.

A obediência completa, a anulação da própria vontade, o combate com o Inimigo, o batismo e a penitência como manifestação da verdade do sujeito pecador, o exame de si e a confissão a outrem como purificação e expressão da verdade de si em busca da salvação espiritual, a virgindade e o casamento como formas de combate contra a concupiscência e o homem dotado de uma vontade decaída marcada pela Queda, são todos elementos que mostram a centralidade que o desejo sexual foi assumindo na sociedade ocidental ao longo dos últimos milênios. As mudanças operadas nas relações entre os deuses pagãos e aqueles que os cultuavam e o Deus cristão com sua comunidade em forma de Igreja foram também consideráveis. Conforme Veyne (2011), “os deuses antigos cuidavam mais de si próprios do que de servir de fundamento transcendente ao poder, dar a Lei aos homens ou pilotar reinos e impérios [...] A Providência cristã, ao contrário, age de modo permanente e garante a ordem do mundo pela glória de Deus” (p. 52-53). Nessa relação tão forte entre homens e Deus, a verdade do desejo concupiscente levaria à necessidade, para a salvação do cristão, de toda uma tecnologia complexa em torno da problemática da carne.

Os efeitos de longo alcance da confissão e dos outros procedimentos cristãos sobre a formação da noção do sujeito de desejo, influíram sobre toda um modelo social que faz do sexo ponto proeminente, uma vez que “não é apenas a sociedade, cultura e as instituições que fizeram o sexo falar, mas o sexo que fez a sociedade falar, se dizer nos canais discursivos da confissão, a partir de uma

verificação da concupiscência e dos desejos inconscientes e incontroláveis. O próprio sexo se coloca como esse elemento entre a prática e a teoria, constituinte do sujeito” (Calçado, 2012, 151-152).

O pensamento cristão apresenta uma escapatória para esse sujeito condenado à danação por sua natureza corrompida pelo pecado. Como afirma Rago (2019), essa escapatória se faz pelo mecanismo de “produzir uma cisão definitiva em seu próprio ser [...] Suspeitar de si mesmo, reconhecer-se como pecador e obedecer servilmente fazem parte do mesmo movimento daquele que renuncia a si mesmo e que aceita ser governado pelo outro” (p. 178). Daí deriva o longo processo de formação de uma pastoral cristã dedicada à necessidade de conhecer os recônditos da vida de todos os membros do rebanho, mas igualmente de cada um deles.

Poder pastoral não existente no mundo político grego<sup>95</sup>, mas que possui origens em povos antigos como os hebreus. O pastorado não é, como o poder soberano, exercido sobre um território, mas sobre um rebanho; é também um poder benfazejo, pois visa a salvação de todos através do cuidado contínuo e o zelo a ser aplicado ao rebanho. Mas é também individualizante, porque não deve negligenciar nenhum membro desse rebanho. Conforme Foucault (2008), enquanto para os gregos o líder político e o magistrado não eram pastores, mas sim tecelões, pois o homem político deve ligar os elementos formados pela educação, pelas diferentes virtudes, “e vai tecê-los com a lançadeira de uma opinião comum que os homens compartilham” (p. 194); o poder pastoral, que será básico para a religião cristã e influenciará depois na formação de uma racionalidade governamental moderna<sup>96</sup>, se constitui no Ocidente como vinculado à criação de uma comunidade religiosa organizada em torno de uma Igreja, cujo objetivo é o de conduzir as vidas de seus fiéis em direção à salvação eterna.

Mas enquanto entre os povos antigos que tiveram presente tal modelo em sua organização social, política e religiosa, como os hebreus, a liderança pastoral era sobretudo atribuída a Deus e não havia uma institucionalização da relação pastoral; o poder pastoral na Igreja cristã vai ser o encadeamento indispensável a subsumir todas as outras interações entre os membros de seu rebanho. O poder pastoral, contudo,

---

<sup>95</sup> O que não impede a existência possível de alguns elementos do pastorado em comunidades e escolas filosóficas como a pitagórica, em práticas de direção de consciência, em comunidades pedagógicas e escolas de ginástica no mundo grego antigo (Foucault, 2008).

<sup>96</sup> A despeito das mudanças e deslocamentos que sofreu ao longo de dois milênios.

não deve ser confundido com o poder político, uma vez que, a despeito das múltiplas interações harmoniosas ou conflituosas entre os dois tipos de poder, a heterogeneidade entre eles constitui, segundo Foucault, um traço bastante particular do Ocidente.

O poder pastoral, irreduzível à lei e ao poder soberano, da mesma forma irreduzível quer seja aos modelos pedagógicos, quer aos procedimentos retóricos, deve ser entendido como arte de governo dos homens; governo no sentido de uma “arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência” (p. 219). Esse objetivo de governo não poderia ser instituído sem a consideração do poder pastoral pela salvação, pela lei divina e pela verdade. Entretanto, os três elementos não são suficientes para definirmos a especificidade do poder pastoral cristão, pois o que ele instaura é, através de sua ocupação para com todos e cada um, é a relação de dependência integral do sujeito ao pastor, uma relação destituída de finalização entre eles, e uma relação com a verdade, seja na condução da conduta cotidiana, na direção de consciência e no exame de consciência, diretamente ligado à direção.

O cristianismo instaura então um regime de verdade, ou um conjunto de regimes, que vai ter consequências de longuíssimo alcance para as relações de poder e saber na sociedade ocidental. Por regimes de verdade deve-se entender “os tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus procedimentos, aos sujeitos que são seus operadores, testemunhas ou, eventualmente, objetos” (Foucault, 2014, p. 91). Uma arqueologia dos regimes de verdade não deve ser feita a partir da divisão entre conhecimento científico e ideologia, mas buscando estabelecer os modos de vinculação entre sujeito e a verdade por ele articulada. Os regimes de verdade desenvolvidos pelo cristianismo podem estar ligados à manifestação da fé, ao reconhecimento das faltas. Para o reconhecimento das faltas, toda uma consciência de si deveria ser cultivada, para a qual contribuíram os procedimentos do batismo, da penitência e da direção de consciência.

#### 4.6 DOIS MODELOS DO SEXO E A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES

Não se deve enxergar nas elaborações antigas sobre os prazeres apenas descrições médicas e filosóficas tomando como objeto somente o homem. Ou melhor, o corpo do homem foi tomado como modelo e medida para o que se especulou sobre o corpo da mulher. Para as bases desse modelo contribuíram, em diferentes graus e com argumentos diversos, autores como Aristóteles, Galeno, Areteu e Soranus. Porém, mesmo com o surgimento das modernas anatomia e fisiologia humanas, o modelo de sexo único, ou seja, o homem como modelo, permaneceu crível até o século XVIII. Aquilo que hoje chamamos gênero era o fator principal e o corpo da mulher foi representado e teorizado como um corpo masculino inferior e menos perfeito; o calor vital, não devendo ser entendido como calor físico passível de mensuração, da mulher era menor e foi questionada sua participação “ativa” no processo reprodutivo. Como sublinha Laqueur (2001), “nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (p. 16).

O modelo do sexo único permaneceu a despeito das pesquisas anatômicas e fisiológicas modernas até ser gradualmente suplantado pelo modelo dos dois sexos entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX, com os corpos masculino e feminino agora sim devidamente reconhecidos em sua suposta verdade biológica e em sua incomensurabilidade estrutural e funcional. Menos um efeito do avanço científico do que um produto de dois desenvolvimentos analíticos: um epistemológico e o outro político.

No final do século XVII, em certos contextos específicos, o corpo não era mais visto como microcosmo de uma ordem maior, na qual cada partícula da natureza é posicionada dentro de várias camadas de significação. A ciência não mais gerava as hierarquias de analogias, as semelhanças que levavam o mundo inteiro a tentativas científicas [...] O sexo do Iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – foi tornado possível por essa mudança epistêmica [...] A política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia. Falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava (Laqueur, 2001, p. 22)

Quando o sexo era menos importante que o gênero, as prescrições e costumes do vestuário apresentavam grande importância, pois a facilidade para passar de um gênero para outro levava ao problema do rigor quanto à indumentária. Categorias de gênero (ativo/passivo e quente/frio) e papéis sociais, como o de pai, eram mais relevantes para a distinção entre os indivíduos; a natureza biológica e os efeitos de diferenciação oriundos dela para a representação moderna sobre a irreduzibilidade entre corpos masculinos e femininos não eram percebidas ou levadas

em conta para a organização social. No século XIX, porém, o comportamento deixa de ser fundamental para as distinções e a biologia passa a reinar como base concreta, material e incontestável para a sexualidade. Daí em diante, “qualquer noção de ambiguidade ou neutralidade genuinamente sexual é bobagem, pois o sexo está absolutamente dentro e por todo o corpo” (p. 172)

A nomenclatura para os órgãos reprodutivos femininos, apenas no século XVIII foi estabelecida em sua especificidade e, portanto, como distintos dos órgãos masculinos. Por exemplo, apenas nesse século “o ovário, e não as pedras femininas ou o testículo feminino, passou a designar seu equivalente feminino” (p. 200). Com o modelo biológico dos dois sexos o útero, e em seguida o ovário, foram considerados como estreitamente vinculados ao comportamento, às emoções e sentimentos, ao intelecto, em suma, ao caráter mais profundo e essencial do “ser mulher”. Essa virada para uma definição da mulher a partir de sua biologia irredutível àquela do homem, pode estar associada à figura moderna do homem como ser que vive, trabalha e fala, tendo a biologia, como também a economia política e a filologia, como matrizes de definição desse homem moderno (Foucault, 2000). Provavelmente relacionada também ao que Le Breton (2007) afirmou sobre a preponderância dos saberes médicos e biológicos. Segundo ele,

A visão moderna do corpo nas sociedades ocidentais, que de alguma forma oficial é representada pelo conhecimento biomédico, pela anatomofisiologia, repousa sobre a concepção particular de pessoa [...] Essa concepção implica que o homem esteja separado do cosmo (não é mais o macrocosmo que explica a carne, mas uma anatomia e uma fisiologia que só existe no corpo), separado dos outros (passagem da sociedade de tipo comunitária para a sociedade de tipo individualista onde o corpo encontra-se na fronteira da pessoa) e, finalmente, separado de si mesmo (o corpo é entendido como diferente do homem) (Le Breton, 2007, p. 26)

A medicalização do corpo feminino foi estabelecida de maneira forte entre os séculos XVIII e XIX, quando aos médicos foi atribuída a competência exclusiva sobre esses corpos. Esse período marcou o instante histórico no qual foram desenvolvidas e dominadas pelos médicos um conjunto de tecnologias que combateu ameaças à sobrevivência de mulheres e crianças; dentre elas, o desenvolvimento de protocolos de assepsia, os métodos anestésicos e os procedimentos cirúrgicos obstétricos. De acordo com Vieira (2002), no contexto brasileiro do século XIX, as primeiras escolas médicas “propõem a hospitalização do parto em benefício do ensino médico e da apropriação e desenvolvimento da prática obstétrica” (p. 29). A análise feita sobre as teses médicas da época mostra algumas características desse processo através dos temas e argumentos contidos nelas.

Para a medicalização, além das novas tecnologias, a desvalorização dos conhecimentos das mulheres sobre seus corpos foi adotada pelo discurso médico em função de sua “natureza feminina” degenerada, quando “a doença passa a ter um significado de degeneração moral, e a ideia de mulher relaciona-se a ideia de periculosidade” (p. 30). Uma sociedade sadia requer uma população feminina sadia, ao menos para aquelas mulheres pertencentes às parcelas mais privilegiadas. Estas últimas tinham, segundo o discurso médico higienista, sua natureza feminina atenuada por seus lugares nos segmentos sociais mais elevados, sendo beneficiadas pelo acesso aos modos e comportamentos civilizados, o que não ocorria com as outras menos afortunadas, nas quais a natureza feminina estava mais próxima da animalidade pela ausência do efeito moral da civilização.

A norma imposta à mulher, vinculada diretamente ao seu particularismo biológico, rotulava como desvio patológico o não cumprimento do seu destino, desvio caracterizado como doença, cujas repercussões sobre a estrutura social deviam ser evitadas e corrigidas, caso necessário. Daí a importância dessa medicalização para a sociedade, pois ao saber médico será atribuída a função de regulá-las através de sua verdade. Nesse sentido,

A via para medicalizar o corpo feminino vai ser a questão da reprodução; daí o discurso médico atribuir particular importância à educação das mulheres. Por trás dessa questão, evidentemente, está a valorização da vida e o significado da preservação de determinados segmentos sociais, sendo que essa valorização obedece às normas sociais vigentes. A higiene social inaugura uma época em que o discurso médico está voltado para construção de uma sociedade sadia. Esse discurso, tem como alvo, no entanto, uma parcela da sociedade, já que o projeto educacional para as mulheres visava a uma elite que necessitava preservar-se, evitando as doenças e a mortalidade, principalmente a infantil (Vieira, 2002, p. 36)

Para essa mulher encarregada da criação dos futuros cidadãos brasileiros, algumas obrigações foram sublinhadas no discurso médico. A amamentação tornou-se um dos principais objetos de preocupação higienista, sendo vinculado ao amor exigido pelos filhos, porque “a mulher que não amava seus filhos era uma aberração, uma criatura desnaturada” (Martins, 2004, p. 273). Ainda mais importante que a amamentação, a mulher deveria ser a principal responsável pela educação dos filhos. Mas para educar corretamente, a futura mãe deveria ter passado ela mesma por um processo formativo. Contudo, as teses médicas da época enfatizaram o lado físico e moral da educação das jovens, domínios necessários para a preparação para a futura mãe e esposa. A educação intelectual foi relegada a segundo plano, devido também à influência das teorias biológicas e medidas craniais que mostravam o menor desenvolvimento cerebral feminino. De acordo com Martins (2004),

O que os médicos do século XIX pretendiam inculcar nas mentes e nos corpos das mulheres era que sua natureza não estava somente à disposição de interesses egoístas ou particularistas, como a transmissão do sangue e do nome família, mas de valores muito mais importantes e coletivos, como a raça, o vigor de um povo, o sangue de uma nação. Assim, os médicos e outros intelectuais do final do século XIX procuraram transformar a maternidade em uma função política de extrema importância para ser abandonada às mãos de leigos. (Martins, 2004, p. 209)

Entretanto, a medicalização não se deu sem conflitos. Tanto na Europa quanto no Brasil, uma longa tradição de partos realizados por parteiras foi sendo substituída pelos saberes e procedimentos médicos. Outra questão, a hospitalização teve de vencer as altas taxas de mortalidade causadas por infecção, daí a importância da assepsia, dos anestésicos e da cirurgia para a diminuição da mortalidade (Vieira, 2002). Mas essa realidade foi mais comum no continente europeu do que no contexto brasileiro, devido ao predomínio dos partos em domicílio feitos por parteiras, considerando que o atendimento domiciliar médico ficou restrito, durante esse período, às famílias pertencentes aos setores mais elevados da sociedade. Os esforços médicos brasileiros em torno da criação de maternidades contou com inúmeras dificuldades, dado o escasso apoio governamental a essas iniciativas. A ampliação do cuidado hospitalar no parto só ocorreu na primeira metade do século XX, contribuindo para medicalização da saúde e do corpo da mulher e de sua prole (Martins, 2004).

#### 4.7 O PROCESSO CIVILIZADOR, A CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA NUCLEAR

Dentro de um longo processo de privatização dos espaços e das transformações nas interações e relações com o próprio corpo, aquilo que Elias (2011) caracterizou como processo civilizador; processo feito por meio de um gradual autocontrole das expressões emocionais e sentimentais e por uma preocupação com o decoro e o pudor tanto nas relações familiares quanto nas interações públicas, foi produzida uma modelagem do comportamento social que, diferentemente do padrão medieval, marcado pela maior impulsividade e espontaneidade nos comportamentos, foi sendo, durante os séculos após a Idade Média, implementado como a norma para as interações sociais. Como nota o autor, durante a época medieval, mas não apenas nela, como veremos abaixo, não havia o espaço íntimo do leito conjugal como nós o conhecemos hoje, pois nos tempos medievais, “era muito comum que muitas pessoas passassem a noite no mesmo quarto: na classe alta, o senhor com seus serviçais; a dona da casa com sua dama ou damas de companhia; em outras classes mesmo

homens e mulheres no mesmo quarto, e não raro hóspedes que iam passar a noite ali” (p. 228)

A exibição da própria nudez corporal, nos últimos séculos sujeita a toda um conjunto de regras e normas a serem observadas em nome do decoro, era comum durante a Idade Média. A partir do século XVI, contudo, essa despreocupação começa a ser revestida de algumas preocupações quanto a nudez. Quando essa sensibilidade civilizada estava em desenvolvimento, os cuidados dos adultos quanto ao decoro infantil assumiram um caráter importante nas relações entre os pais e suas crianças.

Esse padrão internalizado nos comportamentos adultos percebia como espantosa a espontaneidade das crianças quanto ao corpo e seus cuidados, tornando incompreensível para os adultos que elas não sintam “naturalmente” o pudor que lhes foi inculcado durante o processo de socialização civilizada. Como afirma Elias, “só se lembrarmos como parecia natural na Idade Média que estranhos, crianças e adultos compartilhassem a mesma cama é que poderemos compreender que mudanças nos relacionamentos interpessoais se manifestam em nossa maneira de viver. E reconhecer como está longe de axiomático que a cama e o corpo devam formar essas zonas de perigo psicológicas, como acontece na fase mais recente da civilização” (p. 234).

Os manuais dedicados às crianças causariam posteriormente uma reação de choque em observadores do século XIX por sua rudeza de linguagem e falta de pudor quanto aos conselhos endereçados a elas. Constavam nesses escritos até mesmo a sugestão de como abordar prostitutas e sobre os lugares onde se poderia ter com elas. O que nos parece hoje imoral, era considerado banal naqueles tempos entre o fim do medievo e início dos tempos modernos.

Toda essa mudança nas interações sociais e nos cuidados com o corpo por meio dos sentimentos de vergonha, decência e pudor, foram sendo aos poucos difundidos pelos diferentes segmentos sociais. O processo civilizador afetou as relações familiares e, nelas, os cuidados com a criança adquire centralidade. Quanto às sociedades de corte no início da época moderna, ele nota que “a relativa franqueza com que as funções naturais são comentadas entre adultos é acompanhada por maior liberdade de fala e ação na presença das crianças” (p. 244).

As mudanças no casamento também podem ser associadas a esse processo, uma vez que, se as mulheres da sociedade de corte possuíam, por

exemplo, mais liberdade de ação e certo destaque de suas opiniões na esfera social mais ampla, tiveram também de internalizar regras e códigos comportamentais que deveriam moldar a vida social. Algo semelhante ocorre depois com a burguesia em ascensão, uma vez que o enfraquecimento dos laços aristocráticos permitiu a expansão das relações mediadas pelo dinheiro e pelo comércio, contribuindo para a ascensão burguesa; porém as restrições quanto ao autocontrole foram talvez maiores e mais rigorosas para essa classe do que para a antiga aristocracia.

Se durante os tempos da sociedade de corte, havia certa tolerância quanto às aventuras extraconjugais dos homens e mesmo das mulheres, o avanço do processo civilizador na época burguesa e ocorrido nos últimos séculos, restringiu as liberdades e buscou confinar a relação sexual ao quadro matrimonial. A família nuclear contemporânea e a criação e educação moral das crianças pelos pais não deve ser compreendida como um dado incontestável e presente em todos os tempos e lugares da sociedade ocidental. Conforme Elias (2011),

E da mesma forma que a família nuclear só aos poucos se tornou, e de forma tão exclusiva, o único enclave legítimo da sexualidade e de todas as funções íntimas de homens e mulheres, assim também só em um estágio tardio ela se transformou no órgão principal para cultivar o controle socialmente exigido dos impulsos, e do comportamento dos jovens. Antes de ser alcançado este grau de restrição e privacidade, e até que o isolamento da vida instintiva da vida pública fosse rigorosamente prescrito, a tarefa do condicionamento precoce não dependia tanto do pai e da mãe. Todas as pessoas que intervinham no cuidado das crianças – e, quando a privacidade era menor e o interior da casa menos isolado, elas eram numerosas – desempenhavam um papel. Além disso, a própria família era geralmente mais numerosa e – na classe alta – mais abundantes os servidores domésticos, naqueles tempos. As pessoas falavam em geral com mais franqueza sobre os vários aspectos da vida instintiva e cediam mais livremente aos seus próprios impulsos em atos e palavras. Era menor a vergonha associada à sexualidade. (Elias, 2011a, 254-255)

O processo civilizador que tanto modificou as relações entre os sexos e entre adultos e crianças não deve ser visto como uma etapa mais perfeita numa evolução social e cultural linear. Em outras palavras, o que é descrito não é uma superioridade das sociedades contemporâneas civilizadas em relação aos povos medievais, por exemplo; mas sim modificações sociais que afetam os comportamentos e sentimentos das pessoas em contextos históricos diferentes. Não se trata, portanto, de estabelecer para nossa época dicotomias entre uma moralidade atual/imoralidade passada, racionalidade moderna/irracionalidade medieval.

Considerar esse processo como produto de intenções particulares ou de um pequeno grupo é incorreta, pois “é claro que a civilização não é, nem o é a racionalização, um produto da ratio humana ou o resultado de um planejamento

calculado a longo prazo” (Elias, 2011b, p. 251), mas isto não implica uma falta de ordem nos desdobramentos do processo, porque o “controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole” (p. 251), o que demonstra que ele se deu não de forma aleatória e caótica, mas dotada de certa ordem, mesmo que não premeditada por indivíduos ou grupos particulares visando os efeitos produzidos ao longo de vários séculos.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao quadro fornecido pelo processo civilizador e sua incidência sobre as relações sociais e comportamentos dos agentes. Embora em termos externos ao pensamento de Elias, defendemos que o processo em questão não se faz apenas de maneira repressora e punitiva, mas também produtiva dos sujeitos e de suas interações. Se pode parecer evidente o lado repressivo do processo civilizador, convém destacar a produção de novos sujeitos através de todas essas mudanças nas sensibilidades e comportamentos.

A centralidade da infância na sociedade moderna parece um fato tão bem constituído que arriscamos cair num equívoco ao pensarmos que sempre foi assim. De fato, a importância da criança dentro das famílias e para diversas instituições, sobretudo a escola, vem sendo consolidada ao longo dos últimos séculos. Tal alegação não significa a total negligência da criança em épocas anteriores, mas busca contextualizar o papel cada vez mais relevante da infância na modernidade. Já em fins da Idade Média, o sacramento do batismo passa a ser visto como fundamental para garantir o destino espiritual da criança, devendo ser realizado o mais rápido possível após o seu nascimento, pelo medo de que, sem ter sido batizada, o bebê morto não pudesse passar a eternidade no Paraíso e fosse, ao contrário, conduzido ao limbus puerorum, um tipo de limbo específico para elas, onde não sofreriam, mas seria privado da visão divina reservada aos eleitos no Paraíso. (Le Goff; Truong, 2006)

Ariès (2014) sustentou que não havia particularidade social da infância como fase distinta de outras idades da vida (sentimento da infância) durante o período medieval. Embora essa afirmação muito forte tenha sido criticada pela literatura historiográfica<sup>97</sup>, o valor de seu trabalho reside em apontar alguns marcos dentro da relevância particular e progressiva distinção das crianças dentro das sociedades

---

<sup>97</sup> Corsaro (2011) mostra que as pesquisas em torno da história das crianças trouxeram evidências de que havia na Londres do fim da era medieval uma cultura de pares envolvendo crianças em suas relações com a religião, os jogos e as brincadeiras nas quais assumiam papel criativo e ativo, não estando necessariamente sujeitas ao trabalho em tenra infância.

modernas. Considerando os séculos XVI e XVII, o autor ilustra essa tendência de longo prazo através do que ele denominou “paparicação”, efeito de um tipo de encanto exercido pelas crianças sobre os adultos, os quais passam a destacar “a graça natural” da infância e a se deleitarem com ela.

Entretanto, outra atitude em relação à infância foi notada por Ariès já no século XVII, quando “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais por meio da distração e da brincadeira, mas por meio do interesse psicológico e da preocupação moral” (p. 196). O interesse e a preocupação eram manifestados pelos moralistas e educadores da época. Para eles, a singularidade da infância como fase da vida não deveria ser objeto de divertimento pelos adultos, mas sim por uma seriedade quanto aos seus caracteres para a devida correção e disciplina a fim de produzir futuros homens desenvolvidos na razão, dotados de honra e obedientes aos ditames da fé.

No século XVIII, a preocupação com a saúde física e a higiene é amplificada, colocando a criança não mais como fonte de distração para os mais velhos, mas como fundamental para o futuro da família e da sociedade. As mudanças na estrutura e funcionamento das escolas também mostram a gradual centralidade da infância como fase distinta dotada de características a serem conhecidas pelos adultos por ela responsáveis. A divisão das classes por critérios etários e baseada em conhecimentos especializados sobre a infância e seu desenvolvimento é um fenômeno que só se estabelece entre os séculos XVIII e XIX. Mas a escola também não era espaço para as meninas. Sua lenta e tardia inserção no ambiente escolar deveu-se aos papéis de gênero atribuídos, como a preparação para a vida doméstica, para o casamento e criação dos filhos, devendo sua formação ser limitada por essas exigências. Sobre as mudanças ocorridas na escola, Ariès afirma que

A diferença essencial entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos reside na introdução da disciplina. Esta se estenderia gradualmente dos colégios às pensões particulares onde moravam os alunos, e, em certos casos, ao conjunto da cidade, embora na prática sem muito sucesso. Os mestres tenderam a submeter o aluno a um controle cada vez mais estrito, no qual as famílias, a partir do fim do século XVII, cada vez mais passaram a ver as melhores condições de uma educação séria [...] Essa disciplina não se traduziria apenas por uma melhor vigilância interna, mas tenderia a impor às famílias o respeito pelo ciclo escolar integral (Ariès, 2014, p. 231-232)

Para Ariès (2014), as relações entre o sentimento da infância e estruturação da família conjugal moderna constituem um processo fundamental. Com a sociabilidade das sociedades aristocráticas, a família ainda não havia sido local de

uma intimidade e privacidade tal como veremos em séculos posteriores. As sociedades de corte, baseada em clientelas, contatos facilitadores da ascensão social ou ao menos de uma posição honrada, o aprendizado de gestos, comportamentos, modos de expressão na conversação e regras de civilidade nas diversas situações possíveis e em diferentes ambientes, apresentavam tendências centrífugas que dificultavam a constituição da intimidade própria da família nuclear burguesa.

Nessas sociedades aristocráticas, o próprio espaço doméstico era ainda bastante aberto ao exterior, uma vez que “as casas dos ricos abrigavam, além da família propriamente dita, toda uma multidão de criados, empregados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares etc. Isso aconteceu do século XV ao XVII em quase toda a Europa Ocidental”. (p. 310). Mas foi nessas grandes casas que as tendências centrípetas em direção ao convívio íntimo começaram a se manifestar no século XVIII, quando a sociedade e a promiscuidade social dos antigos espaços de corte começaram a ser afastadas pelo espaço privado da família nuclear, com a especialização dos cômodos da casa e a anterior publicidade e foi sendo aos poucos substituída pela separação mais clara entre o privado e público, o íntimo e o profissional.

Essa nova sensibilidade familiar marca também uma mudança em relação à perda dos filhos em idade precoce. Se antes as altas taxas de mortalidade infantil tornavam a morte de uma criança um fato causador de sofrimento, mas suportável em vista da perspectiva da geração de outras, agora “esse pequeno ser era insubstituível, e sua perda, irreparável” (p. 323). Com isso, as preocupações sobre a saúde e a higiene infantil ajudaram também a fortalecer os vínculos familiares. A criança deve ser protegida no espaço mais adequado para essa proteção: o lar conjugal com suas qualidades de intimidade e afeto, cujo modelo estendeu-se, ainda que muito gradualmente, em tal escala que “as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa” (p. 326).

Mas a preocupação com a saúde e o desenvolvimento infantil produziu uma preocupação crescente com seu sexo. A influência das elaborações acerca da carne sobre as instituições de ensino e a nova preocupação em torno do corpo e da interioridade, produziu efeitos também sobre as crianças. Foucault (2001) demonstra que entre os séculos XVIII e XIX surge um episódio importante no processo de pedagogização do sexo infantil: a masturbação e seus perigos para a saúde física delas. Trata-se menos de um conjunto de condenações explicitamente religiosas

sobre o pecado da masturbação e menos de um exame científico, embora o referencial científico esteja presente, que uma campanha dotada de exortações, conselhos e injunções.

Nessa campanha, não se trata de culpá-los e nem mesmo de fazer uma reprovação em termos morais às práticas em questão. À masturbação é vinculada uma doença polimorfa que produz efeitos múltiplos sobre a saúde. Mesmo nos textos científicos da época, a masturbação é representada como causa possível de inúmeros males. Os jovens doentes eram influenciados pelos médicos no sentido de estabelecerem junções entre os sintomas de suas patologias aos hábitos aos quais se entregavam.

Contudo, eles não são culpabilizados por sua condição, mas a fatia maior da responsabilidade pelos males associados à masturbação será atribuída aos adultos, particularmente à sedução exercida por eles sobre as crianças. Os adultos sedutores são aqueles que prestam serviços (criado, governanta, preceptor), mas também familiares (tios, tias, primos). Porém, a sedução só acontece pela negligência dos pais em educar, vigiar e cuidar de seus filhos. Essa campanha contribui então para uma transformação nas relações entre pais e filhos, pois a partir daí “o espaço da família deve ser um espaço de vigilância contínua. Na hora do banho, de deitar, de acordar, durante o sono, as crianças devem ser vigiadas. Em torno das crianças, em suas roupas, em seu corpo, os pais devem estar à espreita. O corpo da criança deve ser objeto da sua atenção permanente. É a primeira preocupação do adulto. Esse corpo deve ser lido pelos pais como um brasão ou como o campo dos indícios possíveis da masturbação” (p. 311).

A antiga relação familiar nas sociedades aristocráticas e burguesas, relação envolvendo parentesco, herança, primogenitura, patrimônio são deslocados por episódios como essa campanha antimasturbação entre os séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo em que a campanha é situada dentro dessa instituição em transformação. A família que vai se consolidando é a família nuclear com suas expressões afetivas e sexuais vinculadas diretamente aos laços entre pais e filhos, nos quais os prazeres solitários da criança serviram “como ponto de junção, como ponto de ancoragem para os deveres, a culpa, o poder, a preocupação, a presença física dos pais, foi isso um dos fatores dessa constituição de uma família sólida e solidária” (p. 315).

Mas essa família conjugal moderna não pode ser isolada dos saberes médicos que atuaram como um dos fatores para sua formação como nós a conhecemos. Os laços e a responsabilidade dos pais sobre a prole não devem prescindir, a partir daí, da verdade médica sobre a saúde, os hábitos, as tendências, os perigos e potencialidades infantis. Se antes eram confessadas ao padre as faltas cometidas dentro ou fora do espaço familiar doméstico, agora cabe à confissão de pais, mães e filhos abordar os recônditos da sexualidade, com suas desordens, conflitos e suspeitas, ao médico. Mais ainda, os pais adquirem a função de intermediários entre a criança e o saber médico, uma vez que “a instância da família medicalizada funciona como princípio de normalização” (p. 322).

No Brasil, o saber médico apresentado nas teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 e 1890, mostram como a pedagogização do sexo infantil e a medicalização da família foram desenvolvidas. Gondra (2004) demonstra como às crianças são prescritos conjuntos de medidas, regras e normas para seu crescimento físico, suas aptidões intelectuais e para a obtenção e conservação da honra e do decoro quando forem cidadãos respeitáveis e dignos. A qualidade e quantidade de alimentos a serem ingeridos pela criança são recomendados de acordo com seu sexo e faixa etária; a violação desse regime poderia conduzir ao adoecimento.

Às jovens no período de menstruação é dirigida o foco das considerações médicas, pois significavam ao mesmo tempo a maturação física, tempo de tentações morais e encerramento de sua escolarização. Dever-se-ia cercar de cuidados essa jovem já apta para a reprodução dos perigos que a cercavam. Recomendações sobre o trato com essas jovens envolviam “subtraí-las, enfim, de todas as emoções morais vivas” (p. 214). Como vimos acima, as distinções biológicas entre os sexos produziam prescrições distintas para meninos e meninas. A importância de se evitar trabalhos rudes e a necessidade do casamento são indicados em função de suas especificidades orgânicas e que conduzem as meninas ao matrimônio e à maternidade. A moda, distração para a qual as meninas apresentam considerável inclinação, deveria, porém, ser evitada por seus efeitos negativos sobre elas. Para os meninos, porém, era reforçada a importância de atividades como “ginástica, pesca, caça, agricultura, trabalhos artísticos, alimentação, vida ao ar livre e castidade” (p. 216).

Entre os desvios do sexo para outras finalidades que não a reprodução dentro do casamento, a masturbação reaparece nos trópicos como um vício ao qual é atribuído tantos efeitos patológicos quanto haviam sido teorizados por seus pares setentrionais. A vigilância também se faz presente, pois não se deve dar oportunidades para a prática desses atos; tornando-se fundamentais os controles, admoestações e dissuasões para a prevenção contra o mal da masturbação. Apesar das discordâncias presentes nas teses sobre temas como o a importância do celibato para os meninos, a educação feminina, a instituição de classes mistas, etc. os debates travados e as formulações e prescrições contidas nelas apontam para uma representação geral da escola como um espaço

que cria e pedagogiza a infância e a juventude nas suas múltiplas manifestações, as quais, da condição de “naturais” passam a ser tratadas como “sociais”, “históricas” ou “culturais”. Nesse sentido, busca-se humanizar as paixões e algumas manifestações da sexualidade, entre elas a abstinência sexual (o celibato), o excesso (a prostituição) e os desvios (onanismo e pederastia/homossexualismo). Nesse projeto de humanização da “natureza” do homem, formulado, patrocinado e legitimado pela higiene, os colégios deveriam ser submetidos a uma ampla reforma que recobrisse seu funcionamento de modo mais geral, descendo inclusive às práticas celulares. Do ponto de vista da moral, isso pode ser verificado na forma como os médicos representavam os desvios e o emprego dos mecanismos de prevenção, controle e ortopedia das vontades, entre os quais se inscrevem os castigos. Com isso, ao lado da higienização moral das escolas (e com ela), estaria sendo produzida e reforçada a própria ideia de família, infância, escola, cidade e sociedade (Gondra, 2004, p. 479)

Segundo Costa (1979) o discurso médico higienista no Brasil do século XIX buscou alterar as relações entre pais e filhos, buscando esse discurso médico infundir na sociedade o cuidado que deveria ser oferecido à infância, representada pelos doutores a partir “da concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos” (p. 174). Criticando a ignorância dos pais quanto ao regime alimentar, por exemplo, o pensamento higienista buscou fornecer os conhecimentos necessários para uma criação racional da prole buscando “criar um corpo adulto, cuja força e vitalidade fossem a prova do sucesso higiênico. Nos preceitos sobre o ensino escolar, os higienistas estabeleceram o período da recreação como formativa, sugerindo o desenvolvimento corporal e espiritual mediante brincadeira, exercícios e distrações, porque “simultaneamente ao controle do ócio, incutia-se nas crianças a dimensão utilitária do tempo” (p. 184).

Como demonstra Moruzzi (2012) o dispositivo da infância foi primeiro construído em torno da disciplina das crianças, dos corpos, movimentos e afetos dentro dos espaços nas quais ela circulava ou foi colocada para circular. A partir daí as regulamentações incidiram também sobre elas, tomando-as como população pelos

saberes e práticas médicos e psiquiátricos. As linhas de força desde práticas pedagógicas, as linhas de enunciação e visibilidade por meio das práticas médicas e as linhas de subjetivação através das práticas identitárias e de gênero.

Vimos neste capítulo que, longe de constituir uma expressão da natureza humana, as relações sexuais e seus agentes foram sendo modificados de forma marcante ao longo dos últimos milênios. As relações que os gregos e os romanos tinham com as atividades sexuais não pode ser reduzida a um modelo definido de antemão. Instâncias que parecem dotadas de universalidade e essência, como a família, a feminilidade e a infância apresentam consideráveis mutações, como mostramos de forma muito sintética neste capítulo. A tradição, conforme nota Foucault (2012), é um dos principais elementos que contribuem para a percepção de uma história homogênea e contínua. As discontinuidades que o autor francês sempre buscou em suas pesquisas remetem, ao contrário, a uma multiplicidade de rupturas lá onde se esperava homogeneidades e continuidades.

Assim, os recursos conservadores e neoliberais aos modelos tradicionais para seus fins políticos e sociais deve ser visto como um conjunto de discursos dentro de relações sempre móveis de poder e saber, verdade e governo. As linhas dos dispositivos da aliança e da sexualidade estabeleceram linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetivação que tornaram homens, mulheres e crianças objetos de discursos e práticas variáveis. As linhas não revelam ou enunciam realidades já existentes, mas contribuem para sua formação que deve ser situada social e historicamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as tecnologias de informação e comunicação vêm produzindo diversas alterações em nossas vidas e no funcionamento da sociedade como um todo, impactando processos políticos, econômicos, culturais, entre outros. O desenvolvimento dessas tecnologias em rede foi possibilitado por uma articulação tecnológica envolvendo vários setores (microeletrônica, telecomunicações, computação e optoeletrônica) para a geração de capacidade cada vez maior na construção, armazenamento, transmissão e análise de dados.

Nos últimos anos, porém, as promessas oferecidas por essas inovações em termos de maior liberdade, melhor e mais ampla comunicação e acesso democrático à informação foram abaladas por efeitos negativos percebidos quanto ao mundo político, com a ascensão de lideranças cujo discurso é pautado pela discriminação e exclusão das diferenças. Abaladas também pela proliferação de discursos de ódio, racismo, sexismo, entre outras formas de violência, nas redes e, conseqüentemente, nas interações sociais.

A presença de um pequeno grupo de corporações controladoras das plataformas vem chamando a atenção de pesquisadores para a nova realidade, surgindo daí conceituações como capitalismo de vigilância, capitalismo de dados, capitalismo de plataformas, colonialismo de dados, plataformização, dataísmo e dataficação. Essas elaborações permitem uma análise crítica e mais cuidadosa da nossa realidade para além de uma crença ingênua no poder tecnológico para a resolução de problemas contemporâneos. As atuais tecnologias podem contribuir para o estreitamento de perspectivas e possibilidades de futuros elaborados coletivamente e com base em liberdades concretas e não apenas em torno de publicidades mercadológicas e radicalizações políticas sustentadas pelo ódio. Contudo, vimos como as tecnologias de mídias sociais estão sendo empregadas para fins de disseminação de estereótipos e reforço de antigas hierarquias sociais pelas direitas.

O avanço de lutas e conquistas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos vem sendo tratado por diversos segmentos políticos e religiosos como uma ameaça às hierarquias tradicionais. Diante deste campo que envolve diferentes perspectivas conflitantes, no segundo capítulo deste trabalho propusemos uma análise sobre o uso da noção de “ideologia de gênero” como elemento fundamental na ofensiva contra

esses direitos. Para isso, o capítulo foi dividido em três partes: na primeira, foram apresentados os contornos sobre os seus antecedentes e sua posterior difusão; na segunda, foi realizada uma análise em perspectiva genealógica acerca da literatura produzida por distintos autores que se reconhecem como conservadores e cristãos, adotando uma postura extremamente reativa em relação aos estudos de gênero e sexualidade; e por fim, na terceira parte, mostramos como que essa premissa acerca da existência de uma natureza humana e sexual universalmente diferenciada entre homens e mulheres não se sustenta, tomando como referência distintas pesquisas sobre gênero e sexualidade publicadas nas últimas décadas.

As possibilidades de reforço da tradição conforme oferecidas por plataformas tecnológicas como o YouTube vêm se mostrando valiosas para o campo das direitas, uma vez que a capilaridade dessas plataformas fornece alternativas nada desprezíveis para aqueles que se sentem excluídos do debate das mídias usuais de comunicação política. Assim, fornecemos uma análise cibercartográfica dos vídeos da Brasil Paralelo, do Burke Instituto Conservador e do Instituto Borborema e demonstramos a presença dessa construção discursiva conservadora em torno dos eixos da família tradicional e do modelo heteronormativo para com os imperativos da racionalidade neoliberal, com a utilização de argumentos neoliberais para a justificação de desigualdades e hierarquias de gênero. As continuidades e descontinuidades entre o neoliberalismo e a construção discursiva conservadora foram por nós abordadas para o estabelecimento de um quadro mais nuançado e que vá além de noções preconcebidas.

O recurso ao legado foucaultiano para historicizar aquilo que é tratado como natural, universal e essencial, permite a compreensão das mudanças e descontinuidades históricas e mostram como sujeitos e novos objetos são produzidos a partir das relações de poder na sociedade. Assim, a experiência dos gregos e romanos não pode ser vista por um prisma moderno que situa o desejo como fundamental para o sujeito. Essas experiências mostram como, mesmo naquilo por nós chamado “Ocidente”, outras relações com os prazeres são possíveis. Não se trata de um retorno - como se isto fosse possível! -, mas de perceber que instâncias como feminilidade, família e infância foram e continuam sendo modificadas no decurso histórico. Mesmo na modernidade, notamos as transformações existentes, tais como a centralidade gradual da família nuclear e a valorização da infância como fase dotada de caracteres específicos e irreduzível às outras idades da vida.

Tentamos mostrar que o sexo e o corpo, longe de serem realidades dadas de uma vez por todas, são efeitos de tecnologias de verdade e governo que constituem sexualidades diversas e sujeitos que se reconhecem como representantes de um padrão sexual supostamente universal. Mas se as relações de poder produzem sujeições, a liberdade nelas imbricada pode conduzir aos movimentos de recusa de uma norma autoritária. Não há relações de poder sem possibilidades de resistência e de contracondutas que apontam para outras direções. Uma ontologia histórica de nós mesmos ajuda a questionar antigos discursos por novos meios de difusão e desnaturalizar o “homem” e as relações sociais.

Os aspectos destacados pela análise dos vídeos, tais como a associação das esquerdas como um todo ao projeto revolucionário, a perspectiva reforçadora de uma alegada decadência moral e social e a defesa de uma ordem natural nas relações, sobretudo as de gênero, vem acompanhada da apresentação de argumentos científicos para o respaldo dos discursos conservadores/neoliberais. Embora as constantes referidas não sejam novas em si, sua difusão por meios digitais impulsiona seu alcance, justificando então pesquisas e análises sobre essas novas modalidades de informação e comunicação utilizadas pelas direitas.

Por fim, mais do que “ideologia” ou “irracionalidade”, os discursos antigênero devem ser encarados como elementos nas estratégias das direitas dentro de relações de poder em constante dinamismo. O grau de capilaridade nesses discursos mostra como não se deve ignorá-los como mera cortina de fumaça para intenções ocultas. Eles devem ser tratados como componentes importantes para a ascensão das direitas, em particular da direita brasileira, como tentou mostrar a presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alana S. Máquinas de predição e controle e a crise do possível. **Civitas** 21 (2): 224 -234, maio-ago. 2021.

ALMEIDA, Daniel V. A. **Shadow profiles e a privacidade na internet**: a coleta de dados pessoais de usuários e não usuários nas redes sociais. Porto Alegre: Fi, 2019.

ALMEIDA, Victor Aguiar. **Brasil Paralelo**: um estudo sobre a reconstrução da memória social. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Vila Velha (UVV). Vila Velha, 2022.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

AVELINO, Rodolfo. **Colonialismo digital**: dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na era neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BEARD, Mary. **SPQR**: uma história da Roma Antiga. São Paulo: Planeta, 2017.

BEIGUELMAN, Gisele. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021.

BERNINI, L. (2018) A “teoria do gender” na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante. **Psicologia Política**, 18(43), p. 543-556.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. **Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”**. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. São Paulo, Ed. Autêntica, 2021

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BONNEWIJN, Olivier. **Gender, quem és tu?** Sobre a ideologia de gênero. Campinas/SP: Ecclesiae, 2015.

BRIDLE, James. **A nova idade das trevas**: a tecnologia e o fim do futuro. São Paulo: Todavia, 2019.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade**: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo, Ed. Politéia, 2019.

BRUNO, Fernanda G.; BENTES, Anna F.C.; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 26, n. 3, set-dez. 2019.

BURGESS, John; GREEN; Joshua. **YouTube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo, Aleph, 2009.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Unesp, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1, 2019.

CALÇADO, Thiago. **A carne se fez verbo**: confissão cristã e sexualidade em Michel Foucault (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2012.

CAMPAGNOLO, Ana C. **Feminismo**: perversão e subversão. Campinas/SP: Vide Editorial, 2019.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro**: o mito e o sintoma. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CASSINO, João F. **Modulação deleuzeana, modulação algorítmica e manipulação midiática**. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio A. (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

CASSINO, João F. **O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital**. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A (orgs.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na era neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTRO ROCHA, João Cezar. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**. n. 1/v. 1/fevereiro 2020, p. 91-120.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ed. Ubu, 2020.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v, 27, n. 80, p.9-20, 2012.

COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

- CORMEN, Thomas H. **Desmistificando algoritmos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideologia de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos Pagu** (50), 2017:e175009.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil** (Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW) / ABIA – Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020.
- CORRÊA, Sonia (ed.). **Políticas antigênero na América Latina** - resumos dos estudos de casos nacionais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2011.
- COSTA, Alexandre. **Introdução à nova ordem mundial**. Campinas/SP: Vide, 2015.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. Data capitalism: rethinking big data’s relations to the contemporary subject. **Television & New Media**. 1-14.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; GUEGUÉN, Haud; SAUVÊTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Ed. Elefante, 2021.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1994.
- DELEUZE, Gilles. **Que és un dispositivo?** In: BALIBAR, Étienne; DREYFUS, Hubert; DELEUZE, Gilles. Michel Foucault, filósofo. Barcelona, Gedisa, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**: a confissão católica séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- D’IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. **Data feminism**. Cambridge, MA: MIT Press, 2020.
- DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DWECK, Esther. **A agenda neoliberal em marcha forçada**. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. São Paulo, Ed. Autêntica, 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 2: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do Caos: como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio e influenciar eleições**. São Paulo: Ed. Vestígio, 2019.

FEITOSA, Lourdes; RAGO, Margareth. **Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênero na antiguidade e na modernidade**. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

FLANDRIN, Jean-Louis. **A vida sexual dos casados na sociedade antiga**. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert Lederer (Eds.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A poeira e a nuvem**. In: *Ditos e escritos: estratégia saber-poder*, v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Mesa-redonda em 20 de maio de 1978**. In: *Ditos e escritos: estratégia saber-poder*, v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021d.

FRENKEL, Sheera; KANG, Cecilia. **Uma verdade incômoda**: os bastidores do Facebook e sua batalha pela hegemonia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**: um depoimento pessoa. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the internet**: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. New Haven & London: Yale University Press, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRIMAL, Pierre. **O amor em Roma**. Lisboa: Edições 70, 2005.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**: vol. 22, nº 1, jan-abr 2020.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Reformas trabalhista e previdenciária**: o desmonte da regulação das relações de trabalho e de seguridade social. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. São Paulo: Ed. Autêntica, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

HAYEK, Friedrich. **A arrogância fatal**: os erros do socialismo. São Paulo: Ortiz, 1995

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

KAISER, Brittany. **Manipulados**: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.
- KIRK, Russell. **A política da prudência**. São Paulo: É Realizações, 2013.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. **A mulher e a família**. In: LE GOFF, Jacques (org.). O homem medieval. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- LAJE, Agustín; MARQUEZ, Nicolás. **O livro negro da nova esquerda**. Curitiba/PR: Danúbio, 2018.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa B. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- LE GOFF, Jacques. Foucault e a nova história. **Plural**; Sociologia, USP, São Paulo, 10: 197-209, 2º sem. 2003.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEMOS, André. Dataficação da vida. **Civitas** 21 (2): 193- 202, maio-ago. 2021.
- LOIOLA, Daniel F.E. **Recomendado para você**: o impacto do algoritmo do YouTube na formação de bolhas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Débora. **A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais**. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio A. (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MATOS, Ludmila S. **“O YouTube não liga pra gente”**: agenciamentos sociotécnicos na percepção de criadores de conteúdo brasileiros para o YouTube. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018.

McKINNON, Susan. **Genética neoliberal**: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2020.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário**: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIAN, Mariella B. **Universidades federais brasileiras a serviço da lógica colonial de exploração de dados**. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A (orgs.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na era neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 32 nº 94 junho/2017: e329402

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” a “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita. **Cadernos Pagu** (62), 2021:e216216.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte/MG: Autêntica/UFOP, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate a “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MORUZZI, Andrea Braga. **A pedagogização do sexo da criança**: do corpo ao dispositivo da infância. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2012.

MUDDE, Cas. **O regresso da ultradireita**: da direita radical à direita extremista. Lisboa: Editorial Presença, 2020.

MULHALL, Joe. **Tambores à distância**: viagem ao centro da extrema direita mundial. São Paulo: LeYa Brasil, 2022.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido**: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Milfontes, 2021.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBLE, Safiya U. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André/SP: Rua do Sabão, 2021

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Ed. Todavia, 2020.

OKSALA, Johanna. **O sujeito neoliberal do feminismo**. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (orgs). Neoliberalismo, feminismo e contracondutas: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça à democracia. Santo André/SP: Rua do Sabão, 2020.

OYEWUMI, Oyeronkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. **Líbero**: nº 39, jan-ago 2017.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo, Cortez, 2003.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA,

Liliana (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. (2018). "Ideologia de gênero" em movimento. **Psicologia Política**, 18(43), p. 503-523.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon/PR, 2012.

PETERSON, Jordan B. **12 regras para a vida: um antídoto para o caos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteira – estudos midiáticos**: Vol. 22 Nº 1 - janeiro/abril 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUADROS, Marcos P.R. Conservadorismo coroadado: movimentos monarquistas no Brasil atual. **Estudos de Sociologia**. Araraquara v.22 n.42 p.15-34 jan.-jun. 2017.

QUADROS, Marcos P.R. **O que há de novo na nova direita?** Identitarismo europeu, trumpismo e bolsonarismo. Porto Alegre: Ed. PUC/RS, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**. Campinas, 1993, p. 22-32.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp. 89-98.

RAGO, Margareth. **Foucault em defesa de Eva**. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (orgs). *Neoliberalismo, feminismo e contracondutas: perspectivas foucaultianas*. São Paulo: Intermeios, 2019.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera, 25 anos depois. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 319-334, mai.ago. 2020.

RAMOS, Igor Guedes. As relações de Michel Foucault com Clio: os historiadores, o filósofo, a história-disciplina e a ontologia histórica. **Antíteses**, v. 6, n. 12, p. 333-357, jul/dez. 2013.

RIBEIRO, Edméia. "Ideologia de gênero": ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016). **Antíteses**, Londrina, v.12, n. 24, p. 488-516, jul-dez. 2019.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2011.

ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. O combate à “ideologia de gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Revista Sinais**. N. 23 (2), 2019.

ROSA, Pablo Ornelas. **Fascismo Tropical**: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória: Ed. Milfontes, 2019.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **Horizonte** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 30 set. 2015.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero**: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2): 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ivanderson P. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Sesc São Paulo, 2022.

SILVEIRA, Sérgio A. **A noção de modulação e os sistemas algorítmicos**. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio A. (org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

SILVEIRA, Sérgio A. **A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo**. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na era neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SIMMEL, Georg. **A grande cidade e a vida do espírito**. In BOTELHO, André (org.). Essencial Sociologia. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio M. **2016**: o ano da polarização? In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOLANO, Esther. **A mentira nas redes e o empoderamento da direita no Brasil**. In: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho (Orgs.). *Algoritarismos*. Ed. Tirant Lo Blanch: São Paulo. 2020.

SOUZA, Joyce. **Inteligência artificial, algoritmos preditivos e o avanço do colonialismo de dados na saúde pública brasileira**. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A (org.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na era neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2017.

SUMPTER, David. **Dominados pelos números: do Google e Facebook às fake news: os algoritmos que controlam nossa vida**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TELES, Edson. **A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção**. In: SOLANO, Esther G. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, José. **Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social**. *MATRIZES*, V.11 - Nº 1 jan./abr. 2017 São Paulo – Brasil, p. 39-59.

VÉLIZ, Carissa. **Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VEYNE Paul. **A homossexualidade em Roma**. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão [312-394]**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

WEST, Sarah M. **Data capitalism: redefining the logics of surveillance and privacy**. *Business & Society*. 2019, Vol. 58(1) 20–41.

WU, Tim. **Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

